

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

DISSERTAÇÃO

**Ação Política e Representação de Interesses do Patronato Rural Gaúcho: uma
análise da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (1988-2000)**

FELIPE FERRARI DA COSTA

2019



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**AÇÃO POLÍTICA E REPRESENTAÇÃO DE INTERESSES DO
PATRONATO RURAL GAÚCHO: UMA ANÁLISE DA
FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO RIO
GRANDE DO SUL (1988-2000)**

FELIPE FERRARI DA COSTA

Sob orientação da professora
Regina Angela Landim Bruno
e coorientação do professor
Marcos Botton Piccin

Dissertação submetida como
requisito parcial para obtenção de
grau de **Mestre em Ciências
Sociais**, no Programa de Pós-
Graduação de Ciências Sociais em
Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade.

Rio de Janeiro, RJ
Fevereiro de 2019

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C837a Costa, Felipe Ferrari da , 1991-
AÇÃO POLÍTICA E REPRESENTAÇÃO DE INTERESSES DO
PATRONATO RURAL GAÚCHO: UMA ANÁLISE DA FEDERAÇÃO DA
AGRICULTURA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (1988
2000) / Felipe Ferrari da Costa. - Rio de Janeiro,
2019.
271 f.

Orientadora: Regina Angela Landim Bruno.
Coorientador: Marcos Botton Piccin.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação de
Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade, 2019.

1. Patronato Rural. 2. Agronegócio. 3. Representação
de interesses. I. Bruno, Regina Angela Landim , 1949
, orient. II. Piccin, Marcos Botton, 1980-, coorient.
III Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em
Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. IV. Título.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal
de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade (CPDA)

FELIPE FERRARI DA COSTA

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais.

Dissertação aprovada em 26/02/2019.



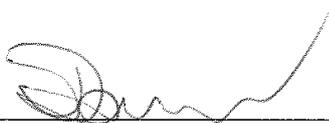
Prof.^a Dr.^a Regina Angela Landim Bruno (CPDA/UFRRJ)
(Orientadora)



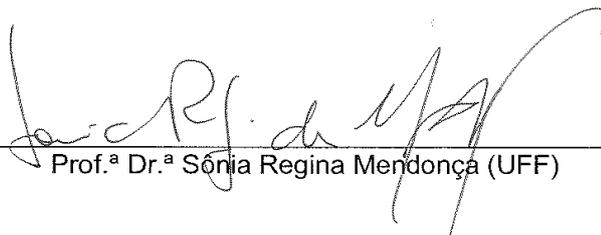
Prof. Dr. Marcos Botton Piccin (UFSM)
(Co-orientador)



Prof.^a Dr.^a Leonilde Servolo de Medeiros (CPDA/UFRRJ)



Prof.^a Dr.^a Débora Franco Lerrer (CPDA/UFRRJ)



Prof.^a Dr.^a Sônia Regina Mendonça (UFF)

A expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo.

Francisco de Oliveira.

Ao meu avô Diniz Ferrari (*in memoriam*),
trabalhador rural,
militante político,
lutador do povo.

Agradecimentos

Ainda que repleta de insuficiências e de limitações, a conclusão desta dissertação representante para mim a realização de um sonho e o desfecho de importante momento de amadurecimento intelectual e de esforço de pesquisa acadêmica. Não cheguei até aqui sozinho. Isso só se tornou possível pela contribuição de muitas pessoas e instituições, cujas influências se fizeram sentir de diferentes formas e estão expressas em cada linha deste trabalho.

Em primeiro lugar, agradeço à universidade e à escola pública brasileira por terem me possibilitado chegar até aqui.

Ao CNPq pela concessão de bolsa que tornou possível a realização do mestrado.

Aos orientadores de Iniciação Científica, Prof. Joel Bevilaqua Marin, Prof. Everton Picolotto e Prof. Marcos Piccin, pelos ensinamentos e por terem despertado em mim o gosto pela sociologia rural.

O Marcos Piccin foi também meu coorientador de mestrado. Agradeço a ele pela interlocução de pesquisa sempre atenta e dedicada e por ter sido um grande amigo e incentivador incondicional na trajetória acadêmica. Entusiasta da reflexão sobre grupos dominantes do campo, desde a graduação, incentivou-me fortemente a investir neste campo de pesquisa, apresentando leituras e auxiliando na construção de questões de investigação que me orientaram em diversos momentos.

À Regina Bruno, minha orientadora de mestrado, pela dedicação e entusiasmo na interlocução acadêmica. Como professora, Regina ensinou-me a real a importância da leitura crítica do texto sociológico – aquela que vai “até a tinta da letra”. Mostrou-me que conhecimento é construção permanente e coletiva, é pergunta, dúvida, é processo. Como orientadora, me fez questionar, reposicionar e reconstruir supostos e questões de pesquisa. Com sua paixão pelo ofício sociológico, guiou-me na leitura crítica do discurso dominante.

Às professoras Sonia Mendonça, Leonilde Medeiros e Debora Lerrer por terem participado das bancas de qualificação e de defesa final desta dissertação, tendo contribuído com leitura generosa e importantes apontamentos a esta pesquisa.

Ao CPDA/UFRRJ, por proporcionar-me espaço rico para reflexão acadêmica, troca de saberes e construção de conhecimento. Neste sentido, sou especialmente grato às professoras Regina Bruno, Leonilde Medeiros, Debora Lerrer, Eli Lima e Thereza Menezes, com quem tive o privilégio de cursar disciplinas e realizar interlocução acadêmica em diversos momentos do curso.

Aos amigos do Rio de Janeiro: Marcelo Barbosa, com quem compartilhei morada; Fabrício, que já na entrevista de seleção me recepcionou e acolheu na “embaixada do CPDA”; Juanita, Adriano, Vitória, Afonso (e tantos outros) com quem compartilhei bons momentos nos bares da Lapa e da Rua do Ouvidor; Pacheco e Giuliano, consultores de economia e bons contadores de histórias; Marcelo Rauber e Lucas Carvalho, que, de tanta amizade e dedicação, num dado momento viraram quase que assistentes desta pesquisa.

Aos velhos amigos do sul. Ao Felipe “Cabelo” e ao Pedrov, sempre presentes para boas conversas. Ao Dudu e ao Poffo pelos acalorados debates sobre política e futebol, no eterno apartamento 02A. Vocês foram amigos sem igual.

Ao Jeff, ao Tobias e à Luthiane, amigos que me acolheram em Porto Alegre, durante a realização do trabalho de campo, e com quem pude conhecer as ruas da Cidade Baixa.

À Larissa, pelos livros, pelos contos, pelas canções.

Ao Cris, à Daia e à pequena Lelê, dona do sorriso mais doce, que foi tão importante nesta caminhada.

Ao meu tio Everaldo, pela amizade e pelo companheirismo político.

À minha avó Juraci, por inspirar-me e compartilhar comigo a esperança em um mundo com base na justiça social.

Aos meus pais, Teresinha e Luis, por toda a luta. Particularmente, pelo apoio incondicional para que eu pudesse estudar. Lembrei de vocês em todos os momentos.

Por fim, agradeço aos que lutam por um mundo mais justo e, neste sentido, dedico esta dissertação ao meu avô Diniz Ferrari (*In memoriam*), um daqueles imprescindíveis de que falou Brecht.

RESUMO

COSTA, Felipe Ferrari da. **Ação Política e Representação de Interesses do Patronato Rural Gaúcho: uma análise da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (1988-2000)**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

Esta dissertação analisa as dinâmicas do processo de representação de interesses do patronato rural gaúcho na Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL) entre os anos de 1988 e 2000. Desta forma, reflete-se sobre: 1) a estrutura e as formas de organização da Farsul, buscando compreender que dinâmicas políticas se expressam a partir desta conformação e das mudanças que ocorreram ali durante o período em estudo; 2) o perfil e a representatividade de seus porta-vozes, buscando desvendar qual a origem geográfica, perfil socioeconômico, formação escolar e envolvimento na política partidária destes agentes; e 3) a visão dos dirigentes da Farsul sobre o processo de representação desenvolvido na entidade, tendo como foco sua relação com outras entidades do setor, com seus adversários de classe e com o Estado, o papel de suas lideranças e a utilização de diferentes formas de ação política, como as táticas mobilização direta do patronato rural e sua participação na política partidária.

Palavras-chave: Patronato rural; agronegócio; representação de interesses.

ABSTRACT

COSTA, Felipe Ferrari da. **Political Action and Representation of Interests of Gaucho Rural Patronage: an analysis of the Federation of Agriculture in the State of Rio Grande do Sul (1998-2000)**. 2019. Dissertation (Master in Social Science in Development, Agriculture and Society). Institute of Human and Social Science, Post Graduation Program in Social Science in Development, Agriculture and Society, Rural Federal University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

This dissertation analyzes the dynamics of the representation of interest process of gaúcho rural patronage in the Federation of Agriculture of Rio Grande Sul (FARSUL) in the period between 1988 and 2000. Therefore, it is reflected on: 1) the structure and the ways of organization of FARSUL, aiming at understanding which political dynamics are expressed through this conformation and the changes that had happened there during the period of study; 2) the profile and the representativity of their spokesperson, seeking to unravel the geographical origin, socioeconomic profile, school formation and involvement in the party politics of these agents; and 3) the view of FARSUL leaders about the process of representation developed in the entity, having as focus its relation with other entities of the area, with their class opponents and with the State, the role of their leaderships and the use of different forms of political action, such as the direct mobilization tactics of rural patronage and its participation in the party politics.

Key words: Rural Patronage; agribusiness; interest representation.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACOES

ABAG - Associação Brasileira do Agronegócio
ABAngus – Associação Brasileira de Angus
ABCC - Associação Brasileira de Criadores de Corriedale
ABCCharols – Associação Brasileira de Criadores de Charolês
ABRASEM - Associação Brasileira de Produtores de Sementes
ABRAT - Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas
ACGZ – Associação dos Criadores Gaúchos de Zebu
ADESG - Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra
AGEFLOR - Associação Gaúcha de Empresas Florestais
AMCHAM – Câmara Americana de Comércio
ANC - Associação Nacional de Criadores “Herd-Book Collares”
APASUL - Associação de Produtores de Sementes e Mudas do Rio Grande do Sul
APROSOJA – Associação dos Produtores de Soja
ARENA - Aliança Renovadora Nacional
BIB - Batalhão de Infantaria Blindado
BIMtz - Batalhão de Infantaria Motorizado
BRATESTEXEL - Associação Brasileira de Criadores de Texel
CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CNI – Confederação Nacional da Indústria
CONAGRO/FIERGS – Conselho da Agroindústria da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul
COOPLANTIO - Cooperativa dos Agricultores de Plantio Direto Ltda
CORLAC - Companhia Rio-Grandense de Laticínios
CPERS – Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul
CPOR - Centro de Preparação de Oficiais da Reserva
DEM – Democratas
EMECE - Escola de Comando e Estado Maior do Exército
ESG - Escola Superior de Guerra
FAAB – Frente Ampla da Agropecuária Brasileira
FARSUL – Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul
FEBRAC - Federação Brasileira das Associações de Criadores de Animais de Raça
FEBROCARNE - Federação Brasileira de Criadores de Ovinos Tipo Carne

FEDERACITE - Federação dos Clubes de Integração e Troca de Experiências
FEDERARROZ – Federação das Associações de Arrozeiros do Estado do Rio Grande do Sul
FEDERASUL – Federação de Entidades Empresariais do Rio Grande do Sul
FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul
FIERGS – Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul
FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
GADOLANDA - Associação dos Criadores de Gado Holandês do Rio Grande do Sul
INAMA - Instituto Nacional de Mediação e Arbitragem
IRGA - Instituto Rio-Grandense do Arroz
MDB - Movimento Democrático Brasileiro
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
MIRAD – Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
OCERGS – Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul
OCT - Organismo de Cooperação Técnica para Erradicação da Febre Aftosa
OIE - Organização Internacional de Epizootias
PDC - Partido Democrata Cristão
PDS - Partido Democrático Social
PDT - Partido Democrático Trabalhista
PFL - Partido da Frente Liberal
PL - Partido Libertador
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária
PP - Partido Progressista
PPB - Partido Progressista Brasileiro
PPR - Partido Progressista Reformador
PPS – Partido Popular Socialista
PRP - Partido de Representação Popular
PSD - Partido Social Democrático
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PT – Partidos do Trabalhadores
PRRA – Plano Regional de Reforma Agrária

PUC – Pontifícia Universidade Católica

SINDARROZ - Sindicato da Indústria do Arroz do Rio Grande do Sul

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

STF – Superior Tribunal Federal

TARF - Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais do Estado do Rio Grande do Sul

TRT - Tribunal Regional do Trabalho

UDR – União Democrática Ruralista

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

VETESUL - Associação dos Veterinários da Zona Sul

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Porta-vozes da Farsul segundo formação acadêmica	142
Gráfico 2: Porta-vozes da Farsul segundo filiação partidária	153
Gráfico 3: Porta-vozes da Farsul segundo participação em eleições	156

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Mudanças na estrutura de direção da Farsul	92
Tabela 2: Comissões Especiais da Farsul em 1997 e 1998.....	104
Tabela 3: Comissões Especiais e Grupos de Trabalho da Farsul em 1999, com seus respectivos representantes.....	108
Tabela 4: Departamentos e Assessorias Técnicas da Farsul na década de 1990	117

LISTA DE FLUXOGRAMAS

Fluxograma 1: Estrutura de diretoria da Farsul	81
--	----

SUMÁRIO

Introdução	23
Capítulo 1: Farsul: Histórico de desenvolvimento e estrutura de organização.....	63
1.1 Farsul: alguns elementos de sua história	63
1.1.1 Da pecuária extensiva e do latifúndio na metade sul do estado: o surgimento e as primeiras décadas de desenvolvimento da Farsul	66
1.1.2 A modernização da agricultura e as mudanças na composição e nas formas de atuação da Farsul	74
1.1.3 Crise na pecuária e expansão da soja para a metade sul do estado: das mudanças econômicas à recomposição política	77
1.2 Farsul: estrutura de organização	82
1.2.1 Construção da representação: o discurso da modernização e a busca pela neutralização dos conflitos intraclasses dominante agrária	84
1.2.2 Ampliação da diretoria e criação das Coordenadorias Regionais	91
1.2.3 A ampliação das Comissões Especiais e dos Grupos de Trabalho	100
1.2.4 Departamentos e Assessorias Técnicas: evolução e papéis desempenhados	114
Capítulo 2: Perfil e representatividade dos dirigentes da Farsul	121
2.1 Representatividade por região, perfil socioeconômico e participação em outras entidades de representação patronal	122
2.1.1 Representatividade por região	124
2.1.2 Perfil socioeconômico e participação em outras entidades de representação patronal	129
2.2 Formação escolar e presença em redes de sociabilidade profissional	142
2.3 Filiação em partidos políticos, disputas de eleições e presença no interior do aparelho de Estado	152
2.3.1 Filiação em partidos políticos	152
2.3.2 Disputas de eleições	156

2.3.3 Presença no interior do aparelho de Estado	166
Capítulo 3: Visão de Representação e Formas de Ação	171
3.1 “A FARSUL no Rio Grande do Sul está como a FIESP está para o estado de São Paulo”: Concepção de representação e ação política patronal	171
3.2 “O presidente é um cara educado, muito inteligente, mas meio ‘truculentão’”: O papel da liderança da classe e os atributos pessoais de um dirigente.....	190
3.3 “Na fazenda invadida nós fazíamos acampamento na porteira”: O patronato rural e o recurso à mobilização direta da classe	202
3.3.1 “Uma manifestação pode precipitar coisas que nós não desejamos”: riscos e ressalvas das mobilizações patronais	212
3.3.2 “Os interesses do produtor a gente não leva mais no grito”: o discurso da qualificação técnica como contraponto à mobilização direta da classe	217
3.4 “Eu entrava pela porta dos fundos”: a ação política patronal frente ao Estado	221
3.5 “A minha política primeira é a da classe”: patronato rural e política partidária	234
Considerações Finais	245
Referências Bibliográficas	250
Anexo I: Tabela dos dirigentes da Farsul gestão 1988-1991	261
Anexo II: Tabela dos dirigentes da Farsul gestão 1991-1994	262
Anexo III: Tabela dos dirigentes da Farsul gestão 1994-1997	264
Anexo IV: Tabela dos dirigentes da Farsul gestão 1997-2000	266
Anexo V: Lista de atividades da Farsul juntamente com instâncias militares	268

Introdução

“A agropecuária, como a sociedade em geral, está em constante mutação. Se a história gaúcha se confunde mesmo com a da Farsul, é provável, portanto, que a entidade também mude, modernize-se, transforme-se e chegue mais longe do que nunca nos próximos 90 anos. Mas a essência – o que está no DNA da Federação, aquilo que dá sentido a todo trabalho desenvolvido por ela – seguramente permanecerá intacta: a defesa dos interesses do produtor rural gaúcho”.

Com esta frase abre-se a edição de junho de 2017 do Jornal *Sul Rural*, edição comemorativa dos 90 anos de existência da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL). Constrói-se, ali, a ideia de uma entidade com uma *essência* muito clara e *intacta* ao longo do tempo, já que se busca evidenciar um elemento de continuidade e permanência em sua trajetória política: *a defesa dos interesses do produtor rural gaúcho*. No entanto, projeta-se também a imagem de uma Federação cuja história *se confunde* com a *história gaúcha* e, desta forma, experimenta um conjunto de mudanças ao longo do tempo, já que *a agropecuária* mesmo, *como a sociedade em geral, está em constante mutação*.

Assim, se por um lado, elementos ligados ao tradicionalismo e ao conservadorismo estão presentes de maneira estruturante na representação de interesses das classes e grupos dominantes do rural gaúcho, por outro lado, percebe-se uma disposição entre seus porta-vozes em enfatizar ideias ligadas à *mudança*, à *modernização* e à *transformação* nestes espaços ao longo do tempo.

A partir desta perspectiva, esta dissertação analisa as dinâmicas do processo de representação de interesses do patronato rural gaúcho na Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL) entre os anos de 1988 e 2000. Busca-se refletir sobre a estrutura e as formas de organização da Farsul, sobre o perfil e a representatividade de seus porta-vozes e sobre a forma com que estes agentes enxergam o processo de representação classista desenvolvido na entidade naquele contexto.

Cabe mencionar que a Farsul foi fundada em 24 de maio de 1927 como Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, no 2º Congresso de Criadores, em Porto Alegre¹. A sigla Farsul só apareceu em meados dos anos 1930 e em 1965 esta entidade

¹ No ato de fundação da Farsul no dia 24 de maio de 1927, estiveram presentes Associações Rurais de 25 municípios gaúchos, sendo a maioria destas provenientes da metade sul do estado. Trata-se das Associações Rurais de Bagé, São Vicente, São Borja, Lavras, Pelotas, São Gabriel, Livramento, São Jerônimo, Dom Pedrito, Piratini, Arroio Grande, São Francisco de Paula, Cruz Alta, Jaguarão, Rosário, Uruguaiana, Júlio de Castilhos, Porto Alegre, Santa Maria, Herval, Santiago, Santa Vitória do Palmar, São Sepé, Alegrete e Itaqui (Farsul, 1997b).

passa a se chamar Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, para se adaptar à lei federal que instituía a sindicalização rural no país (lei 424/63), promulgada no governo de João Goulart. De todo modo, esta organização é uma das mais antigas federações de entidades regionais da classe patronal rural do país e tem larga importância na representação de interesses dos grandes proprietários de terra do Rio Grande do Sul. Atualmente, a entidade se constitui como o espaço de representação sindical legal do patronato rural gaúcho, fazendo parte da rede de sindicatos patronais estaduais ligados à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) (Heinz, 1991; Gasparotto, 2016; Nardy, 2014; Da Ros, 2006).

A escolha por estudar a Farsul durante o período em questão se justifica em função de quatro pontos principais, os quais, se não estão diretamente vinculados ao conjunto de questões abordadas aqui, compõem, ao menos, o pano de fundo destas análises. Estas questões serão apresentadas aqui e aprofundadas no decorrer deste trabalho:

Em primeiro lugar, a escolha deste período ocorre em função de representar a sequência histórica ou o momento de desfecho de um grande processo de renovação política nas esferas de representação do patronato rural e agroindustrial brasileiro. Este processo, que teve como marco a instalação da Nova República (1985), a ocorrência da Assembleia Nacional Constituinte (1988) e a intensificação dos conflitos sociais e da luta por reforma agrária decorrentes daí, gerou a ampliação dos espaços e a intensificação das disputas na e pela representação legítima do patronato rural no estado e no país, fazendo emergir novos atores políticos neste cenário e condicionando, em maior ou menor medida, o tipo de ação desenvolvida pela representação tradicional e/ou oficial do setor, onde a Farsul se insere (Bruno, 1997, 2002, 2009; Mendonça, 2009, 2010; Heinz, 1991).

Em segundo lugar, a escolha deste período se dá em função de representar momento de importantes mudanças econômicas na agropecuária gaúcha, as quais se materializam, de um lado, numa crise da economia estancieira (baseada na produção de gado extensivo nos campos da metade sul do estado) e, de outro lado, no avanço dos cultivos agrícolas, sobretudo da soja, para esta região (Piccin, 2012; Benetti, 2007, 2010). Este processo acarretou mudanças na composição e na morfologia social do patronato rural gaúcho, já que os estancieiros da metade sul do estado – historicamente detentores de grande poder econômico e político –, em larga medida, passam a viver trajetórias descendentes, enquanto outros setores patronais, ligados às cadeias agrícolas em expansão naquele período, se fortalecem econômica e politicamente (Piccin, 2012, 2014).

Em terceiro lugar, este recorte temporal se dá em virtude de uma carência – ou praticamente inexistência - de estudos que se debruçam sobre a Farsul no período imediatamente anterior à virada de século. Chama atenção que a maioria dos trabalhos acadêmicos sobre a entidade têm como marco temporal os momentos de intensificação dos conflitos agrários no estado, notadamente nas décadas de 1960 e 1980. Em relação ao primeiro período, destacam-se os estudos de Gasparotto (2016) e Nardy (2014). Já em relação ao segundo período mencionado, destaca-se o trabalho de Heinz (1991), o qual circunscreve-se, especificamente, ao período de 1985-1988.

Portanto, embora esta dissertação não se estruture a partir das mesmas questões de pesquisa que compuseram o trabalho de Heinz (1991) – como será visto em mais detalhes a frente, este autor enxerga a Farsul, fundamentalmente, a partir de um cenário de intensificação dos conflitos agrários na Nova República, bem como desde sua interrelação naquele contexto com a recém criada União Democrática Ruralista (UDR), enquanto aqui se busca analisar a Farsul a partir de seus condicionantes internos de organização e do perfil e visão de mundo de seus porta-vozes -, trata-se de uma oportunidade para dar sequência, do ponto de vista do marco temporal, à análise feita por este autor, contemplando agora o final da década de 1980 e, portanto, visualizando os processos sociais ocorridos ali, mas conduzindo a análise também para a década seguinte, buscando visualizar a sequência daquele período histórico, até a virada para os anos 2000.

Por fim, o recorte temporal escolhido se justifica em função de condicionantes internos à entidade, já que neste período a Farsul foi dirigida por três diferentes presidentes – Ary Faria Marimon (1985-1991), Hugo Giudice Paz (1991-1997) e Carlos Rivaci Sperotto (1997-2017) -, fato que torna o período bastante representativo em termos de composição de diretorias e de formas de ação política, independente do real grau de semelhanças ou diferenças entre estes atores e gestões.

Diante disso, este trabalho tem como objetivo analisar: a) a estrutura e as formas de organização da Farsul – o que envolve refletir sobre o formato das diretorias e sobre a existência de coordenadorias regionais, comissões temáticas e departamentos e assessorias técnicas -, buscando compreender que dinâmicas políticas se expressam a partir destes elementos e das mudanças que ocorreram ali durante o período em estudo; b) o perfil e a representatividade dos porta-vozes da Farsul, buscando desvendar qual sua origem geográfica, perfil socioeconômico, formação escolar, envolvimento na política partidária e na disputa de eleições, bem como seu nível de inserção no interior do aparelho de Estado; c) a visão dos dirigentes da Farsul sobre o processo de representação

desenvolvido na entidade, tendo como foco sua relação com outras entidades do setor, com seus adversários de classe e com o Estado, o papel de suas lideranças e a utilização de diferentes formas de ação política pelo patronato rural, como as táticas mobilização direta da classe e sua participação na política partidária.

Feita a apresentação do objeto central desta dissertação – a representação de interesses do patronato rural gaúcho na Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul – cabe refletir agora a respeito dos elementos teóricos que dão sustentação a esta discussão. Neste sentido, discorro sobre alguns elementos em torno do debate de representação e apresento a concepção de classe social adotada aqui. Cabe destacar que apresento tais debates buscando, paralelamente, avançar na contextualização do cenário empírico que compõe a investigação. Por isso, coloco em diálogo elementos do debate sobre representação e classe social com o universo empírico real a ser estudado.

Posto isso, para que se desenvolvam tais análises, inicialmente cabe destacar que se entende a Farsul aqui como uma entidade de representação e de organização política do patronato rural gaúcho. Desta forma, os processos de representação que ali se desenvolvem são vistos como momentos centrais na ocorrência e no contínuo processo de *fazer-se* classe (Thompson, 1981, 2004, 2012) destes grupos patronais do campo.

Conforme destaca Heinz (1991, pp. 236-237), os processos de representação política do patronato rural são momentos privilegiados de “produção social” destas classes, já que contribuem na “produção de símbolos” e fortalecem uma “identidade social” comum entre grupos que se localizam “em uma posição social semelhante na estrutura da sociedade”, neste caso unidos pela condição de grandes proprietários de terra e produtores rurais. Assim, a representação de interesses destas classes pode ser vista como “um momento de união e solidariedade interna”, ou, em outros termos, como momento “de produção de uma experiência social comum, partilhada” entre estes agentes.

No mesmo sentido, Bruno, Sevá e Carneiro (2009, p. 132), dizem que a “representação é um espaço privilegiado de intensificação dos laços sociais que unem reciprocamente as classes e grupos patronais rurais e agroindustriais” do país. Desta forma, os processos de representação de interesses destes grupos e classes dominantes são entendidos pelos autores como momentos de “reafirmação de valores”, de “construção de projetos”, de identificação de adversários e aliados e de renovação de “práticas sociais, culturais e políticas” destes sujeitos.

Além disso, a representação de interesses do patronato rural e agroindustrial deve ser entendida como um “processo social” que agrega diferentes dimensões, incorporando tanto “as entidades formais (associações, sindicatos, grupos de pressão, etc.) como os seus porta-vozes, as lideranças e ‘quadros’ políticos como os representantes corporativistas e classistas”. Resumidamente, a representação pode ser entendida também como uma “prática social e como construção de uma retórica de identidade e de legitimidade de classes e grupos sociais, uns em relação aos outros” (Bruno *et al.*, 2009, p. 131).

Diante destes elementos, percebe-se a centralidade dos processos de representação para que a classe social seja instituída, para que ocorra em determinada realidade. De acordo com Bourdieu (1989), a classe se constitui a partir do momento em que há a ação de delegação da palavra dos agentes individuais para um espaço de representação coletiva, ou seja, a classe é instituída quando há representantes que falem em seu nome e em favor dela. Nas palavras do autor, “o grupo só pode existir pela delegação num porta-voz que o fará existir quando falando por ele [pelo grupo], quer dizer, a favor dele e no lugar dele”. Assim, o grupo é feito por aquele que fala em seu nome, ao mesmo tempo em que é o “verdadeiro princípio” deste porta-voz (Bourdieu, 1989, pp. 157-167).

Para Bourdieu, é neste processo de delegação da palavra que os representantes recebem do grupo o poder de fazer o próprio grupo, quer dizer, de constitui-lo enquanto classe e de fazê-lo existir “como uma força real no seio do campo político”. Isso é assim, pois a classe – entendida a partir de um espaço de posições e de relações sociais – só existe a partir do reconhecimento e da crença na sua própria existência. Quer dizer, para que a classe se constitua, sua existência deve ser percebida e reconhecida socialmente, existindo também no pensamento de determinados agentes sociais (Bourdieu, 1989, pp. 157-160).

Desta forma, pode-se dizer que a classe existe por meio de seus porta-vozes, que lhe dão tanto uma palavra quanto uma presença visível, processo capaz de fazer crer sua existência. Mas, segundo as reflexões de Bourdieu, este processo de representação não deve ser naturalizado, pois ocorre como fruto das lutas que se desenvolvem no seio campo político e de suas relações com elementos exteriores a este campo.

Para que se compreenda este processo faz-se necessário retornar ao conceito de *campo*, conforme pensado por Bourdieu. Segundo o autor, o campo social em que se desenvolvem estes processos pode ser entendido como “um espaço multidimensional de posições tal que qualquer posição atual pode ser definida em função de um sistema multidimensional de coordenadas cujos valores correspondem aos valores das diferentes variáveis pertinentes” (Bourdieu, 1989, p. 135).

Ainda segundo o autor, os agentes se distribuem no campo segundo o volume global e a composição do capital que possuem, já que o capital “representa um poder [...] sobre o produto acumulado do trabalho passado, [...] logo sobre os mecanismos que contribuem para assegurar a produção de uma categoria de bens e, deste modo, sobre um conjunto de rendimentos e de ganhos”. O capital pode se manifestar em sua forma objetivada ou em estado incorporado, ou seja, pode ser percebido na forma de capital econômico, mas também como capital político, cultural, social ou simbólico. A posse destes capitais pelos agentes sociais se traduz como poderes que definem suas probabilidades de ganho num determinado campo (Bourdieu, 1989, p. 134).

Além disso, na medida em que as propriedades que constituem o campo são “propriedades atuantes”, ele também pode ser definido como um “campo de forças”, onde se desenvolvem “um conjunto de relações de força objetivas”, que são impostas aos agentes presentes no campo, sendo irredutíveis às suas intenções particulares e mesmo às interações construídas entre estes agentes. Ainda segundo Bourdieu, “a forma com que se reveste [...] o conjunto das distribuições das diferentes espécies de capital” em cada campo “define o estado das relações de força [...] entre agentes objetivamente definidos pela sua posição nestas relações”. Desta forma, os agentes e grupos sociais são definidos pelas “posições relativas” que ocupam nos diferentes campos (Bourdieu, 1989, pp. 134-135).

Assim, o campo político deve ser visto como espaço de inter-relações - conflituosas ou não - entre os agentes, com vistas a alterar ou conservar as posições ocupadas por eles e, até mesmo, a estrutura do próprio campo ao longo do tempo. Dito de outra forma, o campo político pode ser entendido “como um campo de forças e como um campo das lutas que têm em vista transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento” (Bourdieu, 1989, pp. 163-164).

O que determina a tomada de posição dos agentes no campo político é a estrutura deste campo, quer dizer, a relação objetiva de determinados agentes sociais com os ocupantes de outras posições do campo e com as tomadas de posição destes agentes. Segundo o autor, não se pode subestimar “a autonomia e a eficácia específica” do campo político, sobretudo no que se refere a “eficácia propriamente simbólica da representação e da crença mobilizadora que ela suscita” (Bourdieu, 1989, pp. 155, 175).

Desta forma, pode-se dizer que o jogo político só se joga na esfera do campo político² e a sua manifestação pública implica a existência de grupos políticos. Diante disso, para que se compreenda a constituição do processo de representação política – momento a partir do qual pode-se falar na existência da classe – deve-se analisar a lógica do processo de delegação da palavra, que institui determinado representante como porta-voz de um grupo (Bourdieu, 1989, pp. 157, 165).

Este processo de separação entre agentes “politicamente ativos” e “agentes politicamente passivos”, quer dizer, entre representantes e representados, que faz com que os últimos se coloquem diante da necessidade do desapossamento da palavra - pela via da delegação - para se constituírem enquanto grupo político, não ocorre ao natural, mas é determinado por condições “econômicas e sociais da divisão do trabalho político” (Bourdieu, 1989, p. 163).

Assim, este processo será mais intenso e mais provável, quanto maior for a concentração de capitais políticos³ sob posse de um número reduzidos de agentes e “quanto mais desapossados de instrumentos materiais e culturais necessários à participação ativa na política” - sobretudo em relação ao tempo livre e aos capitais culturais - estiverem os “simples aderentes” (Bourdieu, 1989, pp. 163-164).

Isso é assim, pois a participação dos agentes no campo político exige uma preparação especial e a posse de um “*corpus* de saberes específicos”, sobretudo no que se refere ao domínio da linguagem e da “lógica imanente do campo político”. Em suma, a participação neste campo pressupõe a incorporação de um *habitus*⁴ específico, o que possibilita a determinados agentes “dominar praticamente o sentido objetivo e o efeito social das suas tomadas de posição” neste campo (Bourdieu, 1989, pp. 169-172).

Feitas tais reflexões em torno do processo de representação política e evidenciada a importância da categoria classe para se pensar estes processos, cabe agora avançar especificamente em relação ao debate deste conceito – o de classe social. Para os fins deste trabalho, juntamente com as formulações de Bourdieu sobre representação política,

² Assim, embora as regras deste jogo estejam em constante disputa, a participação dos agentes no jogo político implica sua adesão a este jogo (Bourdieu, 1989, pp. 172-173).

³ Segundo Bourdieu (1989, pp. 187-188), o capital político pode ser entendido como uma forma de capital simbólico, o qual se firma na “crença” e no “reconhecimento” conferido pelos agentes a uma determinada pessoa ou organização política. Ainda segundo o autor, este poder simbólico, em posse de alguns agentes - poder de “fazer ver” e de “fazer crer” –, depende de sua posição na estrutura do espaço social e, mais especificamente, do campo político (Bourdieu, 1989, pp. 150-151).

⁴ O *habitus* é algo relativo no tempo e no espaço e se traduz como “um conhecimento adquirido” ou uma “espécie de sentido do jogo” que “indica a disposição incorporada” pelos agentes no espaço social e determina a ação destes agentes em determinadas circunstâncias (Bourdieu, 1989, pp. 61-62).

será privilegiada uma perspectiva de classe, tendo como referência as formulações do historiador inglês Edward Thompson. Este diálogo se torna possível na medida em que, à semelhança de Bourdieu, Thompson privilegia o espaço da ação política e da relação entre sujeitos na ocorrência da classe social, buscando, assim, fugir de uma concepção reificada de tal categoria.

Para que se efetuem as reflexões em torno da formulação thompsoniana de classe, cabe mencionar inicialmente, conforme destacou Gasparotto (2016, p. 12), que, embora o referencial teórico-metodológico deste autor fundamente-se “no estudo da história dos trabalhadores e excluídos”, suas formulações em torno do conceito de classe, entendida “enquanto um acontecimento histórico”, podem ser utilizadas também “para pensar os ‘grupos dominantes’ e compreender como estes grupos se constroem enquanto tal”.

Isso é assim, pois Thompson pensa uma perspectiva de classe como processo histórico, experiência social e relação entre sujeitos. Para o autor, a classe não existe enquanto uma “estrutura” ou uma “categoria estática”, mas como uma relação e um processo de *vir-a-ser* no tempo, ocorrendo efetivamente no âmbito das relações humanas e tendo como base “pessoas e contextos reais”. Assim, o autor privilegia a análise da história como um processo constituído por sujeitos, buscando reposicionar o debate sobre estrutura e agência na formação da classe, de modo a não enxergá-la como algo objetivado e determinado aprioristicamente por uma totalidade estrutural. Para ele, os processos de formação da classe ocorrem no limite entre a “determinação” e a “auto-atividade”, pois, mesmo que os agentes estejam inseridos em uma determinada estrutura econômica e social que, até certo ponto, condiciona suas ações, eles também atuam na elaboração da classe enquanto vivem sua própria história (Thompson, 1981, 2004).

Neste sentido, prioriza-se a compreensão da classe social como um processo histórico que descreve relações entre sujeitos ao longo do tempo e que pode ou não ocorrer em determinada realidade. Mais precisamente, a classe seria “um fenômeno histórico que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência quanto na consciência” (Thompson, 2004, p. 9).

Em outros termos, a classe se delinea conforme a experiência vivida pelos agentes e com base na maneira segundo a qual estes agentes se valem “dessas experiências em nível cultural”. Percebe-se, assim, que a experiência e a consciência social dos agentes não são independentes entre si, já que a experiência traz novas questões e proporciona boa parte do material sobre o qual se desenvolve a consciência dos agentes, enquanto esta

última representa a forma com que as “experiências são tratadas em termos culturais” (Thompson, 2012, pp. 277-280; 1981, p. 16; 2004, p. 10).

Diante disso, segundo a perspectiva de Thompson, a classe só ocorre quando determinados agentes sociais passam a se comportar de modo classista, ou seja, quando estes atores “sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si”, “identificam seus interesses antagônicos e passam a lutar, a pensar e a valorar em termos de classe”. Em outros termos, a classe ocorre se os agentes sociais, a partir de suas experiências de luta, entrarem em relação e em oposição com outros grupos, em termos de classe, quer dizer, com consciência de classe. A classe, portanto, não pode existir sem algum tipo de consciência de si mesma. Logo, não é a classe – como uma definição estática e determinada preliminarmente por uma totalidade estrutural - que produz a consciência social dos agentes, mas, ao contrário, a consciência dos agentes que se constitui como um dos elementos de formação desta classe (Thompson, 2012, pp. 169-275, 1981, p. 121; 2004, p. 10).

Tendo em conta a importância de uma perspectiva relacional na análise destes processos - já que, como comentado, a classe é uma categoria histórica que descreve relações entre sujeitos ao longo do tempo e, desta forma, não pode ser definida de maneira abstrata ou isolada, sem que se leve em consideração as relações que estabelece com outras classes ao longo do tempo -, percebe-se que esta formação da consciência de classe de determinado grupo opera-se também a partir da definição da identidade de um “nós” em contraposição aos “outros”, cujos interesses são diferentes e, até mesmo, antagônicos dos seus (Thompson, 1981, p. 121; 2004, p. 10).

No caso do patronato rural e agroindustrial brasileiro, tendo como parâmetro de referência o período recente, percebe-se que a noção de “agronegócio” se constitui como um dos elementos estruturantes na definição de identidades sociais e na atualização de práticas políticas por parte destes agentes. Em torno desta noção e de seus significados os porta-vozes patronais articulam ideias de pertencimento e de exclusão - definindo quem pode e quem não pode fazer parte do agronegócio – e demarcam aliados e adversários – um “nós” em contraposição aos “outros” -, renovando práticas e promovendo ação política que contribui para a ocorrência da classe.

Como noção puramente descritiva, o agronegócio - ou *agribusiness* - pode ser entendido como o conjunto de “operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas e processamento industrial”, que se realiza “antes, durante e depois” do espaço da produção agropecuária propriamente dito. Neste sentido, “as noções de complexos

agroindustriais, complexo rural, cadeia produtiva e *filière*”, seriam consideradas definições análogas à de agronegócio. No entanto, do ponto de vista político, o agronegócio pode ser entendido como resultante de uma aliança entre as cadeias agroindustriais, a grande propriedade fundiária e o Estado brasileiro, com vistas a configurar determinado modelo de acumulação capitalista no campo (Delgado, 2012, pp. 89-93).

Assim, pode-se compreender o agronegócio também como uma “palavra política”, que contribui na unificação de “interesses das classes e grupos dominantes no campo” e se constitui como “expressão do processo de construção da hegemonia e de renovação dos espaços de poder e de dominação” destas classes. Entendido como “expressão de união, de sucesso e de riqueza” entre as elites agroindustriais, o agronegócio se estrutura “a partir da noção de cadeias e de elos que uniriam processos, empresas e atores”. Além disso, o suposto desta “palavra política”, baseado em concepção que se constrói e reconstrói conforme as necessidades e interesses de seus agentes em cada momento, constitui-se, para eles, como expressão de “organização” e de “amadurecimento da classe” (Bruno, 2009, pp. 114-116).

Embora entendido como elemento unificador de “interesses e práticas patronais”, o agronegócio deve ser visto também a partir de sua heterogeneidade interna, já que envolve relações entre agentes e grupos com “concepções diferenciadas, divergências e disputas sobre várias questões”, sinalizando a existência de “diferenciações internas e diferenciais de poder” entre estes agentes. Percebe-se que o lugar ocupado nesta atividade produtiva – se “dentro da porteira da fazenda” ou “fora da porteira da fazenda” – é preponderante na definição de “posturas e leituras diferenciadas sobre o agronegócio” e, por consequência, na definição de conflitos e alianças entre estes agentes. Além disso, “a noção de atraso e de modernidade” se constitui como a principal fundamentação para a “classificação sobre quem pode e quem não pode pertencer ao agronegócio” (Bruno, 2009, pp. 121-122).

Portanto, embora unido pela defesa de seus interesses fundamentais de classe, sobretudo a defesa da propriedade e do monopólio da terra – como será visto em mais detalhes à frente -, o patronato rural e agroindustrial brasileiro não pode ser visto de maneira homogênea, pois percebe-se que há uma complexa trama de contradições e disputas de projeto entre diferentes setores, frações e grupos que compõem estas classes dominantes. Estas tensões se manifestam no âmbito das disputas gerais da sociedade e das lutas pela definição do conteúdo das políticas setoriais para o agronegócio, sendo que,

em última análise, podem se converter em disputas em torno da própria legitimidade da representação patronal, quer dizer, em torno de quem pode ou não falar pelo setor (Bruno, 1997; 2009; Mendonça, 2009; 2010).

Desta forma, mesmo que, diante da ameaça de sua dominação de classe, exista elementos que unifiquem a ação política destes agentes contra um inimigo comum, a representação de seus interesses deve ser vista também a partir da heterogeneidade que se expressa internamente à classe. Neste cenário, deve-se pensar a representação de interesses do patronato rural e agroindustrial brasileiro, na atualidade, a partir de um dos principais traços da ação política destes grupos: a multiorganização do setor, processo que se torna significativo com a modernização agrícola no país, ganhando nova intensidade a partir de 1985, na chamada Nova República (Bruno, 1997; 2009; Mendonça, 2009; 2010).

Segundo Bruno, Lacerda e Carneiro (2012, pp. 521-522), “a prática da multiorganização em muito contribui para neutralizar a segmentação de interesses e para a construção do consenso” no seio das classes dominantes agroindustriais. Neste processo, “frequentemente uma mesma fração de classe, setor produtivo ou porta-voz participa, concomitantemente, de várias instâncias de representação”, as quais vão desde a estrutura oficial do sindicalismo patronal rural - representado nacionalmente pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e nos estados pelas Federações de Agricultura - como a Farsul -, passando por associações por produto e multiproduto, por entidades tradicionais do setor, como a Sociedade Rural Brasileira (SRB) e a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) ou por entidades como a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e a Associação Brasileira do Agronegócio (Abag). Em alguns casos, estas lideranças do agronegócio se fazem representar também nos departamentos e conselhos das Federações da Indústria e do Comércio, ligados ao tema da agricultura.

Cabe destacar novamente que as relações entre estas diferentes instâncias de representação não ocorrem sem tensões, sendo que muitas vezes a estrutura do sindicalismo patronal oficial – de que faz parte a Farsul – é questionada e alvo de críticas por suas falhas e limitações na representação do grupo. No entanto, as demais instâncias de representação patronal, “definitivamente, não prescindem do espaço sindical patronal, enquanto espaço tradicional e reconhecido de representação política”, já que este cumpre papel de centralidade na representação de interesses da classe, inclusive em momentos de renovação de suas práticas e de sua retórica de dominação (Bruno *et. al.*, 2009, p. 135).

Desta forma, percebe-se que, se a representação de interesses do patronato rural e agroindustrial brasileiro pode ser compreendida como momento privilegiado do *fazer-se* classe destes grupos, deve-se compreender este processo levando em consideração suas diversas formas de expressão e, ao mesmo tempo, considerando os elementos que distinguem e unificam a ação destes agentes ao longo do tempo, já que ao mesmo tempo em que são relativamente heterogêneos e caracterizados por diversas disputas internas, os setores sociais dominantes do campo brasileiro unificam-se em torno de interesses fundamentais de classe.

Como comentado anteriormente, a defesa da propriedade e do monopólio da terra constitui-se como o principal elemento unificador da ação política patronal em torno destes interesses fundamentais de classe e da identificação de um inimigo comum – a contraposição aos “outros”, parte do *fazer-se* classe, apontado por Thompson. Neste sentido, conforme destacou Bruno (1997, p. 13), a defesa do monopólio fundiário configura-se como uma das marcas das classes dominantes agrárias a nível nacional, sendo que “em nenhum momento encontramos o ‘espírito de classe’ de um modo tão claro, tão nítido e intenso quanto no debate sobre a questão fundiária”. Ainda segundo a autora, nestes momentos, “não é aquela liderança patronal e muito menos aquele setor particular, e sim a ‘classe’ que polemiza e reage”.

Isso é assim, pois para o patronato rural brasileiro, “o ataque à propriedade e ao direito de ser proprietário” seria considerado “como o mais grave dos ‘crimes’”, já que “a terra, longe de representar apenas um meio de produção”, constitui-se como “fonte direta de seu poder” (Mendonça, 2009, p. 47). Diante disso, diversas são as formas de ação do patronato rural na oposição às tentativas de reforma agrária em nosso país, ao longo do tempo, seja a partir de atuação nas esferas institucionais - buscando disputar o conteúdo destas reformas e, de modo geral, anular seu componente fundiário propriamente dito -, a partir de táticas de pressão pública e de mobilização de rua do setor patronal ou, em situações limite, até mesmo de conflito aberto com seus adversários de classe.

Neste sentido, percebe-se que os momentos de intensificação destes conflitos agrários – quando emergem à cena política movimentos de luta pela terra e ganham força as reivindicações por mais direitos aos setores sociais historicamente subordinados – se constituem também como momentos férteis para a reprodução das classes e grupos dominantes do campo em torno de novos elementos de dominação e exploração. Estes momentos envolvem “mediações, contradições, conflitos e transformações” no âmbito

dos grupos dominantes do campo e, ao produzirem novos espaços de representação e novas identidades patronais, se constituem como momentos cruciais do processo de formação da classe (Bruno, 2002, p. 24).

Aliás, em sentido semelhante, os processos de mudanças econômicas e de modernização da agricultura também podem ser destacados como momentos de recomposições internas, de ampliação dos espaços de representação e de produção de novos signos na luta política das classes dominantes agrárias e agroindustriais. De modo geral, ao ampliarem a diferenciação de interesses no âmbito destas classes, as mudanças econômicas e os processos de modernização geram crises de representação das organizações “tradicionais” do setor e a emergência de novas associações coletivas – organizadas, principalmente, por ramos produtivos -, que disputam a representação dos setores agrícolas mais modernos, segmentando cada vez mais este espaço.

Há, assim, uma ampliação dos espaços de representação patronal e uma possível dissociação entre a “representação legal-formal” e a “representação real” destes agentes, já que muitos dos processos políticos deste patronato passam a ocorrer a partir destas novas expressões de organização, ao invés do sindicalismo patronal oficialista. Neste processo, muitas das novas “agregações, desejosas de ‘desatrelarem-se’ do sistema corporativo”, desenvolvem “padrões próprios de organização e ação políticas” (Mendonça, 2009, pp. 51-52, 233), conformando importantes traços e características do *fazer-se* classe destes grupos.

Alguns dos momentos mais emblemáticos destes processos podem ser visualizados durante as décadas de 1960 e 1980, períodos onde ocorreram intensos processos de modernização agrícola no país e a intensificação de conflitos agrários, principalmente em torno da promulgação do Estatuto da Terra em 1964⁵ e do anúncio do I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA) em 1985⁶. Estes processos repercutiram nas instâncias de representação patronal rural do país, produzindo conflitos, que giravam em torno dos papéis atribuídos às entidades de classe na luta política daqueles períodos, e gerando fortes crises de representação das organizações patronais “tradicionais”.

Do ponto de vista econômico, as mudanças visualizadas durante este período acarretaram alterações nas esferas de representação do patronato agroindustrial brasileiro, pois o avanço da modernização agrícola no país desenvolveu um conjunto de novas cadeias produtivas, aprofundando a segmentação de interesses visualizada na agricultura,

⁵ Sobre o Estatuto da Terra ver Primeira Lei de Reforma Agrária no Brasil – 1964. In: Stedile, 2005.

⁶ Sobre o contexto do I PNRA e suas implicações, ver Baltar, 1990; Graziano da Silva, 1985;

apresentando novos atores à arena política patronal e complexificando sua definição de interesses, suas interrelações e suas disputas de poder. Segundo Mendonça (2009), nos anos 1980

A crise derivada da “modernização” da agricultura brasileira acarretara profunda segmentação de interesses no interior da classe dominante agrária, levando a um duplo processo de diferenciação: econômica e política. Com isso, estava aberto o espaço para uma disputa que envolveu todos os setores da classe dominante agrária com vistas a assegurar a permanência de seus porta-vozes em agências da sociedade política – ou sua exclusão destas -, o que, num cenário marcado pela especialização não só da agricultura, mas também de suas entidades, tornava cada vez mais difícil a construção do consenso (MENDONÇA, 2009, p. 178).

Se, neste contexto nacional, o avanço dos processos de modernização da agricultura aprofundaram a segmentação de interesses do patronato rural, influenciando em suas esferas de representação corporativa, no caso do Rio Grande do Sul, na virada de década dos anos 1980 para os anos 1990, assiste-se também a um significativo processo de mudanças econômicas que produz alterações na morfologia social do patronato rural do estado. Este processo é marcado, de um lado, pela existência de uma crise da atividade pecuária - setor a partir do qual se desenvolveu tradicionalmente o latifúndio no estado e de onde provinha grande força política do patronato rural gaúcho – (Piccin, 2012) e, de outro lado, por a uma nova onda de expansão dos cultivos agrícolas, sobretudo do arroz, da soja e do milho, para a região sul do estado, principalmente na sua porção sudoeste, a chamada região da Campanha Gaúcha, onde tradicionalmente imperou esta pecuária extensiva (Benetti, 2010, pp. 84-85). Estas mudanças econômicas alteraram a morfologia social do patronato rural gaúcho, produzindo reequilíbrios de força, aumentando a segmentação de interesses intraclasse dominante e repercutindo nos espaços de representação corporativa destes grupos.

Já do ponto de vista político e social, no que se refere aos anos 1980, destaca-se que o processo de reabertura democrática, ocorrido em meados daquela década, e a intensificação da luta por reforma agrária naquele contexto influenciaram no cenário da representação política do patronato rural brasileiro, pois fizeram com que proprietários de terra e empresários rurais percebessem “com mais clareza a rigidez de suas estruturas de representação” (Bruno, 2002, p. 120). Com isso, ocorria o acirramento de divergências internas e as alianças e confrontos intraclasse dominante se faziam e refaziam constantemente no interior de federações, sindicatos e associações de representação de interesses destes grupos, abrindo espaço para uma disputa em torno da legitimidade da representação pública destes setores.

Este fato se expressou em nível nacional, notadamente, no surgimento da União Democrático Ruralista (UDR)⁷, organização que passou a disputar a legitimidade da representação patronal com entidades com a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), a Sociedade Rural Brasileira (SRB), a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB)⁸ e a oficialista Confederação Nacional da Agricultura (CNA)⁹.

No caso do Rio Grande do Sul, Heinz (1991) percebe este processo como um momento de impasse na representação legal/oficial dos grandes proprietários fundiários e, ao mesmo tempo, de ampliação geral de seus espaços de representação. Segundo o autor,

Com a Proposta de um projeto de mudanças na estrutura fundiária, do qual o PNRA é o instrumento jurídico-operacional, as formas de representação agenciadas pela FARSUL passaram a ver-se diante de um impasse, definido não exatamente pela perda de eficiência das formas historicamente consagradas de representação da grande propriedade fundiária, que se mantém férteis na consecução de grande parte dos propósitos dos proprietários. Antes, é na incapacidade desta representação em responder às novas situações, oriundas da ampliação dos espaços de discussão/disputa acerca do problema fundiário, o que pode, hipoteticamente, ser explicado não só pela emergência de signos políticos novos, no campo de conflitos agrários, mas também pela natureza desta representação do sindicalismo patronal face o Estado (HEINZ, 1991, pp. 27-28).

Assim, o autor destaca – de forma semelhante ao que apontou Bruno (2002), em relação ao cenário nacional – que aquele período se caracterizou por evidenciar certa rigidez das estruturas de representação oficiais do patronato rural – neste caso, da Farsul -, sobretudo por sua natureza de atuação frente ao Estado, já que regulamentados por legislação sindical que, ao mesmo tempo em que legitima sua atuação oficial, acaba por deixá-la, em alguma medida, presa aos limites desta política institucional.

Assim, na concepção do autor, esta crise de representação do patronato rural no Rio Grande do Sul não ocorreu

Em virtude de uma possível “não-representatividade” dos representantes tradicionais, mas definiu-se exatamente na incapacidade da representação tradicional em responder à multiplicidade de situações novas, emergentes no bojo das modificações da política brasileira na primeira metade dos anos oitenta, entre as quais inscreve-se o projeto de uma Reforma Agrária no país (HEINZ, 1991, p. 180).

Com isso, o autor pretende demonstrar que, embora a Farsul cumprisse suas funções na representação do setor e, em grande medida, tenha demonstrado eficiência na

⁷ Sobre a UDR ver Bruno, 1987; 1989; 1996; Mendonça, 2009; 2010.

⁸ Mendonça (2009) traz importantes reflexões sobre o histórico, formas de atuação, bandeiras políticas e bases sociais da SNA, da SRB e da OCB.

⁹ Sobre a CNA ver Tavares, 2012; Moreira, 2018.

luta contra a reforma agrária, a intensificação dos conflitos agrários da época impunha aos setores dominantes do campo gaúcho a constituição de novos modos e espaços de organização, a fim de radicalizar suas ações e priorizar a mobilização direta da classe na oposição aos movimentos de trabalhadores rurais em ascensão naquele momento. Em outros termos, necessitava-se de um espaço de representação política menos atrelado às instâncias do Estado e mais propício a mobilização direta da classe.

De todo modo, o autor destaca que este período se caracterizou também por intensa mobilização e pelo surgimento de novos elementos de união da classe dos grandes proprietários fundiários. Quer dizer, mesmo que tenha havido um processo de crise e de ampliação dos espaços de representação política do patronato rural gaúcho neste contexto - processo permeado por tensões, disputas, argumentos e acordos entre diferentes setores e porta-vozes patronais -, estes períodos de intensificação dos conflitos no campo, antes de representar cisões e rupturas concretas no interior desta classe, ajudam a produzir “convergência” e a redefinir “estratégias e laços de solidariedade, que em outros momentos da história mostravam-se inoportunos ou desnecessários” (Heinz, 1991, pp. 236-237).

Além disso, se é verdade que estes períodos de intensificação dos conflitos agrários constituem-se como momentos próprios de renovação de práticas, de discursos e de estratégias de dominação patronal, deve-se considerar que, paralelamente à criação de novas organizações de representação patronal neste contexto, a própria Farsul também passou a adotar comportamentos diferentes em função do acirramento das tensões no campo. Neste sentido, destaca-se a radicalização de seu discurso em defesa da propriedade e a incorporação de uma dimensão moderna em suas ações - com o surgimento de discursos voltados ao “novo” e à constituição de uma “atitude empresarial” na representação do grupo -, processos que caminham *pari passu* da manutenção de um relacionamento direto com as instâncias de Estado (Heinz, 1991, p. 197).

Percebe-se, assim, que este processo de renovação na representação política do patronato rural brasileiro – ocorrido nos marcos da chamada Nova República e com o fim da ditadura militar – expressou-se tanto a partir da “ampliação e diversificação dos espaços formais de representação” do patronato, quanto “pela construção de uma nova linguagem de legitimação” e “de novas práticas políticas” por parte destes grupos (Bruno *et. al.*, 2009, p. 132).

Esta “nova retórica de legitimidade das elites agrárias”, baseada em “uma nova ideologia do moderno no campo” e em uma agricultura, de fato, mais modernizada e

integrada, buscava “projetar a imagem de um patronato rural progressista, regido pela criatividade empresarial e pela competitividade” econômica, além de estar, supostamente, atento às questões sociais do mundo rural (Bruno, 1997, pp. 16-17).

Neste processo, as classes dominantes agrárias passam a “se auto-representar e se autodefinir como ‘produtores e empresários rurais’”, expressões que tem por base uma nova “ofensiva política e ideológica” destes setores, representando a renovação das “formas de dominação e de exploração burguesa” naquela realidade – “‘Nós, os produtores e empresários rurais’ seria assim o reorganizador dos símbolos e do agir dos dominantes: antigas palavras que buscam impetrar novas significações e referências às noções de competência e do ser moderno” (Bruno, 1997, pp. 5-6).

Adentrando mais a fundo neste processo, pode-se perceber que a renovação visualizada na representação patronal do campo naquele momento se expressou, especificamente, através de diversos fatores, onde se destaca:

1) O fato de, cada vez mais, a representação de interesses assumir um lugar estratégico junto às lideranças patronais rurais e do agronegócio; 2) a decisão por uma maior presença na grande política institucional; 3) a tentativa de aglutinação de diferentes forças sociais e políticas em torno de alguns objetivos comuns (BRUNO *et. al.*, 2009, p. 132).

Além disso, Bruno, Sevá e Carneiro (2009) também destacam outros elementos que sinalizam a existência deste processo de renovação, como a emergência de novos atores e a diversificação de demandas políticas no âmbito do patronato rural; a instituição de novos campos de conflitividade em torno dos temas do trabalho escravo e da questão ambiental; a busca por maior reconhecimento e visibilidade do grupo junto ao Estado e à sociedade em geral; o surgimento do agronegócio como força hegemônica; a consolidação de movimentos de defesa da propriedade; e a modernização do setor em termos de instituição de representações políticas profissionalizadas, formação técnica e política de novas lideranças e incorporação de noções de responsabilidade social e ambiental (Bruno *et. al.*, 2009, p. 132).

Em suma, a construção destas novas retóricas e práticas patronais a partir da segunda metade dos anos 1980 significou uma tentativa de redefinir as relações estabelecidas entre os grupos e classes dominantes no campo entre si, frente ao Estado e na busca de novos espaços na sociedade, já que vivia-se ambiente de transição política e as possibilidades abertas neste processo se configuravam como questões centrais para o patronato rural. A partir disso, não mais imperou unicamente o discurso de defesa da grande propriedade da terra em si, mas desta como “parte constitutiva dos complexos

agroindustriais, situando-se, portanto, em um contexto mais amplo que a justificaria” (Bruno, 2002, p. 22).

Fortalecia-se, assim, um movimento de modernização na prática e na retórica destes agentes, processo que produziu uma ampliação das alianças de classe do patronato rural e agroindustrial, renovando seus processos de dominação e o próprio perfil dos agentes ali envolvidos. Aliás, se, como dito anteriormente, o agronegócio pode ser entendido como “palavra política”, que contribui na produção de identidades de classe e na unificação de interesses do patronato rural e agroindustrial brasileiro, sendo expressão do processo de construção de sua hegemonia e de renovação de seus espaços de poder e de dominação (Bruno, 2009), pode-se considerar este o contexto em que tal construção ganha força enquanto bandeira política, já que se constituiu ali como ferramenta de busca pela neutralização de conflitos intraclasse dominante e, desta forma, consagrou-se “como eixo do novo projeto hegemônico entre os grupos agroindustriais no Brasil”, em contexto de intensas disputas e renovações na representação classista (Mendonça, 2009, p. 99).

É importante frisar que este processo de afirmação do agronegócio como eixo central do novo projeto hegemônico das elites agroindustriais brasileiras esteve diretamente atrelado também ao surgimento de uma nova entidade representativa do setor, a Associação Brasileira de Agribusiness (Abag), criada no ano de 1993, com o intuito de construir novo consenso no seio deste patronato rural e agroindustrial e superar a crise de representação que atingia estes agentes naquele momento (Mendonça, 2009, pp. 217-219).

A criação da Abag representou uma novidade, já que integrou, “num só *Sistema*, todas as atividades correlatas ao ‘agro’”, produzindo, a partir disso, um “gigantesco complexo agro-industrial-financeiro”, no qual a produção agrícola, propriamente dita, apesar de ser a “avalista ideológica” deste complexo, constituía-se apenas como um de seus ramos especializados. Por isso, esta entidade pode ser considerada um marco na construção de espaços de representação corporativa deste complexo agro-industrial-financeiro, já que aproximou entre si diferentes atores das cadeias do agronegócio, além de contribuir fortemente para a afirmação política desta bandeira (Mendonça, 2017, p. 1).

Contudo, cabe frisar também que, mesmo diante deste cenário de maior integração de capitais na agricultura, de ampliação das alianças de classe do patronato agroindustrial - que rompem o espaço rural - e de consagração de novos símbolos e identidades de dominação, mantêm-se também velhos processos e relações personalistas no campo, além da continua evocação da tradição para a manutenção da hegemonia de classe. Em suma,

ao mesmo tempo em que se produzem novos comportamentos e discursos no âmbito das elites agrárias, também se atualizam velhas e tradicionais práticas de dominação:

Do ponto de vista das estruturas sociais e de classe, as modificações impressas com o desenvolvimento agrícola propiciaram, ao nível dos dominantes, a emergência de novos atores e uma grande diversidade interna que, longe de eliminar de vez ou de tornar anacrônica as velhas estruturas e processos, a eles se imbricam. Por seu lado, novos sujeitos políticos e novos sistemas de dominação e de legitimidade burguesa vão sendo construídos juntamente com velhos atores e estruturas (BRUNO, 1997, p. 4).

Desta forma, havia naquele cenário “uma nova geração política no campo, muitas vezes moderna pela tecnologia, porém ainda atrasada na concepção de propriedade, que reorganiza novos símbolos e práticas, ao mesmo tempo em que atualiza velhos argumentos e antigas formas de agir”. A expressão dos elementos de atraso e permanência que compuseram esta nova identidade patronal teriam como base “a concepção de propriedade como direito natural e ilimitado” e o uso da “violência como prática de classe”. Por outro lado, os elementos inovadores se expressariam na defesa de “modernos padrões de rentabilidade e competitividade”, aliados ao uso de táticas lobistas, e ao “imperativo da gestão e da qualificação empresarial como condição de reprodução social e como prática política” destas classes (Bruno, 2002, pp. 17-23).

Em síntese, pode-se dizer que as transformações geradas na sociedade pelo desenvolvimento agrícola impulsionado por estas elites, na maioria das vezes, se dão sem grandes rupturas e conservam traços ambivalentes em sua constituição. Por isso, mesmo em um cenário de consideráveis transformações tecnológicas, persistem ainda formas arcaicas e traços da velha ordem socioeconômica. Mais do que isso, essas características arcaicas não são contraditórias ao modelo de desenvolvimento impulsionado pelas elites agrárias, mas ao contrário, subordinam-se a ele (Severino, 2009; Bruno, 2002).

Logo, do ponto de vista da representação política, embora o discurso do setor patronal rural tenha se alterado ao longo do tempo e “a questão agrária tenha ganhado novos contornos, [...] as práticas encetadas continuam sendo tipificadas pelo apelo à violência, pelo imperativo do conservadorismo e do autoritarismo” (Xavier, 2015, p. 155).

É diante deste cenário empírico e buscando incorporar os elementos teóricos apresentados aqui, que se analisará a representação de interesses do patronato rural gaúcho na Farsul entre os anos de 1988 e 2000.

Com estas análises, busca-se responder a seguinte questão de pesquisa, a qual estruturou o desenvolvimento deste trabalho: diante de um contexto de mudanças na

composição do patronato rural gaúcho e de intensas disputas na e pela representação legítima do setor no estado e no país, como atuou a Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul no período anterior à virada de século?

Para isso, este trabalho se estrutura a partir de dois eixos analíticos que se inter-relacionam:

O primeiro deles compõe-se de uma reflexão voltada às características internas da Farsul. Neste sentido, analiso a estrutura de organização da entidade e o perfil de seus porta-vozes, tendo como objetivo compreender como a Farsul se organizava naquele contexto e quem eram seus representantes. Mais especificamente, ao analisar a estrutura de organização da Farsul, privilegio olhar sobre tamanho e formato da diretoria e sobre a existência de instâncias organizativas como as Coordenadorias Regionais, as Comissões Temáticas e os Departamentos e Assessorias Técnicas. Por sua vez, ao analisar o perfil dos porta-vozes privilegio um olhar sobre seu perfil socioeconômico, representatividade regional, formação escolar, filiação partidária, participação em eleições e presença no interior do aparelho de Estado.

O segundo eixo analítico reflete como os dirigentes da Farsul enxergam ou concebem o papel da entidade e de suas lideranças na representação de interesses do patronato rural gaúcho. Neste sentido, analiso como estes agentes veem a Farsul em um cenário de multiorganização do patronato rural e agroindustrial brasileiro e o que pensam sobre diferentes formas de atuação política desenvolvidas pela entidade no contexto em estudo. Assim, tendo como pano de fundo questões que marcam a realidade estudada, busco compreender como atuou a Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul naquele contexto.

De modo geral, percebo que a ação política destes agentes é composta de uma diversidade de práticas, de significações e de concepções de representação, as quais se manifestam na composição social e nas formas de organização da entidade, bem como no discurso de legitimidade de seus porta-vozes. Esta diversidade de práticas e de concepções não é excludente entre si, mas se complementa, produzindo, no conjunto, as formas de ação e as estratégias de reprodução social do patronato rural e de seus porta-vozes naquela realidade.

No entanto, ainda que entendida como diversidade de práticas, significações e concepções, a representação do patronato rural analisada aqui manifesta-se também a partir de traços e características fundamentais, elementos transversais, presentes em diversos momentos da ação política destes grupos, e que, por isso mesmo, compõem de

maneira estruturante o seu *fazer-se* classe, enquanto processo histórico. Desta forma, transversalmente marcada pelo convívio e pela renovação mútua entre o novo e o velho, elementos contidos nas estratégias de reprodução social destes grupos, a representação do patronato rural manifesta-se, no fundamental, como característica de ambivalência entre o discurso pacífico e o violento, entre a ação oficial e a oficiosa, entre a imagem contemporânea e a antiga. Em suma, a representação do patronato rural manifesta-se aqui como ambivalência entre o moderno e o arcaico.

De todo modo, cabe ressaltar, mais uma vez, que a problemática de pesquisa desenvolvida aqui foi formulada tendo em conta um diálogo com a literatura acadêmica que versa sobre a representação política do patronato rural e agroindustrial brasileiro. Embora ainda possua lacunas e careça de mais reflexões e pesquisas, atualmente este campo de estudos é composto por uma vasta literatura especializada. Minhas principais referências neste campo são os estudos de Regina Bruno e Sônia Mendonça.

Entre outras questões, Regina Bruno estudou a ação política do patronato rural no Brasil, visualizando o surgimento da União Democrática Ruralista (UDR) nos anos 1980 (Bruno, 1987, 1989, 1996); refletindo sobre a construção de novas imagens e retóricas de legitimidade destes grupos durante a Nova República (Bruno, 1997, 2002, 2003); pensando a relação entre Estado e empresários agroindustriais no país; e as redes de sociabilidade e de poder que envolvem a atuação de seus representantes parlamentares (Bruno, 2009, 2012a). Além disso, a autora refletiu sobre os mecanismos de dominação simbólica do agronegócio frente à agricultura familiar (Bruno, 2016) e aos povos e comunidades tradicionais (Bruno, 2017). Desta forma, dentre outras questões, Regina Bruno contribuiu para a compreensão de uma noção de ambivalência entre modernidade e atraso na ação política destes grupos e para o entendimento do agronegócio enquanto uma construção e uma palavra política, que contribuiu na unificação de interesses e na construção de novos signos de poder e de dominação destas classes.

Entre as diversas publicações da autora, um dos trabalhos que mais se destaca é o livro *Senhores da Terra, Senhores da Guerra – A nova face política das elites agroindustriais no Brasil*, publicado em 1997. Nesta reflexão, Bruno pensa as práticas políticas do patronato agroindustrial brasileiro a partir da Nova República, analisando a constituição de novos sujeitos sociais e a emergência de uma nova geração política e econômica deste patronato.

Neste sentido, a autora aponta que o avanço da modernização agrícola e a intensificação dos conflitos agrários visualizados ali produziram modificações econômicas e políticas no campo brasileiro, criando novos personagens e articulando novos interesses e alianças entre o patronato agroindustrial, além de ampliar e diversificar seus espaços de representação. Mas, segundo a própria autora, a ideia central que orienta esta reflexão é a de que

essa nova geração patronal e suas elites, ao mesmo tempo em que instituem novos padrões de comportamento e elaboram uma nova retórica de legitimação, atualizam velhas concepções e antigas práticas como meio de reprodução da dominação patronal no campo (BRUNO, 1997, p. XI).

Desta forma, percebe-se uma grande contribuição da autora, no sentido de fazer avançar uma perspectiva de interpretação crítica a respeito da composição, características e formas de ação política destes grupos patronais rurais e agroindustriais brasileiros no período recente. Para os fins deste trabalho, cabe citar que, além desta contribuição geral, os trabalhos de Regina Bruno orientam, em particular, as análises feitas sobre os discursos e visões de mundo das lideranças e porta-vozes do patronato rural – discussão que faço no segundo eixo desta dissertação -, já que esta é uma das marcas de sua produção ao longo do tempo.

Já Sônia Mendonça, entre outras questões, estudou o ruralismo brasileiro, como movimento político, na chamada República Velha (1888-1931), refletindo sobre a multiplicidade de seus espaços de representação e as disputas e alianças entre diferentes frações da burguesia agrária naquele contexto (Mendonça, 1997), bem como refletiu sobre as características e formas de ação do patronato agroindustrial a partir do contexto de modernização da agricultura brasileira e da chamada Nova República, tendo como foco o estudo da história, das demandas e estratégias de atuação, das estruturas de organização e das bases sociais de diferentes entidades de representação deste patronato (Mendonça, 2009, 2010, 2017), além de refletir a respeito do papel dos chamados intelectuais orgânicos do agronegócio na representação do setor no período recente (Mendonça, 2016).

Uma de suas produções que mais se destaca neste terreno é o livro *O Patronato Rural no Brasil Recente (1964-1993)*, publicado em 2009. Neste trabalho, a autora se debruça sobre o tema da representação de interesses do patronato rural brasileiro, tendo como foco a atuação destes grupos em algumas das principais entidades de representação patronal rural do país: a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), a Sociedade Rural Brasileira (SRB) e a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). O marco temporal

deste estudo vai de 1964 - quando houve o lançamento do Estatuto da Terra e assistiu-se a ampliação de uma crise de representação do patronato rural -, até 1993 - quando houve o surgimento da Associação Brasileira de Agrobusiness (Abag), que, segundo a autora, representou um marco de superação desta crise de representação que se abateu sobre as entidades do setor naquele período.

Olhando para estas entidades de modo relacional, já que se trata de análise de um processo de disputas intraclasse dominante, a autora conclui, de um lado, que o período compreendido entre as décadas de 1970 e 1980 seria marcado por intensas disputas e por uma “profunda crise de hegemonia do setor, sem solução aparente até, ao menos, a aprovação do texto final da nova Constituição brasileira, em 1988”. Neste sentido, teria coexistido no espaço da representação de interesses do patronato rural brasileiro naquele momento “uma dupla estrutura representativa” destes grupos: “a formal-legal e a real” (Mendonça, 2009, p. 233).

Por outro lado, a autora conclui que a superação dessa crise ocorreu “mediante a construção e a consolidação de uma nova força social hegemônica entre os distintos grupos agroempresariais ou agrários” do Brasil, processo que ocorreu “em torno de ‘um novo projeto para a agricultura’, consensualmente aceito e elaborado/difundido pelos dirigentes da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)” e tendo como marco também a criação da Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG) em 1993 (Mendonça, 2009, pp. 233-234).

Para os fins deste trabalho, cabe destacar que, além das contribuições gerais da autora para iluminar a reflexão sobre representação de interesses do patronato rural e agroindustrial brasileiro, seus trabalhos orientam, em particular, o olhar construído aqui em relação às características internas da Farsul, já que uma das marcas de sua produção é a atenção dispensada à análise das entidades patronais focando, entre outras coisas, sua estrutura organizacional, bandeiras de atuação, bases sociais e quadros dirigentes.

Mas, além dos trabalhos de Regina Bruno e Sonia Mendonça, há um conjunto de outros autores que enriquecem a reflexão deste campo de estudos sobre representação de interesses das elites rurais e agroindustriais no Brasil, enfocando estas questões, sob diferentes ângulos, seja do ponto de vista da atuação destes grupos em entidades de representação corporativa do setor, de âmbito estadual ou nacional (Heinz, 1991; Ramos, 1995; Ramos, 2006; Sevá, 2008; Lacerda, 2009; Pinto, 2010; Lamosa, 2014; Nardy, 2014; Gasparotto, 2016; Cyrino, 2017; Moreira, 2018), de sua representação parlamentar

(Vigna, 2007; Camargo, 2009; Costa, 2012; Cruz, 2015; Xavier, 2015) ou das formas de atuação e mobilização direta do setor (Carneiro, 2008; Da Ros, 2006, 2009).

Já em relação à literatura que reflete sobre o patronato rural do Rio Grande do Sul e, especificamente, sobre a Farsul, minhas principais referências são os trabalhos de Heinz (1991) e Gasparotto (2016).

O trabalho de Heinz (1991), intitulado *Representação política e formação de classe: as organizações da burguesia agrária gaúcha na oposição a reforma agrária, 1985-1988*, dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Rural da UFRGS, tem como objeto central de reflexão a representação política dos grandes proprietários fundiários do Rio Grande do Sul durante o período de 1985 a 1988, período constituído pelos debates em torno do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA) e de realização da Assembleia Nacional Constituinte (ANC).

Nesta reflexão, Heinz (1991) aponta a necessidade de fugir de uma visão pautada pelo determinismo econômico, privilegiando o universo das relações sociais constituídas pelas classes e grupos. Conforme destaca o autor,

Observou-se, empiricamente, que os agentes sociais rurais não reduziam seu comportamento a uma lógica das determinações econômicas e que, bem afastado desta ideia, era no conhecimento das múltiplas determinações intermediárias e particulares, presentes nas relações entre classes e grupos sociais, que se apreenderia todos os significados destes comportamentos (HEINZ, 1991, pp. 13-14).

Com isso, o autor busca superar o determinismo econômico e a visão dual acerca da composição da classe dominante agrária naquele período, já que, segundo algumas análises da época, a classe dominante agrária seria formada por um setor “tradicional” e outro setor “moderno”, que, por terem comportamentos econômicos diferentes, se distinguiriam fundamentalmente também na esfera da ação política. Em suma, Heinz (1991, p. 24) demonstra que “proprietários fundiários” e “empresários agrícolas”, quer dizer, setores tradicionais e modernos, apresentariam muito mais convergências e articulações em seu comportamento político e social do que se supunha. Neste sentido, as diferenças produtivas entre diferentes setores da classe dominante agrária não formariam “oposições rígidas” ou uma “incompatibilidade estrutural” entre estes setores. Em relação a este debate, o centro da preocupação do autor está em

Refutar postulados acerca de características “essenciais” de uma classe, resumíveis a partir de seu enquadramento no processo produtivo, das formas de sua ação econômica. Optamos, portanto, por privilegiar o espaço político como espaço de investigação: o processo de formação política de uma classe social, a Burguesia Agrária, presente nos atos de representação política de grandes proprietários fundiários e empresários agrícolas, através de suas organizações (HEINZ, 1991, p. 25).

Neste sentido, tendo como referência a perspectiva thompsoniana, a burguesia agrária é vista nas análises de Heinz como uma “classe em formação”, onde os atores que a compõe estão “presentes em seu próprio fazer-se”. Além disso, o período analisado é compreendido como um “momento privilegiado de produção de símbolos e experiências comuns de grandes proprietários e empresários agrícolas, do seu tornar-se classe”, já que a intensificação dos conflitos agrários naquela realidade gerou um impasse na representação oficial/legal do patronato rural gaúcho, ampliando os espaços de representação possível destas classes (Heinz, 1991, pp. 25-26).

Desta forma, Heinz (1991) analisa as organizações de grandes proprietários de terra do Rio Grande do Sul neste período diante da intensificação da luta pela legitimidade da representação corporativa do setor, já que ao lado da Farsul – como espaço de representação patronal legal e principal entidade representativa do setor – tem-se ali o surgimento da União Democrática Ruralista (UDR) no estado. Assim, o autor reflete sobre a natureza da relação entre a Farsul e a UDR, mostrando todo um processo de tensões, disputas, argumentos e acordos entre estas entidades.

Em síntese, pode-se dizer que uma das principais marcas do trabalho de Flavio Heinz é privilegiar, como problema de investigação sociológica, o espaço político de ação e de representação de interesses do patronato rural gaúcho – entendido por ele como “burguesia agrária gaúcha” -, enxergando estes espaços desde uma perspectiva relacional e considerando a complexidade dos processos sociais que formam a classe patronal agrária do estado. Neste sentido, voltando à concepção de que “os atos de representação política [do patronato rural] são momentos de produção social desta classe”, o autor conclui que, embora permeado por tensões e conflitos intraclasses dominante, o período estudado por ele, caracterizou-se também pela produção de convergências e de novos laços de união e de solidariedade entre estes agentes (Heinz, 1991, pp. 236-237).

Já o trabalho de Alessandra Gasparotto (2016), intitulado *Companheiros Ruralistas! Mobilização patronal e atuação política da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (1959-1964)*, tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, tem como objeto central de reflexão as práticas de atuação política e de mobilização da Farsul entre os anos 1959-1964, período que compreende o início do governo de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul até a deposição do governo de João Goulart em esfera nacional.

Os objetivos principais deste trabalho são analisar as formas de organização e mobilização da Farsul na contraposição aos movimentos de trabalhadores rurais no período mencionado; analisar as disputas em torno do significado da reforma agrária neste contexto, identificando a proposta de reforma agrária defendida pela Farsul; identificar qual o posicionamento e a influência da entidade diante das políticas agrárias visualizadas naquele período, tanto em âmbito estadual quanto nacional; e, por fim, analisar as articulações construídas pela Farsul com outras entidades e grupos políticos na oposição à reforma agrária nos governos de Leonel Brizola e João Goulart.

Nestas análises, a autora pensa o “ruralismo” organizado na Farsul como uma categoria histórica, constituída por grupos sociais relativamente diversos, que se fazem e refazem continuamente a partir de suas experiências e relações com outros agentes e grupos sociais e - o que é central aqui - a partir do próprio ato de representação do grupo.

Neste sentido, a autora busca enxergar a Farsul em seus múltiplos aspectos e características, sobretudo no que se refere à heterogeneidade dos setores que a compõem e à diversidade de formas de atuação política expressas pela entidade. Tal como visto no trabalho de Heinz (1991), o suposto de que as classes dominantes agrárias se fazem e se refazem continuamente na esfera da ação política e da representação de interesses, coloca a Farsul num lugar privilegiado de análise, pois, a partir deste ponto de vista, a entidade se constituiria como um dos elementos centrais na formação e desenvolvimento do ruralismo gaúcho enquanto grupo e processo político – no caso de Heinz (1991), da burguesia agrária, enquanto classe.

É importante destacar que o olhar de Gasparotto sobre a Farsul envolve dois eixos analíticos principais: em primeiro lugar, a análise da trajetória de alguns dirigentes da Federação durante o período estudado, buscando identificar os grupos e setores representados na entidade, o tipo de representação formada, a inserção destes sujeitos em diferentes redes de relações sociais e sua vinculação com o Estado; e, em segundo lugar, a análise das práticas de atuação e das estratégias de mobilização patronal da entidade naquele período, identificando os momentos onde esta mobilização se tornava mais incisiva, quais seus aliados nestes processos e em que articulações a entidade se inseria.

Para os fins do trabalho que desenvolvo aqui, cabe mencionar a importante contribuição de Gasparotto (2016), orientando meu olhar na análise sobre as características internas da Farsul – reflexão que compõe o primeiro eixo desta dissertação. Sem prejuízo de outras análises que compõem seu objeto de investigação em torno da Farsul, a autora reflete sobre as características de sua organização e composição, traçando

o perfil de seus dirigentes, identificando os setores nela representados e refletindo sobre sua heterogeneidade interna, além de enxergar os conflitos e alianças em seu interior. Esta análise é importante, pois permite compreender as dinâmicas da representação de interesses desenvolvida na entidade a partir de um olhar para sua estrutura de funcionamento e para os grupos que a compõem, seus modos de ação e interesses associados a eles. Por isso, a análise que faço sobre a atuação da Farsul no período anterior à virada de século passa também por enxergar sua estrutura de organização e o perfil de seus dirigentes.

Mas, voltando ao trabalho de Gasparotto (2016), como comentado, além destas reflexões, a autora privilegia também um olhar sobre as práticas de atuação política, as estratégias de mobilização patronal, as alianças sociais e as interlocuções da Farsul junto ao Estado naquele período. A suposição de Gasparotto é que, diante do acirramento dos conflitos agrários que marcaram o período alvo de seu estudo – momento entendido como “decisivo para a classe” -, teria havido um processo de renovação do poder e de reafirmação da força dos grandes proprietários fundiários do Rio Grande do Sul. Neste cenário, “as intervenções e articulações dos ruralistas e de suas entidades representativas foram fundamentais para garantir a manutenção de tal poder” (Gasparotto, 2016, pp. 10-11).

Segundo as reflexões da autora, neste processo alternaram-se “estratégias de enfrentamento aberto com tentativas de negociação e conciliação, de acordo com as contingências de cada momento e da correlação de forças no interior da Federação”. De modo geral, naquele momento “os ruralistas desejavam (e precisavam) ser vistos, aspiravam demonstrar sua habilidade de arregimentação, seu alcance, sua unidade” (Gasparotto, 2016, pp. 132, 196).

De modo semelhante ao que formulou Heinz (1991) - em relação ao período que analisou -, a autora vê este processo como um momento de “construção da identidade patronal” dos ruralistas gaúchos, processo que contribuiu na delimitação de “sua formação enquanto classe, partindo do pressuposto que esta se transforma, refazendo-se continuamente”. Em suma, as experiências compartilhadas por estes ruralistas neste período “fizeram com que a classe *acontecesse*” (Gasparotto, 2016, p. 197).

Ainda segundo a autora,

Neste sentido, pode-se aferir que os embates que marcaram o início dos anos 1960 incidiram de forma significativa na formação de sua identidade patronal, na medida em que criaram novos símbolos, laços de solidariedade e estratégias de atuação, fundamentais para garantir a manutenção de seu poder e domínio (GASPAROTTO, 2016, p. 300).

Estes são os elementos que compõem, de maneira geral, as reflexões presentes nos trabalhos de Heinz (1991) e Gasparotto (2016) em relação ao patronato rural gaúcho e à Farsul. Como dito, estes trabalhos se constituem como importantes fontes de reflexão para esta dissertação. No entanto, destaca-se também a existência de outras pesquisas que compõem este campo analítico e enriquecem as possibilidades de reflexão sobre patronato rural no Rio Grande do Sul.

Em primeiro lugar, destaca-se o trabalho de Nardy (2014), que busca analisar o cenário de acirramento das disputas sociais no campo e o comportamento da classe patronal rural do Rio Grande do Sul, em especial os setores organizados em torno da Farsul, na oposição as tentativas de realização de reforma agrária no estado no ano de 1962. Neste sentido, o autor aponta que a Farsul teria construído a luta política em oposição à reforma agrária buscando impor um novo domínio simbólico a esta categoria histórica. Além disso, a luta política dos movimentos sociais em defesa da reforma agrária teria trazido consequências para a cultura política dos grandes proprietários de terra, influenciando em suas práticas de dominação (Nardy, 2014, p. 20).

De modo geral, o trabalho do autor, gira em torno da tentativa de compreender: “o papel desempenhado pela Farsul enquanto agente organizador na construção da hegemonia política” dos setores patronais naquele momento; a influência deste momento histórico na consolidação de uma identidade de classe dos setores dominantes do campo gaúcho; e como a luta pela terra deu visibilidade aos conflitos de classe no campo (Nardy, 2014, p. 20).

Já Mendonça (2010), ao estudar a natureza e os comportamentos da classe dominante agrária no Brasil entre os anos de 1964 e 1990, também levanta alguns elementos de reflexão sobre a Farsul no período da Nova República, analisando suas reações diante do surgimento da União Democrática Ruralista (UDR) no Rio Grande do Sul. Desta forma, a autora diz que o reconhecimento da UDR no Rio Grande do Sul, enquanto organização política de grandes proprietários de terra, deu-se de forma tardia e encontrou grandes dificuldades, uma vez que a Farsul desempenhava papel hegemônico na representação destes setores no estado. Isso fez com que houvesse, num primeiro momento, um nítido antagonismo e até mesmo fortes disputas entre as duas entidades (Mendonça, 2010, pp. 127-130).

Segundo a autora, os argumentos utilizados pela direção da Farsul, neste período, para buscar deslegitimar a inserção da UDR no Rio Grande do Sul, defendiam a ideia de

que a primeira já cumpriria os propósitos da representação patronal no estado e que a instalação de uma nova entidade com este objetivo poderia ter o efeito maléfico de dividir a classe e enfraquecer sua ação política. Contudo, com a intensificação da luta contra a reforma agrária e diante de sucessos e reconhecimentos da UDR em âmbito nacional, sobretudo no que se refere ao seu poder de lobby junto à Assembleia Nacional Constituinte (ANC), a Farsul passaria a reconhecer, com mais clareza, o espaço de representação política ocupado pela UDR. Assim, passou-se “da total rejeição à concordância tática” (Mendonça, 2010, pp. 127-130).

Já Piccin (2012), ao estudar as estratégias de reprodução social dos estancieiros do Rio Grande do Sul a partir do estabelecimento da República, também aborda alguns temas relacionados à Farsul. Esta abordagem centra-se na identificação dos setores patronais ligados à entidade, sobretudo no período de seu surgimento e nas primeiras décadas subsequentes. Com isso, o autor busca compreender as relações estabelecidas entre estes setores patronais naquele momento e a importância da entidade no sentido de unificar estes grupos e organizar sua ação política.

O autor ainda destaca que a Farsul sempre apresentou estreita ligação com a atividade pecuária e teve na metade sul do estado seu principal espaço de desenvolvimento. Além disso, aponta que esta foi a primeira organização a reunir as diferentes frações da elite rural estancieira dentro de um mesmo espaço de representação, contribuindo significativamente também no processo de reconversão produtiva dos pecuaristas gaúchos no início da década de 1930, quando estes passam a produzir um artigo de luxo: a carne frigorificada. Este processo culminou na criação do Instituto de Carnes do Rio Grande do Sul, em 1934 (Piccin, 2012, pp. 135-145).

Por sua vez, os trabalhos de Da Ros (2006, 2009), ao analisarem os embates em torno da questão agrária no Rio Grande do Sul durante o governo Olívio Dutra (1999-2002), destacam a ação da Farsul na intensificação destes conflitos, se opondo radicalmente a reforma agrária e mobilizando um conjunto de táticas no sentido de evitá-la.

Além disso, os trabalhos deste autor, em virtude de seus recortes temporais, são os primeiros a destacar a nítida conformação de uma oposição entre Farsul e MST no espaço político do Rio Grande do Sul. Segundo ele, com a intensificação dos conflitos por terra e da mobilização do MST no estado naquele momento, as organizações do patronato rural gaúcho, sobretudo os sindicatos ligados à Farsul, teriam passado a apostar,

mais incisivamente, em ações diretas de organização e mobilização dos grandes proprietários rurais.

Por fim, destaca-se aqui o trabalho de Ramos (1995), que analisa, a partir de um estudo de caso no município de Cachoeira do Sul, a origem social e o perfil dos agentes que constituem a UDR no Rio Grande do Sul. Desta forma, a autora busca enxergar a UDR, não somente como resultado de um processo de crise e de ampliação dos canais de representação do patronato rural brasileiro durante a Nova República, mas também a partir das especificidades regionais que marcam sua emergência no Rio Grande do Sul naquele momento.

Conforme a autora, seu estudo busca

romper com posturas dualistas que vislumbraram a UDR, como representante de frações conservadoras e tradicionais das classes dominantes, interpretando a realidade de forma evolucionista, não dando conta de como se apresentam os agentes (RAMOS, 1995, p. 20).

Desta forma, ela conclui que o processo de reprodução social do patronato rural gaúcho, que se manifesta com o desenvolvimento da UDR no estado, “não demarca a perpetuação de um conjunto cristalizado de relações sociais”, antes constitui-se como “um processo dinâmico no qual a relação com a propriedade fundiária sofre modificações”. Neste processo, os agentes em questão ocupam “posições dominantes no processo produtivo, combinadas com posições dominantes nas diferentes esferas de influência, desde a esfera política até a esfera simbólica”, já que sua atuação tem por base o acúmulo de diferentes tipos de capitais – econômicos, políticos, sociais, culturais e simbólicos – que são acionados por eles em suas estratégias de reprodução social (Ramos, 1995, p. 237).

É a partir do conjunto de elementos levantados nesta revisão bibliográfica sobre representação política do patronato rural e agroindustrial brasileiro que serão efetuadas as análises propostas neste trabalho. Neste sentido, esta dissertação divide-se em três capítulos:

No capítulo 1 tem-se por objetivo, de um lado, situar historicamente a Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul), refletindo, de modo geral, sobre seu surgimento, organização, características, formas de ação política e composição interna, e, por outro lado, analisar especificamente a estrutura e as formas de organização da entidade durante o período alvo deste estudo, buscando compreender que dinâmicas políticas se expressam a partir destes elementos e das mudanças que ocorreram ali durante os anos em questão. Desta forma, analisar-se-á as dinâmicas da representação de

interesses que se expressam a partir da estrutura e composição das diretorias, da divisão interna do trabalho por Coordenadorias Regionais e Comissões Temáticas, bem como pelo lugar ocupado e pelo papel desempenhado por Departamentos e Comissões Técnicas em seu interior.

No capítulo 2 tem-se por objetivo analisar o perfil e a representatividade dos dirigentes da Farsul durante o período alvo deste estudo, buscando identificar sua origem geográfica, perfil socioeconômico, formação escolar, participação em outras entidades de representação patronal, filiação em partidos políticos, disputas de eleições e presença no interior do aparelho de Estado. Busca-se refletir como estes processos influenciam nas dinâmicas da representação de interesses do patronato rural gaúcho desenvolvidas na entidade naquele contexto.

No capítulo 3 tem-se por objetivo analisar a visão dos dirigentes da Farsul sobre o processo de representação desenvolvido na entidade, tendo como questões de referência sua relação com outras entidades do setor, com seus adversários de classe e com o Estado, o papel de suas lideranças e a utilização de diferentes formas de ação política, como as táticas mobilização direta do patronato rural e sua participação na política partidária. Desta forma, tendo como pano de fundo questões que marcam a realidade estudada, busco compreender como atuou a Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul naquele contexto.

Ainda que repleta de limitações e insuficiências, esta dissertação de mestrado é o primeiro resultado mais consistente de um esforço de pesquisa que tem início no ano de 2015, ainda durante a fase final de minha graduação, quando passei a estudar as dinâmicas da ação política e da representação de interesses do patronato rural no Rio Grande do Sul, tendo como referência o período recente. Por isso, antes de apresentar os resultados da pesquisa em si, cabe destacar alguns elementos desta trajetória e de como a investigação foi desenhada e construída durante o mestrado.

Em primeiro lugar, destaco que esta trajetória tem início a partir de inquietações e curiosidades levantadas em estudos e vivências relacionadas ao meio rural e aos seus conflitos políticos e sociais. Identificado com a realidade de atuação dos movimentos sociais de trabalhadores rurais e povos e comunidades tradicionais, buscava eu, naquele momento, analisar e compreender criticamente o *fazer-se* político do “outro lado” destas configurações de poder que conformam o campo brasileiro. Neste sentido, busquei compreender, em mais profundidade, como atuavam politicamente e como se faziam

representar os grandes proprietários de terra e produtores rurais, tendo como referência o patronato rural no Rio Grande do Sul.

À época, contando com a orientação e os estímulos do Marcos Piccin – então orientador de Iniciação Científica e posteriormente coorientador de mestrado – mergulhei no estudo da literatura específica da área, aproximando-me da temática, entendendo os termos que compunham suas análises, realizando pesquisas iniciais e buscando formular questões para um futuro projeto de pesquisa na pós-graduação, o qual acabou se concretizando no CPDA/UFRRJ.

Ali, contando também com a detalhada e sempre atenta orientação da Regina Bruno, aprofundei-me nestas reflexões. Destaco inicialmente que o objeto de investigação passou por readequações e mudanças ao longo do mestrado. Como é próprio do exercício da reflexão sociológica, este processo envolveu momentos de dúvidas, hesitações, mudanças e reconstruções e esteve alicerçado ou foi produzido em função do aprofundamento do estudo da literatura específica e do contato com elementos empíricos da realidade a ser estudada.

Neste sentido, se a versão inicial do projeto de pesquisa versava sobre a representação de interesses do patronato rural gaúcho, tendo como pano de fundo fundamentalmente um cenário de crise econômica da atividade pecuária e a consequente mudança na composição social do patronato rural estancieiro, o exercício do estudo e da observação empírica fizeram-me inserir novos elementos nesta reflexão e redesenhar parcialmente as questões de pesquisa.

Assim, passei a enxergar com maior atenção e busquei privilegiar, no contexto específico de análise, elementos próprios ao universo político da ação e da representação do patronato rural e agroindustrial brasileiro, que demarcavam e caracterizavam aquele contexto. Concretamente, ao lado das crises e mudanças econômicas visualizadas naquela realidade, passei a enxergar com centralidade o tema da ampliação e da renovação política nas instâncias de representação patronal rural no Brasil a partir da Nova República, incorporando este elemento como importante pano de fundo desta reflexão e buscando compreender como a sequência histórica ou o momento de desfecho deste processo, na década de 1990, havia se manifestado ou repercutido no caso do Rio Grande do Sul.

Com isso, buscava-se analisar processos até então pouco explorados nos estudos sobre ação e representação política das classes e grupos dominantes agrários e agroindustriais no Rio Grande do Sul, já que se privilegiava um olhar sobre o *fazer-se* classe destes grupos no período recente e tendo como referência processos de mudanças

econômicas e de recomposições internas à classe. Além disso, tinha-se como foco a análise da ação política deste patronato, não somente nos momentos considerados como marcos na intensificação dos conflitos agrários em si, mas em sua sequência histórica.

Do ponto de vista metodológico, para se efetivar estas análises, foram utilizadas as seguintes fontes de pesquisa: análise de documentos e materiais de imprensa da Farsul e a realização de 17 entrevistas semi-estruturadas com dirigentes, ex-dirigentes e assessores da Farsul, bem como representantes de outras entidades patronais rurais do estado, como Aprosoja, Federarroz, UDR, Conagro/Fiergs, ACGZ, ABCCharolês e ABAngus. Como fontes secundárias, utilizou-se informações de sites da internet e de outros jornais e informativos de grande circulação, como os jornais *Zero Hora* e *Correio do Povo*.

Em relação aos materiais de imprensa, destaca-se o acesso a todas as edições do jornal *Sul Rural* de fevereiro de 1992 em diante. Este jornal é produzido pela Farsul, foi fundado em 1985 e possui circulação mensal. Em fevereiro de 1992 sua edição é relançada, após cerca de 3 anos de inatividade. Para esta pesquisa de mestrado não foi possível analisar todo o conteúdo produzido nas edições do *Sul Rural*, por isso as pesquisas nesta fonte centraram-se em torno de momentos-chave para o que se desejava analisar aqui, como, por exemplo, momentos de mudanças na estrutura organizativa da entidade, de realização de atividades e mobilizações, de eleições e de mudanças de diretoria, etc.

Além disso, tivemos acesso a todas as edições dos documentos de Relatório e Balanço de diretoria da Farsul entre os anos de 1990 até 2002, além das edições de 2003 e de 2008 até 2010. Estes relatórios são publicados anualmente pela diretoria da entidade e contêm avaliações, balanços e prestação de contas das atividades realizadas por estas diretorias, sendo voltados aos representantes da cadeia sindical da Federação. Este material foi crucial, sobretudo, para se entender a arquitetura interna da entidade: a estrutura de seu funcionamento, as mudanças ocorridas ali ao longo do tempo, quem eram os agentes que atuavam no que chamo de estrutura ampliada de direção (comissões temáticas, grupos de trabalho, assessorias e departamentos técnicos), etc. No entanto, sua análise também se encontra longe de ser esgotada, podendo se constituir como importante material de subsídio para pesquisas futuras.

A coleta deste material documental constituiu-se como longa e árdua tarefa, já que a entidade só possui as edições do *Sul Rural* de 2004 em diante digitalizadas e, portanto, a digitalização de todas as edições correspondentes ao período de 1992 até 2004 deste

jornal, além dos relatórios de diretoria, teve de ser feita por mim. A falta de equipamento técnico adequado tornou este processo ainda mais demorado e cansativo. Ao todo, entre inúmeros contatos e pedidos de acesso ao acervo documental, entre a realização de algumas entrevistas e os atos de digitalização em si dos documentos, foram de 4 a 5 semanas dentro da sede da Farsul em Porto Alegre, momentos que podem ser considerados riquíssimos para a realização deste trabalho e também em termos de experiências de pesquisa.

No entanto, se tal acesso se concretizou, as dificuldades iniciais para aproximação e inserção neste campo de pesquisa foram enormes e, em alguns momentos, me deixaram com muitas incertezas em relação a viabilidade da reflexão que se propunha. É importante frisar as dificuldades naturais enfrentadas por um pesquisador para inserção num campo de pesquisa estranho à sua realidade social. Este era meu caso ali, pois não possuía nenhum vínculo, contato ou experiência de atuação no âmbito do patronato rural, sendo alguém, em grande medida, estranho à realidade social daqueles agentes.

Assim, quando realizado o primeiro contato com o setor da Farsul responsável pelo acervo documental da entidade, não se percebeu nenhuma disposição de tais agentes em contribuir com o fornecimento de dados para esta pesquisa. A única resposta que tivemos foi que a biblioteca da Farsul estava fechada para manutenção, sem previsão de reabertura e que seria impossível acessar os materiais. Isso me fez repensar a forma de aproximação ao campo de estudo. Naquele momento, decidiu-se não insistir neste contato, a fim de não criar algum atrito que pudesse fechar, definitivamente, nossas portas de entrada naquele meio.

A solução para este impasse surgiu quando tivemos contato, por volta de maio de 2017 e contando com importante auxílio de um dos interlocutores desta pesquisa, com um dirigente da Farsul que estaria disposto a contribuir com nossos esforços de investigação. Após apresentação da pesquisa e realização de entrevista com este dirigente, o mesmo se dispôs a auxiliar-nos nos contatos para que pudéssemos ter acesso ao acervo documental da Farsul e entrevistar diversos dirigentes e ex-dirigentes da entidade. A partir daquele momento muitas portas começaram a se abrir para esta pesquisa.

Então, após nova apresentação e pedido formal junto aos responsáveis pelo acervo documental da entidade, foi permitida a consulta e digitalização dos exemplares do *Jornal Sul Rural*. Como comentado, este trabalho foi realizado ao longo de diversas semanas, onde estive trabalhando na sala do setor de imprensa da Farsul, na sede da entidade em Porto Alegre. Além da consulta aos jornais, isso me possibilitou uma vivência riquíssima

em termos de conhecer, ao menos em parte, o funcionamento da entidade por dentro. Além do contato diário com os membros do setor de imprensa e das conversas realizadas ali, pude também realizar conversas informais com alguns assessores e dirigentes da Farsul, sobretudo no horário de almoço, quando todos se encontram no restaurante da entidade.

Para viabilizar tais aproximações, além da identidade enquanto pesquisador e estudante de pós-graduação, busquei ressaltar também o fato de ser formado em Agronomia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), curso e instituição bem cotados perante os representantes da Farsul. Já os temas que guiavam estas conversas giravam em torno de como a Farsul havia enxergado a crise da pecuária gaúcha nos anos 1990 – questão até ali central no projeto de pesquisa - e quais as lógicas do funcionamento e da ação política da entidade no período atual. Naquele momento preferi não realizar entrevistas gravadas, pois ainda não me sentia seguro para isso.

De todo modo, as informações levantadas ali foram muito úteis para que pudessemos traçar novas questões em relação ao cenário estudado e, desta forma, pensar com mais segurança o roteiro de perguntas das entrevistas. Mais do que isso, aqueles também foram momentos cruciais para definir mudanças e reconstruções no próprio objeto de pesquisa, já que se percebeu uma diversidade e riqueza muito grande de elementos que conformavam o cenário da representação patronal no contexto estudado, para além do cenário de crise da economia pecuária nos anos 1990.

Além disso, estas conversas e vivências também me possibilitaram maior familiarização e contato com as visões de mundo e com o *habitus* social deste patronato, auxiliando-me na definição de posturas e de modos de agir perante estes atores, algo tão importante para quem buscava se inserir – mesmo que parcialmente – naquela realidade e ali ser aceito enquanto pesquisador. Já do ponto de vista objetivo, nesta etapa consegui acumular mais contatos para realização de entrevistas, pois conheci dirigentes do sindicalismo patronal que aceitaram participar da pesquisa, bem como outras pessoas que passaram a me auxiliar no levantamento de mais contatos.

Algumas das entrevistas foram realizadas ali mesmo na sede da Farsul. Em geral, este foi o caso das entrevistas com dirigentes que ainda atuam na Federação no período atual e, desta forma, estão cotidianamente em sua sede, em Porto Alegre. Neste caso, o aceite para as entrevistas se dava depois de muita insistência e era reservado tempo escasso para sua realização, geralmente entre uma e outra agenda destes diretores. Além disso, outra limitação destas entrevistas era a dificuldade dos entrevistados entrarem em

temas considerados polêmicos internamente à entidade, já que se encontravam em sua sede, a poucos metros de outros diretores da casa.

Lembro-me bem de uma entrevista realizada na sede da Farsul em que se falou muito sobre disputas e divergências internas na entidade. Após sua realização, sentia claramente comportamentos e olhares de desconfiança por parte de diretores e assessores sindicais que estavam na sala ao lado, sendo que um deles – que antes havia interrompido a entrevista para oferecer-nos café - perguntou-me se o entrevistado não havia “falado demais”. Claramente não havia possibilidade de total reserva para a realização das entrevistas ali. Recordo-me ainda de outro caso, em que um dirigente da entidade era entrevistado por mim em uma sala com a presença de assessores e de um professor universitário – que aguardava para falar-lhe. Aquelas presenças, além de indiretamente pressionarem para o encurtamento da conversa, certamente também eram consideradas pelo entrevistado ao medir e calcular as palavras ditas a mim.

Por estas razões, as entrevistas realizadas nos municípios de residência dos entrevistados, geralmente em suas casas, foram mais proveitosas, tanto em termos de tempo dedicado a elas – em alguns casos as entrevistas duravam uma manhã ou uma tarde inteira -, quanto em relação ao ambiente mais favorável para que os interlocutores falassem livremente sobre os temas em questão. Aliás, o próprio ato de abrir a porta de suas casas para receber um pesquisador desconhecido ou que se conheceu recentemente, tratar-lhe com respeito e certa distinção, aceitando falar sobre sua trajetória no sindicalismo patronal, denota um ato de confiança e, ao mesmo tempo, de estímulo ao estabelecimento de relações de maior proximidade em que, do ponto de vista da pesquisa, as informações podem ser desvendadas em maior profundidade e riqueza.

Além disso, a realização da conversa em seu ambiente domiciliar favorecia o lembrar de importantes elementos das trajetórias de vida destes agentes, já que, em muitos casos, as conversas eram entrecruzadas por momentos em que os entrevistados apresentavam documentos, fotografias, cartas, premiações e relíquias em geral, suas ou de antepassados. Estes momentos abriam possibilidades de narrativas sobre importantes elementos de suas trajetórias de vida e visões de mundo, trazendo à tona a busca por distinção e prestígio social e ampliando e enriquecendo os limites da pesquisa.

Neste processo, me desloquei, para realização de entrevistas, aos municípios de Palmeira das Missões, São Gabriel, Alegrete, Júlio de Castilhos e Cruz Alta. Estes encontros foram agendados através de contatos de intermediadores, estabelecidos na sede da Farsul, ou através de contatos que fiz com os sindicatos rurais do município, onde me

apresentava e pedia o contato de determinado dirigente ou ex-dirigente sindical para realização de entrevista.

Por fim, algumas das entrevistas foram realizadas durante a edição da Expointer de 2017, no parque de exposições de Esteio – RS, quando percorri o parque, passando pelas sedes de diversas entidades patronais, me apresentando enquanto estudante de pós-graduação e pesquisador e tentando marcar conversas com seus representantes. Algumas destas entrevistas foram realizadas ali e outras agendadas para período posterior.

De modo geral, a realização das entrevistas envolveu também outros desafios, já que nunca havia entrevistado dirigentes patronais anteriormente. A partir de orientações e conselhos de interlocutores, prestei atenção às vestimentas e à linguagem utilizada por mim quando do contato com estes dirigentes patronais, já que estes, em geral, parecem testar a seriedade e atribuir ou não reconhecimento a determinado agente conforme seus hábitos e formas de ação e expressão. Do ponto de vista da linguagem, tive de acostumar-me a chama-los pelo pronome de “doutor” – demonstrando conhecimento de suposta distinção social, que os caracterizaria - e substituir algumas expressões de meu vocabulário, trocando, por exemplo, a categoria “patronato rural” por “produtores rurais”, a fim de destacar categorias reconhecidas por eles como legítimas e, assim, adquirir sua confiança e estabelecer diálogos mais fluidos.

Além disso, outro desafio na realização das entrevistas diz respeito ao fato de ser originário de uma posição social inferior à dos entrevistados – todos integrantes de grupos de elite. Como se sabe, além de toda uma habilidade adquirida pela experiência de atuação nos espaços de representação de classe e na política em geral, é comum entre estes agentes fortes investimentos em capitais culturais e escolares, o que lhes possibilita profundo nível de conhecimento sobre diversos assuntos e habilidade para conduzir os diálogos em que se inserem. Neste sentido, entrevista-los se constitui como um grande desafio, já que possuem muita habilidade para avaliar as situações, reproduzir discursos convenientes, conduzir a conversa e, até mesmo, constranger o entrevistador.

Diante disso, os diálogos estabelecidos com os interlocutores desta pesquisa foram fundamentais para definir as posturas a serem adotadas nas entrevistas, gerando mais segurança para minha atuação ali. Num destes diálogos, disse-me um dos interlocutores: mantenha postura séria e afirme sua identidade enquanto pesquisador, não se constranja frente a algumas posturas e comentários dos entrevistados, interrompa-os, se for necessário, faça as perguntas de que necessita.

Estas questões foram extremamente importantes para mim. Além disso, mesmo que minha relativa inexperiência tenha limitado, em alguns momentos, o alcance de dados mais profundos nas entrevistas, busquei encarar este processo não só como uma atividade de pesquisa em si, mas também como um aprendizado.

Neste sentido, é importante frisar que o caminho que envolveu a realização destas entrevistas não ocorreu de modo totalmente coerente e sem surpresas. Em primeiro lugar, a ordem de realização das entrevistas e mesmo a escolha dos entrevistados não obedeceu somente a uma lógica de análise estabelecida no processo de pesquisa, mas respondeu também às possibilidades (e impossibilidades) objetivas que se apresentaram no decorrer do trabalho de campo.

Além disso, em alguns casos, a real importância dos entrevistados para a pesquisa só pode ser detectada durante ou mesmo depois da realização da entrevista. Em determinadas oportunidades – sobretudo no caso da Expointer - realizei entrevistas que não haviam sido agendadas com antecedência e, portanto, não tive oportunidade de conhecer em profundidade o perfil dos entrevistados antes de realizá-las.

Em um destes casos, após realizar entrevista agendada com o presidente de um sindicato rural e vice-presidente da Farsul em seu município de atuação, conheci um dos ex-presidentes daquele sindicato, que, casualmente, encontrava-se ali naquele momento. De última hora, consegui entrevista-lo também, mas a entrevista foi rápida e não pareceu proveitosa. A pesquisa seguiu. Somente depois de semanas, quando realizei entrevista com um dos ex-presidentes da Farsul, em outro município do estado, descobri que aquele agente que eu havia entrevistado semanas antes, havia disputado a presidência desta Federação em uma de suas eleições. Refiz o contato e retornei, assim que pude, a sua cidade para realizar nova entrevista com ele, desta vez conhecendo seu perfil e adentrando às questões que julguei pertinente para a pesquisa.

Em outro caso semelhante, durante a realização da Expointer de 2017, fiz contato com diversas associações de criadores de animais de raça, indo até a sede destas entidades no Parque de Exposições onde ocorria a feira, me apresentando como estudante de pós-graduação e pedindo para realizar entrevista com algum representante destas entidades. No caso de uma destas associações, após este contato inicial, agendou-se entrevista com o presidente da entidade para algumas horas mais tarde. Isso não me possibilitou conhecer o perfil deste dirigente antes da realização da entrevista. Portanto, foi durante a entrevista, que descobri que, além de presidente daquela associação de criadores, o entrevistado havia sido vice-presidente da Farsul e disputado a presidência da entidade em outra de

suas eleições. Para minha sorte, a entrevista teve que ser interrompida, pois o entrevistado participaria de uma solenidade oficial da feira. Isso me possibilitou reorganizar um roteiro de questões a partir do perfil do entrevistado e abordar as questões referentes a esta pesquisa, quando a entrevista foi retomada, no dia seguinte.

Além disso, embora na maioria dos casos tenha sido muito bem tratado pelos entrevistados e as conversas com eles tenham se dado em clima extremamente agradável, as entrevistas – e mesmo minha presença na sede da Farsul - também reservaram momentos de tensão e de desconforto para mim. Em diversos momentos tive contato com comentários um tanto desagradáveis e em desacordo com algumas de minhas posições e concepções de mundo, enquanto agente social que sou. Em todos estes momentos procurei manter postura que expressasse o necessário afastamento e atendesse ao que se espera de um comportamento acadêmico sério, abstendo-me de qualquer posicionamento ou reação ao assunto tratado.

No entanto, em uma destas situações, minha sensação de desconforto chegou ao limite, já que numa das entrevistas, o entrevistado – mesmo sem ter sido indagado a este respeito por mim e sem pedir a minha autorização para tal – tirou da gaveta de sua mesa uma embalagem com munição de arma de fogo, dizendo que tais instrumentos haviam sido muito usados nos conflitos agrários do período da Nova República. Além de atitude de total desrespeito, já que não havia lhe indagado, tampouco demonstrado qualquer interesse em ter acesso a este tipo de informação, entendi aquilo como uma ameaça ou tentativa de coação. Por isso, tão logo tive oportunidade, dei a entrevista por encerrada e me retirei de sua residência.

De todo modo, percalços à parte e buscando finalizar esta discussão introdutória, destaco um último elemento do trabalho de campo, que considero relevante de ser mencionado. Trata-se da temporalidade de execução desta pesquisa de campo e do acesso a determinados dados, já que este processo variou bastante em alguns casos, atrapalhando ou retardando a dinâmica de trabalho desta pesquisa. Quer dizer, se o trabalho de campo teve início em maio de 2017, as últimas entrevistas e o acesso a importantes fontes documentais, como os Relatórios e Balanços de diretoria, só foram liberados para nosso acesso na última etapa do trabalho de campo, em fevereiro de 2018.

De todo modo, foi a partir destas idas e vindas, das surpresas, das dúvidas e indecisões, das dificuldades e das realizações que este trabalho se concretizou. Após concluída esta primeira etapa de uma jornada de pesquisa, vivida intensamente por mim, saio com a sensação de que, além do conteúdo, das formulações e dos resultados da

pesquisa em si, importa considerar o caminho percorrido e os aprendizados vividos na trajetória e no *fazer-se* de um pesquisador em formação.

Capítulo 1: Farsul: Histórico de desenvolvimento e estrutura de organização

Este capítulo tem como objetivo situar historicamente a Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul), trazendo alguns elementos de reflexão em torno de seu surgimento e organização, de suas características e formas de atuação política e de sua composição interna. Busca-se construir tal reflexão sobre o histórico da entidade, traçando alguns paralelos com a realidade agropecuária do Rio Grande do Sul ao longo do tempo. Além disso, na segunda parte deste capítulo, o objetivo é refletir especificamente em relação a estrutura de organização da Farsul durante o período alvo deste estudo, buscando identificar as mudanças ocorridas ali e como estes processos se articulam com as formas de ação política construídas pelo patronato rural gaúcho nos espaços de representação da entidade naquele contexto.

Desta forma, busca-se também oferecer subsídios para as reflexões que serão realizadas nos capítulos 2 e 3 deste trabalho, as quais versam, respectivamente, sobre o perfil e a representatividades dos dirigentes da Farsul; e sobre a visão destes agentes em relação aos processos de representação de interesses do patronato rural.

1.1 Farsul: Alguns elementos de sua história

Como comentado anteriormente, a Farsul foi fundada em 24 de maio de 1927 como Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, no 2º Congresso de Criadores, em Porto Alegre. Além de ser uma das mais antigas federações de entidades regionais da classe patronal rural do país, atualmente a Farsul se enquadra como entidade de representação sindical legal do patronato rural do estado, fazendo parte, nacionalmente, da rede de sindicatos patronais estaduais ligadas à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) (Heinz, 1991; Gasparotto, 2016; Da Ros, 2006).

Analisando sua história, destaca-se a importância da Farsul na organização e na representação dos interesses de grandes proprietários de terra e produtores rurais no Rio Grande do Sul, já que esta entidade foi atuante em vários momentos, construindo a unidade da classe patronal rural do estado e exaltando a necessidade do fortalecimento da identidade e do corporativismo desta classe diante das disputas gerais da sociedade.

Conforme destaca Heinz (1991, p. 154, 210), “a Farsul é [...] portadora de um capital político bastante significativo no cenário regional das lutas políticas”. Estes processos foram constituídos articulando diversas frentes de atuação, seja na disputa de

espaços institucionais junto ao Estado, na pressão política aos governos ou na disputa da opinião pública, construindo valores positivos em torno da livre iniciativa e “de um discurso centrado na defesa da ‘produção’ e dos ‘produtores rurais’”.

Se diversas são as formas de atuação da entidade ao longo do tempo, destaca-se que os processos de mobilização de classe também se constituíram como repertório presente durante toda sua história, podendo ser percebidos já no período imediato a sua fundação. Neste sentido, como estratégia de participação e de mobilização da classe, os Congressos Rurais, convocados pela Farsul, ocorreram anualmente entre 1927 e 1934 e as pautas políticas da entidade giravam em torno, principalmente, da repressão ao contrabando do gado e do charque e defendiam a implantação de institutos de crédito para o meio rural (Heinz, 1991, pp. 39-40).

Desta forma, após sua criação oficial e nas décadas seguintes, a Farsul ampliou rapidamente “sua presença no território gaúcho, reunindo e articulando ao seu redor dezenas de associações rurais, promovendo feiras, exposições e conclaves e intervindo nos debates pertinentes ao mundo rural”, consolidando, assim, forte capilaridade social e poder de mobilização junto ao patronato rural do estado. No início da década de 1960, a Farsul contava com mais de 120 associações rurais ligadas à sua estrutura (Gasparotto, 2016, pp. 5-6, 42).

Aliado isso, a Farsul estruturou-se também a partir de relação de estreita proximidade junto às instâncias de poder de Estado. Conforme destaca Heinz (1991), a Farsul

É por um lado, oficialmente, o representante político e sindical dos grandes proprietários fundiários, da grande produção; por outro é o interlocutor do Estado nas questões que envolvem o universo agrário/agrícola regional e fornecedor dos ocupantes dos postos especializados do Estado junto ao meio. Desta forma, desde sua formação na segunda metade dos anos 20, a FARSUL obteve uma importante presença junto à administração dos organismos públicos para a agricultura e associou-se, de forma acentuada, à condição de um “fiel” político do Estado no campo. Fidelidade medida exatamente nesta troca, prevista e realizada, de obrigações, na realização das expectativas das partes, na aceitação pelo Estado da “competência” e dos “saberes” dos grandes proprietários fundiários nas questões do campo, e, portanto, sua autoridade para fazer saber, decidir e dispor dos instrumentos, públicos em sua maioria, que lhes são pertinentes e adequados (HEINZ, 1991, pp. 221-222).

Esta proximidade da Farsul em relação aos órgãos de Estado é destacada pela própria entidade, como tendo sido uma de suas marcas principais desde sua criação. Segundo discurso patronal, publicado na edição do *Jornal Sul Rural* em comemoração aos 90 anos da entidade,

Logo nos primeiros anos, a Federação assumiu o protagonismo nas ações em favor da agropecuária gaúcha, operando inclusive tarefas que hoje cabem à Secretaria da Agricultura. No final da década de 1930, a Farsul passou a regular o uso das marcas a fogo para identificação do gado, por exemplo (FARSUL, 2017, p. 10).

De modo geral, este processo conferiu à entidade “uma condição privilegiada para influir diretamente na formulação e na implantação das políticas agrícolas e agrárias estaduais” (Da Ros, 2006, p. 150), auxiliando, desta forma, na manutenção de benefícios e privilégios aos setores sociais por ela representados, notadamente os grandes proprietários e produtores rurais do estado.

No entanto, em relação a este último ponto, cabe uma problematização, já que, embora a Farsul seja apontada como entidade porta-voz dos interesses de grandes proprietários e produtores rurais – entendida aqui como uma entidade de representação e de organização política deste patronato rural -, é insuficiente indicar que seja formada somente por essa categoria social, pois isso não daria conta de sua heterogeneidade interna, constituindo-se de uma base bastante variada em que pequenos e médios produtores, além de arrendatários e parceiros também a compõe, resultado das diferentes legislações que regularam as associações rurais e, depois, o sistema sindical (Gasparotto, 2016; Da Ros, 2006).

Além disso, essa questão da composição interna da Farsul – e da relativa heterogeneidade de atores que se expressa ali - pode ser vista também a partir de elementos políticos que condicionam a ação da entidade e direcionam seu discurso e suas práticas à tentativa de aproximação junto a determinados setores da agropecuária gaúcha. Durante a realização da pesquisa de campo que deu base a este trabalho, um dos elementos que chamou minha atenção foi a existência do slogan *Pra Farsul produtor não tem tamanho*, o qual pode ser visto em adesivos e cartazes em sua sede, registrado em fotografias, além de ser constantemente pronunciado por seus dirigentes e assessores no cotidiano da entidade. Tal slogan demonstra a tentativa de construção de uma imagem – não ligada exclusivamente ao latifúndio e à grande propriedade fundiária –, que pode ser entendido como discurso de legitimidade e como estratégia de disputa de determinada base social, ligada a frações mais capitalizadas da agricultura familiar no estado. A investigação deste tema parece extremamente relevante e mereceria um estudo a parte.

No entanto, mesmo que não se possa afirmar que a Farsul seja formada somente por grandes proprietários e produtores rurais, é importante mencionar que a defesa da propriedade e do monopólio da terra se constituiu como um elemento que acompanhou

os modos de ação e as práticas políticas da entidade ao longo do tempo. Conforme aponta Da Ros (2006):

A plataforma política da FARSUL se modificou ao longo da história acompanhando as diferentes conjunturas da luta política em torno da agricultura e da questão agrária. Porém, como traço de continuidade se observa a defesa intransigente do monopólio da propriedade privada e a contraposição à luta por reforma agrária (DA ROS, 2006, p. 150).

Este processo foi desencadeado a partir de diferentes táticas de atuação da entidade, seja através da oposição e ação direta contra as tentativas de reforma agrária e a organização dos trabalhadores rurais, ou mesmo disputando o conteúdo destes projetos reformistas e priorizando os termos do problema agrícola em detrimento do problema fundiário propriamente dito, tendo proporcionado à entidade um importante destaque na representação política do patronato rural gaúcho e, até mesmo, brasileiro, já que em alguns momentos protagonizou processos de mobilização patronal em âmbito nacional (Heinz, 1991; Da Ros, 2006).

Feita reflexão em torno dos elementos históricos gerais e das principais características de atuação da Farsul ao longo do tempo, buscaremos agora contextualizar a atuação desta entidade em relação a alguns períodos centrais para o desenvolvimento da agropecuária no estado e no país, buscando compreender, em linhas gerais, que dinâmicas se expressam na representação política da entidade em cada um destes momentos ou ciclos históricos.

1.1.1 Da pecuária extensiva e do latifúndio na metade sul do estado: o surgimento e as primeiras décadas de desenvolvimento da Farsul

Embora na atualidade tal cenário encontra significativas mudanças, para que se analise o desenvolvimento histórico da Farsul deve-se ter em conta, dentre outros elementos, a forte ligação desta entidade com o latifúndio pastoril da metade sul do estado, sobretudo ao longo de suas primeiras décadas de desenvolvimento. Conforme destacou Gasparotto (2016, p. 107), o surgimento desta entidade girou, principalmente, em torno da necessidade de congregar os pecuaristas gaúchos na defesa de seus interesses, tendo sua atuação inicial se centrado, basicamente, em torno “da defesa dos interesses da atividade pecuária” (Gasparotto, 2016, p. 107). A base deste processo se encontra no fato de que as associações rurais que participaram da fundação da entidade eram,

majoritariamente, da metade sul do estado, região marcada pelo latifúndio no Rio Grande do Sul e onde os pecuaristas predominavam do ponto de vista econômico e político.

Para que se compreenda o processo de ocupação do território gaúcho e de formação da grande propriedade fundiária neste estado, inicialmente, deve-se ter em conta que estes processos ocorreram de forma tardia em relação às demais regiões do país. As dificuldades de acesso ao litoral sulista, a inexistência de riquezas facilmente comercializáveis e as características da vegetação original, marcada pela dualidade entre campos e florestas, foram alguns dos principais fatores que determinaram o atraso e as peculiaridades desta ocupação territorial pelos colonizadores europeus (Da Ros, 2006, p. 39).

A ocupação do território do que hoje se conhece como estado do Rio Grande do Sul se estruturou através do estabelecimento de grandes propriedades fundiárias voltadas à criação de gado em áreas de campos, principalmente na metade sul do estado, e de colônias de imigrantes europeus, que produziam em pequenas propriedades nas áreas de florestas, localizadas ao norte do estado. A expansão, tanto destas grandes propriedades, quanto das áreas de colônias de pequenos proprietários não se deu sem conflitos e disputas de várias ordens e a configuração estabelecida por estes modelos determinou a existência de características econômicas e produtivas bastante distintas entre a parte norte e sul do estado (Piccin, 2012).

O referido processo de ocupação ocorreu a partir de duas linhas de penetração: uma portuguesa e outra espanhola, ambas ocorrendo a partir do século XVII. A linha portuguesa foi constituída pelos padres jesuítas, que tinham por objetivo catequizar os povos indígenas, e pelos bandeirantes, que buscavam o apresamento de indígenas para o tráfico escravista. A linha espanhola também foi constituída por padres jesuítas que ingressaram no atual território gaúcho vindos do Paraguai. A expansão desta ocupação para o sul do atual território gaúcho se deu no período da união entre as Coroas Ibéricas de Portugal e Espanha, período compreendido entre os anos de 1580 e 1640 (Da Ros, 2006, p. 40).

Contudo, o que se viu, de maneira geral, ao longo destes primeiros séculos de ocupação europeia na região, foram intensas disputas territoriais entre estes dois países¹⁰, que se estenderam até a primeira metade do século XIX, quando Portugal conquistou,

¹⁰ Além da presença de Portugal e Espanha nestes conflitos e disputas territoriais, não se deve esquecer a presença de povos indígenas originários daqueles territórios, os quais também fizeram parte destes conflitos territoriais, buscando resistir aos processos de colonização europeia.

definitivamente, o território do Sul do Brasil. Com a apropriação deste território pelos portugueses e a fixação das fronteiras do que hoje se conhece como o estado do Rio Grande do Sul articula-se uma base econômica específica neste território - a pecuária -, fazendo com que a metade sul do estado se constituísse como o principal centro econômico da província e os pecuaristas/estancieiros construíssem longa hegemonia política neste espaço (Da Ros, 2006, pp. 41-43, 82).

Em relação ao desenvolvimento da pecuária no Brasil, pode-se dizer que nos três primeiros séculos de colonização do país esta foi uma importante atividade subsidiária da grande lavoura e do minério - atividades voltadas ao comércio exterior - tendo importante papel na alimentação da colônia. A primeira forma que essa atividade se desenvolveu foi a partir do comércio do gado em pé. Assim, excetuando-se os produtos voltados para a exportação, a pecuária foi a única atividade econômica de vulto na colônia. Excluída a faixa litorânea - a qual foi destinada às explorações agrícolas - e as regiões mineiras, a pecuária ocupou importante parte do território nacional no seu interior (Prado Jr, 2011, pp. 195-196).

A pecuária se desenvolve no Brasil principalmente em três grandes áreas: nos sertões do Nordeste; na parte meridional de Minas Gerais; e nas planícies do Sul, incluindo os Campos Gerais do Paraná e a região que corresponde ao Rio Grande do Sul. Além destas três regiões existiram outros locais de menor importância (Prado Jr, 2011, p. 198).

Inicialmente, a pecuária da região Nordeste foi a mais extensa e importante do país, abastecendo a densa população desta zona agrícola, além dos mercados das Minas Gerais. O movimento de ascensão da pecuária na região Nordeste durou até princípios do século XVIII. Ao final deste século começa seu declínio, que se deu em função da perda dos mercados das Minas Gerais - suplantado pela produção local - e pelas enormes secas que se abatiam sobre a região. A partir daí a função de abastecimento dos núcleos agrícolas do Nordeste se transfere para o Rio Grande do Sul (Prado Jr, 2011, pp. 198-207).

Nos campos do Sul o gado foi introduzido desde longa data e proliferou em abundância. Do ponto de vista do comércio, o gado criado nos Campos Gerais do Paraná serviu, principalmente, para o abastecimento de São Paulo e do Rio de Janeiro. Já o gado criado no extremo sul da região centrou-se, principalmente, em torno da órbita castelhana, na medida em que, como comentado acima, a região do extremo sul do país era uma região de intensos conflitos entre portugueses e espanhóis pela disputa do território e,

portanto, uma região quase destacada do resto do país até meados do século XVIII, pois a influência da colonização portuguesa ainda não era significativa naquele espaço (Prado Jr, 2011, pp. 213-214).

É somente a partir da segunda metade do século XVIII que a colonização portuguesa nesta região se intensifica. Neste sentido, Portugal passa a ocupar este território, destinando grandes extensões de terra – as sesmarias - aos fidalgos da coroa portuguesa e aos comandantes militares que haviam atuado na disputa dos territórios. Buscava-se, assim, a ocupação efetiva destas terras e o controle do território. Com isso, o rebanho de gado, dizimado nas guerras, foi repostado rapidamente e a pecuária se organizou solidamente e prosperou com rapidez na região (Da Ros, 2006, pp. 44-82; Prado Jr, 2011, pp. 214-215).

Contudo, no início deste processo, a produção pecuária da região resumiu-se apenas à comercialização do couro, exportando-o em grandes quantidades, já que não havia mercado consumidor para a carne bovina. Os criadores da região comercializavam o gado em pé com as regiões de Santa Catarina e Paraná, mas ainda em pequenas quantidades. De modo geral, a pecuária gaúcha sofria o ônus de sua posição distanciada dos mercados consumidores do país. Mas, esta situação muda radicalmente com o início da produção de charque no final do século XVIII. Este período coincide com o declínio da produção pecuária no Nordeste, portanto o Rio Grande do Sul passa a fornecer a carne de charque para estas regiões (Da Ros, 2006, p. 45; Prado Jr, 2011, p. 215).

A partir daí, houve uma grande expansão da economia pastoril, sobretudo na metade sul do estado, e a intensificação de seu comércio. Assim, se estruturam “os grandes proprietários fundiários criadores de gado do Rio Grande do Sul, cujos domínios se convencionou chamar de *estâncias* e de *estancieiros* seus senhores” (Piccin, 2012, p. 21).

É a partir deste arranjo social e econômico e desta configuração de poder que se assiste, entre o final do século XIX e início do século XX, as articulações políticas dos grandes proprietários de terra do Rio Grande do Sul que deram origem à Farsul. O contexto de forte protagonismo dos pecuaristas da metade sul do estado na criação da entidade, em 1927, pode ser percebido a partir do próprio discurso oficial da entidade, quando são lembrados os primeiros desafios no momento de sua criação:

Quando a Farsul surgiu, o Estado passava por uma grave crise na pecuária, especialmente pelo contrabando de carne e charque do Uruguai e da Argentina. Os criadores precisavam debater questões como a matança de vacas, código rural, o cavalo e suas aptidões, o transporte de gado em pé, estradas e fretes, a carne congelada nos mercados nacionais, estatística rural, indústria de

laticínios, a introdução do zebu em solo gaúcho, exposição de reprodutores em Porto Alegre, carneiros e seus derivados, indenizações e créditos (FARSUL, 2017, p. 10).

Como se vê, segundo discurso oficial da entidade, a ação política dos pecuaristas gaúchos e, em consequência, as pautas em torno da atividade pecuária estariam no centro das preocupações que deram vazão à criação da Farsul. Embora este processo conflua no surgimento da Federação em 1927, foi precedido de diversas articulações entre os grandes proprietários fundiários gaúchos, onde se buscava a construção de uma entidade capaz de representar os interesses do setor frente às questões econômicas e políticas da época. As primeiras articulações neste sentido ocorreram durante a realização de feiras, congressos e exposições agropecuárias, onde se destaca a Exposição Provincial Agrícola e Industrial, ocorrida em Porto Alegre em 1886. O principal objetivo destas articulações era o de estimular a modernização na produção pecuária gaúcha, buscando fazer frente à concorrência dos mercados externos (Gasparotto, 2016, pp. 36-37; Da Ros, 2006, pp. 143-144).

Em publicação comemorativa aos 70 anos de criação da Farsul, em 1997, são destacados uma série de eventos e organizações que conformaram este cenário. A primeira articulação deste tipo remonta ao ano de 1820, quando ocorreu reunião com cerca de 50 estancieiros no município de Rio Pardo, com o objetivo discutir temas relacionados “a rodeios de gado alçado e multa sobre a permanência de animais em campo alheio”. Este evento “é hoje considerado o primeiro conclave de criadores no Rio Grande do Sul que se tem notícia”. Além disso, a realização da *I Exposição Provincial Agrícola e Industrial*, ocorrida no ano de 1886 em Porto Alegre e já mencionada anteriormente, também recebe um grande destaque como marco de articulação do associativismo rural no estado (Farsul, 1997b).

Já do ponto de vista da criação efetiva de associações rurais naquele período, o documento destaca o surgimento da *Sociedade Agrícola Pastoril do Rio Grande do Sul*, ocorrido em 1898 na cidade de Pelotas, como “primeira agremiação ruralista criada em solo gaúcho”, a qual teria aberto “caminho definitivamente para as federações rurais, instâncias máximas do associativismo no Estado”. Após a criação desta entidade, as exposições agropecuárias no estado passariam a ter “maior relevância e regularidade”. Neste sentido, um ano após sua criação, a *Sociedade Agrícola Pastoril do Rio Grande do Sul* realizava a 1ª Exposição Rural de Pelotas, buscando ampliar e consolidar estes espaços de articulação do setor (Farsul, 1997b).

Posteriormente, é destacada como marco a criação da *Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul*, em 1909. Segundo discurso patronal, esta Federação foi criada como fruto do

Amadurecimento de uma ideia que surgiu no começo do século, em 1905, ano que em Guilherme Minssem, agrônomo francês radicado no Rio Grande do Sul e na época diretor da revista da *Sociedade Agrícola* de Pelotas, publicou um artigo sugerindo a criação de uma Federação das Associações Rurais. [...] A ideia ganhou força em 1908, com a realização do 1º Congresso Agrícola, em Pelotas. [...] No ano seguinte em uma assembleia de criadores reunidos em Porto Alegre, ficou fundada a 20 de setembro de 1909, a Federação das Associações [Rurais] do Rio Grande do Sul (FARSUL, 1997b).

Além disso, o documento também destaca o surgimento da *União dos Criadores*, em outubro de 1912, que se constituía como uma “associação pastoril de âmbito estadual”. Em 1921 ocorreu a fusão, segundo tal discurso, “esperada e necessária”, destas duas entidades. Desta fusão surge a *Federação Rural do Rio Grande do Sul*, entidade presidida pelo Coronel Alfredo Gonçalves Moreira e que teve curta duração, sendo extinta dois anos mais tarde, provavelmente em função da conturbada conjuntura política e militar vivida no Rio Grande do Sul na época. Já em agosto de 1926 é criada a *Associação dos Criadores do Rio Grande do Sul*:

A nova entidade teria sua fundação formalizada em 30 de agosto de 1926, convocando já no seu primeiro ano de existência o 2º Congresso Rural, no Theatro São Pedro [em Porto Alegre], onde nasceria aquela que é a entidade máxima da classe rural gaúcha, a FARSUL (FARSUL, 1997b).

Diante de tal contexto histórico, percebe-se, mais uma vez, que os desafios e pautas políticas da Farsul nos primeiros anos de sua existência estiveram estreitamente ligados ao setor pecuarista do estado e que o próprio surgimento da entidade é fruto, sobretudo, da organização deste setor. Mais do que isso, a Farsul foi a primeira organização a congregar as diferentes frações da elite rural estancieira dentro de um mesmo espaço de representação, já que a representação destes grupos no Rio Grande do Sul sempre foi caracterizada pela atuação de diferentes entidades e movimentos políticos que representavam, de um lado, os estancieiros-charqueadores e, de outro, os estancieiros-criadores. Portanto, com a criação da Farsul as contradições entre diferentes setores pecuaristas do Rio Grande do Sul passam a ser “internalizadas” numa mesma entidade representativa (Piccin, 2012, p. 166).

Se este momento não representou o fim das tensões entre os diferentes setores da pecuária, representou ao menos uma redução destas tensões, fato decorrido, sobretudo, em virtude da conjuntura econômica das décadas de 1920 e 1930, que apontava um forte

declínio da atividade charqueadora e o desenvolvimento da produção de um artigo de luxo entre os estancieiros gaúchos: a carne frigorificada (Piccin, 2012).

Desta forma, foi possível um incremento no nível da renda dos criadores de gado do Rio Grande do Sul, uma vez que passaram a controlar e definir os preços de compra da carne por meio de uma extensa rede de frigoríficos centralizada quando da criação do Instituto de Carnes do Rio Grande do Sul. Esse Instituto foi criado pelo Governo Estadual, diferentemente dos institutos criados para atender os interesses dos cafeicultores do Sudeste e produtores de cana de açúcar do Nordeste, criados pelo Governo Federal. Esse fato demonstra perfeitamente a posição subordinada que os estancieiros assumiam nas relações entre as classes dominantes do país. De todo modo, foi somente depois da formação do Instituto de Carnes e com a produção da carne frigorificada que os estancieiros resolveram suas principais contradições enquanto grupo social – uma vez que aos que charqueavam não interessava o aumento do preço pago ao produtor. Nas décadas de 1930 e 1940, o surgimento do Instituto salvou um conjunto amplo de charqueadores em decadência econômica, que migraram para a produção destes produtos ou passaram a investir em outras atividades econômicas (Piccin, 2012, p. 166).

As disputas econômicas da época entre as diferentes categoriais de estancieiros se deram na esfera política e econômica. Foram criadas organizações de representação, que atuavam, de um lado, na esfera da representação política destes grupos e, de outro, na organização da comercialização, controlando a oferta de produtos no mercado, como verdadeiros *trusts* (Piccin, 2012, pp. 133-134).

Vejamos mais a fundo o enredo destas configurações econômicas: no final dos anos 1920 e na primeira metade dos anos 1930 os charqueadores construíram grande capacidade de controlar o mercado de carnes. Faziam isso controlando o momento certo de compra da carne dos produtores de bovino e aumentando sua capacidade de estocar o charque na busca de melhores preços ao produto final. Contudo, diante deste aumento do preço do charque, os frigoríficos de outros estados do país passaram a apostar na atividade charqueadora e, assim, controlaram a maioria destes mercados. Diante disso, o preço do charque voltou a ter queda e a carne frigorificada novamente ganhou centralidade no mercado nacional e internacional. Além disso, o Governo Federal na década de 1930 pôs fim a diversas barreiras alfandegárias que beneficiavam o charque gaúcho e desenvolveu legislações trabalhistas e sanitárias para esta produção. Estes processos naturalmente colocaram a atividade estancieira-charqueadora diante de uma crise e de um grande dilema (Piccin, 2012, pp. 133-140).

Como alternativa de resolução desta crise, ganha força a ideia da construção de frigoríficos pelos estancieiros. É neste período que a produção da carne frigorificada ganha status de maior importância e avança na economia da metade sul do estado:

Um passo importante para a materialização desta alternativa foi a criação da Cooperativa Rio-grandense de carnes em julho de 1931, pela ação da FARSUL, que deveria organizar os criadores em cooperativas regionais e levantar estudos sobre a instalação de matadouros e frigoríficos. [...] Esta Cooperativa foi transformada no Instituto de Carnes do Rio Grande do Sul em 13 de julho de 1934 (PICCIN, 2012, p. 145).

Viveu-se a partir de então um período de grande aquecimento da economia de carnes no Rio Grande do Sul, em virtude das demandas do mercado nacional e internacional, e o Instituto de Carnes agiria também como controlador da oferta, regulando os preços de mercado. Com isso, passou a existir uma maior unificação de interesses do setor pecuário do estado, onde as figuras, antes polares, do estancieiro-charqueador e do estancieiro-criador se unificam em um só agente econômico (Piccin, 2012, p. 164).

Além disso, altera-se também o espaço ocupado pelo estancieiro gaúcho no jogo das relações sociais e econômicas do país, uma vez que estes agentes passaram a produzir um artigo de luxo – a carne frigorificada –, que os libertou “das correntes que os amarravam ao mercado interno e da posição de fornecedores subsidiários às demais classes dominantes do Nordeste canavieiro e do Sudeste cafeeiro”, processo que ocorria anteriormente com a produção de charque (Piccin, 2012, p. 164). Portanto, do ponto de vista econômico, o desenvolvimento dos frigoríficos no estado naquele momento se constituiu como um importante elemento de aumento das receitas da atividade pecuária, possibilitando algumas mudanças nesta atividade em um cenário de crise do charque.

Se este processo de mudanças na economia pecuária gaúcha se consolida a partir da criação da Cooperativa Riograndense de Carnes, em 1931, para os fins deste trabalho, é importante mencionar que esta Cooperativa foi criada a partir da ação da Farsul, a qual deveria “organizar os criadores em cooperativas regionais e levantar estudos sobre a instalação de matadouros e frigoríficos”. Como comentado, em 1934 esta Cooperativa é transformada no Instituto de Carnes do Rio Grande do Sul, o qual se constituiu como uma autarquia do governo do estado e foi resultado deste longo processo de disputas entre diferentes setores da pecuária gaúcha (Piccin, 2012, pp. 131, 145). O protagonismo da Farsul neste processo reforça uma das marcas que caracteriza a ação da entidade ao longo do tempo, qual seja, sua proximidade em relação às instâncias de poder do Estado.

De todo modo, a partir da abertura deste ciclo econômico, viveu-se um período de relativa ascensão da economia pecuária no Rio Grande do Sul até o final da década de 1980, quando se inicia uma tendência de queda no preço pago ao produto e é instalada nova crise no setor, processo que será analisado em mais detalhes a frente. Por ora, vejamos alguns elementos em torno de outro processo econômico e social que marca a realidade da agricultura brasileira e gaúcha no século XX, o processo de modernização agrícola iniciado na década de 1960, buscando posicionar a Farsul neste contexto histórico.

1.1.2 A modernização da agricultura e as mudanças na composição e nas formas de atuação da Farsul

Se, como vimos até aqui, durante o surgimento e as primeiras décadas de desenvolvimento da Farsul a composição interna e a ação política desta entidade giraram basicamente em torno da atividade pecuária, este cenário passa a se alterar significativamente a partir das décadas de 1960 e 1970, com o processo de modernização da agricultura brasileira, já que neste cenário a entidade passa a se ligar mais fortemente também ao setor agrícola do estado, incorporando as suas demandas e pautas (Da Ros, 2006, p. 146; Gasparotto, 2016, p. 107).

Para que se compreenda este contexto, deve-se ter em mente, em primeiro lugar, que as referidas mudanças econômicas e produtivas que foram pano de fundo de alterações políticas na Farsul - materializadas através do processo de modernização da agricultura – ocorrem, internamente ao país, na esteira do golpe militar e da derrota da proposta de reforma agrária da época, e, do ponto de vista externo, no âmbito de uma reestruturação internacional da economia no cenário pós Segunda Guerra Mundial.

A partir deste processo de modernização, a agricultura passa a se internacionalizar, integrando-se ao modelo de desenvolvimento dos chamados complexos agroindustriais, sob o comando de corporações transnacionais e dos países centrais, notadamente os Estados Unidos. Neste sentido, destaca-se o papel central do grande capital financeiro-industrial, seja nacional ou internacional, na condução deste processo e a consequente intensificação da subordinação da agricultura perante a indústria em tal contexto, além do reforço de uma tendência de integração dependente da economia brasileira no capitalismo mundial (Brum, 1985, pp. 93-97; Rückert, 2003, p. 36).

Desta forma, o processo de modernização agrícola referido aqui deve ser compreendido também como parte de uma nova estratégia de desenvolvimento da economia nacional, onde, a partir da abertura do país ao capital estrangeiro, buscava-se garantir a expansão da indústria de bens duráveis. Do ponto de vista da balança de comércios, a agricultura deveria sustentar este processo, já que havia a necessidade de importação de bens de capital para a constituição de um parque industrial moderno no país. Portanto, neste cenário de modernização agrícola, sobretudo a partir do final da década de 1960 e início da década de 1970, a comercialização dos produtos primários, sobretudo da soja, voltou-se, quase que exclusivamente, ao mercado externo, buscando-se incrementar os índices de exportação do país. Este processo se deu com forte apoio governamental no que tange ao crédito e a comercialização e teve nas ótimas cotações internacionais da soja um importante ponto de apoio (Brum, 1985, pp. 107-110; Conceição, 1986, pp. 33-34).

Contudo, é importante ressaltar que este processo de modernização, que teve como ponto de irradiação a região do Planalto Gaúcho, na porção norte do estado, não se restringiu somente ao cultivo da soja, mas centrou-se principalmente no “binômio trigo-soja”. Inicialmente as lavouras de trigo desenvolveram-se mais fortemente, já que o desenvolvimento desta lavoura se encontrava em expansão desde o início da década de 1940, tendo ocorrido o desenvolvimento das primeiras lavouras mecanizadas ainda em 1946 e uma rápida expansão para diversos municípios da região na década seguinte (Rückert, 2003, pp. 33-34).

Segundo Brum (1985), diversos fatores convergiram para que houvesse o desenvolvimento desta produção em escala moderna e empresarial. As condições naturais da região do Planalto, adequadas para implantação de grandes lavouras mecanizadas, os interesses das corporações transnacionais em desenvolver o complexo agroindustrial e o objetivo governamental de alcançar a autossuficiência nesta produção são os principais fatores destacados pelo autor. Em relação a este último ponto, desde a década de 1950, destaca-se a ação governamental na oferta de crédito fácil e com baixas taxas de juros, na garantia de preços estáveis ao produto e no subsídio para investimentos em máquinas e equipamentos como forma de apoiar o desenvolvimento desta atividade. Assim, visualizou-se grande expansão das áreas de cultivo e das técnicas produtivas da lavoura de trigo, fazendo com que a atividade fosse o carro chefe do processo de modernização agrícola da região até o final dos anos 1960 e início dos anos 1970, quando, em função de frequentes frustrações de safras, da redução do crédito e da elevação da taxa de juros

e dos custos gerais de produção esta atividade perde importância e é suplantada pela soja, cultura que já se desenvolvia e modernizava, mesmo que ainda secundariamente se comparada ao trigo, desde a década anterior (Brum, 1985, pp. 116-126, 263).

Portanto, a década de 1970 marca uma fase de grande expansão do cultivo da soja no Rio Grande do Sul e o processo de modernização agrícola no estado passa a ser comandado por esta atividade (Brum, 1985, pp. 116-117; Conceição, 1986, p. 43).

Segundo Trennepohl e Paiva (2011), neste período

O mercado internacional estava ávido pela soja brasileira e oferecia bons preços e, por vezes, pagamento antecipado. Os preços extremamente elevados do produto, nas safras de 1973 e 1974, provocaram o chamado “boom da soja” e a cultura assumiu lugar de destaque na agropecuária gaúcha e brasileira. Sua participação na área total das lavouras do Estado, que em 1960 era inferior a 10%, ultrapassa os 40% na década de 80 e no valor da produção (VBPA) sua participação passa de 5% para 40%, no mesmo período (TRENNEPOHL e PAIVA, 2011, p. 744).

Além disso, esta evolução da sojicultura pode ser demonstrada através do aumento da área destinada ao cultivo da planta no Rio Grande do Sul, a qual passou de 860 mil hectares em 1970 para mais de 4 milhões de hectares em 1979. Ou seja, em menos de 10 anos houve um aumento de cerca de 500% na área de cultivo da oleaginosa no estado. Uma das principais implicações deste forte ciclo de expansão da produção de soja na região do Planalto Gaúcho durante os anos 1970 foi o aumento da concentração fundiária, com a exclusão de pequenos produtores, e do preço das terras (Brum, 1985, pp. 214, 265).

Além disso, do ponto de vista nacional,

A fase de grande expansão da soja coincidiu com o aprofundamento da internacionalização da economia brasileira. Nessa fase se define com mais clareza o atual modelo econômico brasileiro. A nossa economia se integra mais ao capitalismo internacional (BRUM, 1985, p. 129).

Por fim, é importante frisar que, embora este processo de modernização agrícola tenha se iniciado a partir do Planalto Gaúcho, seu alcance no Rio Grande do Sul não fica restrito a essa região. Já a partir do final da década de 1960 e durante os anos 1970 há a expansão das lavouras de trigo e soja para diversas regiões do estado, inclusive em direção as áreas de campo da metade sul, onde predominava a pecuária extensiva. Em direção a esta região os produtores mais arrojados do Planalto investem arrendando ou comprando áreas do latifúndio pastoril e, portanto, incorporando às lavouras áreas antes destinadas à pecuária extensiva (Brum, 1985, pp. 153-154; Trennepohl e Paiva, 2011, p. 747). No entanto, é importante destacar que naquele momento a expansão das lavouras para a metade sul do estado ainda não foi capaz de gerar impactos significativos sobre a pecuária extensiva e, tampouco, sobre a economia da região (Conceição, 1986, p. 66).

É a partir deste contexto que se verifica com maior nitidez alterações nas formas de atuação e na base social da Farsul, já que a entidade teria buscado uma maior aproximação com os produtores de arroz e de soja, que passaram a se integrar a sua estrutura, bem como teria intensificado intercâmbios e relações com diversas entidades ligadas ao setor primário, como a Fecolã, a Fecotrigo, a Fecocarne e o Irga, deixando de ter atuação quase que exclusivamente voltada ao setor da pecuária. Do ponto de vista organizativo, neste processo, são criadas também comissões técnicas no interior da Farsul¹¹, voltadas a atuação em diferentes setores da pecuária e da agricultura e que sinalizam as referidas mudanças na composição setorial e nas formas de atuação da entidade já a partir deste período (Gasparotto, 2016; Da Ros, 2006, p. 146).

Segundo o próprio discurso oficial da entidade,

Os anos 1970 marcam a explosão do plantio da soja no Estado. Arrozeiros passam a fazer parte da Farsul, que cada vez mais se voltava para a produção agrícola, além da pecuária. Intensifica-se o intercâmbio com demais entidades ligadas ao setor primário e também com universidades gaúchas (FARSUL, 2017, p. 11).

Como se vê, o processo histórico e social que demarca a modernização da agricultura no Brasil e as mudanças econômicas e produtivas decorrentes daí constituem importante pano de fundo de substantivas alterações no interior da Farsul, as quais demarcam um período e abrem caminho para uma série de outras alterações ocorridas nesta entidade durante o período mais recente. Tentemos agora posicionar a Farsul a partir do contexto de mudanças econômicas visualizadas na agropecuária gaúcha a partir da década de 1990.

1.1.3 Crise na pecuária e expansão da soja para a metade sul do estado: das mudanças econômicas à recomposição política

A partir da década de 1990 assiste-se a um novo conjunto de mudanças econômicas e produtivas na agropecuária gaúcha, as quais se materializam, de um lado, em nova onda de expansão dos cultivos agrícolas para a metade sul do estado, processo já iniciado durante a modernização agrícola, e, de outro lado, numa profunda crise e retração da atividade pecuária nesta região. Estas mudanças econômicas produzem alterações na morfologia social do patronato rural do estado, repercutindo em suas

¹¹ A primeira delas foi a comissão de trigo, criada ainda no ano de 1943, com o objetivo de “tratar da produção, escoamento e financiamento da safra, além de estimular a criação de cooperativas de produtores” (Farsul, 2017, p. 10).

instâncias de representação de classe, como é o caso da Farsul. Vejamos em mais detalhes este enredo.

Como comentado, a partir da década de 1990, assiste-se a uma nova onda de expansão dos cultivos agrícolas, sobretudo do arroz, da soja e do milho, para a região sul do estado, principalmente na sua parte sudoeste, região conhecida como Campanha Gaúcha (Benetti, 2010, pp. 84-85). Este processo foi fruto de uma nova fase de aquecimento do mercado internacional de *commodities*, ocorrido após um período de crise na agricultura gaúcha, o que gerou a redução das áreas de lavoura na metade norte do estado durante a segunda metade dos anos 1980 e o início dos anos 1990¹².

Para se ter uma ideia da proporção desta expansão das lavouras na região Sul durante o período mencionado, destaca-se que entre os anos de 1990 e 2004 a região da Campanha passa de cerca de 492 mil para mais de 900 mil hectares cultivados com lavoura, registrando um aumento de mais de 80% desta área. Analisando-se os dados da produção agrícola estadual nesta mesma sequência histórica, pode-se confirmar que a expansão das lavouras no Rio Grande do Sul durante este período se deu, principalmente, em direção à região sul do estado. Isso gerou um aumento da participação da região na produção agrícola estadual. Também fez com que aumentasse a participação da produção agrícola na economia local como um todo (Benetti, 2007, pp. 134-135).

Contudo, se o aquecimento do mercado internacional de *commodities* agrícolas contribuiu para este processo de expansão das lavouras na metade sul do estado a partir dos anos 1990, por outro lado, é importante frisar também que, em paralelo a isso, se visualizou uma forte crise da atividade pecuária – predominantemente localizada na metade sul do estado - fator que contribuiu para a fragilização econômica de grande parte dos pecuaristas daquela região e fez avançar as culturas de lavoura.

Segundo Piccin (2014, pp. 13-14), essa crise econômica da atividade pecuária – que tem como marco a extinção do Instituto de Carnes do Rio Grande do Sul em 1991 - teve origem na baixa dos preços do gado - fruto da abertura dos mercados locais à concorrência internacional -, no aumento do preço da mão de obra e no desenvolvimento

¹² Esta crise da agricultura gaúcha teria ocorrido, por um lado, em função da acelerada expansão da agricultura no Cerrado brasileiro e da consequente dificuldade da agricultura gaúcha estabelecer um nível de escala adequado de produção e de competitividade com esta região em função do esgotamento de sua fronteira agrícola interna e, por outro lado, em função de uma crise no comércio internacional de *commodities*, já que havia um excedente da oferta sobre a demanda destes produtos em nível internacional em razão do crescimento da produção da Europa e dos Estados Unidos. Com isso, houve uma diminuição da área de cultivo de soja e de trigo na metade norte do estado, sobretudo a partir da exclusão de produtores de pequena escala (Benetti, 2010, pp. 60-75).

da legislação trabalhista, que foi responsável por impor um conjunto de restrições aos modos de dominação pessoal do proprietário de terra sobre o trabalhador da estância.

Com a análise do histórico da economia estancieira do Rio Grande do Sul, percebe-se que para estes setores importava preferencialmente a garantia do monopólio da terra e a superexploração do trabalho, em detrimento do avanço tecnológico e da eficiência técnica na produção. Este comportamento era legitimado pela ação de apoio financeiro do Estado em momentos de crise. Por isso, o estancieiro não respondia aos estímulos de mercado e não considerava, em geral, a possibilidade de aumento da produtividade física por área de terra explorada e a intensificação da atividade criatória como um mecanismo de fuga da crise econômica (Piccin, 2012, pp. 340, 355-356).

Portanto, houve uma incapacidade dos estancieiros em lidar com a crise e buscar sua superação. Estes sujeitos demonstraram dificuldades em ajustar os patamares produtivos e controlar a cadeia de comercialização. Ao invés disso, a crise econômica que se abateu sobre a atividade na década de 1990 gerou reconversões de trajetória, fazendo com que culturas agrícolas como a soja e o arroz passassem a ter maior relevância nas estratégias de reprodução econômica dos produtores rurais na região, seja através do plantio pelo próprio estancieiro, mas principalmente via arrendamento de terras e, em situações limite, até mesmo com a venda da área (Piccin, 2012, p. 369).

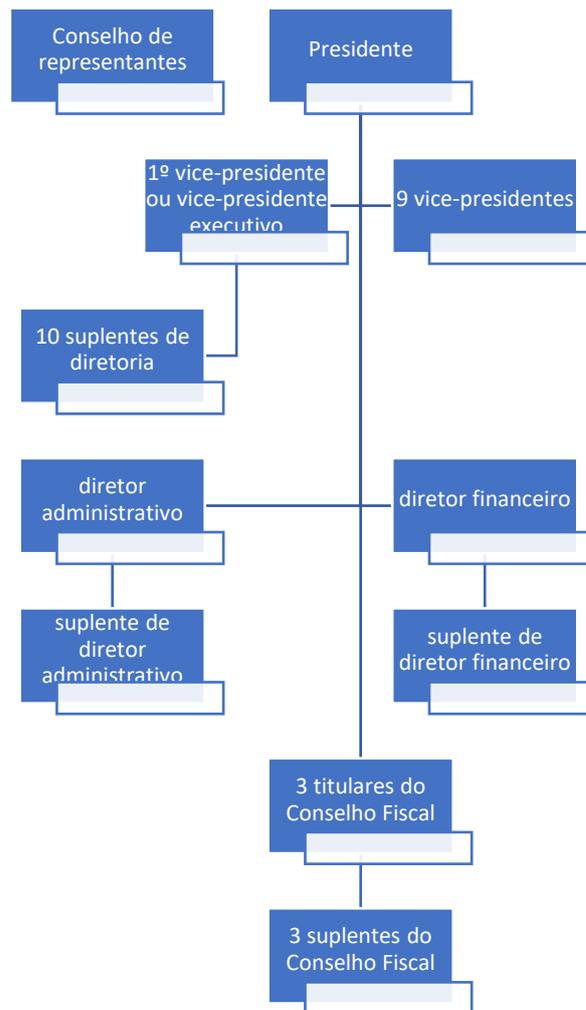
Diante desse cenário, manifesta-se uma alteração na composição da classe dos grandes proprietários de terra da metade sul do estado, onde a atividade pecuária detinha destaque na economia. Um dos papéis centrais neste processo foi desempenhado pelos descendentes de colonos europeus, que migraram das regiões de florestas do norte do estado do Rio Grande do Sul para a região estancieira, localizada ao sul do mesmo estado. Com o apoio da força de trabalho familiar e diante das experiências adquiridas em suas trajetórias de vida, estes sujeitos consolidaram atividades agrícolas na região e avançaram economicamente, sobretudo por meio da plantação do arroz e soja (Piccin, 2014, pp. 12-22).

Segundo Piccin (2014, p. 16), “a crise econômica enfrentada pela elite estancieira a partir de 1990 teve o efeito de redefinir os capitais de distintas posições no espaço social” e os estancieiros do Rio Grande do Sul se enfraqueceram política e economicamente, ao mesmo tempo em que visualizavam-se trajetórias ascendentes dos descendentes de colonos europeus vindos da região norte do estado.

A partir deste processo de mudanças na morfologia social do patronato rural gaúcho ao longo do tempo, visualizou-se também um conjunto de mudanças políticas em

sua entidade máxima de representação, a Farsul. No interior desta entidade foram criadas uma maior diversidade de comissões temáticas e pastas para assuntos específicos - tanto na pecuária, quanto na agricultura -, além de terem se ampliado o número de membros das diretorias e das assessorias e departamentos técnicos. De maneira geral, tais mudanças produziram maior complexidade interna na estrutura de organização da Farsul e contribuíram para que a entidade pudesse abarcar diferentes setores patronais em seu interior, respondendo as demandas e pautas políticas destes atores.

Para se ter ideia deste formato, atualmente a diretoria da Farsul é composta por um cargo de presidência, um de 1ª vice-presidência, outros nove de vice-presidências, além das diretorias administrativa e financeira, que possuem dois representantes cada uma, e de outros dez cargos de suplência geral. Por fim, a diretoria é composta por três integrantes titulares e três integrantes suplentes do Conselho Fiscal. Segundo Estatuto da Farsul, todas estas estruturas responderiam, em última instância, ao Conselho de Representantes, órgão decisório máximo da entidade, que se reúne ordinariamente duas vezes ao ano, sendo formado por um representante de cada sindicato rural filiado à Farsul. O fluxograma a seguir, projeta esta estrutura de diretoria:



Fluxograma 1: Estrutura de diretoria da Farsul

Além disso, a entidade possui seis assessorias e quatro departamentos técnicos, quais sejam Assessoria de Comunicação Social; Econômica; Jurídica e Parlamentar; de Segurança e Inteligência; Sindical; Técnica em Sanidade Animal; e Departamento de Compras e Patrimônio; de Recursos Humanos; Sindical; de Tecnologia da Informação¹³.

Por fim, a Farsul conta atualmente com 28 comissões setoriais. São elas: Arroz; Assuntos Fundiários; Assuntos Indígenas; Assuntos Jurídicos; Bovinocultura de corte; Coordenadoria das comissões; Crédito rural; Exposições e feiras; Feijão; Florestamento, Silvicultura e Meio Ambiente; Floricultura; Forrageiras; Fruticultura; Fumo; Grãos; Hortigranjeiros; Irrigantes; Jovens empresários rurais; Leites e derivados; Maçã; Mercosul; Ovinos; Pequena propriedade e agricultura familiar; Psicultura; Produtoras rurais; Recursos hídricos; Suinocultura; e Trigo e culturas de inverno (FARSUL, 2017b).

¹³ Estes dados em relação às Assessorias e Departamentos Técnicos se referem na verdade ao ano de 2010, último ano que se teve acesso ao Relatório e Balanço de Diretoria, já que tal informação não está disponível no site da entidade.

Esta estrutura é a base de funcionamento de uma Federação que conta com 138 sindicatos rurais filiados a sua estrutura¹⁴, os quais se encontram espalhados por todas as regiões do estado e possuem, cada um, assento no Conselho de Representantes.

A partir destas informações pode-se ter uma ideia da diversidade de setores produtivos representados atualmente no interior da Farsul. Mas além desta complexidade de sua estrutura de organização interna, é importante ressaltar também que os dirigentes da Farsul circulam em “diversas redes de relações” e articulam-se “em diferentes instâncias”, o que potencializa a ação política da entidade, conferindo-lhe peso em determinadas disputas (Gasparotto, 2016, p. 77).

Estes elementos demonstram que a Farsul deve ser vista, atualmente, a partir da diversidade de setores patronais que a compõe e da complexidade das redes de relações que estabelece. Da mesma forma que se detectam transformações econômicas no setor agropecuário gaúcho ao longo do tempo e, conseqüentemente, alterações na morfologia social das classes dominantes agrárias do estado, os setores que compõem a entidade, em alguma medida, também alteram-se e diversificam-se ao longo do tempo, ampliando o espectro de relações e modificando as dinâmicas de seu funcionamento¹⁵.

1.2 Farsul: Estrutura de organização

¹⁴ Os sindicatos rurais filiados atualmente à Farsul são dos seguintes municípios: Agudo, Ajuricaba, Alegrete, André da Rocha, Arroio do Tigre, Arroio dos Ratos, Arroio Grande, Arvorezinha, Bagé, Barra do Quaraí, Barra do Ribeiro, Bento Gonçalves, Bom Jesus, Bossoroca, Butiá, Caçapava do Sul, Cacequi, Cachoeira do Sul, Camaquã, Cambará do Sul, Campo Novo, Candelária, Candiota, Canela, Canguçu, Capão do Leão, Carazinho, Catuípe, Caxias do Sul, Chuí, Colorado, Condor, Crissiumal, Cristal, Cruz Alta, Dom Pedrito, Encruzilhada do Sul, Erechim, Esmeralda, Espumoso, Fontoura Xavier, Formigueiro, Fortaleza dos Valos, Frederico Westphalen, Garruchos, General Câmara, Getúlio Vargas, Giruá, Gravataí, Guaíba, Herval, Ibirubá, Ijuí, Ipê, Itacurubi, Itaquí, Jaguarão, Jaguari, Jóia, Júlio de Castilhos, Lagoa Vermelha, Lavras do Sul, Manoel Viana, Marau, Mata, Montenegro, Mostardas, Muitos Capões, Não-Me-Toque, Nonoai, Osório, Paim Filho, Palmares do Sul, Palmeira das Missões, Panambi, Pântano Grande, Passo Fundo, Pedras Altas, Pedro Osório, Pejuçara, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Porto Alegre, Quaraí, Restinga Seca, Rio Grande, Rio Pardo, Rosário do Sul, Salto do Jacuí, Sananduva, Santa Bárbara do Sul, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Santa Rosa, Santa Vitória do Palmar, Santana da Boa Vista, Santana do Livramento, Santiago, Santo Ângelo, Santo Antônio da Patrulha, Santo Antônio das Missões, Santo Augusto, São Borja, São Francisco de Assis, São Francisco de Paula, São Gabriel, São Jerônimo, São José do Ouro, São Leopoldo, São Lourenço do Sul, São Luiz Gonzaga, São Martinho, São Martinho da Serra, São Miguel das Missões, São Nicolau, São Pedro do Sul, São Sepé, São Vicente do Sul, Sarandi, Sertão, Sobradinho, Soledade, Tapejara, Tapera, Tapes, Taquara, Taquari, Tavares, Tenente Portela, Três de Maio, Triunfo, Tupanciretã, Tuparendi, Uruguaiana, Vacaria, Venâncio Aires e Viamão.

¹⁵ Cabe lembrar ainda que se trata de entidade de representação sindical legal do patronato rural gaúcho, portanto todos os setores da agropecuária gaúcha, que se enquadram em tal categoria, são representados, oficialmente, pela Farsul.

A partir da discussão feita até aqui, neste tópico tem-se como objetivo analisar a estrutura de organização da Farsul durante o período alvo deste estudo, buscando compreender as dinâmicas da representação de interesses que se expressam a partir desta estrutura e das mudanças visualizadas ali durante o período em questão. Neste sentido, busca-se responder às seguintes questões de pesquisa: qual era a estrutura de organização interna da Farsul naquele período? Que mudanças foram visualizadas nesta estrutura? Quais os significados de tais mudanças para a representação de interesses do grupo?

Cabe ressaltar que esta análise em específico terá como marco inicial o ano de 1990, já que tais informações foram colhidas dos documentos de Relatório e Balanço de diretoria da Farsul e não se teve acesso às edições de 1988 e 1989 destes documentos, restando esta lacuna. Mesmo assim, o período analisado parece-nos representativo para a reflexão que se pretende aqui, pois ainda contempla o último ano de gestão de Ary Marimon na presidência da Farsul e, portanto, possibilita uma visão das três gestões presidenciais do período – Marimon, Paz e Sperotto.

Destaca-se inicialmente que, durante este período, os grandes marcos de mudanças na estrutura de organização da Farsul foram o aumento do número de diretores, a criação de coordenadorias regionais e a ampliação de comissões temáticas e assessorias/departamentos técnicos. Neste sentido, buscaremos apresentar em detalhes estas mudanças, visando refletir sobre suas causas e significados.

Estes processos devem ser compreendidos em um contexto de ampliação dos espaços e de disputa na e pela representação legítima do patronato rural no estado e no país (Bruno, 1997; Mendonça, 2009; Heinz, 1991), contexto onde se viu um processo de renovação de práticas e de luta pela manutenção da Farsul como porta-voz legítima do patronato rural gaúcho (Heinz, 1991).

Como visto, este processo ocorreu em decorrência, tanto de mudanças econômicas na agropecuária brasileira e gaúcha, quanto do acirramento dos conflitos agrários naquele período. Diante deste contexto, conforme destacou Heinz (1991), em sua análise sobre a Farsul no período 1985-1988, a entidade, tanto passou a adotar ações que visavam internalizar ou neutralizar os conflitos intraclasse dominante agrária, quanto buscou construir um discurso voltado para a incorporação “do novo” e de atitudes modernas e empresariais na representação do grupo.

Neste sentido, minha hipótese é que estas ações da entidade se perpetuaram e se ressignificaram na década seguinte, sendo que as mudanças na estrutura de organização e de gestão da Farsul neste período respondem a estes elementos, ou seja, ocorrem com o

objetivo de aumentar a capacidade da entidade neutralizar conflitos intraclasses dominante agrária e incorporar uma dinâmica moderna aos seus canais de representação.

1.2.1 Construção da representação: o discurso da modernização e a busca pela neutralização dos conflitos intraclasses dominante agrária

Antes de refletirmos propriamente a respeito da estrutura organizativa da Farsul ao longo do período estudado, serão analisados alguns elementos em torno dos discursos que envolvem a construção da representação e os papéis atribuídos aos porta-vozes da entidade durante este período, já que estes processos expressam determinadas concepções de atuação política e de funcionamento da Federação e têm relação com a estrutura de organização desenvolvida ali.

Nesta análise, será construído um diálogo com elementos empíricos e da literatura existente, buscando entender algumas das possíveis bases e origens das mudanças organizativas que se operaram na Farsul durante a década de 1990.

Em primeiro lugar, pode-se destacar, no período de virada entre as décadas de 1980 e 1990, a existência de discursos que apontam para a necessidade de modernização das formas de organização da Farsul. Estes discursos guardam estreita relação com os desafios emergentes em um cenário de crescente modernização e integração das cadeias agroindustriais em nível nacional e internacional, contexto onde o conceito de *agribusiness* começa a despontar na realidade brasileira e onde se evidenciam novas demandas e desafios para a representação política do patronato rural. Conforme declaração de um dos dirigentes entrevistados nesta pesquisa, com as mudanças organizativas que se operaram na Farsul a partir deste contexto, buscava-se a

formatação de uma estrutura capaz de administrar a complexidade do que estava se transformando a agricultura brasileira. [Afinal,] nós não éramos o primeiro lugar do mundo em *agribusiness*, nós estávamos começando a ser uma potência agrícola, mas nós tínhamos algumas dificuldades (Entrevistado 4, ex-presidente da Farsul).

Percebe-se, em tal declaração, como as mudanças econômicas na agropecuária brasileira e o surgimento de uma nova concepção de gestão destas cadeias em princípios da década de 1990 – a noção de *agribusiness*/agronegócio, entendido aqui como palavra política e bandeira de unificação dos interesses das elites agrárias e agroindustriais (Bruno, 2009; Mendonça, 2009) – impactam e, em alguma medida, condicionam mudanças nas formas de representação das entidades patronais do campo. A declaração

acima expõe cenário onde a Farsul teria buscado mudanças em suas formas de atuação pautada, em grande medida, pela necessidade de ter *uma estrutura capaz de administrar a complexidade do que estava se transformando a agricultura brasileira* e, desta forma, vencer *algumas dificuldades* presentes na realidade de um país que começava a se tornar *uma potência agrícola*.

Do ponto de vista do conteúdo destas mudanças organizativas, cabe destacar a importância atribuída a busca por uma maior “profissionalização” nas ações dos dirigentes da entidade, onde se buscaria condição em que estes pudessem acompanhar, cada vez mais, a dinâmica cotidiana de seu funcionamento. Analisando as eleições que reconduziram Marimon à presidência da entidade em 1988, Heinz (1991, p. 191) diz que, no processo de definição de sua candidatura à reeleição, Marimon teria priorizado como atributo necessário para os integrantes da nova diretoria – que seriam escolhidos diretamente por ele - a disponibilidade de tempo para atuação na Farsul. Neste sentido,

O presidente da Farsul afirmou a importância da permanência de representantes nas tarefas da entidade, dificultada pelo domicílio dos representantes, frequentemente afastado da sede da entidade, comparado a situação da representação dos proprietários àquela dos industriais e empresários do comércio, na FIERGS e FEDERASUL, cuja atividade e domicílio dos representantes concentram-se na região da Grande Porto Alegre (Heinz, 1991, p. 191).

Percebe-se, a partir disso, a tentativa de construção de uma lógica mais moderna e profissionalizada nos atos de representação corporativa da classe, onde – ao menos no discurso - um dos principais atributos para a definição dos porta-vozes da Farsul seria a disponibilidade de tempo e a *permanência de representantes nas tarefas da entidade*. Um dos principais desafios para que este processo se efetivasse seria a transferência da residência destes dirigentes para um local mais próximo do centro político de decisão da entidade, a capital do estado, a fim de proporcionar aos representantes a possibilidade de se dedicarem às tarefas de representação da classe de modo mais contínuo e intenso em seu cotidiano.

Cabe frisar que, se este processo deve ser entendido em um contexto de ampliação dos espaços e de disputa pela legitimidade da representação patronal do campo (Bruno, 1997, 2009; Mendonça, 2009; Heinz, 1991) e, portanto, deva-se analisar a emergência destes discursos e ações da Farsul tendo em conta sua relação com outras entidades do patronato rural e agroindustrial, a partir da declaração acima, percebe-se também que tais discursos e ações constroem-se na interrelação estabelecida pela Farsul com entidades

congêneres de outros setores empresariais, como a Fiergs e a Federasul, processo natural, considerando-se o alto grau de articulação entre as ações destas entidades.

De todo modo, a modernização da representação é entendida pelos dirigentes da Farsul como possibilidade de acesso de pessoas qualificadas e com disponibilidade de tempo para os trabalhos a frente da entidade. Detalhando algumas das mudanças organizativa ocorridas na Farsul naquele contexto, o mesmo entrevistado diz que

Houve uma outra medida que eu acho que também, de certa forma, **abriu espaço para aqueles que não fossem muito ricos ou que não tivessem uma fonte de ganhos**, tipo uma aposentadoria, um salário público e tal, que foi a **criação de uma ajuda [financeira] para o presidente que não tivesse casa em Porto Alegre**, para que pudesse alugar um apartamento. [...] **Essa modernização, essa aproximação do mundo do real [...] permitia que mais gente dissesse: “Bom, eu acho que eu posso ser presidente”**. Quer dizer, eu não ganho o suficiente para vir para Porto Alegre sem ter um lugar para morar. Estas coisas todas foram espaços que foram criados (Entrevistado 4, ex-presidente da Farsul).

Em primeiro lugar, esta declaração expõe uma preocupação com a criação de ambiente estruturalmente adequado para que os dirigentes da Farsul pudessem desenvolver um trabalho de maneira eficiente como porta-vozes patronais, tendo, para isso, ajuda financeira da entidade, a fim de lhe garantir, principalmente, a possibilidade de residirem na capital do estado e, desta forma, acompanhar os trabalhos da Farsul com maior dedicação de tempo em seu cotidiano. Portanto, na visão desse agente, o ato de instituir uma ajuda financeira ao presidente da entidade, para que fossem garantidas as condições materiais de sua plena dedicação ao cargo, liga-se à ideia de *modernização* nos canais de representação da entidade e de *aproximação* destas instâncias com o *mundo real* da política corporativa do patronato rural.

Ademais, sua preocupação de fundo parece se relacionar também com a busca de um cenário onde a representação da entidade ganhe um *status* de maior importância, não ficando a cargo somente de determinados agentes ou setores que possuam condições econômicas para tal. Desta forma, privilegia-se também o ingresso, nos espaços de representação da Farsul, de agentes que acumulem outros tipos de capitais a partir de trajetórias escolares, políticas e sociais diversas e, desta forma, dominem o espaço das “tomadas de posição” e do “sentido prático” do jogo desenvolvido no campo político (Bourdieu, 1989, p. 172).

Sabe-se da importância de tais trajetórias e capitais acumulados por determinados agentes, no sentido de se construir os espaços de representação de interesses do patronato rural e possibilitar a esta classe a manutenção de suas posições de dominação no espaço social. Conforme Bourdieu (1989), a participação no campo político exige dos agentes

ali envolvidos o acúmulo de um conjunto de conhecimentos, saberes e habilidades próprias deste campo, já que

Nada é menos natural do que o modo de pensamento e de ação que é exigido pela participação no campo político: como o *habitus* religioso, artístico ou científico, o *habitus* do político supõe uma preparação especial. É, em primeiro lugar, toda a aprendizagem necessária para adquirir o *corpus* de saberes específicos (teorias, problemáticas, conceitos, tradições históricas, dados econômicos, etc.) produzidos e acumulados pelo trabalho político dos profissionais do presente e do passado ou das capacidades mais gerais tais como o domínio de uma certa linguagem e de uma certa retórica política, a do *tribuno*, indispensável na relação com os profanos (Bourdieu, 1989, p. 169).

Assim, percebe-se que a busca pela modernização dos espaços de representação da entidade passa também pela escolha de seus porta-vozes, os quais, além de possuírem tempo livre, podendo dedicar-se ao cotidiano da entidade, deveriam expressar, em sua visão de representação, os elementos de uma concepção moderna e dinâmica de gestão. Neste sentido, Heinz (1991, p. 195) aponta que a escolha de Hugo Paz para ocupar um espaço chave na entidade na segunda gestão de Marimon, a de diretor-secretário, - e, podemos nós dizer, também a de presidente da entidade na gestão seguinte – tem relação com seu perfil e visão de representação, uma vez que as ações deste dirigente apontariam “para uma maior objetivação, na ação dos representantes do patronato rural, das atividades de organização política dos proprietários”. Ainda segundo o autor, Paz defenderia a

realização, pela Farsul, de programas de formação e atualização de representantes sindicais. Apontando para a necessidade dos proprietários organizarem-se [...] e condenando a precariedade de informações dos Sindicatos a respeito da realidade agropecuária de suas regiões, bem como a restrição das atividades dos sindicatos ao atendimento médico-odontológico (HEINZ, 1991, p. 195).

Além disso, cabe frisar a importância de Hugo Paz enquanto figura pública e porta-voz do patronato rural gaúcho naquele contexto, na medida em que - como proprietário rural, advogado, ex-diretor do Instituto Sul Rio-Grandense de Carnes, um dos três representantes da Farsul na Comissão Agrária do Plano Regional de Reforma Agrária (PRRA) do estado e, também por indicação da Farsul, integrante da assessoria parlamentar da Frente Ampla da Agropecuária no processo Constituinte¹⁶ - possuía acesso privilegiado a diversas redes de sociabilidade, podendo fazer uso de seus capitais em favor do grupo político do qual era representante e construir um conjunto de mediações no âmbito das classes dominantes agrárias do estado.

¹⁶ Estes dados, sobre a trajetória social de Hugo Paz, têm como referência o trabalho de Heinz (1991, pp. 192-193).

Em síntese, segundo Heinz (1991), Hugo Paz

Apresenta-se como representante político da estrutura de representação sindical patronal, capaz de incorporar à entidade [...] uma desenvoltura política obtida junto aos espaços de luta e decisão políticas, do cenário político nacional da Assembleia Nacional Constituinte (Heinz, 1991, p. 196).

Desta forma, percebe-se, nos discursos deste dirigente, a presença de uma visão ligada a necessidade de promover inovação, atualização e modernização dos canais de representação da Farsul, considerando tanto a entidade em nível estadual, quanto suas instâncias de base, que atuam a nível de municípios e regiões do estado, os sindicatos rurais. Para Paz, o sindicalismo patronal rural do Rio Grande do Sul deveria estar atento a novas questões que emergiam na realidade agropecuária do Brasil naquele momento, tendo capacidade de promover formação e atualização adequada de seus representantes, com vias a potencializar a organização dos proprietários rurais no estado.

No entanto, é importante frisar que estas posturas de algumas lideranças da Farsul não devem ser naturalizadas, mas sim compreendidas como parte das estratégias de construção de uma “nova retórica das elites agrárias” a partir da Nova República (Bruno, 1997), já que se tratava de um contexto de mudanças econômicas e modernização produtiva na agropecuária brasileira, de intensificação dos conflitos pela terra e, por consequência, de ampliação dos espaços e disputa pela legitimidade da representação do patronato rural.

Segundo Bruno (1997), a construção desta nova retórica de legitimidade das elites agrárias e agroindustriais brasileiras assentava-se em quatro elementos centrais, quais sejam:

- a) o imperativo de uma maior organização e ampliação da representação que lhes possibilite um maior poder de barganha junto ao Estado e perante a sociedade;
- b) a necessidade de construção de um novo discurso político e ideológico;
- c) a prioridade na definição de novas estratégias de política agrícola mais favoráveis aos seus interesses; e
- d) a defesa absoluta do monopólio fundiário (Bruno, 1997, p. 17).

Ao lado da busca de alguns porta-vozes da Farsul pela construção de um discurso moderno de representação, identificam-se também, naquele momento, atos de mediação e composição política destes agentes com outros setores do patronato rural gaúcho, a fim de buscar a neutralização dos conflitos intraclasse dominante agrária do estado e assim auxiliar na manutenção da legitimidade desta entidade frente ao setor.

Um dos exemplos deste processo é trazido por Heinz (1991). Ao analisar a representação de interesses do patronato rural gaúcho, em contexto de intensificação dos

conflitos agrários no estado na segunda metade da década de 1980, o autor lança a hipótese de que a composição da diretoria da Farsul naquele momento - mais especificamente na eleição de 1988, que conduziu Ary Marimon ao seu segundo mandato na presidência da Farsul - pode ter obedecido, dentre outros critérios, a uma tentativa de mediação política e “de composição entre a representação tradicional da entidade e a representação emergente dos conflitos agrários no interior do estado” naquele momento, processo que se articulou, sobretudo, em torno da criação da UDR no Rio Grande do Sul¹⁷ (Heinz, 1991, p. 192).

Em seu estudo, Heinz (1991, p. 194) aponta que a incorporação de determinados perfis à diretoria da Farsul, na segunda gestão de Marimon, “parece refletir o processo de ‘radicalização’ do discurso da representação política da Farsul” naquele contexto. Segundo o autor,

Esta “radicalização” significa a incorporação de ações políticas que se definem, à semelhança da UDR, pelo enfrentamento local da questão fundiária e da luta pela terra, e pela valorização das estratégias de mobilização direta dos proprietários na defesa da propriedade (HEINZ, 1991, p. 194).

Da mesma forma, identifica-se, na definição da diretoria da entidade na segunda gestão de Marimon, outras composições operadas a partir de disputas e tensões no interior do patronato rural gaúcho, como o convite ao Geraldo Pereira de Souza, candidato à presidência da Farsul, em oposição à chapa de Marimon, em 1985, para ocupar uma das vagas de suplência da representação da Farsul na CNA. Este processo demonstra a tentativa de neutralizar conflitos, a partir da incorporação de um antigo adversário, em eleição passada, para compor, mesmo que num cargo de suplência, espaço de representação na entidade.

No entanto, tratam-se, nestes casos, de composições que não alteram, no fundamental, as posições de controle sobre a entidade. Conforme destaca Bourdieu (1989, p. 193), é a “instituição que controla o acesso à notoriedade pessoal, controlando por exemplo o acesso às posições mais em vista (a de secretário-geral ou de porta-voz) ou aos

¹⁷ O surgimento da UDR no estado foi efetivado oficialmente em dezembro de 1986 e teria ocorrido a partir “de setores já mobilizados contra a Reforma” Agrária, muitos dos quais constituíam-se como representantes do sindicalismo patronal ou eram “ligados à representação por ramo de produção e às cooperativas”. Além disso, a entidade também envolveu em torno de si número significativo de não-proprietários de terras, sobretudo os grandes arrendatários, buscando fortalecer em seu entorno uma identidade que remetia, não à ideia de latifundiários, mas de produtores rurais. Mesmo que a UDR fosse identificada com o atraso e a violência de classe, também se constituiu pela afirmação de um discurso que reivindicava o “novo” e o “moderno” na representação política patronal, havendo forte apelo aos valores empresariais e aos capitais escolares de seus representantes. Ao mesmo tempo, a entidade buscava se afastar de imagens ligadas à radicalidade, à violência e ao atraso, buscando não ser reconhecida como uma simples organização de latifundiários contrários à reforma agrária (Heinz, 1991, pp. 138-139; Ramos, 1995).

lugares de publicidade”. Vejamos: no último caso mencionado, o grupo dirigente da Farsul cede um espaço secundário na estrutura de organização da entidade para alguém que, notadamente, se constituía como adversário político deste grupo. Trata-se de um movimento que possibilita uma aproximação deste agente ao espaço de diretoria da entidade, sem alterar no fundamental a estrutura de posições desta diretoria e dos poderes ali estabelecidos.

Aqui, a intenção de construir mediações e neutralizar conflitos intraclasse dominante caminha *pari passu* com o desejo de angariar apoio e fazer uso dos capitais acumulados por Pereira de Souza em sua trajetória, já que se tratava de alguém com ampla vinculação às atividades políticas e com enorme trânsito em diversos espaços de poder da sociedade, sobretudo a partir da posição ocupada na presidência do Conselho de Agroindústria da Fiergs (Conagro), cargo que ocupou desde 1985, quando perdeu a eleição da Farsul para Marimon.

Desta forma, percebe-se a importância da presença deste agente em espaços formais da Farsul, ainda que em um cargo secundário, no sentido de facilitar o ingresso da entidade junto a determinadas redes de sociabilidade e de poder que envolvem a atuação política do patronato rural. Ademais, presume-se que tal proximidade tenha sido de vital importância no sentido de articular as ações da Farsul junto ao Conselho da Agroindústria da Fiergs, já que se tratava de alguém presente nas duas estruturas de organização e que, portanto, poderia facilmente mediar o estabelecimentos de relações entre ambas entidades.

Com isso, evidencia-se aqui a importância de se compreender o processo de representação de interesses do patronato rural, em suas entidades de representação corporativa, a partir de uma perspectiva relacional, tendo em conta o conjunto dos atores e grupos que conformam estas classes em determinado momento e levando em consideração as relações de alianças e conflitos estabelecidos por eles nestes atos de representação coletiva. Pode-se perceber que a busca pela manutenção da legitimidade da Farsul, enquanto entidade de representação do patronato rural gaúcho, no contexto em estudo, passa pela construção de um discurso centrado na defesa da modernização de suas formas de organização e de ação política, ao mesmo tempo em que se busca neutralizar os conflitos intraclasse dominante agrária do estado, ampliando suas possibilidades de mediação e de composição política com diferentes setores patronais do campo gaúcho.

Isso envolve mudanças de discurso e de concepções sobre a gestão da entidade, mas também, como será visto a partir de agora, mudanças objetivas em sua estrutura

organizativa, a fim de dinamizar suas ações e aumentar a capacidade de acomodação de diferentes setores econômicos e políticos das classes dominantes agrárias em seu interior, construindo ações de representação que mantenham a legitimidade da entidade frente à sua base social.

1.2.2 Ampliação da diretoria e criação das Coordenadorias Regionais

Para que se desenvolva esta análise é importante salientar que os processos de mudanças na estrutura organizativa da Farsul devem ser compreendidos a partir de seus condicionantes políticos, já que, o mais das vezes, expressam mudanças na concepção e/ou nos desafios que compõem o cenário da representação de interesses do grupo.

Como comentado anteriormente, parte-se da suposição que as mudanças na estrutura organizativa da Farsul, visualizadas durante a década de 1990, guiam-se pela construção de um discurso em defesa da modernização dos canais de representação da entidade e pela busca por ampliar sua capacidade de neutralização dos conflitos intraclasses dominante agrária, buscando envolver, em maior ou menor medida, diversos setores e pautas do patronato rural gaúcho no cotidiano de seu funcionamento.

Estes processos podem ser percebidos a partir de alguns elementos. Do ponto de vista da estrutura de diretoria da entidade, destaca-se a ocorrência de uma ampla mudança em sua composição no ano de 1991, tendo sido ampliado o número de vagas desta de vinte para trinta e um diretores. Até aquele momento a entidade contava com a seguinte estrutura de diretoria: Presidente; 1º Vice-Presidente; 2º Vice-Presidente; 1º Secretário; 2º Secretário; 1º Tesoureiro; 2º Tesoureiro; sete suplentes; três membros efetivos do Conselho Fiscal; e três membros suplentes do Conselho Fiscal. A partir de então a diretoria da Farsul passou a ser composta pela seguinte estrutura: Presidente; 1º Vice-Presidente; nove Vice-Presidentes; 1º Diretor-Secretário; 2º Diretor-Secretário; 1º Diretor-Financeiro; 2º Diretor-Financeiro; dez suplentes; três membros efetivos do Conselho Fiscal; e três membros suplentes do Conselho Fiscal.

Na tabela abaixo, pode-se ver um comparativo entre as duas estruturas de direção:

Antiga diretoria	Nova diretoria
presidente	presidente
1º vice-presidente	1º vice-presidente
2º vice-presidente	9 vice-presidentes
1º secretário	1º diretor-secretário
2º secretário	2º diretor-secretário
1º tesoureiro	1º diretor-financeiro
2º tesoureiro	2º diretor-financeiro
7 suplentes	10 suplentes
3 membros efetivos do Conselho Fiscal	3 membros efetivos do Conselho Fiscal
3 membros suplentes do Conselho Fiscal	3 membros suplentes do Conselho Fiscal

Tabela 1: Mudanças na estrutura de direção da Farsul

Percebe-se, a partir da referida mudança, a constituição de uma estrutura de diretoria mais ampla, com maior complexidade organizativa e capacidade de absorver diferentes setores do patronato rural em seu interior. A primeira mudança que se destaca é a ampliação do número de vice-presidências, que passa de dois para um total de dez postos a partir desta reestruturação, sendo que uma destas vice-presidências é a executiva (1º Vice-Presidente). Além disso, ampliou-se o número de suplentes de sete para dez integrantes¹⁸. Na sequência deste trabalho, voltaremos, em mais detalhes, a esta análise.

Por ora, destaca-se também que, no ano de 1993, logo após a ampliação do número de diretores, a entidade implantou treze Coordenadorias Regionais, buscando articular os sindicatos rurais ligados à sua estrutura de representação para que promovessem atuação conjunta em suas regiões de inserção. Segundo discurso oficial, a criação destas coordenadorias regionais teve como finalidade “incrementar a participação, integrar os produtores rurais e buscar soluções que viabilizem o desenvolvimento do sistema agropastoril” no estado. Neste sentido, segundo este discurso, “o critério de formação destas regionais foi sustentado na semelhança da economia e proximidade dos municípios, com a finalidade de dinamizar os propósitos da Federação” (Sul Rural, 1993a, p. 3).

Além disso, registra-se que, no momento de sua criação, almejava-se compor uma diretoria específica de cada uma destas Coordenadorias Regionais, que seriam compostas

¹⁸ Cabe frisar que, após esta ampliação, a estrutura de diretoria da Farsul não sofreu mais mudanças até o período atual, a não ser a mudança de nome do posto de “diretor-secretário” para “diretor-administrativo”.

por “um coordenador, secretário, tesoureiro e três suplentes”, sendo “eleitos dentre os presidentes dos sindicatos rurais da Região, com um período de administração de um ano, sem direito a reeleição do coordenador” (Sul Rural, 1993a, p. 3). Portanto, um dos possíveis significados deste processo é também o de possibilitar à entidade o envolvimento de mais agentes em suas dinâmicas de direção e, por consequência, a ampliação de composições no interior do patronato rural gaúcho, diminuindo as possibilidades de fraturas e de formação de oposições no interior da entidade.

Esta hipótese pode ser comprovada analisando-se o nome dos responsáveis pelas dez Coordenadorias Regionais que haviam sido instituídas até o mês de agosto de 1993, já que, apesar destes dez dirigentes serem presidentes dos sindicatos rurais de seus municípios, nenhum deles compunha a diretoria da Farsul naquela gestão, o que demonstra claramente a tentativa de construir um maior envolvimento político de outros atores do sistema sindical da Federação, para além daqueles trinta e um nomes que faziam parte de sua diretoria máxima¹⁹.

Mas, além de ampliar o tamanho da estrutura da entidade, estas mudanças citadas visariam também aperfeiçoar sua organização interna, a fim de dinamizar ações e melhor acomodar em seu interior diferentes atores econômicos e políticos do patronato rural. Segundo discurso de um dos idealizadores destas mudanças, estes processos envolveriam, em primeiro lugar, aspectos operacionais de decisão e de gestão interna da entidade, a fim de facilitar e potencializar os trabalhos da Farsul em um contexto de maior diversificação e complexificação da economia agropecuária em nível de estado e de país. Conforme relato do entrevistado, as dificuldades operacionais da tomada de decisão no interior da entidade seriam consideráveis em tal contexto:

Nós tínhamos na época duas assembleias gerais obrigatórias, estatutárias. [...] [A assembleia de] outubro era para elaborar o orçamento e a de março era para verificar o exercício passado. A par disso, tínhamos outras assembleias gerais extraordinárias onde se tratavam de questões conjunturais, etc. Mas o que acontecia? O cara do milho falava e o que ele dizia contrariava a vontade do cara do porco. O cara do milho queria mais preço pelo milho e o cara do porco queria pagar menos pelo milho. O cara do arroz tratava de um arroz irrigado, não falava de mercado internacional. O da soja falava em mercado internacional. E quando o do arroz falava em mercado internacional falava que o dólar estava muito caro para trazer os insumos que eles precisavam para a lavoura. E o da soja dizia que precisava do dólar alto, porque com o *bushel*

¹⁹ A seguir, listagem das Coordenadorias Regionais criadas naquele momento com o nome e município de seus respectivos coordenadores: Regional 1: Amilton José Pacheco do Amaral (Rosário do Sul); Regional 2: Walter José Potter (Santana do Livramento); Regional 4: Valmir Susin (Caxias do Sul); Regional 5: Willy Santarosa (Pantano Grande); Regional 6: Valace Neuhaus (Passo Fundos); Regional 7: Hermes Ribeiro de Souza Filho (Canguçu); Regional 8: João Vicente Gomes Justo (Camaquã); Regional 9: Gervásio Pacheco (Venâncio Aires); Regional 10: Antonio Pires Correa (São Sepé); e Regional 11: Daltro Bernardes Montano (Porto Alegre) (Sul Rural, 1993a, p. 3; 1993b, p. 3);

mais elevado, mais ganho ele tinha. [...] E ficava uma parte da assembleia em silêncio, sem saber o que o outro estava falando, porque os assuntos não eram comuns. E a gente se deu conta que não era produtivo uma assembleia desse jeito. Então nós tínhamos que ter decisões que fossem, de certa forma, consensuadas nas regiões, pelas culturas e que viessem para cá, de alguma forma, já formatadas, para que a gente não perdesse um tempo enorme. [...] As vezes nós passávamos o dia inteiro aqui e terminava o dia e todo mundo ia embora e não tinha resolução nenhuma (Entrevistado 4, ex-presidente da Farsul).

A partir desta declaração, percebe-se um discurso que aponta cenário interno de bastante complexidade em termos da presença de diferentes cadeias produtivas no interior da Farsul e da segmentação de interesses entre estes agentes. Desta forma, as mudanças buscariam a dinamização dos trabalhos da Federação na representação destes diversos segmentos patronais, evitando-se cisões em seu interior.

Como comentado na introdução desta dissertação, é importante ter em mente que os processos de modernização da agricultura também podem ser destacados como momentos de recomposição interna das classes dominantes rurais e agroindustriais brasileiras, na medida em que ampliam a diferenciação de interesses no âmbito destas classes, gerando crises de representação das organizações “tradicionais” do setor e a emergência de novas associações por produto e multiproduto (Mendonça, 2009, pp. 51-52). É também diante deste cenário que a Farsul se encontrava naquele momento.

Assim, no que toca às mudanças na estrutura da diretoria, conforme relato do mesmo entrevistado, junto com a ampliação do número de diretores, houve a divisão das vice-presidências no formato de pastas, onde cada uma destas ligava-se mais fortemente a um setor econômico da agropecuária. Juntamente com a criação das regionais, este processo teria contribuído para que a entidade pudesse dinamizar suas ações cotidianas de representação corporativa da classe:

Nós também tínhamos feito uma alteração de criar a 1ª vice-presidência, que era uma vice-presidência, digamos assim, de sucessão do presidente e outras vice-presidências, que tinham por objetivo consagrar áreas. Então tinha uma vice-presidência que era focada mais em arroz, tinha uma vice-presidência que era focada mais em soja, tinha uma vice-presidência que era focada mais em pecuária e assim nós, de certa forma, acomodamos e formatamos a administração de acordo com as necessidades do tipo de demanda que nós tínhamos e do que nós tínhamos que tratar (Entrevistado 4, ex-presidente da Farsul).

Como comentado, fica evidente também o papel destas mudanças no sentido de proporcionar ao grupo dirigente da entidade melhores formas de absorção de diferentes setores patronais no interior da entidade, buscando neutralizar os conflitos intraclasse dominante agrária, frutos das mudanças econômicas e políticas visualizadas ali. Conforme relato do entrevistado:

Tinha mais vice-presidentes, mas não que, estatutariamente, dissesse que este era do arroz, esse é da soja, etc. Nós fazíamos a distribuição de acordo com [as necessidades]. **Até porque era mais fácil de angariar apoios.** Tu trazias um cara da soja, tu angariavas apoio dos sojicultores, trazias um cara do arroz [da mesma forma]. **Então tinha também essa conotação eleitoral.** Mas o fato é que isso dava condições de numa reunião de diretoria se tratar de assuntos, de se ter opiniões, de se ter informações que ajudassem a formatar um determinado processo adiante (Entrevistado 4, ex-presidente da Farsul).

Quando o entrevistado se refere a maior facilidade de *angariar apoios* intraclasse dominante agrária, sendo que estes apoios teriam *conotação eleitoral*, fica evidente que tais mudanças buscavam reduzir as tensões e disputas entre diferentes setores do patronato rural gaúcho, sobretudo, em momentos de eleições para escolha das diretorias da Farsul, momento, onde, naturalmente, os conflitos intraclasse tendem a se aguçar e ganhar a esfera do debate público na sociedade.

E assim foi, já que, naquele momento, somou-se um total de três eleições seguidas em que não houve a constituição de chapas opositoras para a disputa da direção da entidade. Cabe lembrar que a reeleição de Ary Marimon (1988) e as duas eleições de Hugo Paz (1991 e 1994) para a presidência da Farsul ocorrem a partir de chapas únicas, provavelmente contando com consideráveis processos de mediação e incorporação de diferentes setores patronais nas diretorias. Presume-se, portanto, que tal processo foi facilitado pela ampliação do número de integrantes das diretorias da Farsul e, mais do que isso, este fator tenha sido uma das razões de tal mudança.

Não se pretende, com isso, afirmar a ausência de conflitos internos à entidade durante este período. Pelo contrário, presume-se a permanência de cenário repleto de disputas internas e atritos entre diferentes setores, frações e grupos das classes dominantes agrárias do Rio Grande do Sul, presentes no interior da entidade naquele contexto. O que se coloca aqui é que tais mudanças na estrutura organizativa da Farsul contribuem para neutralizar alguns destes conflitos, acomodar alguns destes interesses divergentes e, sobretudo, evitar que tais disputas ganhem a esfera do debate público na sociedade e ameacem concretamente a hegemonia daqueles grupos que historicamente dirigiram a entidade.

De todo modo, ainda em relação a este tema da ampliação do número de diretores da entidade no ano de 1991, chama a atenção também a criação do cargo de 1ª Vice- Presidência, que seria, conforme relato do entrevistado, uma vice-presidência *de sucessão do presidente*, tratando-se, portanto, de um cargo executivo, com maiores atribuições e importância, se comparado às demais vice-presidências.

Cabe frisar que, logo após a criação deste cargo, nas duas gestões de Hugo Paz na presidência da entidade (1991-1994 e 1994-1997), a 1ª Vice-Presidência foi ocupada por Régis Lopes Salles, médico veterinário e pecuarista do município de Júlio de Castilhos, que ocupara também o cargo de vice-presidente da UDR gaúcha alguns anos antes. Sem o objetivo de desconsiderar outros elementos que compõem a trajetória social e o conjunto de capitais sob posse de Salles, pode-se inferir aqui que sua indicação a este posto de direção na Farsul se relaciona com as posições ocupadas e o pertencimento à determinada rede de sociabilidade em torno da UDR.

Cabe lembrar que a emergência desta entidade no cenário das lutas políticas travadas em torno da proposta de reforma agrária da Nova República, materializada na promulgação do I Plano Nacional de Reforma Agrária pelo Governo de José Sarney no ano de 1985, gerou um cenário de intensificação “das lutas pela representação dos grandes proprietários no curso do processo político que envolveu a Reforma”. Este processo repercutiu na ampliação dos espaços de representação política destas classes, criando “as condições para o surgimento de uma crise no espaço institucional de representação dos proprietários” fundiários do estado e do país (Heinz, 1991, pp. 179-180).

Neste sentido, travou-se no Rio Grande do Sul uma disputa pela representação legítima do setor na oposição à reforma agrária, processo que ocorreu, “seja pelo reconhecimento de intenções comuns às duas entidades, a defesa do produtor rural, seja pela afirmação de que a representação deste já se realiza através da Farsul”. Este processo teve diferentes momentos e se desenvolveu a partir de tensões, conflitos e alianças entre os representantes e porta-vozes de ambas entidades. A partir do acirramento das lutas em oposição à reforma agrária no estado e das demonstrações de eficácia da UDR em tais enfrentamentos, “a Farsul passou a reconhecer, de forma mais enfática, o espaço de representação ocupado por aquela entidade” (Heinz, 1991, pp. 183-185). No entanto, este processo só se verificou

em um momento onde a disputa pela representação regional dos grandes proprietários já parecia se definir no sentido da manutenção da Federação da Agricultura como principal interlocutor do Estado, e de outros setores da sociedade, nas questões do campo (HEINZ, 1991, p. 187).

Além disso, conforme destacou Bruno (1996, pp. 69-70), embora tenha sido dissolvida oficialmente no início da década de 1990, a UDR “frequentemente reaparece no cenário político nacional”, despontando como “referência e sinônimo de mobilização do patronato rural, do corporativismo e como símbolo da defesa absoluta do monopólio fundiário”. A autora prossegue dizendo que, “mesmo não existindo oficialmente [naquele

período], a UDR referenda e dá identidade àqueles que dela participaram enquanto entidade representativa”.

Ainda para Bruno (1996, pp. 71-72), “a frequência com que a UDR reaparece na cena política não é de todo aleatória ou desprovida de sentido”. Estes processos podem ser visualizados, sobretudo, em momentos de intensificação da organização e mobilização do patronato rural, já que, “na memória coletiva dos grandes proprietários de terra e empresários rurais, a UDR é considerada um marco, um divisor de águas na luta contra a reforma agrária no Brasil e na valorização do produtor rural”.

Neste sentido, pode-se presumir que, mesmo após sua dissolução oficial, esta entidade seguiu sendo um dos elementos conformadores da identidade e organizadores da ação coletiva de setores do patronato rural gaúcho, sobretudo daqueles agentes envolvidos diretamente em sua organização no Rio Grande do Sul alguns anos antes. Diante disso, cabe questionar se a indicação de Salles à 1ª Vice-Presidência da entidade teria sido parte de um processo de mediação do grupo dirigente da Farsul com os atores remanescente e/ou politicamente identificados com a UDR e suas práticas e formas de ação política.

Corroborando com esta hipótese o fato de, passadas as duas gestões como 1º Vice-Presidente da entidade, Salles ter disputado a presidência da Farsul no ano de 1997 - após 12 anos sem a existência de duas chapas disputando o pleito da entidade - como candidato de oposição ao grupo que controlava a entidade naquele momento. A chapa de oposição, liderada por Salles, foi derrotada pela chapa situacionista, liderada por Carlos Sperotto, somando um total de 55 votos, contra 64 da chapa vencedora (Zero Hora, 1997b, p. 26).

O fato de ter sido caracterizado, em matérias jornalísticas de veículos de comunicação da grande imprensa (Jornal *Zero Hora*, 1997a; e Jornal *Correio do Povo*, 1997b) e no próprio jornal da Farsul (Jornal *Sul Rural*, 1996a, p. 1), como candidato de oposição, já demonstra um indicativo de que Salles não figuraria entre o grupo que tradicionalmente dirigia a Farsul naquele período. Ademais, chama atenção a presença nos altos postos de sua chapa de pelo menos mais dois dirigentes fortemente ligados e identificados com a UDR no estado, quais sejam, Décio Lopes Teixeira, ex-presidente estadual da UDR e candidato a 1º Vice-Presidente da Farsul na referida chapa, e Gilberto Scopel de Moraes, apontado por Heinz (1991, p. 183) como o principal representante da UDR no Rio Grande do Sul e candidato a vice-presidente da Farsul na chapa liderada por Salles.

Portanto, admitindo-se que a hipótese levantada aqui seja verdadeira, a indicação de Salles para a 1ª Vice-Presidência da Farsul em duas gestões se caracteriza como uma mediação considerável com o grupo político que se articula em torno da identidade política da UDR, já que cedeu-se a este grupo, em nome de uma neutralização momentânea dos conflitos intraclasse, o posto de 1ª Vice-Presidência a um de seus integrantes.

No entanto, mais uma vez, é importante pontuar que estes atos de mediação, via incorporação de determinados agentes na diretoria da entidade, com vias a atenuar conflitos no interior do patronato rural, parecem não ser capazes de fragilizar as posições de dominação e de controle, anteriormente estabelecidas no interior da entidade, já que, um conjunto de postos estratégicos de direção da Farsul segue sob controle do grupo que é hegemônico na entidade, o qual, a partir desta posição de hegemonia, controla a distribuição dos cargos.

De todo modo, pode-se perceber aqui a continuidade e renovação de práticas efetivadas pela Farsul a partir da segunda metade dos anos 1980, quando da intensificação dos conflitos agrários e da consequente emergência de novos atores e espaços de representação do patronato rural no Rio Grande do Sul, notadamente a UDR. Se naquele momento a ampliação dos espaços e as disputas pela legitimidade da representação destas classes fizeram com que a Farsul buscasse neutralizar alguns dos conflitos intraclasse, reconhecendo “o espaço de representação ocupado” pela UDR e incorporando em seu interior atores e práticas próximas a esta entidade (Heinz, 1991), pode-se dizer que estas ações permanecem, ainda que com contornos diferentes, vivas durante os anos 1990.

Conforme destacou Heinz (1991, p. 227), aquela conjuntura de multi representação do patronato rural gaúcho, pela Farsul e pela UDR, visualizada na segunda metade dos anos 1980, “antes de expressar uma cisão entre os grandes proprietários fundiários, [...] identifica uma ampliação dos espaços de representação possíveis e, portanto, dos espaços de identificação de classe entre os proprietários”.

Desta forma, pode-se perceber que a produção de identidades políticas emanadas dali segue presente na década seguinte e, em alguma medida, ainda articula a ação de determinados agentes no espaço da representação de classe. Isso é assim, pois a classe é produzida pelos agentes que a compõe enquanto vivem a sua própria história, tendo como base a experiência e a consciência social destes agentes. Neste sentido, o *fazer-se* classe do patronato rural gaúcho, na diversidade de grupos, frações e setores que o compõem, deve ser compreendido também a partir de momentos chave, onde os agentes “sentem e

articulam a identidade de seus interesses entre si” (Thompson, 2004, p. 10) e, neste sentido, produzem e ressignificam determinados discursos, práticas e formas de representação coletiva.

No caso em análise neste trabalho, verifica-se a permanência e recriação de uma identidade política que articula a ação de determinado grupo de agentes que compõem a classe dos grandes proprietários de terra do estado. Nos termos específicos do que é estudado aqui, verifica-se que a ação política deste grupo, em relação aos espaços de representação da Farsul, passa por um processo de mediação e interlocução com os agentes e grupos que ocupam os principais postos de direção da entidade e, desta forma, mantêm o controle político desta.

Neste sentido, cabe refletir, acerca do papel desempenhado por determinados porta-vozes patronais para a efetivação destes processos de mediação e incorporação de agentes remanescentes da UDR na diretoria da entidade. Essa reflexão é importante, na medida em que a análise da ação política de um grupo social não deve esconder o papel desempenhado pelos indivíduos em tal contexto, já que as associações humanas só podem ser compreendidas nos termos específicos da configuração social que envolve os agentes individuais e coletivos, de modo interdependente, em cada circunstância (Elias, 1994).

Se, em tópico anterior, lançamos a hipótese de que a escolha de Hugo Paz para ocupar um espaço central na diretoria da Farsul respondia à necessidade de incorporar na entidade discursos e elementos de uma concepção moderna de representação, pode-se supor aqui que o ingresso deste dirigente também contribuiu para fortalecer diálogos e mediações entre diferentes setores do patronato rural, já que, além da *desenvoltura política* e do trânsito privilegiado nos *espaços de luta e decisão políticas* do patronato rural, Paz era apontado como alguém com um discurso capaz de

transitar entre a defesa da instituição, a entidade representativa [Farsul, neste caso], e a necessidade de renovação, em propor a adoção de novas posturas pelos representantes, passando por dentro, através da estrutura de representação constituída [...] [e, mais do que isso, promovendo] a defesa clara e objetiva do espaço da entidade entre os proprietários, das suas atribuições e potencialidades (HEINZ, 1991, pp. 196-197).

Portanto, referenciando-se na leitura feita por Heinz (1991), destaca-se a capacidade de Hugo Paz constituir-se enquanto elo de mediação e diálogo entre diferentes setores do patronato rural gaúcho, buscando favorecer a união do setor em momentos de crise e intensificação dos conflitos sociais no campo e, ao mesmo tempo, atuando no fortalecimento da Farsul, enquanto entidade legítima de representação destas classes no estado.

Cabe frisar que a atuação de Paz neste processo passa por sua capacidade de propor *novas posturas pelos representantes* patronais que atuam nos espaços de representação tradicional do setor - neste caso a Farsul - e, desta forma, efetuar uma mediação, em termos de práticas e discursos, com novas formas de representação emergentes. Destaca-se, no entanto, que este processo seria desenvolvido *por dentro* ou *através da estrutura de representação constituída*, ocorrendo, portanto, *pari passu à defesa clara e objetiva do espaço da entidade entre os proprietários*.

A partir disso, feita as reflexões sobre as mudanças na estrutura organizativa da Farsul durante a primeira metade da década de 1990, sob a gestão de Hugo Paz na presidência da entidade, e alguns dos significados contidos em tais processos, cabe refletir agora sobre a continuidade destas mudanças na segunda metade daquela década, quando a Farsul passou a ser presidida por Carlos Sperotto.

1.2.3 A ampliação das Comissões Especiais e dos Grupos de Trabalho

Uma das mudanças mais relevantes na estrutura de organização da Farsul durante a segunda metade dos anos 1990 foi a considerável ampliação no número e na diversidade de Comissões Especiais e Grupos de Trabalho internos à entidade. Mais uma vez, parte-se da suposição que tal processo se insira numa perspectiva de busca pela modernização dos canais de representação da entidade e, ao mesmo tempo, pela tentativa de neutralizar alguns dos conflitos intraclasses dominante agrária no estado.

Cabe frisar que estas mudanças ocorreram logo no início da gestão do recém empossado presidente da Farsul Carlos Rivaci Sperotto, em 1997, seguindo proposta de campanha da chapa vencedora naquele pleito. Conforme relatado nos veículos de comunicação da época, “uma inovação apresentada” pela chapa de Sperotto seria “a formação de comissões para discutir assuntos específicos de diversas áreas, aprofundando temas urgentes” (Correio do Povo, 1997a, p. 14). Ou ainda, “o encaminhamento de propostas de política setorial” por parte desta gestão seria um processo “lastreado pelas análises das comissões já definidas para as diversas áreas” (Correio do Povo, 1997b, p. 14).

Percebe-se, assim, que a estruturação e ampliação destes espaços – que, a rigor, já existiam na Farsul a décadas, mas passam a ganhar nova proporção a partir deste momento -, fazia parte do conjunto de propostas divulgadas pela chapa, constituindo-se como um dos elementos centrais que norteariam as ações deste grupo a frente da entidade,

caso fossem eleitos. Portanto, a criação destas Comissões se insere numa dinâmica mais ampla de reflexão sobre as formas de gestão e de organização da entidade durante a primeira gestão de Sperotto na presidência da Farsul. Neste processo detecta-se a construção de um discurso em defesa de formas modernas de gestão e administração da entidade, tendo como uma das bases a construção de mecanismos para uma gestão participativa, que incluísse um maior número de atores na condução e tomada de decisões da entidade.

Conforme discurso de campanha proferido por Sperotto, “o princípio básico de nossa gestão será o de fazer da administração participativa um meio para atingir o pleno desenvolvimento do setor agropecuário”. Para isso, segundo o então candidato, seriam adotadas “modernas técnicas de gestão, baseadas no conceito fornecedor/cliente”, fazendo “com que o produtor se transforme em parceiro das decisões e definições das propriedades de ação” (Sul Rural, 1996c, p. 3).

Percebe-se, neste discurso, um forte apelo do dirigente a elementos de uma gestão empresarial e moderna da entidade, onde a Farsul seria entendida como *fornecedora* de um produto ao estabelecer uma relação com seus *clientes*, os produtores rurais do estado, ligados ao seu sistema sindical. Ainda conforme discurso oficial,

O dirigente [Sperotto] elegeu três princípios que considera fundamentais: visão, função e compromisso. Visão ampla para aplicar uma forma de gestão que vise **a busca de oportunidades para o setor agropecuário**; função de organizar, articular e unir todos os sindicatos em torno das **metas a serem atingidas**; e compromisso de dedicar todos os esforços para garantir **um padrão de excelência** (Sul Rural, 1996c, p. 3).

Alguns destes elementos – como *a busca por oportunidades para o setor agropecuário*, a articulação em torno de *metas a serem atingidas* e a garantia de *um padrão de excelência* na gestão da entidade - trazem à tona um olhar sobre o processo de representação da entidade, entendido quase que a partir de uma lógica empresarial de gestão, onde a dinâmica de funcionamento da Farsul se assemelharia, em grande medida, a de uma empresa que busca eficiência de resultados e o fortalecimento do compromisso com seus clientes, já que haveria “o estabelecimento de metas e resultados definidos, para a avaliação e controle da eficiência na administração da Farsul” (Sul Rural, 1996c, p. 3).

Segundo o então candidato Carlos Sperotto, “administrando por resultados claramente estabelecidos”, a diretoria poderia “redimensionar adequadamente os esforços necessários, reavaliar e fazer a reengenharia dos padrões de atuação na busca de maiores e melhores desempenhos” (Sul Rural, 1996c, p. 3).

Cabe notar que esta visão de representação e de gestão da entidade articula-se com determinada visão sobre o cenário da agropecuária naquele momento. Conforme declaração de Sperotto em seu discurso de posse, em março de 1997, “as mudanças que vem ocorrendo neste final de século, no plano dos negócios, nas formas de governo e na organização do comércio, estão exigindo das lideranças clareza sobre seus impactos e agilidade para manobrar com ações que delas decorram”. O dirigente ainda complementa dizendo que “estamos nos preparando para iniciar o século do conhecimento e da tecnologia da informação na agricultura” (Sul Rural, 1997e, pp. 8-9).

Portanto, fica evidente a articulação de seu discurso de representação com os desafios emanados da conjuntura econômica e agropecuária da época, na medida em que cabia à Farsul a construção de mecanismos de gestão e estruturas organizativas capazes de responder às mudanças que se operavam na agropecuária gaúcha e brasileira naquele momento. É neste cenário que devem ser compreendidas as mudanças organizativas operadas na entidade durante a referida gestão.

No entanto, cabe frisar também que estas mudanças têm como pano de fundo as disputas e tensões que se operavam no interior do patronato rural gaúcho, num contexto de acirrada disputa pela gestão da entidade naquele ano, já que Sperotto chegou à presidência da entidade naquela que foi apontada por alguns como a disputa mais acirrada pela direção da Farsul desde 1969²⁰, tendo vencido seu opositor, Regis Lopes Salles, por apenas 9 votos²¹ (Zero Hora, 1997b, p. 26).

Neste sentido, as ações iniciais de Sperotto na presidência da Farsul refletem também a busca por unidade entre seus pares, tentando dirimir possíveis conflitos e anular o poder de possíveis blocos opositores a sua gestão. Já em seu discurso de posse, o dirigente reflete sobre esta necessidade do setor estar unido em torno de objetivos comuns:

Gostaria de salientar que a Farsul, em seus quase 70 anos de existência, já enfrentou adversidades e grandes mudanças, mas sempre reuniu forças para tocar seus projetos futuros. E, ao assumir a presidência desta entidade, digo que, no meu horizonte, **não existe espaço para homens frouxos ou para rachaduras**. A Farsul, a entendo como um bloco coeso, com cultura e tradição (Sul Rural, 1997e, p. 8).

Mesmo que em tom imperativo e repleto de estigmatizações – *não existe espaço para homens frouxos ou para rachaduras* no interior da Farsul -, tal declaração de

²⁰ Naquela oportunidade Almir Vieira Gonçalves vencera seu opositor Lindolfo Lindemeyer por apenas 1 voto (Zero Hora, 1997b, p. 26).

²¹ Dos 119 sindicatos votantes, 64 depositaram seus votos em favor de Sperotto, enquanto 55 escolheram a chapa de Salles (Zero Hora, 1997b).

chamamento à unidade da classe, só pode ser eficaz se estiver articulada a outras ações, como mudanças e rearranjos na estrutura de organização e na forma de gestão da entidade. Parece evidente que a sinalização em torno da construção de espaços de gestão participativa, com amplo envolvimento do patronato rural, visava contribuir com estes esforços de busca por neutralizar os conflitos intraclasse dominante.

Assim, ao lado dos discursos que chamavam a unidade da classe e emanavam a necessidade de construir uma gestão participativa e inclusiva, ocorreram mudanças na estrutura de organização da entidade, as quais visavam dinamizar seus trabalhos, num contexto de crescente modernização das cadeias agropecuárias, e, ao mesmo tempo, ampliar as possibilidades de composição política com diversos setores patronais do campo gaúcho.

Logo após a realização do processo eleitoral da entidade, que consagrou a vitória da referida chapa, este grupo anunciava as primeiras medidas a serem tomadas depois de sua posse. Dentre estas medidas iniciais, figurava

A apresentação de uma proposta de um regulamento das Comissões Especiais, que está sendo avaliado para ser apreciado e aprovado pela direção. De acordo com Carlos Sperotto, inicialmente serão formadas 12 Comissões Especiais, que terão um coordenador-geral. Essas comissões poderão ser aumentadas ou reduzidas, conforme a necessidade de cada setor da agropecuária. Sperotto anunciou que as informações das Comissões Especiais servirão de base para a realização de um congresso, no mês de agosto (Sul Rural, 1997g, p. 3).

A importância destas Comissões é ressaltada quando se afirma que as soluções dos problemas da agropecuária gaúcha “serão agregadas de acordo com a orientação e sinalização de cada Comissão Especial”. E, ainda, conforme o próprio Sperotto, “as Comissões serão os sensores do setor” (Sul Rural, 1997g, p. 3). Cabe frisar que o referido texto, datado de fevereiro de 1997, foi publicado cerca de um mês antes da posse oficial desta chapa na direção da entidade, o que estava marcado para ocorrer no dia 21 de março daquele ano. Percebe-se, assim, a imediata tentativa de efetivação desta proposta, após concluído o pleito eleitoral, onde, mesmo antes de sua posse, o grupo já formulava e discutia uma proposta em torno do formato e das atribuições de tais comissões. Destaca-se ainda a amplitude destas comissões, já que se almejava, já num primeiro momento, a instalação de, pelo menos, doze Comissões Especiais.

Um mês depois, após a posse desta diretoria, anunciava-se a criação de vinte Comissões Especiais, quais sejam, Comissão de Arroz; Assuntos Fundiários; Avicultura; Batata e Maçã; Citricultura; Crédito Rural; Feijão; Florestamento, Silvicultura e Meio Ambiente; Forrageiras; Fumo; Hortigranjeiros; Leite e Derivados; Mercosul; Milho e

Sorgo; Pecuária de Corte e Indústria; Psicultura; Soja; Suinocultura; Trigo e Culturas de Inverno; e Ovinocultura²² (Sul Rural, 1997d, p. 11).

Já no ano seguinte, em 1998, o documento de Relatório e Balanço de Diretoria da entidade registra a existência do mesmo número de vinte Comissões Especiais, mas com algumas alterações: Comissão de Crédito Rural; Exposições, Feiras, Comercializações e Remates; Forrageiras e Pastos; Fumo; Fundiária; Hortifrutigranjeiros; Leite e Derivados; Mercosul; Milho e Sorgo; Ovinos; Pequenas Propriedades; Previdência Rural; Psicultura; Recursos Hídricos; Seguro Agrícola; Silvicultura e Meio Ambiente; Soja; Suinocultura; Trigo e Culturas de Inverno; e Pecuária de Corte e Indústria; (Farsul, 1998).

A seguir, segue quadro demonstrativo das Comissões existentes nestes dois primeiros anos, a título de comparação:

1997	1998
Ovinocultura	Ovinos
Forrageiras	Forrageiras e Pastos
Trigo e Culturas de Inverno	Trigo e Culturas de Inverno
Pecuária de Corte e Indústria	Pecuária de Corte e Indústria
Assuntos Fundiários	Fundiária
Soja	Soja
Leite e Derivados	Leite e Derivados
Florestamento, Silvicultura e Meio Ambiente	Silvicultura e Meio Ambiente
Fumo	Fumo
Mercosul	Mercosul
Crédito Rural	Crédito Rural
Hortigranjeiros	Hortifrutigranjeiros
Milho e Sorgo	Milho e Sorgo
Psicultura	Psicultura
Suinocultura	Suinocultura
Avicultura	Pequenas Propriedades
Batata e Maçã	Previdência Rural

²² Esta última Comissão não constava na relação citada nesta matéria, mas foi criada no mês julho do mesmo ano (Sul Rural, 1997b, p. 5).

Citricultura	Seguro Agrícola
Feijão	Exposições, Feiras, Comercializações e Remates
Arroz	Recursos Hídricos

Tabela 2: Comissões Especiais da Farsul em 1997 e 1998. Fonte: Sul Rural, 1997, 1998; Farsul, 1998.

Fazendo-se a comparação da diversidade de comissões existentes nestes dois anos, destaca-se, em primeiro lugar, um dos aspectos mencionados pelo discurso oficial da diretoria, quando do lançamento destas comissões em 1997, a saber, o fato de que estas não seriam definidas e organizadas de maneira rígida, mas, ao contrário, poderiam ser “aumentadas ou reduzidas, conforme a necessidade de cada setor da agropecuária” e a conjuntura econômica e política de cada momento. Neste sentido, verifica-se que no ano de 1998 houve a extinção das Comissões de Avicultura; Batata e Maçã; Citricultura; Feijão; e Arroz e a inserção em seu lugar das Comissões de Pequenas Propriedades; Previdência Rural; Seguro Agrícola; Exposições, Feiras, Comercializações e Remates; e Recursos Hídricos.

Analisando-se a diversidade de temas que compõem estas comissões nestes dois anos, destaca-se que a maioria delas ligava-se a determinadas cadeias produtivas da agropecuária ou a temas específicos que envolvem os processos econômicos, produtivos e de comercialização destas cadeias. Assim, percebe-se a forte ligação destas mudanças organizativas na Farsul também com um ambiente de crescente segmentação de interesses na agropecuária brasileira e gaúcha naquele período, onde um amplo conjunto de cadeias produtivas, sejam aquelas ligadas à produção em pequena escala, como hortigranjeiros e fumo, ou aos grandes complexos produtivos, como a soja e o arroz, estariam representadas nas comissões da Farsul.

Conforme relato de um dos entrevistados, neste cenário, *a própria Farsul* teria tido que *avançar dentro daquilo que vinha mostrando o Rio Grande*, acompanhando as mudanças no cenário agropecuário e fazendo frente aos seus desafios. Neste sentido, a criação das Comissões é entendida por ele como parte de um processo de *transformação na própria Federação*, que antes seria *muito voltada à pecuária* e a partir deste período dos anos 1990, teria expandido suas bases de atuação mais fortemente para outras atividades da agropecuária:

Começando pela casa, eu posso dizer que, dos anos 1990 em diante **começou uma transformação na própria Federação, que até então a Federação era muito voltada à pecuária** e o avanço da lavoura, de modo geral, onde a

agricultura começou a crescer e com o advento da soja, principalmente... [...] E a **própria Farsul** teve que, aos poucos, principalmente depois do que eu chamo essa “era Sperotto”, **ela também começou a ter que avançar dentro daquilo que vinha mostrando o Rio Grande**. Aqui na Farsul foram criadas as comissões de agricultura, as comissões de pecuária, a comissão de economia, comissão ambiental, enfim, teve uma série de... A própria Farsul teve de acompanhar essa mudança (Entrevistado 7, ex-vice-presidente da Farsul).

Assim, considerando que estas comissões teriam a importante função de lastrear a construção de *propostas de política setorial* da Farsul em diversas áreas, percebe-se que sua criação constitui-se como uma tentativa de dinamizar a ação política da entidade, frente a um cenário de crescente especialização e segmentação da economia agropecuária, abrindo espaços para (ou projetando uma imagem de) que a Farsul pudesse abarcar os interesses de diferentes setores econômicos e políticos da agropecuária gaúcha.

No entanto, verificada a diversidade de atividades, cadeias produtivas e setores econômicos da agropecuária presentes em tais comissões, cabe ressaltar também a existência de outras duas: a Comissão de Assuntos Fundiários e a Comissão de Pequenas Propriedades.

Em relação à primeira, percebe-se que sua existência é coerente com uma das principais marcas históricas da entidade, já que, como comentado anteriormente, a defesa da propriedade e do monopólio da terra acompanhou as ações da Farsul ao longo do tempo (Heinz, 1991; Da Ros, 2006). Ademais, cabe lembrar aqui que este período do final da década de 1990, caracterizou-se como momento próprio de intensificação dos conflitos agrários no Rio Grande do Sul, conforme analisado nos trabalhos de Da Ros (2006, 2009). Portanto, presume-se que tal Comissão deva ter ocupado lugar de destaque na configuração interna da entidade naquele momento.

Além disso, chama atenção também que tal Comissão foi presidida, ao menos no ano de 1997, pelo Coronel do Exército e ex-secretário de Segurança Pública do Rio Grande do Sul João Oswaldo Leivas Job, o qual integrou a diretoria da Farsul durante duas ocasiões, ocupando o cargo de Vice-Presidente da entidade na gestão de 1991-1994 e de Suplente do Conselho Fiscal na gestão seguinte de 1994-1997. Embora não tenha feito parte da chapa que conduziu Carlos Sperotto à presidência da Farsul em 1997, Job foi apoiador de sua candidatura, assinando documento intitulado “O Aval da Atual Diretoria” (Sul Rural, 1996c, p. 3), onde vinte e três dos trinta e um integrantes daquela gestão sinalizavam seu apoio à candidatura de Sperotto.

Neste sentido, a escolha de Job para presidir tal Comissão constitui-se também como mecanismo de aproximação e inserção de apoiadores a sua gestão, diante da disputa

eleitoral ocorrida a pouco na entidade. Diante deste cenário, naturalmente, fazia-se necessário um esforço maior de aproximação e composição com diversos setores do patronato rural gaúcho que não estivessem representados de maneira direta na chapa. A escolha dos nomes que atuariam na condução das Comissões Especiais pode ter sido usada como um dos mecanismos de efetivação de tal estratégia, como será analisado em maior profundidade na sequência deste trabalho.

Além disso, chama atenção também a escolha de um militar, coronel das Forças Armadas brasileiras, para condução desta Comissão, que parece ter se constituído como uma das principais linhas de frente da atuação da Farsul na oposição às tentativas de reforma agrária no estado naquele contexto.

No entanto, embora a Farsul seja apontada como porta-voz dos interesses de grandes proprietários e produtores do estado e esta Comissão de Assuntos Fundiários traga à tona um dos traços característicos da ação da Farsul ao longo de sua história, a defesa da grande propriedade fundiária, por outro lado, a criação de uma Comissão de Pequenas Propriedades demonstra, conforme apontou Gasparotto (2016), ser insuficiente indicar somente que a entidade é formada por grandes proprietários de terra, uma vez que isso não daria conta da heterogeneidade de sua composição. Ao que parece, a entidade, em diversos momentos de sua história e de diferentes formas, constrói um olhar específico e estratégias de aproximação e de articulação também junto aos pequenos produtores do estado, tema que, ainda que parcialmente, será melhor problematizado a frente.

Mas, voltando à análise geral das demais Comissões, percebe-se que, entre as atividades, figura a participação de seus representantes em reuniões, assembleias e palestras envolvendo governos e agentes do poder público, entidades vinculadas a cadeias produtivas, empresas de pesquisa e extensão rural, organizações patronais, universidades, etc. Ademais, destaca-se a participação dos representantes das comissões em feiras e atividades junto aos sindicatos rurais filiados à Farsul e em algumas atividades em outros estados e países (Farsul, 1998). Este processo demonstra o papel de importância dos presidentes de cada comissão, no sentido de organizar os temas relacionados com cada uma destas pastas e representar a entidade junto a diversos espaços da sociedade.

Infelizmente, não se teve acesso a dados que revelassem todos os nomes dos responsáveis por cada uma destas comissões nos anos de 1997 e 1998, o que limita estas análises em relação aos anos citados²³. No entanto, cabe refletir sobre a ausência destes

²³ Em relação ao ano de 1997, identificou-se que a Comissão de Mercosul era presidida por Armando Garcia de Garcia (Sul Rural, 1997c, p. 2), a Comissão de Leite e Derivados por Orlando Heemann (Sul Rural,

dados nos relatórios das atividades desenvolvidas pelas comissões nestes anos (Farsul, 1997, 1998), já que isso pode ser indicativo de que muitas delas ainda se encontravam em estágio embrionário de organização naquele momento, não possuindo designação de representantes fixos para presidi-las.

Já no ano de 1999, identificou-se a existência de vinte e três Comissões Especiais, além de cinco Grupos de Trabalho, com seus respectivos representantes, permitindo uma análise mais detalhada dos elementos mencionados acima. Estes dados constam na tabela a seguir:

Comissão Especial	Presidente
Arroz	João Carlos Fagundes Machado
Assuntos Fundiários	Gedeão Silveira Pereira
Estudos Jurídicos	Nestor Fernando Hein
Batata	Ajodil Barbosa de Almeida
Citricultura	Pedro Wollmann
Crédito Rural	Elmar Konrad
Exposições, Feiras, Comercialização e Remates	Luiz Fernando de Oliveira Nunes
FORAGEIRAS e Pastos	Saulo Roberto Lupi Bevilacqua
Feijão	João Carlos Guarienti
Fumo	Mauro Flores
Florestamento, Silvicultura e Meio Ambiente	José Lauro de Quadros
Hortifrutigranjeiros	Telmo Antonio Vedana Bettio
Jovens Empresários	Cassio Nunes Soares
Leite e Derivados	Orlando Heemann
Milhos e Sorgo	Rogério César Eisele
Maçã	Darcy Becker
Ovinos	José Roberto Pires Weber

1997i, p. 12), a Comissão de Ovinocultura por José Roberto Pires Weber (Sul Rural, 1997b, p. 5), a Comissão de Forrageiras por Saulo Bevilacqua, a Comissão de Florestamento, Silvicultura e Meio Ambiente por José Lauro de Quadros (Sul Rural, 1997h, p. 8) e a Comissão de Assuntos Fundiários, como já foi citado, por Oswaldo Leivas Job (Sul Rural, 1997a, p. 7). Já no ano de 1998 registrou-se que a presidência da Comissão de Crédito Rural estava sob responsabilidade de Elmar Konrad (Farsul, 1998).

Pecuária de Corte e Indústria	Fernando Aauto Loureiro de Souza
Psicultura	César Pedro Andreghetto
Soja	Antoninho Waldemar Oberto
Suínocultura	Ipenor Zanella
Trigo e Culturas de Inverno	Juarez João Londero
Mercosul	Francisco Lineu Shardong
Grupo de Trabalho	Coordenador
Recursos Hídricos	Francisco Lineu Schardong
Segurança Rural	Ayrton Balcemão
Previdência Rural	Carlos Nunes Rodrigues
Pequena Propriedade	Nestor Pistorello
Trangênicos	Fernando Aauto Loureiro de Souza

Tabela 3: Comissões Especiais e Grupos de Trabalho da Farsul em 1999, com seus respectivos representantes. Fonte: Farsul, 1999.

A análise da configuração que envolve estas Comissões no ano de 1999 permite-nos inferir mais algumas conclusões acerca deste processo. Em primeiro lugar, analisando-se novamente a diversidade de temas que compõem as Comissões, percebe-se que neste ano houve algumas mudanças em relação ao ano anterior: em primeiro lugar destaca-se a extinção da Comissão de Seguro Agrícola e a transformação das Comissões de Recursos Hídricos; Previdência Rural; e Pequena Propriedade em Grupos de Trabalho, instâncias, ao que tudo indica, de menor importância em relação às comissões. Além disso, detectou-se a criação ou recriação de mais sete comissões, quais sejam, as Comissões de Arroz; Estudos Jurídicos; Batata; Citricultura; Feijão; Jovens Empresários; e Maçã, além da criação do Grupo de Trabalho de Segurança Rural; e Transgênicos.

Quanto aos porta-vozes destas Comissões e Grupos de Trabalho, percebe-se que estes não são escolhidos exclusivamente entre os integrantes formais da diretoria da Farsul. Ao contrário disso, na maioria dos casos, estes espaços são coordenados e representados publicamente por agentes externos a esta estrutura formal de direção, o que demonstra a utilização destes espaços como canais de mediação, interlocução e integração com outros porta-vozes e setores do patronato rural, mantendo uma tendência de busca pela redução de tensões e neutralização de conflitos intraclasses dominante agrária.

Ademais, a entidade parece se utilizar de tais postos também para constituir relações de proximidade e fazer uso dos capitais acumulados por determinados agentes que ocupam posições importantes na sociedade. Desta forma, a Farsul se beneficia de

relações estabelecidas com estes atores, compartilhando dos benefícios decorrentes das posições que ocupam e dos capitais que acumulam no jogo das relações sociais.

Neste sentido, percebe-se uma abertura para escolha de diferentes perfis para ocuparem tais espaços, os quais não são reservados, exclusivamente, aos integrantes da diretoria da entidade. Conforme discurso oficial, proferido quando da criação destas estruturas, “os grupos de trabalho e comissões serão constituídos por pessoas de diversas especialidades, considerando os aspectos políticos, técnicos, jurídicos, econômicos e financeiros” (Sul Rural, 1996c, p. 3). Ao destacar uma suposta priorização de perfis com aptidão técnica e capacidade política de expressão dos interesses do grupo, tal discurso abre espaço para a presença de atores que ocupem posições sociais estratégicas para a Farsul.

Analisando-se os dados, percebe-se que, entre a presidência das Comissões e a coordenação dos Grupos de Trabalho, somava-se, no ano de 1999, um total de vinte e seis agentes²⁴, dos quais apenas sete integravam a diretoria da entidade naquela gestão²⁵. Portanto, a ampla maioria dos representantes destas instâncias eram agentes que não faziam parte da diretoria da Farsul naquele momento - eram pessoas ligados aos sindicatos rurais, membros de diretorias passadas da Federação ou futuros integrantes destas, assessores do sindicalismo patronal ou agentes que ocupam posições de destaque externamente à Farsul.

Olhando mais a fundo estas composições, percebe-se, em primeiro lugar, que dos sete agentes que integravam aquela diretoria, três deles ocupavam espaços de suplência, cargos de menor importância na hierarquia interna e que, supostamente, seriam menos acionados no trabalho cotidiano desta direção. Portanto, supõe-se que, a partir de suas indicações para a coordenação de Comissões e/ou GT's, havia uma tentativa de construir maior envolvimento de tais agentes no cotidiano de gestão da entidade, dinamizando seus trabalhos e ampliando a força política deste grupo, após eleição com acirrada disputa, onde o grupo opositor demonstrou grande força política.

²⁴ Somente dois destes agentes ocupam mais de um espaço simultaneamente: Francisco Lineu Schardong preside a Comissão do Mercosul, ao mesmo tempo em que coordena o Grupo de Trabalho de Recursos Hídricos, e Fernando Aduino Loureiro de Souza preside a Comissão de Pecuária de Corte e Indústria, ao mesmo tempo em que coordena o Grupo de Trabalho sobre os Transgênicos.

²⁵ João Carlos Fagundes Machado (Vice-presidente), Elmar Konrad (Diretor Suplente), Luiz Fernando de Oliveira Nunes (1º Diretor-Financeiro), Fernando Aduino Loureiro de Souza (Diretor Suplente), Ipenor Zanella (Suplente do Conselho Fiscal), Francisco Lineu Schardong (Vice-Presidente) e Carlos Nunes Rodrigues (2º Diretor-Secretário).

Conforme declaração de Sperotto, logo após o anúncio da vitória de sua chapa na eleição de 3 de fevereiro, “não há suplentes na chapa da situação, assim será possível ter mais força e autonomia” de gestão (Zero Hora, 1997b, p. 26). O dirigente complementa dizendo que:

A partir de uma gestão participativa moderna, os 31 integrantes da diretoria atuarão lado a lado com o presidente. “Vamos cobrar a presença de todos os líderes nas reuniões de trabalho”, sentenciou o novo presidente, ressaltando que todos serão responsáveis pela busca de soluções (Correio do Povo, 1997c, p. 14).

Mas além dos integrantes daquela diretoria, entre os demais representantes das Comissões e GT’s do ano de 1999, dois dirigentes²⁶ fizeram parte da gestão anterior da Farsul (1994-1997) e também assinaram a carta de apoio à candidatura de Sperotto à presidência, intitulada “O Aval da Atual Diretoria” (Sul Rural, 1996c, p. 3), se constituindo, portanto, como avalistas da chapa durante o processo eleitoral. Passada a eleição e com a vitória de Sperotto, estes agentes foram incorporados à gestão da entidade a partir da presidência destas Comissões, o que demonstra, mais uma vez, que a escolha dos porta-vozes destas Comissões e GT’s também passa pela busca de apoios e alianças intraclasse dominante agrária, visando ampliar os setores patronais presentes na gestão da entidade, fragilizar oposições e minimizar conflitos.

Dando sequência a esta análise visualiza-se que dois outros integrantes, além de fazerem parte de gestões passadas, retornaram à direção da Farsul na década de 2000²⁷ e outros três nunca haviam integrado tal direção, passando a compô-la posteriormente²⁸, sendo que um deles - Gedeão Silveira Pereira – havia integrado a chapa de oposição ao Sperotto, ocupando o cargo de 8º Vice-Presidente na chapa encabeçada por Regis Lopes Salles no pleito de 1997.

Estes dados revelam, em primeiro lugar, como a passagem por tais postos de coordenação em Comissões e GT’s podem se constituir como canais que alimentam a trajetória sindical de algumas lideranças, dando-lhes a oportunidade de ter um espaço para o desenvolvimento de seu trabalho e a exposição de habilidades políticas que podem “contar pontos” para que consigam alcançar espaços mais relevantes na estrutura sindical deste patronato. Presume-se que as relações que estes atores estabelecem com seus pares, demonstrando suas aptidões e contribuindo para o fortalecimento do grupo, são de vital

²⁶ Orlando Heemann (1994-1997) e Darcy Becker (1985-1998, 1991-1994 e 1994-1997).

²⁷ Mauro Flores (1988-1991, 2003-2006 e todas as gestões até o ano de 2018) e José Roberto Pires Weber (1991-1994 e 2000-2003).

²⁸ Gedeão Silveira Pereira (2000-2003 e todas as gestões até o ano de 2018), Antoninho Waldemar Oberto (2000-2003) e Juarez João Londero (2003-2006).

importância para sua reprodução enquanto representantes e porta-vozes do setor, como será visto em mais detalhes no capítulo 3 desta dissertação.

No entanto, o que se destaca ainda mais aqui é a presença de um dirigente sindical ocupando posto de presidência em uma destas Comissões – Gedeão Pereira, que presidiu a Comissão de Assuntos Fundiários -, mesmo após ter integrado chapa de oposição àquela gestão, dois anos antes. Sem o intuito de desconsiderar outros elementos da trajetória social e sindical do referido dirigente - que certamente contribuíram para que fosse convidado a ocupar tal posto em um momento de extrema tensão e de emergência de conflitos agrários no campo gaúcho -, percebe-se claramente um ato de mediação do grupo vencedor nas eleições, onde se busca fragilizar o poder das oposições, incorporando aos espaços de gestão da entidade alguns de seus agentes. Portanto, corroborando com uma de nossas hipóteses iniciais, verifica-se que a ampliação das estruturas de direção da entidade no contexto em estudo está subordinada também a este objetivo.

Em sentido semelhante ao caso mencionado, destaca-se também a presença de pelo menos mais três dirigentes ligados a sindicatos rurais filiados à Farsul²⁹, mas que não compunham a direção da entidade a nível estadual, o que também pode demonstrar a busca por ampliação de apoios àquela gestão.

Além disso, a presença de assessores da entidade ocupando tais espaços também é detectada. É o caso de Nestor Hein, Assessor Jurídico da Farsul, que ocupava a presidência da Comissão de Estudos Jurídicos da entidade naquele momento, o que demonstra a importância da atuação de “um corpo de profissionais” da política (Bourdieu, 1989) nos diversos espaços de representação da entidade.

Já em relação a presença, na coordenação destes espaços, de atores que ocupam posições de destaque externamente à Farsul, registra-se que a representação da Comissão de Florestamento, Silvicultura e Meio Ambiente era efetuada pelo engenheiro agrônomo José Lauro de Quadros, produtor rural de Encruzilhada do Sul e assessor técnico da Associação Gaúcha de Empresas Florestais (Ageflor), entidade representativa das empresas da cadeia produtiva de base florestal do Rio Grande do Sul. Esta indicação denota, portanto, uma clara tentativa de articulação política da Farsul com tais empresas. Ademais, o papel de mediação política desempenhado por Quadros neste cenário possibilita-nos a suposição de que os capitais escolares acumulados por ele e a experiência

²⁹ Saulo Roberto Lupi Bevilacqua integrava o Sindicato Rural de Júlio de Castilhos (Sul Rural, 1997f, p. 8), João Carlos Guarienti integrava o Sindicato Rural de Sobradinho (Sul Rural, 1999b, p. 10) e Cassio Nunes Soares integrava o Sindicato Rural de Pântano Grande.

junto ao seu espaço profissional, como assessor técnico da referida associação, foram importantes nessa relação.

Em sentido semelhante, destaca-se o caso do Grupo de Trabalho sobre Segurança Rural, já que este espaço foi coordenado por Ayrton Balcemão, assessor de segurança da Farsul e Coronel da Polícia Militar. Segundo informações dos Relatórios de Diretoria da Farsul, este Grupo de Trabalho promovia uma atuação voltada aos temas do combate ao abate e à criminalidade no campo. No entanto, o que se destaca novamente é o aparecimento do nome de um militar como representante de um GT da Farsul, tal como já havia sido visualizado em relação à Comissão de Assuntos Fundiários no ano de 1997.

Por fim, cabe frisar que, do total de vinte e seis representantes de Comissões e GT's da Farsul em 1999, não se conseguiu obter informações mais detalhadas em relação ao perfil de seis deles³⁰, restando esta lacuna.

De todo modo, as análises empreendidas aqui possibilitam-nos a construção de um olhar acerca do papel desempenhado por estas Comissões e Grupos de Trabalho na dinâmica de representação patronal que se desenvolve na Farsul, durante a primeira gestão de Carlos Sperotto na presidência da entidade. De modo geral, percebe-se a manutenção e atualização de uma tendência já detectada em outros momentos, a qual privilegia a construção de um discurso em defesa da modernização dos espaços de representação da entidade, em paralelo ao aumento de seus espaços formais de direção, a fim de dinamizar os trabalhos internos e possibilitar o ingresso de mais agentes nesta estrutura.

Além de possibilitar o ingresso nos espaços de direção da entidade de um conjunto de agentes que fazem parte do sistema sindical da Farsul – como ex-diretores e representantes de sindicatos rurais – e, desta forma, neutralizar possíveis oposições e disputas no interior desta classe, o aumento destes espaços formais de direção – neste caso, via criação de Comissões Especiais e Grupos de Trabalho – possibilita o ingresso ali de agentes que ocupam posições de destaque externamente à Farsul – como militares, políticos e assessores técnicos de outras entidades – possibilitando à Federação fazer uso dos capitais acumulados por estes agentes em suas trajetórias sociais.

Ademais, a presença de assessores da própria Farsul na coordenação destes espaços demonstra a importância atribuída pela entidade aos seus próprios Departamentos e Assessorias Técnicas, como será demonstrado em mais detalhes a seguir.

³⁰ Ajodil Barbosa de Almeida, Pedro Wollmann, César Pedro Andreghetto, Telmo Antonio Vedana Bettio, Rogério César Eisele e Nestor Pistorello, tendo sido este último secretário de Agricultura de Caxias do Sul.

1.2.4 Departamentos e Assessorias Técnicas: evolução e papéis desempenhados

Para que se faça um fechamento desta análise em relação à estrutura organizativa da Farsul ao longo da década de 1990, cabe analisarmos agora a evolução e o papel desempenhado pelos Departamentos e Assessorias Técnicas da entidade durante este período.

A análise do papel desempenhado por tais estruturas na dinâmica de representação da Farsul passa pela compreensão inicial do papel atribuído pela entidade ao corpo de profissionais, de diversas áreas, que presta assessoria aos seus trabalhos cotidianos. A ação desenvolvida por estes agentes conforma elemento de extrema relevância para a definição das formas de ação e das dinâmicas de representação construídas pela entidade. Conforme destacou Bourdieu (1989, pp. 166-175), o “corpo de profissionais” da política constitui-se por agentes que acumulam distintos capitais em suas trajetórias e, assim, dominam “a produção das formas de percepção e de expressão politicamente atuantes” em determinado contexto. Estes profissionais seriam “capazes de manipular ao mesmo tempo ideias e grupos, de produzir ideias capazes de produzir grupos manipulando estas ideias de maneira a garantir-lhes a adesão de um grupo” e, por consequência, controlando “diretamente a própria produção do grupo”.

No caso da Farsul destaca-se a existência de um conjunto de assessorias técnicas, espaços voltados ao subsídio de informações e ao acompanhamento de ações em determinadas áreas, que empregam agentes com formação acadêmica ou considerável experiência nos temas em questão, sendo entendidos aqui como profissionais da política, no sentido que se refere Bourdieu (1989). A partir disso, cabe refletir acerca do papel atribuído a estes profissionais e aos seus espaços de atuação no interior da entidade.

Segundo discurso patronal analisado aqui, a diversidade de conhecimentos e experiências dos dirigentes da Farsul se complementaria aos conhecimentos e trabalhos técnicos desempenhados pelos assessores da entidade, possibilitando à Federação estar *sempre atendida em toda a atividade que se relaciona ao agronegócio*, o que ocorreria *pela diversificação de gente* atuando em seu interior:

Nós temos gente aqui dentro para trabalhar em todos os setores, do leite à produção pecuária de corte, à soja, ao milho, ao arroz, evidentemente. Então nós temos gente entendida de todas as áreas, além de ter um corpo técnico de jovens que estão trabalhando. [...] Nós temos o nosso Departamento de Economia, que é muito forte também, nós temos o departamento de acompanhamento legislativo, então **a Farsul está sempre atendida em toda**

a atividade que se relaciona ao agronegócio, pela diversificação de gente que tem aqui dentro (Entrevistado 3, vice-presidente da Farsul).

Mas, se entendido, por um lado, como processo complementar à ação política desenvolvida pelos dirigentes patronais, a dimensão das assessorias técnicas e de seu desenvolvimento no interior de uma organização do patronato rural também pode ser vista desde uma perspectiva de oposição e, até mesmo, de conflito ao que é compreendido por estes agentes como o espaço da política:

A Assessoria econômica não tinha muita importância no passado. **A Farsul era uma entidade puramente política** e tinha um viés muito bem determinado. [...] [Então] **o nosso ambiente técnico ganhou o espaço que era da área política**. Nós ocupamos um espaço interno muito forte e depois passamos também a ter um espaço externo muito forte, que foi uma construção tijolinho por tijolinho, onde a gente foi mostrando porquê a gente era importante (Entrevistado 11, assessor de economia da Farsul).

Assim, percebe-se que, desde o espaço das assessorias propriamente e de quem ali atua, existe uma perspectiva de conflito a partir da ideia de um trabalho de representação tecnicamente embasado, que estaria em oposição a práticas políticas distanciadas de alguma espécie de cientificismo. Neste cenário, o espaço de atuação almejado e, supostamente, alcançado pelas assessorias técnicas no interior da entidade, não se constrói sem negociações, esforços e, provavelmente, embates.

De todo modo, a importância desta esfera de atuação que alia a técnica e o cientificismo à política classista se ampara numa percepção de que as mudanças sociais do mundo contemporâneo trariam a necessidade de incorporação de novos termos ao debate e à arena de negociação da política, sobretudo aquela institucional:

Se antigamente as coisas se resolviam no grito, na força, no movimento, em algum momento a sociedade brasileira ganhou uma complexidade e as coisas começaram a se resolver em gabinete e com argumento. [...] [Então] a gente [assessorias técnicas da Farsul] começou com uma posição subutilizada e hoje a gente é super utilizado. Porque o mundo mudou, a sociedade mudou, o presidente [da Farsul] teve a sensibilidade de entender as mudanças e nos colocou nessa posição (Entrevistado 11, assessor de economia da Farsul).

Neste sentido, a incorporação do elemento técnico ao discurso da representação política patronal – processo, segundo o entrevistado, em crescente importância no período recente – é vista como elemento chave na defesa dos interesses e na garantia de privilégios ao setor, pois se constitui como capital mobilizável nos conflitos e negociações que envolvem tomadas de decisões institucionais em relação às políticas para a agropecuária. O uso da técnica, neste sentido, auxilia na abertura de novas fronteiras ou na expansão das possibilidades de ação política do patronato rural, pois permite atuação silenciosa,

onde deixa-se – não em todos os casos – de fazer uso do *grito*, da *força* e do *movimento* para se negociar e resolver as questões de interesse da classe *em gabinete*.

Postas tais questões, cabe enunciar que este processo – que chamo aqui de atuação ou mobilização silenciosa, em diálogo com as ideias de Offerlé (2009) - também é fortemente alimentado pelas redes de relações e pelos capitais acumulados pelos dirigentes da Farsul em suas trajetórias sociais. Este tema será desenvolvido em mais detalhes no capítulo 3 desta dissertação.

Por ora, cabe destacar ainda que a percepção destes agentes em torno das mudanças sociais que colocariam determinados debates técnicos em posição central na representação de interesses do grupo tem a haver também com um conjunto de mudanças econômicas visualizadas na agropecuária brasileira, já que a expansão do agronegócio e de suas cadeias produtivas tornaria mais complexas as relações estabelecidas pelo agricultor neste cenário, colocando novas demandas e desafios para estes agentes e seus representantes:

O agronegócio, se nós olharmos daquele tempo pra cá, nós mais do que dobramos a nossa produção, a gente triplicou ou quadruplicou o volume de recursos envolvidos na produção, a importância da agricultura para a economia local, nos outros setores da economia, ela ficou muito mais forte do que era. Então entender como essas coisas acontecem se tornou muito mais importante do que era, porque o agricultor passou a ter muito mais pontos de contato do que ele tinha no passado. Ele passou a interagir com muito mais empresas, com mais segmentos e isso exigiu um conhecimento de mercado, econômico, enfim, para contribuir no processo de tomada de decisão dele. Então isso sem dúvida também elevou a importância da Assessoria Econômica [da Farsul] (Entrevistado 11, assessor de economia da Farsul).

Assim, percebe-se mais uma vez a importância dos processos econômicos para ocorrência de mudanças organizativas e de formas de ação política na Farsul. Neste sentido, é importante frisar que o espaço das assessorias técnicas é entendido no discurso patronal, sobretudo de quem ali atua, como importante ferramenta de ação política, já que, por um lado, se constitui como canal privilegiado para o estabelecimento de diálogo da entidade com os produtores rurais do estado, contribuindo para que a Farsul se aproxime de sua base social e mantenha diálogo permanente com estes agentes no acompanhamento e no auxílio para tomadas de decisão em relação aos seus empreendimentos agropecuários e, por outro lado, se traduz como elemento de diferenciação em relação a demais entidades de representação do setor.

Desta forma, o trabalho desenvolvido nas assessorias técnicas é destacado no discurso patronal analisado aqui como marca de protagonismo, de inovação e de

vanguarda na representação de interesses do patronato rural, processo onde se busca reforçar posição de destaque ocupada pela Farsul:

A Assessoria Econômica, disparado, disparado, longe do segundo, mais importante do Brasil, é a nossa. Longe do segundo. A gente recebe assessorias econômicas das outras Federações [de Agricultura] para verem como é o nosso trabalho para tentarem replicar. Nós produzimos muito mais do que a CNA. [...] Quem enxergou a mudança e fez foi a Farsul. Então por isso que eu digo que não bastou só o mundo ter mudado, as pessoas têm que ter investido. Hoje todas as Federações estão investindo mais nisso, mas eles estão fazendo coisas que a gente fez a 10 ou 15 anos atrás. Eles estão fazendo hoje (Entrevistado 11, assessor de economia da Farsul).

No entanto, feitas tais reflexões em torno do discurso patronal a respeito deste processo, cabe mencionar que o número e a disposição das assessorias técnicas, ao longo do período em análise, mantêve-se praticamente estável, o que não quer dizer que não possa ter havido reestruturações e expansões da capacidade interna de atuação destas instâncias. A disposição das Assessorias e Departamentos Técnicos na entidade ao longo dos anos 1990 é demonstrada na tabela que segue:

Relação de Departamentos e Assessorias Técnicas	
1990	Assessoria Agronômica Assessoria Econômica Departamento Financeiro Departamento Jurídico Departamento Sindical
1991	Assessoria Agronômica Assessoria Econômica Assessoria Jurídica Departamento Financeiro Departamento Sindical
1992	Assessoria Econômica Assessoria Jurídica Departamento Financeiro Departamento Sindical
1993	Assessoria Econômica Assessoria Jurídica Departamento Financeiro Departamento Sindical
1994	Assessoria Econômica Assessoria Jurídica Departamento Financeiro Departamento Sindical
1995	Assessoria Econômica Assessoria Jurídica Departamento Financeiro Departamento Sindical
	Assessoria Econômica

1996	Assessoria Jurídica Departamento Sindical Diretoria Financeira
1997	Assessoria Econômica Assessoria Jurídica Departamento Sindical Diretoria Financeira
1998	Assessoria Jurídica Assessoria Parlamentar Departamento Sindical Diretoria Financeira
1999	Assessoria Econômica Assessoria Jurídica/Parlamentar Departamento Sindical Diretoria Financeira

Tabela 4: Departamentos e Assessorias Técnicas da Farsul na década de 1990. Fonte: Relatórios e Balanços da Diretoria da Farsul de 1990 a 1999.

A partir da análise desta tabela pode-se perceber a existência de algumas variações na disposição das assessorias e departamentos técnicos da entidade ao longo da referida década. No entanto, como foi comentado, percebe-se que tais mudanças se dão dentro de certos limites, não ocorrendo profundas transformações neste cenário.

A primeira mudança que se percebe é a extinção da Assessoria Agrônômica, a qual teve seu último ano de existência em 1991. Acompanhando o relatório de atividades desenvolvidas por esta comissão entre os anos de 1990 e 1991 percebe-se sua importância na construção da política da entidade, na medida em que se constituía como espaço responsável pelo levantamento de dados, realização de estudos e proposição de políticas agrícolas, construindo importante elemento de interface entre Farsul, governos e outras entidades do setor agropecuário.

Entre as tarefas desenvolvidas pela referida assessoria, um dos elementos que chama atenção é seu papel de mediação no estabelecimento de relações entre a Farsul e os candidatos ao Governo do Estado em 1990. Conforme consta no relatório, em setembro daquele ano essa assessoria realizou o “fornecimento de dados e subsídios para os setores de planejamento das campanhas dos candidatos ao Governo do Estado, Drs. Nelson Marchezan [PDS] e Alceu Collares [PDT]” (Farsul, 1990, p. 10) e, logo após a eleição deste último, realizou o mesmo processo em relação à equipe de planejamento do futuro governo, tendo como objetivo “desmanchar o conceito e a tendência da predominância de propostas discriminatórias em favor dos pequenos e médios produtores” (Farsul, 1990, p. 12).

Além disso, destaca-se o papel desempenhado por esta Assessoria no estabelecimento de conexões da Farsul com instâncias das Forças Armadas brasileiras, como em agosto de 1990, quando “a pedido do EMFA [Estado-Maior das Forças Armadas] e por recomendação da diretoria da FARSUL, esta Assessoria elaborou um plano de abastecimento para um contingente de 100.000 homens a serem distribuídos em municípios estratégicos do RS” (Farsul, 1990, p. 10) ou em outubro do mesmo ano, quando a Assessoria participa “do programa de palestras para alunos do EMFA, cabendo-lhe dissertar sobre os solos do Rio Grande do Sul, a nível de generalidades quanto ao seu potencial, fertilidade natural e situação em que se encontram” (Farsul, 1990, p. 11). Além disso, consta nos relatórios atendimentos periódicos ao IIIº Exército e à Escola de Estado Maior do Exército (EMFA) na prestação de informações em relação ao setor agropecuário (Farsul, 1990, p. 13; 1991, p. 4).

Outra mudança importante visualizada na disposição destas estruturas de assessorias e departamentos técnicos foi a criação da Assessoria Parlamentar no ano de 1998. Esta Assessoria foi composta naquele ano por dois técnicos com formação jurídica e desempenhou as seguintes funções:

Acompanhou a elaboração legislativa junto à Assembleia Legislativa do estado do Rio Grande do Sul e Congresso Nacional, bem como na edição de Leis, Medidas Provisórias, Decretos, Portarias, Instruções Normativas e outros atos do Executivo (Federal e Estadual) de interesse e pertinentes ao Setor Primário (Farsul, 1998, p. 25).

Além disso, a referida Assessoria “prestou consultoria legislativa a Sindicatos, Comissões Internas, Diretoria, subsidiando-os com informações e pareceres a respeito das normas editadas” nestes espaços governamentais, além de fazer “‘interface’ com a Assessoria Parlamentar da CNA (Farsul, 1998, p. 25).

Com isso, pode-se perceber a conformação de um espaço institucional próprio da Farsul para a prática do acompanhamento cotidiano de medidas legislativas de Estado. No entanto, já em 1999, um ano após sua criação, a Assessoria Parlamentar é incorporada a Assessoria Jurídica da Farsul, passando a compor a Assessoria Jurídica/Parlamentar da entidade.

Para além destas mudanças, registra-se a permanência, ao longo de todo período estudado, de assessorias técnicas ligadas aos temas jurídico³¹ e econômico³². Ademais, registra-se também a permanência, durante este período, do Departamento Sindical e do

³¹ No ano de 1990 esta pasta era enquadrada como Departamento Jurídico.

³² Somente no ano de 1998 não consta a presença da Assessoria Econômica no relatório de diretoria da Farsul.

Departamento Financeiro³³. Trata-se, em seu conjunto, de uma estrutura robusta de assessorias e departamentos técnicos, que certamente contribuíram para o processo de formulação de políticas setoriais e de representação de interesses das elites rurais gaúchas durante a década estudada. Este tema mereceria estudo específico e uma análise mais detalhada, que se detivesse ao conteúdo e às ações específicas desenvolvidas por cada uma destas instâncias ao longo do tempo, desafio este a ser contemplado em pesquisas futuras.

Diante do que foi visto aqui, pode-se perceber que há, durante a década de 1990, um processo de continuidade, renovação ou recriação de práticas que marcaram a ação da Farsul durante o período de intensificação das disputas na e pela representação legítima do patronato rural gaúcho, na segunda metade dos anos 1980. Neste sentido, percebe-se a permanência, de um lado, de discursos e ações voltadas à necessidade de modernizar os espaços de representação da entidade, incorporando ali, como pontuou Heinz (1991, p. 197), uma dimensão do “novo” e de uma “atitude empresarial” na representação política do grupo e, de outro lado, de ações voltadas ao aumento da capacidade da Farsul neutralizar muitos dos conflitos intraclasse dominante agrária do estado.

No que se refere à análise efetuada aqui, percebe-se que estes processos ocorrem, seja a partir da construção de um discurso em defesa da adoção de modernas formas de gestão e de atuação da entidade, bem como de uma maior profissionalização na ação política de seus dirigentes, mas também a partir de mudanças concretas na estrutura de organização da Farsul, as quais contribuem para dinamizar suas ações políticas e ampliar a capacidade de envolvimento de diferentes setores econômicos e políticos do patronato rural em seu interior.

Cabe destacar que, sob formas diversas, estes discursos e ações estão presentes em diferentes momentos ao longo de toda a década de 1990 e, em seu conjunto, sinalizam a recriação ou renovação de práticas e identidades políticas forjadas pelo patronato rural gaúcho em contexto anterior.

³³ A partir de 1996 passou-se a se referir à esta pasta como Diretoria Financeira nos relatórios de diretoria da Farsul.

Capítulo 2: Perfil e representatividade dos dirigentes da Farsul

Neste capítulo tem-se por objetivo analisar o perfil e a representatividade dos dirigentes da Farsul durante o período alvo deste estudo, buscando identificar sua origem geográfica, perfil socioeconômico, formação escolar, participação em outras entidades de representação patronal, filiação em partidos, disputas de eleições e presença no interior do aparelho de Estado. Busca-se refletir como estes processos influenciam nas formas de ação e nas dinâmicas da representação de interesses desenvolvidas na entidade no contexto em estudo.

Da mesma forma que Gasparotto (2016, pp. 61-62), não se pretende aqui traçar uma biografia coletiva dos dirigentes da Farsul, mas interrogar alguns de “seus atributos e posições sociais”, buscando “apreender elementos que permitam proceder uma análise relacional sobre a Federação e sua atuação naquele contexto”. Do ponto de vista metodológico, em função do grande número de dirigentes que compuseram as diretorias da entidade durante o período 1988-2000, optou-se por trabalhar apenas com os presidentes e vice-presidentes daquele período, os quais somam trinta e dois dirigentes, em um universo um total de setenta e quatro.

No entanto, assim como mencionado por Gasparotto (2016, p. 62), aqui também se destaca a dificuldade de se encontrar dados sobre o perfil de muitos destes indivíduos, sendo que a qualidade e profundidade de informações varia significativamente em relação a alguns deles, em função de seus diferentes níveis de exposição pública.

Em relação aos dados encontrados, de modo geral, percebe-se a existência de perfis relativamente variados entre estes representantes patronais, o que proporciona à Farsul presença em redes de relações sociais bastante complexas, na medida em que seus dirigentes estão espalhados em diversas regiões do estado, têm perfis socioeconômicos diversificados, apresentam um nível considerável de posse de capitais escolares, estão presentes em outras entidade representativas da agropecuária gaúcha e brasileira e atuam também na esfera da política partidária, disputando eleições e ocupando postos de gestão na estrutura de Estado.

Vejam os dados agora estes dados mais detalhadamente. As tabelas com informações sistematizadas dos perfis destes dirigentes encontram-se nos anexos 1 ao 4 desta dissertação.

2.1 Representatividade por região, perfil socioeconômico e participação em outras entidades de representação patronal

Neste tópico tem-se como objetivo analisar a representatividade por região e o perfil socioeconômico dos dirigentes da Farsul do período 1988-2000, buscando identificar a distribuição destes agentes nas diferentes regiões do estado e quais eram as atividades econômicas desenvolvidas por eles, seja em relação aos diferentes ramos da atividade agropecuária ou ao exercício de outras atividades não ligadas ao campo.

Além disso, como elemento complementar, neste tópico refletiremos também sobre a participação destes agentes em outras entidades representativas do setor agropecuário, na medida em que muitas delas se relacionam com o perfil produtivo destes dirigentes, notadamente aquelas entidades que representam determinadas cadeias ou ramos produtivos da agropecuária.

Optou-se por refletir a respeito destes três elementos em tópico único por entender-se que, mesmo dentro de certos limites, estes elementos se entrecruzam. Em primeiro lugar, porque a economia agropecuária de cada uma das regiões do Rio Grande do Sul possui certo nível de especialização produtiva e, portanto, perfis produtivos específicos, que podem ser mais ou menos definidos. Assim, conforma-se determinada ligação histórica e, até mesmo, identidade política de certas regiões com atividades econômicas específicas da agropecuária. Em segundo lugar, como comentado, porque a participação destes dirigentes em outras entidades de representação do setor, em geral, tem relação com seu perfil produtivo, daí a ligação entre estes três elementos de análise.

Neste sentido, para realizar estas análises, cabe lembrar, ainda que rapidamente, alguns elementos retratados anteriormente e que são importantes para compreensão do objeto específico deste tópico.

Inicialmente, cabe lembrar, o alto grau de importância dos pecuaristas gaúchos, provenientes, em sua maioria, da metade sul do estado, nos processos de articulação que deram origem à Farsul, bem como em relação à composição de suas diretorias e definição de suas pautas políticas ao longo do tempo, em especial nas primeiras décadas de existência da entidade (Gasparotto, 2016; Piccin, 2012). Por outro lado, cabe lembrar também que a partir da década de 1960 houve um processo de mudanças em tal cenário, já que, com o avanço da modernização da agricultura, a Farsul passaria a se ligar mais fortemente a alguns setores agrícolas – sobretudo do arroz e, posteriormente, da soja -,

intensificando relações com outras entidades do setor e incorporando novos atores e suas demandas (Gaspartotto, 2016; Da Ros, 2006).

Além disso, relembro que o cenário estudado é marcado por mudanças econômicas na agropecuária do estado, onde se viu um processo de crise da pecuária e de avanço dos cultivos agrícolas, sobretudo da soja, para a metade sul, onde a pecuária tradicionalmente possuiu grande peso econômico e político (Piccin, 2012; Benetti, 2007, 2010).

Estes elementos são cruciais para compreender o que se analisa aqui, pois permitem supor que, se tradicionalmente havia uma ligação preponderante da Farsul com a atividade pecuária e, conseqüentemente, com o patronato rural da metade sul do estado, atualmente a entidade deve ser vista a partir da diversidade de setores patronais que a compõe – pensando-se em termos de regiões do estado e atividades produtivas.

Além disso, este processo pode ser visto também em termos da construção de um discurso e de uma imagem, por parte de seus dirigentes, apontando para a ideia de uma diversificação na composição social da entidade. Neste sentido, este processo é visto por tais lideranças como um mérito e um avanço, constituindo-se, portanto, como elemento de legitimação da Farsul perante sua base social.

Como nos informa um dos entrevistados, no passado a Federação possuía pouca diversidade em sua composição, constituindo-se basicamente em torno dos interesses da pecuária e, em alguma medida, também da produção de arroz:

Antigamente “os sindicatos rurais do estado do Rio Grande do Sul eram dominados por pecuaristas. A Farsul também era dominada por pecuaristas e arroteiros e a figura do sojicultor, que é uma atividade nova no estado, não tinha vez na própria Federação. Se tu pegares a história da Federação e olhar produtor por produtor que ocupou o cargo de presidente ou de diretor, tu vai ver que todos eles tinham o pé inicial, onde? Na pecuária. Depois no arroz” (Entrevistado 12, vice-presidente da Farsul).

No entanto, o mesmo entrevistado destaca o fato, entendido por ele como um mérito, de que atualmente a composição social da Farsul estaria mais diversificada, contemplando diversos setores em seu interior:

Essa maior diversificação “foi uma conquista que nós fizemos, porque o grande problema do Rio Grande do Sul é que tinha a Federação da Agricultura, a federação dos arroteiros, a federação dos fumicultores, a federação dos triticultores... então a Farsul, dentro da medida do possível, procurou levar lá para dentro da casa, criando inclusive comissões e dando vez e voz àqueles setores que até então não eram contemplados” (Entrevistado 12, vice-presidente da Farsul).

Percebe-se, assim, a construção de um discurso que aponta para esta diversificação, chamando atenção, inclusive, para os foros de institucionalidade que tal

movimento teria adquirido – *criando inclusive comissões e dando vez e voz àqueles setores que até então não eram contemplados* – e ressaltando a importância deste processo para a classe dos grandes proprietários de terra do estado.

Desta forma, partindo-se do pressuposto de que teria havido um processo de relativa diversificação na composição social da Farsul ao longo do tempo – fruto, principalmente, das mudanças econômicas visualizadas no estado e no país - e identificando a existência de um discurso político que busca projetar esta imagem, pretende-se analisar a representatividade por região, o perfil socioeconômico e a participação dos dirigentes da Farsul em outras entidades representativas do setor, a fim de responder às seguintes questões de pesquisa: em que medida esta suposta diversificação regional e econômica dos dirigentes da Farsul se verifica na realidade? Qual o nível de presença destes agentes em outras entidades representativas do setor agropecuário? O que estes elementos dizem sobre a representação de interesses do patronato rural gaúcho no contexto estudado?

2.1.1 Representatividade por região

Em relação à representatividade dos dirigentes por região do estado, optou-se por trabalhar com os dados referentes ao município de atuação sindical de cada um, mesmo que, em alguns casos, estes não sejam os municípios de nascimento destes sujeitos, como no caso do ex-presidente da Farsul Ary Faria Marimon, que nasceu no município de Bagé, mas construiu atuação sindical em Alegrete, município onde atuou como engenheiro agrônomo e se tornou produtor rural. Ou no caso do também ex-presidente da Farsul Hugo Giudice Paz, que nasceu em Porto Alegre, mas atuou no Sindicato Rural de Quaraí, onde possuía vínculos familiares e propriedade rural.

Diante disso, conduzindo-se a análise a que se propõe neste tópico, pode-se dizer que havia, nas diretorias da Farsul analisadas, a presença de dirigentes oriundos de sindicatos rurais de diversas áreas do Rio Grande do Sul, demonstrando a ampla representatividade da entidade em seu território de atuação, em que pese algumas regiões predominassem em relação a outras, como será demonstrado. Ressalta-se que, do universo de trinta e dois dirigentes analisados, encontrou-se dados referentes ao município de atuação de trinta e um deles, restando lacuna desta informação referente ao Ilson José Pretto, vice-presidente da Farsul na gestão 1991-1994.

Vejam os dados encontrados. Sete dirigentes da Farsul atuavam em sindicatos rurais da Região do Planalto: dois em Tupanciretã, um em Não-Me-Toque, um em Soledade, um em Passo Fundo, um em Palmeira das Missões e um em Júlio de Castilhos; outros sete deles atuavam em sindicatos rurais da Região Metropolitana: dois em Santo Antônio da Patrulha, dois em Viamão, um em Montenegro, um em Triunfo e um em Guaíba; seis dirigentes desenvolveram sua trajetória sindical na Região da Campanha Gaúcha: dois em Alegrete, dois em Uruguaiana, um em Quaraí e um em Dom Pedrito; outros três atuaram em sindicatos rurais da Região Nordeste do estado, os chamados campos de cima da serra: dois deles em Bom Jesus e um em Vacaria; dois atuavam na Zona Sul do estado: um em Canguçu e um em Jaguarão; outros dois atuavam na Região Centro-Oriental do estado: um em Rio Pardo e um em Encruzilhada do Sul; e mais dois dirigentes na região centro-sul: ambos em Camaquã; outro dirigente atuava na Região Noroeste: em Santo Augusto; e, por fim, o último atuava na Região da Serra Gaúcha: em Caxias do Sul.

Ressalta-se também que, em relação aos três dirigentes que ocuparam a cadeira da presidência da entidade durante o período de análise deste estudo, dois deles atuaram em sindicatos rurais da região da Campanha, quais sejam, Ary Faria Marimon (Alegrete) e Hugo Giudice Paz (Quaraí), e um deles atuou em sindicato rural da região Noroeste, sendo o único representante de sindicatos desta região dentre os trinta e dois analisados, qual seja, Carlos Rivaci Sperotto (Santo Augusto).

Estes dados demonstram, como já foi dito, a existência da representação de sindicatos rurais de diversas regiões do estado nas diretorias da Farsul durante aquele período, totalizando agentes de oito regiões. Ademais, os dados demonstram a predominância de dirigentes da Região do Planalto e da Região Metropolitana ocupando estes postos, com sete representações de cada uma destas regiões. Destaca-se também a forte presença de dirigente provenientes de sindicatos da região da Campanha, os quais totalizam seis representantes.

É curioso perceber algumas mudanças neste retrato comparando-se estes dados com aqueles analisados por Gasparotto (2016), quando a autora analisa as origens geográficas dos presidentes e vice-presidentes da Farsul durante o período de 1959 a 1964, totalizando um universo de vinte e quatro dirigentes³⁴. Em seu trabalho, a autora

³⁴ Registre-se que Gasparotto (2016, p. 68) utiliza-se, em alguns casos, dos dados referentes ao município de origem do dirigente e, em outros casos, de seu município de atuação, uma vez que “muitos nasceram em um município, mas construíram suas trajetórias de vida em outros”. Já no caso do estudo desenvolvido

aponta que havia, naquele momento, uma predominância de dirigentes da Farsul oriundos das regiões do Planalto Gaúcho, com seis representantes, e da Campanha Gaúcha, com cinco dirigentes, sendo que os quatro presidentes daquele período provinham desta última região. Além disso, a autora aponta que três dirigentes eram oriundos de Porto Alegre, dois da Serra Gaúcha, dois da Zona Centro-Oriental, dois da Zona Sul, dois da Região dos Vales, um das Missões e um do Noroeste gaúcho.

Destaca-se, neste comparativo, a permanência do predomínio de representantes da região do Planalto, que eram maioria no período estudado por Gasparotto (2016), com seis dirigentes, e seguiram sendo maioria no período 1988-2000, agora com sete representantes. Ademais, segue havendo uma tendência de forte presença de dirigentes oriundos da Região da Campanha, os quais totalizavam cinco agentes no período estudado pela autora e passaram a somar seis durante o período estudado aqui.

Por outro lado, neste comparativo destaca-se também um aumento da participação de representantes oriundos da região Metropolitana do estado nos quadros de direção da Farsul. Enquanto Gasparotto (2016) registra em seu estudo a presença de três dirigentes oriundos de Porto Alegre, no período 1988-2000 detecta-se a presença de sete dirigentes oriundos da região do entorno da capital, fazendo com que os dirigentes sindicais desta região, ao lado da região do Planalto, predominassem na diretoria da entidade.

Embora não seja conclusivo, este dado pode ser indicativo de uma preferência na escolha destes dirigentes, uma vez que estariam mais próximos do centro de decisão política da entidade, favorecendo sua maior dedicação aos trabalhos cotidianos a frente da Farsul e, por consequência, imprimindo uma lógica mais profissionalizada de representação na entidade, conforme foi apontado no capítulo 1 deste trabalho.

Mas, além das reflexões comparativas em relação às regiões do estado que estavam fortemente representadas nestas direções, cabe destacar também a permanência da baixa representação de outras, como é o caso da Região da Serra Gaúcha, que no estudo de Gasparotto (2016) aparece com duas representações e aqui figura com apenas uma, ou da Região Noroeste, que nos dois casos aparece com apenas uma representação. No caso desta última, cabe notar que sua única representação nos anos 1990 era a do então presidente da entidade, Carlos Rivaci Sperotto. Ou seja, mesmo um dirigente sindical da região assumindo a presidência da Farsul, não se alterou a representatividade desta nos quadros diretivos da entidade. Assim, a presença residual de determinadas regiões nas

aqui, todos os dados têm como referência tão somente o sindicato rural ao qual o indivíduo vinculava-se quando de seu ingresso na diretoria da Farsul, não se atendo a sua cidade de nascimento.

direções da Farsul sinaliza o caráter restrito da diversificação em seus postos de direção, já que três regiões predominam maciçamente em relação às outras seis citadas.

Em sentido semelhante, ressalta-se outro fator de extrema relevância nos dois estudos em questão, qual seja, o fato de que em ambos os casos há uma maioria de presidentes oriundos da Região da Campanha Gaúcha. Se Gasparotto (2016) registrou que, em um universo de quatro presidentes, todos eram daquela região, durante o período estudado aqui detecta-se realidade parecida, já que dos três presidentes, dois provinham dali.

Este processo demonstra que, se há entre o conjunto dos dirigentes da Farsul relativa diversificação de origem regional, no topo desta escala, no espaço de presidência da entidade, a diversidade regional praticamente inexistente, imperando ainda no período estudado aqui, maioria absoluta de dirigentes provenientes de região que historicamente teve papel de grande importância dentro da entidade e, de modo geral, na configuração do latifúndio no Rio Grande do Sul.

Portanto, mesmo que se aceite a hipótese de que, diante de mudanças econômicas e políticas no espaço rural gaúcho, teria havido a incorporação de novas demandas políticas e maior diversificação na composição social da Farsul – e, portanto, também na origem geográfica de seus dirigentes –, fica evidente que os representantes sindicais da Região da Campanha Gaúcha – lugar que possui a marca histórica do latifúndio e da pecuária extensiva - seguem ocupando, majoritariamente, o topo de poder da entidade, demonstrando grande capital político e capacidade de reprodução social enquanto porta-vozes do grupo, agentes autorizados a falar em nome da classe.

Para que se compreenda este processo deve-se ter em mente que as características da formação social e histórica do espaço estancieiro gaúcho conferem aos grandes proprietários de terra daquela região, além de poder e força econômica, a marca da distinção e do prestígio social, elementos tão importantes para a reprodução destes agentes enquanto elite da classe. Quer dizer, as distâncias objetivas destes *senhores de terra* em relação aos seus subordinados, que tem como base a propriedade da terra, possibilitaram a estes agentes o acúmulo de capitais diversos em suas trajetórias de vida, outorgando-lhes tais marcas de distinção e prestígio.

Conforme destaca Piccin (2012),

Tal relação está diretamente ligada às possibilidades de participação em determinados clubes sociais, da disposição de tempo para a participação de outras atividades que não aquelas estritamente relacionadas ao “mundo da produção econômica” e também ao acesso de um conjunto de bens relativos às

posições sociais. A estrutura da distribuição fundiária é tomada como um indicativo das características da formação socioeconômica estancieira, que encadeia possibilidades de acúmulo de outros recursos, como econômicos, escolares, de relações sociais e prestígio entre os agentes sociais estabelecidos; em uma palavra, de poder simbólico (PICCIN, 2012, p. 171).

Neste sentido, a participação destes agentes na política e no espaço da representação de classe, além de representar a defesa direta de seus próprios interesses econômicos, pode ser entendida a partir da necessidade destes agentes fazerem uso e, ao mesmo tempo, reforçarem a validade de seus capitais culturais, políticos e simbólicos, renovando o prestígio adquirido no jogo das relações sociais em que se inserem ao longo do tempo.

Além das razões históricas e concretas de tal distinção, este processo se fortalece a partir de uma visão de estigmatização e inferiorização do “outro” na representação patronal - os integrantes dos sindicatos rurais da metade norte são “gente ligada à agricultura, gente, digamos, mais simples” -, onde se busca reforçar um capital simbólico de distinção que garante ao grupo espaço político privilegiado entre os porta-vozes da classe – “os da metade sul são mais sofisticados, pensam que são mais, né. Têm a ilusão que são mais” (Entrevistado 5, ex-vice-presidente da Farsul).

Se tal distinção se opera em termos da qualificação e dos atributos individuais dos porta-vozes, o mesmo se verifica em termos da força política atribuída aos sindicatos rurais destas regiões:

Eu fui a sindicatos rurais [na metade norte do estado] que o sindicato funcionava no fundo da loja do presidente. Fui a sindicatos em que o sindicato era no escritório de contabilidade do presidente. Ou seja, são sindicatos quase que de nome (Entrevistado 5, ex-vice-presidente da Farsul).

Desta forma, a busca por distinção e prestígio ampara-se na afirmação da força política do grupo e na ideia de uma suposta fragilidade de outras frações patronais rurais do estado, as quais teriam dificuldade de afirmar-se politicamente de maneira autônoma e demonstrar força social nos processos políticos em que se inserem - “os sindicatos fortes no norte [do estado] são os dos empregados. [...] O produtor rural, como a gente tem na metade sul, é a minoria e é uma massa de manobra muito mais fácil de ser comandada” (Entrevistado 5, ex-vice-presidente da Farsul).

De todo modo, se estas são as conclusões em relação à representatividade dos dirigentes da Farsul por região do estado, vejamos agora o que nos dizem os dados em relação ao perfil socioeconômico destes atores e sua participação em outras entidades de representação do patronato rural.

2.1.2 Perfil socioeconômico e participação em outras entidades de representação patronal

Como dito, cabe agora refletirmos acerca do perfil socioeconômico dos dirigentes da Farsul, buscando, em paralelo, trazer informações referentes a sua participação em outras entidades representativas do setor agropecuário, as quais, muitas vezes, têm relação com seu perfil produtivo.

Mas, para que se desenvolva esta análise, em primeiro lugar, é importante termos em mente, conforme menciona Gasparotto (2016, p. 77), que existe uma dificuldade de se operar “qualquer classificação mais rígida” em relação ao perfil socioeconômico destes agentes, uma vez que é preciso considerar “o caráter multiocupacional deste grupo, haja vista que suas ocupações se sobrepõem e que muitos deles atuavam em diferentes campos”, sendo, por exemplo, “criadores e profissionais liberais, políticos e pecuaristas, fazendeiros e agroempresários”.

Ademais, é importante mencionar a carência de dados mais precisos sobre o conjunto das atividades econômicas desenvolvidas por cada um destes dirigentes, ficando a análise restrita a dados disponíveis em fontes de informações públicas, o que, provavelmente, faz com que algumas informações relevantes sobre o perfil socioeconômico destes agentes não sejam reveladas aqui.

Portanto, não se tem aqui a pretensão de levantar dados completos sobre o perfil socioeconômico destes sujeitos, mas somente analisar o que as informações disponíveis nos dizem a este respeito. Dos trinta e dois dirigentes analisados, foi possível identificar dados parciais sobre as atividades econômicas desenvolvidas por vinte e três deles.

Em relação a quatro destes dirigentes, identificou-se somente a pecuária no rol de atividades econômicas desenvolvidas: Altemo Gomes de Oliveira, de Santo Antônio da Patrulha (Região Metropolitana), foi identificado como criador de cavalos da raça crioula e de gado holandês, tendo sido vice-presidente da Associação dos Criadores de Gado Holandês do Rio Grande do Sul (Gadolanda) entre os anos de 1992 e 1995³⁵; Antônio Boeira de Almeida, de Vacaria (Região Nordeste), proprietário da Cabanha Fazenda Ranchinho, com cerca de 500 hectares, foi identificado como criador de cavalos da raça crioula e de bovinos da raça Devon, tendo sido diretor do Núcleo dos Criadores de Devon

³⁵ Fonte: <http://www.cavalocrioulo.org.br/pesquisas/pesquisas.php?sbb=B175890>; <http://www.gadolando.com.br/ex-presidentes>.

dos Campos de Cima da Serra e personalidade reconhecida por auxiliar na difusão desta raça bovina na região nordeste do estado, seja através de sua atuação como criador ou como médico veterinário de diversas cabanhas da região³⁶; Camilo Alberto da Silveira Cottens, de Tupanciretã (Região do Planalto), foi identificado como pecuarista e proprietário da Tupan Remates³⁷; e Ivo Rodrigues Fernandes, de Passo Fundo (Região do Planalto), da mesma forma, foi identificado como pecuarista³⁸.

Além destes, outros seis dirigentes da Farsul foram identificados como pecuaristas e arroteiros: dentre estes agentes figura o caso do ex-presidente da entidade Hugo Giudice Paz, de Quaraí (Região da Campanha), que desenvolve estas atividades em propriedade rural naquele município, a qual seria vocacionada para tais cultivos, contando com barragem própria para o cultivo do arroz irrigado. No total, as terras sob propriedade do conjunto familiar de Paz em Quaraí totalizam cerca de 5 mil hectares³⁹. Ademais, sua ligação com o setor pecuário fica evidente pelo fato de ter sido Diretor-Suplente do Instituto Riograndense de Carnes, membro titular do Comitê de Erradicação da Febre Aftosa na Bacia do Prata e representante da Federação das Cooperativas de Carne do Rio Grande do Sul no Conselho Consultivo do Projeto de Controle das Doenças dos Animais da Secretaria Nacional de Defesa Animal do Ministério da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária⁴⁰.

No entanto, é importante citar que, no caso deste dirigente, sua trajetória profissional parece estar muito mais ligada ao exercício da advocacia – Paz graduou-se em Direito pela PUC – RS no ano de 1972 – do que ao acompanhamento permanente das atividades produtivas desenvolvidas em sua propriedade, processo que transparece pelo fato de Paz ter nascido e passado boa parte de sua vida na capital do estado, Porto Alegre.

Mas, além de Paz, cita-se também o caso de outros dirigentes da Farsul ligados às atividades pecuária e orizícola: Antônio Martins Bastos Filho, de Uruguaiana (Região da Campanha), que, além de produtor de arroz, é o atual proprietário da Cabanha São

³⁶ Fonte: <http://www.cavalocrioulo.org.br/pesquisas/pesquisas.php?sbb=B084359>;
<http://www.paginarural.com.br/noticia/18563/nucleo-devon-dos-cdos-de-cima-da-serra-sob-nova-direcao>

³⁷ Fonte: <https://www.cnpjconsultas.com/cnpj/camilo-alberto-da-silveira-cottens/88406871000150>.

³⁸ Fonte: https://books.google.com.br/books?id=EP35AgAAQBAJ&pg=PA68&lpg=PA68&dq=Ivo+Rodrigues+Fernandes+sindicato+rural&source=bl&ots=VGD2m_HTj-&sig=HmzJXACjUCeBceVt2keBhCZA3Tk&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjXj_7hq6bZAhVIUJAKHfR3C_QQ6AEIKDAA#v=onepage&q=Ivo%20Rodrigues%20Fernandes%20sindicato%20rural&f=false.

³⁹ Fonte: entrevista concedida por Hugo Giudice Paz ao autor em 1 de setembro de 2017, na cidade de Esteio – RS.

⁴⁰ Fonte: Paz, H. G. **Fio de Bigode**. Porto Alegre: Palloti, 1994.

Bibiano, situada naquele município, a qual teve origem ainda na década de 1920 - quando do casamento de seus pais Antônio Martins Bastos e Leonor Benício Bastos - e se constitui atualmente como um dos estabelecimentos mais antigos e tradicionais do estado no que se refere à criação de bovinos das raças Shorthorn, Aberdeen Angus e Brangus, bem como de cavalos Crioulos⁴¹; Antônio Chaves Garcia de Garcia, de Tupanciretã (Região do Planalto), sócio, administrador ou dono de doze empresas ligadas aos referidos setores⁴²; Cláudio Plácido da Silva Ribeiro, de Camaquã (Região Centro-Sul), proprietário da Fazenda Palmeira - referência tecnológica em pecuária de corte, sobretudo com a criação de bovinos da raça Devon -, da Fazenda Estrela - que tem a produção de arroz como carro-chefe -, e da Fazenda Santa Izabel - que foi a primeira propriedade de seus pais. Além disso, cita-se que Ribeiro integrou a diretoria da Associação de Criadores de Devon, se constituindo como personalidade reconhecida no âmbito da agropecuária gaúcha, tendo, inclusive, inspirado a escolha do nome do município de Barra do Ribeiro⁴³; João Alberto Dutra Silveira, de Jaguarão (Zona Sul), criador de cavalos da raça crioula e produtor de arroz, tendo sido presidente da Fundação de Apoio e Desenvolvimento Tecnológico ao Irga⁴⁴; e, por fim, João Salvador de Souza Jardim, de Guaíba (Região Metropolitana), o qual tem origem em família fortemente reconhecida por seu papel no desenvolvimento da lavoura orizícola no estado, sobretudo pelo trabalho desenvolvido por seu pai, Nestor Jardim, na difusão da lavoura de arroz irrigado no Rio Grande do Sul. Além da atividade produtiva na cultura, João Jardim foi conselheiro do Instituto Rio-Grandense do Arroz (Irga) durante 12 anos, Diretor-Presidente da Guaibarroz S.A., vice-presidente do Sindicato da Indústria do Arroz do Rio Grande do Sul (Sindarroz) e presidente da Companhia Rio-Grandense de Laticínios (Corlac), donde se presume também sua ligação com a pecuária leiteira⁴⁵.

Já no caso de outros cinco dirigentes analisados, conseguiu-se levantar dados que remetem a perfis mais diversificado de produção agropecuária. Vejamos:

⁴¹ Fonte: <https://www.saobibiano.com/historia>.

⁴² Fonte: <https://www.consultasocio.com/q/sa/armando-chaves-garcia-de-garcia>.

⁴³ Fonte: <http://www.correiodopovo.com.br/Impresso/?Ano=117&Numero=211&Caderno=0&Noticia=416997>.

⁴⁴ Fonte: http://www.cavalocrioulo.org.br/studbook/catalogo_marcas_completo/J/40/6;
<http://www.irga.rs.gov.br/conteudo/6518/assinado-protocolo-de-intencoes-para-criacao-do-memorial-alberto-bins>.

⁴⁵ Fonte: <http://www.paginarural.com.br/entrevista/694/joao-salvador-souza-jardim-agropecuarista-politico-e-dirigente-rural>.

Luiz Moraes Varella, de Bom Jesus (Região Nordeste), foi identificado como pecuarista e produtor de maçã e batata⁴⁶.

Eurico Faria Dorneles, de Alegrete (Região da Campanha), foi identificado como criador de rebanhos bovinos e ovinos e produtor de trigo e arroz irrigado, ainda quando jovem, na década de 1950, na Fazenda do Tigre, na época de propriedade de seu pai Eurico Jacques Dorneles. É curioso perceber que, segundo relatos, neste período, Eurico Dorneles chegou a enfrentar muitas “discriminações, pois era muito incomum na região [da Campanha] que os proprietários de terras realizassem empreendimentos deste tipo [produção de trigo e arroz], já que esta tarefa cabia aos colonos provenientes da Depressão Central em regime de arrendamento”. Neste processo, Dorneles chegou a cultivar mais de 2.200 hectares de arroz na várzea, sendo o primeiro orizicultor gaúcho a importar uma retro-escavadeira para os trabalhos de drenagem na lavoura de arroz. Além disso, implementou processo produtivo onde todo o arroz cultivado era beneficiado e empacotado em sua propriedade. Dorneles também foi reconhecido como pioneiro em inovações tecnológicas na atividade ao implantar uma hidrelétrica em sua propriedade, fazendo com que esta se tornasse independente em termos de produção de energia elétrica. Em paralelo a isso, implantou pecuária de ciclo completo nas áreas de coxilha da propriedade, sendo reconhecido como pioneiro na técnica de inseminação artificial - já que realizara curso técnico na área na UFRRJ -, de desmame precoce, de cruzamentos comercialmente dirigidos, de diminuição da idade de abate e de integração entre lavoura e pecuária, sobretudo no que se refere à lavoura de soja, a qual chegou a cultivar 2.500 hectares, sendo visto como referência também na adoção da técnica do plantio direto na região. Além disso, Dorneles foi um dos fundadores e presidente por 11 anos do Clube do Plantio Direto com Cultivo Mínimo de Arroz Irrigado, Conselheiro da Câmara Setorial do Arroz, Coordenador de capacitação do Comitê Setorial de Pecuária de Corte, Coordenador Geral do Comitê Setorial do Arroz, atividades ligadas ao Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade, e foi um dos fundadores e presidente da Cooperativa dos Agricultores de Plantio Direto Ltda. (Cooplantio), representando esta entidade na Câmara Americana de Comércio (AMCHAM) e na OCERGS⁴⁷.

Já o dirigente sindical José Roberto Pires Weber, de Dom Pedrito (Região da Campanha), foi identificado como sendo proprietário e diretor de três fazendas naquele

⁴⁶ Fonte: http://www.farsul.org.br/pg_informes.php?id_noticia=2088.

⁴⁷Fonte: <http://www.arrozeirosdealegrete.com.br/arroz/memorialdoarroz/familiasarrozeiras/dorneles/index.html>.

município, sendo a principal delas a Estância Santa Thereza Agricultura e Pecuária, onde desenvolve criação de gado da raça Angus, ovinos da raça Corriedale, cavalos da raça Crioula, além de cultivos agrícolas de arroz e soja. No entanto, percebe-se que, embora seu perfil produtivo seja diversificado, a trajetória de Weber em entidades representativas por produto ou multiproduto é fortemente ligada às atividades da pecuária, já que este agente foi presidente da Associação Brasileira de Criadores de Corriedale (ABCC) entre os anos de 1995 e 1996, presidente da Associação Nacional de Criadores “Herd-Book Collares” (ANC), ao menos entre os anos de 2004 e 2005, um dos fundadores e presidente da Federação Brasileira das Associações de Criadores de Animais de Raça (Febrac), entre os anos de 2006 e 2008, e presidente da Associação Brasileira de Angus entre os anos de 2015 e 2018⁴⁸.

Por fim, cita-se também os casos dos ex-presidentes da Farsul Ary Faria Marimon e Carlos Rivaci Sperotto.

No caso de Marimon, de Alegrete (Região da Campanha), registrou-se sua ligação com três atividades agropecuárias principais: o cultivo do trigo e do arroz e a criação de gado bovino. Ressalta-se que o referido dirigente se tornou produtor rural já na década de 1950, logo após ter concluído curso de Agronomia na UFRGS e ter iniciado atividade profissional no município de Alegrete. O início da atividade como produtor rural se deu através de arrendamento de área, seguida por sucessivas compras, a partir das quais Marimon pode acumular os cerca de 1.000 hectares de terra que possui hoje.

Na década de 1950 o dirigente ingressou na atividade agropecuária plantando trigo e, posteriormente, arroz. Já na década de 1960, Marimon deu início à criação de gado, chegando a constituir uma cabanha com animais da raça Charolês. Além disso, durante três oportunidades, nas décadas de 1960 e 1970, chegou a cultivar soja em sua propriedade, mas não obteve o sucesso esperado, abdicando de tal cultivo. Percebe-se, assim, um perfil produtivo relativamente diversificado deste dirigente, processo que talvez possua um paralelo com a trajetória agrícola de seu pai, pequeno produtor agrícola

⁴⁸ Fonte:

<https://www.dinheiorural.com.br/secao/entrevista/jose-roberto-pires-weber>;
<https://www.beefpoint.com.br/jose-roberto-pires-weber-e-o-novo-diretor-presidente-da-associacao-brasileira-de-angus/>; http://www.abccorriedale.com.br/galeria_expresidentes.php;
<http://www.febrac.com/>;
<http://www.herdbook.org.br/institucional/index.asp?pag=noticiascentenario.asp>;
<http://www.paginarural.com.br/noticia/23798/associacao-nacional-de-criadores-herd-book-collares-anc-rumo-ao-centenario>;
<https://angus.org.br/diretoria/>;

nascido na região da Costa do Seival, que atualmente pertence ao município de Candiota, e que, segundo Marimon, possuía um rol de produção bastante diversificado.

No entanto, a principal atividade econômica de Marimon, ao longo de sua trajetória, parece mesmo ter sido a cultura do arroz, já que se somam mais de 60 anos de sua vinculação com a atividade, sendo que, atualmente, desenvolve a produção da cultura em área própria com barragem⁴⁹.

Já do ponto de vista de sua presença em entidades e órgãos públicos ligados ao setor agropecuário, registra-se que Marimon foi fundador da Cooperativa Triticola Alegretense Ltda. e da Cooperativa Orizícola Alegretense Ltda. e Delegado Regional do Departamento Estadual de Produção Vegetal⁵⁰.

Da mesma forma, o também ex-presidente Sperotto, de Santo Augusto (Região Noroeste), foi identificado a partir de um perfil produtivo relativamente diversificado, pois, segundo seu discurso, sua propriedade rural, a Fazenda Tapera, localizada em Santo Augusto e que passou a ser gerida por seus filhos após seu ingresso na presidência da Farsul, constituía-se como propriedade “referência em produção de grãos e de sementes forrageiras, com sistema de irrigação modelo”, produzindo “semente de milho e milho industrial”, “multiplicação de sementes de soja”, “feijão em pivô” de irrigação, linhaça, azevém e aveia, além de haver projeto de constituição de uma cerealista para beneficiamento de produtos e de produção no sistema de agricultura de precisão. Já do ponto de vista da produção pecuária, Sperotto trabalhou com gado da raça Santa Gertrudis e Charolês, focando no melhoramento genético, e também com gado leiteiro, quando chegou a trazer 3.500 novilhas do Uruguai e diz ter contribuído “bastante para formar as bacias leiteiras que hoje estão sediadas na região, atraindo grandes empresas de laticínios”. A Ovinocultura também se constituiu como uma de suas atividades econômicas, sendo que na década de 1980 Sperotto participou da abertura da empresa Tipicarnes⁵¹, uma boutique de carnes ovinas⁵².

A vinculação de Sperotto com as atividades pecuárias, sobretudo com a ovinocultura, fica evidente também quando se analisa a sua participação em algumas entidades representativas do setor, já que o dirigente foi atuante na fundação da

⁴⁹ Fonte: entrevista concedida por Ary Marimon ao autor em 6 de setembro de 2017, na cidade de Alegrete – RS.

⁵⁰ Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=qwcdsBUZFUw>.

⁵¹ É curioso perceber que um dos sócios de Sperotto neste empreendimento era Regis Lopes Salles, que veio a concorrer contra ele na eleição à presidência da Farsul em 1997.

⁵² Fonte: <http://www.paginarural.com.br/entrevista/698/carlos-rivaci-sperotto-presidente-da-federacao-da-agricultura-do-rio-grande-do-sul-farsul>.

Associação Brasileira de Criadores de Texel (Brastexel) e da Federação Brasileira de Criadores de Ovinos Tipo Carne (Febrocarne), além de ter sido referência na criação do Programa Nacional de Tipificação de Carcaças Ovinas⁵³.

Destaca-se nesta reflexão também alguns elementos da trajetória familiar de Sperotto, que o conduziram até estas referidas atividades econômicas. Neste sentido, cabe mencionar que Carlos Sperotto era neto de um imigrante italiano e filho de um carroceiro, tropeiro de mulas e comerciante rural nascido em Jaguari. Seu pai, que era o filho mais velho de uma família com 11 irmãos, iniciou nas atividades agrícolas, passando a ser proprietário rural com uma pequena área adquirida por ele, onde hoje se localiza o município de Santo Augusto. Mesmo partindo de pequena propriedade, seu pai chegou a acumular um montante de 28 mil hectares de terra no município, as quais, segundo Sperotto, foram sendo adquiridas a partir de seus lucros no comércio⁵⁴.

Segundo Sperotto, seu papel na efetiva utilização das terras para o desenvolvimento de atividades agropecuárias pela família teria sido fundamental, já que seu pai não era criador, mas somente arrendava para terceiros as terras que adquiria. Assim, cabe notar, mesmo que rapidamente, a influência de sua formação acadêmica neste processo, já que seu retorno à fazenda da família foi um processo mediado, ao menos em parte, pelos conhecimentos e experiências vividas na universidade, após ter se graduado em Medicina Veterinária pela UFRGS no ano de 1962. Conforme seu relato:

Na verdade, eu me formei veterinário e fui para a fazenda. Cheguei lá nos campos pobres da Palmeira, onde a barba de bode se fazia presente, e me vi, depois de ter cursado a faculdade, em uma situação em que o problema dos animais que lá se criavam não era problema de sanidade. Era alimentação. Então, eu sou veterinário, mas virei agrônomo por necessidade, para dar comida para os meus animais (risos). De imediato, fomos ver como melhorar os campos e proporcionar alimentação aos animais. Aí vimos que o único caminho que existia era a agricultura. Então, virei agricultor, o que eu sou até hoje (Entrevista concedida por Carlos Sperotto ao canal Página Rural, no dia 4 de agosto de 2011. Disponível em: <http://www.paginarural.com.br/entrevista/698/carlos-rivaci-sperotto-presidente-da-federacao-da-agricultura-do-rio-grande-do-sul-farsul>).

Mas, dando sequência na análise do perfil socioeconômico dos dirigentes da Farsul, registrou-se ainda a identificação de Francisco Lineu Schardong, de Triunfo (Região Metropolitana), como silvicultor e pecuarista; e de Régis Lopes Salles, de Júlio de Castilhos (Região do Planalto), como pecuarista - criador de gado Charolês, Polled

⁵³ Fonte: <http://www.paginarural.com.br/entrevista/698/carlos-rivaci-sperotto-presidente-da-federacao-da-agricultura-do-rio-grande-do-sul-farsul>.

⁵⁴ Fonte: <http://www.paginarural.com.br/entrevista/698/carlos-rivaci-sperotto-presidente-da-federacao-da-agricultura-do-rio-grande-do-sul-farsul>.

Hereford e Red Angus e de cavalos da raça Crioula - e sojicultor. No caso deste último, embora a sojicultura tenha ganhado contornos de grande importância em suas atividades produtivas, seu forte vínculo com a atividade pecuária fica evidente se levarmos em consideração sua passagem na presidência da Cooperativa Regional Castilhense de Carnes e Derivados e na diretoria do Instituto Sul Riograndense de Carnes, ambos espaços que se constituíram como importantes elementos para sua trajetória no sindicalismo patronal rural; já Erny Carlos Heller, de Montenegro (Região Metropolitana), foi identificado apenas como agropecuarista; e João Carlos Fagundes Machado, de Camaquã (Região Centro-Sul), foi identificado apenas como agricultor e pecuarista, além de ser um dos fundadores da Federação dos Clubes de Integração e Troca de Experiências (Federacite)⁵⁵.

Posto estes dados em relação a algumas das atividades agropecuárias desenvolvidas pelos dirigentes da Farsul, chama atenção também a identificação de alguns deles como empresários: Antônio Chaves Barcellos, de Viamão (Região Metropolitana), é apontado como sendo um “importante industrial que nos anos 1950 ‘comandava com seus irmãos um dos maiores e mais tradicionais impérios econômicos do Rio Grande do Sul’”. Os referidos negócios de Barcellos “envolviam um lanifício e ‘a representação no Rio Grande do Sul de uma firma norte-americana de máquinas agrícolas e rodoviárias, a Alliz Chalmers’”. Além disso, este dirigente “também era sócio da *Sularroz S.A.*, empresa voltada à exploração do comércio de arroz” e que possuía uma área de mais de 3 mil hectares de terra em Camaquã, “e de uma agropecuária com sede em Alegrete”, proprietária de uma área de terra de mais de 15 mil hectares no município (Bissón, 2009, pp. 99-100, 124 apud Gasparotto, 2016, pp. 77-78); José Alfredo Marques da Rocha, de Santo Antônio da Patrulha (Região Metropolitana), identificado como empresário e presidente da IMAP Indústria e Comércio Ltda., empresa ligada ao setor de produção de máquinas e implementos agrícolas⁵⁶; Francisco Ribeiro Tellechea, de Uruguaiana (Região da Campanha), identificado como sócio, administrador ou proprietário da empresa Junco Agricultura e Pecuária S.A., voltada para a criação de bovinos de corte, e do Hotel Tio Chico Bastos Ltda⁵⁷; e, por fim, Hermes Ribeiro de Souza Filho, de Canguçu (Zona Sul), identificado como sócio, administrador ou

⁵⁵ Fonte: http://www.federacite.com.br/cites_int.php?id=4.

⁵⁶ Fonte: <http://imap.com.br/quem-somos>.

⁵⁷ Fonte: <https://www.consultasocio.com/q/sa/francisco-ribeiro-tellechea>.

proprietário de duas emissoras de rádio daquele município, a Rádio Cultura Comunicação Ltda e a Rádio Liberdade, e de uma empresa de imóveis, a Loteamento Ribeiro⁵⁸.

Estes dados demonstram que os dirigentes da Farsul não estão ligados exclusivamente à propriedade da terra, mas, em alguns casos, possuem vinculação com importantes setores empresariais de outras cadeias da agroindústria, como produção de máquinas, beneficiamento de lãs e comércio de insumos.

Ademais, o caso do último dirigente retratado acima chama atenção especial, na medida em que os dados levantados apontam um perfil socioeconômico não ligado diretamente a empreendimentos agropecuários ou agroindustriais. Sem desconhecer a possibilidade de ligação econômica deste dirigente com atividades agropecuárias - que pode existir, mas não ter sido identificada aqui -, presume-se que o fato de ser ligado ao ramo de comunicação de sua cidade certamente lhe proporcionou grande destaque público no âmbito do município, revertendo-se em acúmulo de capitais políticos em seu favor e legitimando-o, desta forma, para ocupar cargo de direção no sindicato rural e na Farsul.

Ademais, conforme retratou Gasparotto (2016, pp. 89-90), o fato de alguns dirigentes da Farsul não serem diretamente vinculados à grande propriedade fundiária ou mesmo às atividades agropecuárias em geral, de um lado, “pode sinalizar para a existência de diferenciações internas, gradações de poder e concepções distintas no interior da Farsul”, mas, por outro lado, “a existência de diferenciações – de origens, condição social, orientação política, ser ou não grande proprietário, etc – e as correlações de força internas à Federação não significam a ausência de unidade”, já que os dirigentes da entidade compartilham “de uma rede de relações”, se reconhecem a partir de um conjunto de “interesses” e de “uma identidade comum” e forjam “determinada concepção de mundo”, que, em grande medida, é definidora “de suas ações, especialmente nos momentos em que estes interesses estiverem ameaçados”.

Dando sequência a esta análise, em relação aos demais nove dirigentes que compõem o universo dos trinta e dois analisados aqui, não se encontrou dados substanciais sobre seu perfil socioeconômico. No entanto, em alguns casos, as trajetórias destes agentes na política corporativa desvendam alguns elementos de seu perfil e atuação. É o caso de Armando Carlos Roos, de Não-Me-Toque (Região do Planalto), cujas informações sobre o perfil produtivo não foram encontradas, mas levantou-se uma

⁵⁸ Fonte: <https://www.consultasocio.com/q/sa/hermes-ribeiro-de-souza-filho>.

série de informações sobre cargos ocupados por ele em empresas, entidades representativas e órgãos governamentais. Além dos cargos de vereador e prefeito de sua cidade - que serão retratados em tópico específico -, registrou-se sua presença no cargo de Diretor da E. Orlando Roos Comércio de Cereais, por 21 anos, de Sócio Fundador, Vice-Presidente e Presidente da Associação de Produtores de Sementes e Mudas do Rio Grande do Sul (Apasul), de Vice-Presidente e Presidente da Associação Brasileira de Produtores de Sementes (Abrasem), de Vice-Presidente da Federação Latino-Americana dos Produtores, Membro do Conselho Nacional da Política Agrícola do Ministério da Agricultura e Membro da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)⁵⁹. O conjunto destas posições ocupadas por Roos evidencia sua profunda ligação com o setor agropecuário, além de desnudar importantes espaços ocupados na representação política deste setor, tanto em nível de estado, quanto de país⁶⁰.

Ademais, o conjunto das posições ocupadas pelos dirigentes da Farsul, anteriormente mencionados, em associações representativas por produto e multiproduto da agropecuária gaúcha e brasileira também evidenciam o profundo enraizamento dos representantes da entidade junto ao setor agropecuário. Este processo ocorre em um cenário de multiorganização do patronato rural em nível nacional, traço fundamental da ação política destes grupos, já no período alvo deste estudo.

Conforme mencionaram Bruno, Lacerda e Carneiro (2012, p. 521), a respeito deste fenômeno, “frequentemente uma mesma fração de classe, setor produtivo ou portavoz participa, concomitantemente, de várias instâncias de representação. Estas frações integram a estrutura sindical patronal oficial”, representada em âmbito nacional pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e, em território gaúcho, pela Farsul, e também “as inúmeras associações por produto e multiproduto criadas nas últimas décadas, juntamente com a consolidação das cadeias produtivas”.

Como dito, este processo contribui para a neutralização de conflitos intraclasse dominante agrária, o que pode ser percebido no caso da Farsul, já que a presença, em seus espaços de direção, de atores que ocuparam papéis de destaque em entidades de representação de determinadas cadeias produtivas da agropecuária gaúcha pode ser expressão de alianças e neutralização de conflitos internos à classe, buscando manter legitimidade da entidade frente ao patronato rural do estado.

⁵⁹ Fonte: <http://naometoquers.com.br/governo/administracao/>.

⁶⁰ Além dos cargos ocupados na diretoria da Farsul durante o período deste estudo, Roos foi candidato à presidência da Farsul, em oposição à chapa de Sperotto no ano de 2009.

Desta forma,

Ainda que se considere que tais entidades atuem de forma autônoma, é possível perceber que esta prática da multifiliação, além de potencializar os canais de interlocução destes ruralistas com múltiplas redes de proprietários, criadores, produtores e agroempresários, garantia a possibilidade de planejar e executar ações conjuntas em defesa de determinados interesses, ampliando o espectro de alianças políticas da Federação (GASPAROTTO, 2016, p. 73).

Ainda em diálogo com Gasparotto (2016, p. 77), percebe-se também na realidade estudada aqui que as lideranças da Farsul “possuíam um grau de organização política bastante complexo, circulando em diversas redes de relações e articulando-se em diferentes instâncias, fator que potencializava a atuação da própria Federação”.

Além disso, do ponto de vista dos dirigentes e de sua lógica de reprodução política individual, este processo pode ser compreendido no âmbito daquilo que Mendonça (2009, p. 114) chamou de “efeito vitrine”, que ocorre quando lideranças de diversas entidades representativas do setor agropecuário buscam fazer parte, ainda que honorificamente, dos quadros de diretoria de agremiações patronais mais tradicionais – como é o caso da Farsul no Rio Grande do Sul – a fim de capitalizar “para si a distinção daí decorrente”. No caso analisado aqui, pode-se presumir que, embora em muitos casos o principal canal de atuação política de determinados dirigentes sejam as associações por produto e multiproduto, já que fazem parte destas associações durante longa trajetória, sua presença em gestões de diretoria da Farsul reforça seus capitais políticos e sua legitimidade para atuar nestes espaços, servindo-lhes como importante instrumento de reprodução política enquanto porta-vozes patronais.

Mas, voltando à análise do perfil socioeconômico dos dirigentes da Farsul, outras reflexões ainda são possíveis a partir deste tema. Gasparotto (2016, p. 104), ao fazer esta análise em relação aos dirigentes da entidade do período estudado por ela (1959-1964), considera a presença do padre Eugênio Giordani – que foi vereador de Caxias do Sul, dirigiu a Associação Rural local e era conhecido como fervoroso anticomunista – no núcleo dirigente da Farsul como elemento dissonante desta composição, já que este agente não era proprietário de terras, agricultor ou pecuarista e sua presença em tal núcleo dirigente só se justificaria por “ocupar um lugar de destaque na vida religiosa e política local, o que lhe garantia os atributos necessários para estar entre as lideranças da Farsul”.

Em sentido semelhante ao apontado pela autora, destaca-se aqui a presença do que consideramos ser, em alguma medida, um elemento dissonante na diretoria da Farsul durante o período estudado: o já citado tenente-coronel da artilharia do exército brasileiro e ex-Secretário de Segurança Pública do Rio Grande do Sul (1979-1982) João Oswaldo

Leivas Job, que ocupou o cargo de vice-presidente da Farsul na gestão 1991-1994 e de suplente do Conselho Fiscal da entidade na gestão seguinte de 1994-1997.

Além da presença deste militar na estrutura formal de direção da Farsul durante dois mandatos ao longo dos anos 1990, registrou-se também, no capítulo 1 deste trabalho, a presença do coronel da Polícia Militar Ayrton Balcemão na Coordenação do Grupo de Trabalho de Segurança Rural da Farsul no ano de 1999.

A presença destes agentes na estrutura de direção (formal ou ampliada) da Farsul desnuda uma significativa conexão estabelecida pela entidade com alguns agentes da estrutura militar do Estado brasileiro. Este processo pode ser percebido também a partir de uma série de atividades realizadas em conjunto pela Farsul e determinadas instâncias militares do país, que constam nos relatórios de diretoria da entidade e são demonstradas, de modo ilustrativo, no anexo 5 deste trabalho. Embora as informações constantes nestas agendas não desvendem maiores detalhes em relação ao conteúdo de cada encontro, se constituem como importantes elementos para mapearmos as conexões estabelecidas pela entidade neste âmbito das forças militares brasileiras, processo que é permanente durante o período analisado, não se traduzindo como exceção.

De todo modo, diante dos elementos que foram expostos em relação ao perfil socioeconômico dos dirigentes da Farsul, em primeiro lugar, pode-se dizer que suas atividades agropecuárias possuem perfil relativamente diversificado, não sendo possível afirmar o predomínio absoluto de determinada atividade agropecuária sobre as outras, tampouco a existência de perfis produtivos rígidos por regiões do estado.

Além disso, os dados levantados revelam um grande nível de participação dos dirigentes da Farsul em associações de representação específicas de seus ramos produtivos – as associações por produto e multiproduto -, o que traz à tona a marca da multiorganização do setor, demonstrando o forte enraizamento social da Farsul e de seus dirigentes junto a estes espaços e a complexidade das redes de relações em que estes circulam.

Considerando que o período de estudo se constitui como momento de continuidade ou desfecho de um grande processo de crise e de disputas na e pela representação legítima do patronato rural e agroindustrial no estado e no país, este processo pode ser visto também como estratégia da Farsul de composição política com outros atores da representação patronal, a fim de fortalecer sua legitimidade enquanto representante do setor.

Por outro lado, a presença recorrente destes dirigentes em tais associações também demonstra que as atividades econômicas e produtivas desenvolvidas por eles constituem-se como um dos elementos de construção de sua identidade e de definição das formas de ação política na representação classista, já que muitos atuam em associações que representam os ramos produtivos e as atividades econômicas que são desenvolvidas em suas propriedades.

Desta forma, embora não de maneira absoluta, mas a identidade política de alguns destes atores parece ser fortemente referenciada por sua atuação na representação de interesses específica de determinados setores da agropecuária. Em alguns casos, embora determinados dirigentes possuam perfis produtivos relativamente diversificados, trabalhando com diversas atividades agropecuárias, percebe-se que sua identidade política se liga mais fortemente a um destes setores, já que participa de suas entidades representativas e, a partir dali, constrói sua trajetória política e sindical.

A partir dos dados levantados aqui, percebe-se também que a trajetória econômica destes agentes no desenvolvimento de suas atividades agropecuárias constitui-se como espaço privilegiado para a construção de imagens e para a mobilização de capitais simbólicos que sirvam como elementos de distinção e de reforço de sua dominação de classe. Quer dizer, identificou-se aqui muitos casos onde os dirigentes da Farsul são reconhecidos socialmente por serem referências produtivas em suas atividades – o pioneirismo no desenvolvimento de raças de animais, de métodos de cultivos agrícolas, de aquisição de maquinários e tecnologias, bem como a condição de referência em termos de produtividade nestas mesmas áreas -, o que os coloca em posição de destaque e reforça seus capitais e sua legitimidade política na atuação como porta-vozes da classe.

Por fim, cabe destacar que, além desta ligação dos dirigentes da Farsul com a produção agropecuária em si, alguns deles foram identificados como empresários de setores agroindustriais – como o setor de produção de lã, máquinas agrícolas e venda de insumos agropecuários -, o que demonstra que os dirigentes da entidade não estão ligados exclusivamente à propriedade da terra, mas em alguns casos também a importantes setores da agroindústria, o que pode ser de extrema importância para a entidade, no sentido de criar ou reforçar canais de interlocução com estes setores.

Além disso, identificou-se a ligação de dirigentes da Farsul com empreendimentos econômicos não relacionados diretamente à agropecuária ou à agroindústria – empresário do setor de comunicação e militar -, o que demonstra a existência de outros capitais e de

outras redes de relações sociais, em torno da trajetória econômica destes agentes, que podem ser mobilizados por eles em favor do grupo social que representam.

2.2 Formação escolar e presença em redes de sociabilidade profissional

Neste tópico tem-se como objetivo analisar o perfil dos dirigentes da Farsul em relação a sua formação acadêmica, buscando compreender como o acúmulo de capitais escolares e o pertencimento destes atores a determinadas redes de sociabilidade profissional influenciam nos processos de representação desenvolvidos na entidade. Desta forma, busca-se responder às seguintes questões de pesquisa: Qual a formação acadêmica dos dirigentes da Farsul? A posse de títulos acadêmicos se constitui como um importante traço do perfil destes dirigentes? Que dinâmicas que se expressam na representação de interesses do grupo a partir deste elemento?

Inicialmente destaca-se que, em um universo de trinta e dois dirigentes, identificou-se a formação superior de quinze deles. Cabe frisar que é possível que outros dirigentes da entidade também possuíssem formação superior, no entanto, demais informações não foram encontradas. Na tabela a seguir são demonstrados os dados referentes à área de formação dos dirigentes analisados:

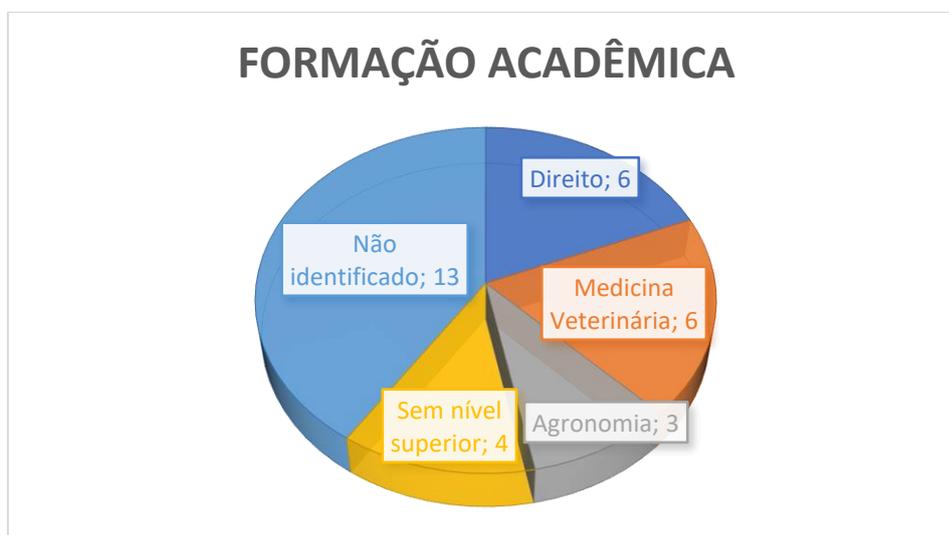


Gráfico 1: Porta-vozes da Farsul segundo formação acadêmica

O gráfico 1 detalha as formações acadêmicas específicas destes quinze dirigentes, onde registra-se a presença de somente três áreas de formação, quais sejam, a área do Direito, da Medicina Veterinária e da Agronomia. Entre os dirigentes analisados, seis

eram advogados: Altemo Gomes de Oliveira⁶¹, Hugo Giudice Paz⁶², Ivo Rodrigues Fernandes⁶³, João Salvador de Souza Jardim⁶⁴, José Roberto Pires Weber⁶⁵ e Luiz Moraes Varella⁶⁶; seis eram médicos veterinários: Antônio Boeira de Almeida⁶⁷, Antonio Martins Bastos Filho⁶⁸, Carlos Rivaci Sperotto⁶⁹, Cláudio Dario Lopes de Almeida⁷⁰, Joao Alberto Dutra Silveira⁷¹ e Régis Lopes Salles⁷²; e três eram engenheiros agrônomos: Ary Faria Marimon⁷³, Francisco Lineu Schardong⁷⁴ e José Alfredo Marques da Rocha⁷⁵.

Como pode ser visto, é curioso que cada um dos presidentes da entidade neste período graduou-se em uma destas áreas: Ary Faria Marimon, graduou-se em Agronomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) no ano de 1952; Hugo Giudice Paz graduou-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-RS) no ano de 1972; e Carlos Rivaci Sperotto graduou-se em Medicina Veterinária também pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) no ano de 1962.

Além disso, identificou-se que quatro dirigentes não possuíam ensino superior: Armando Carlos Roos⁷⁶, Cláudio Plácido da Silva Ribeiro⁷⁷, João Carlos Fagundes Machado⁷⁸ e Eurico Faria Dorneles, que possuía Curso Técnico em Inseminação Artificial pela UFRRJ⁷⁹.

Não se encontrou dados relacionados à formação escolar de outros treze dirigentes, restando esta lacuna.

⁶¹ Fonte: http://www.riogrande.com.br/rio_grande_do_sul_altemo_gomes_de_oliveira-o85176.html.

⁶² Fonte: Paz, H. G. **Fio de Bigode**. Porto Alegre: Palloti, 1994.

⁶³ Fonte: <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/187276>.

⁶⁴ Fonte: <http://www.paginarural.com.br/entrevista/694/joao-salvador-souza-jardim-agropecuarista-politico-e-dirigente-rural>.

⁶⁵ Fonte: <https://www.beefpoint.com.br/jose-roberto-pires-weber-diretor-da-santa-thereza-agricultura-e-pecuaria-25961/>.

⁶⁶ Fonte: http://www.farsul.org.br/pg_informes.php?id_noticia=2088.

⁶⁷ Fonte: <http://www.crmvrs.gov.br/Info204.htm>.

⁶⁸ Fonte: <http://cl.clnmais.com.br/informacao/63503/carne-certificada-da-ra%C3%A7a-angus-chega-a-santa-catarina>.

⁶⁹ Fonte: <http://www.paginarural.com.br/entrevista/698/carlos-rivaci-sperotto-presidente-da-federacao-da-agricultura-do-rio-grande-do-sul-farsul>.

⁷⁰ Fonte: Federacite. Relatórios Anuais da Presidência – 1986/2009, s.d.

⁷¹ Fonte: <http://www.crmvrs.gov.br/Info127.htm>.

⁷² Fonte: Zero Hora. **Briga pelo poder é definida hoje na Farsul**, 3 de fevereiro de 1997a.

⁷³ <https://www.youtube.com/watch?v=qwcdsBUZFUw>.

⁷⁴ https://www.planetaarroz.com.br/noticias/9057/O_homem_da_agua.

⁷⁵ Fonte: <https://www.ufrgs.br/agronomia/joomla/index.php/diplomados-agronomia>.

⁷⁶ Fonte: <http://g1.globo.com/politica/politico/armando-carlos-roos.html>.

⁷⁷Fonte:

<http://www.correiodopovo.com.br/Impresso/?Ano=117&Numero=211&Caderno=0&Noticia=416997>.

⁷⁸ Fonte: <https://www.eleicoespolitica.net/prefeito2012/prefeito/RS/85693/11>.

⁷⁹Fonte:

<http://www.arrozeirosdealegrete.com.br/arroz/memorialdoarroz/familiasarrozeiras/dorneles/index.html>.

De todo modo, a partir dos dados encontrados, percebe-se uma significativa mudança em relação às áreas de formação escolar destes dirigentes, se comparado ao período analisado por Gasparotto (2016, p. 99) (1959-1964). Em seu estudo, a autora identifica a formação escolar de seis dirigentes, em um universo de vinte e quatro analisados, dos quais três eram graduados em Medicina, dois em Agronomia e um em Direito. Além dos títulos escolares de ciências agrárias serem minoritários, chama atenção a predominância de médicos entre os dirigentes analisados por Gasparotto (2016), dado que não se verifica em relação ao período recente.

Conforme destaca Piccin (2015), naquele contexto, mais do que responder a estratégias de reconversão de trajetórias sociais e se inserir em dinâmicas de autonomização de jogos intelectuais, os investimentos destas elites agrárias em capital cultural e escolar tinha como sentido a busca por consagração social e pela ampliação de capitais simbólicos, que lhes conferiam reputação e autoridade moral, além de auxiliar na ocupação de cargos burocráticos ou eletivos.

Destaca-se, assim, a importância destes títulos acadêmicos para a reprodução política destes porta-vozes classistas, de modo geral. Este fato se expressa claramente no perfil dos representantes que ocupam os altos postos de direção da Farsul: os três presidentes da Farsul durante o período analisado aqui possuíam formação superior e, dos quatro presidentes do período analisado por Gasparotto (2016) (1959-1964), três possuíam estes títulos.

Como comentado, além das vantagens e benefícios objetivos decorrentes de tais posições e trajetórias escolares – como acúmulo de conhecimentos técnicos e saberes específicos que instrumentalizam ações políticas e corporativas destes atores -, em maior ou menor medida, tais títulos acadêmicos também conferem a seus detentores um capital simbólico que os distingue e reforça condição de legitimidade perante o grupo, auxiliando em sua reprodução social enquanto porta-vozes classistas:

Ter um curso superior era elemento de diferenciação no interior da entidade. Tal diferenciação provavelmente advinha não apenas do *status* atribuído ao conhecimento acadêmico, mas da possibilidade de inserção em determinadas redes de sociabilidade e da aquisição de capital simbólico (GASPAROTTO, 2016, p. 101).

Portanto, cabe notar que os capitais escolares sob posse de alguns destes agentes configuram-se como importantes elementos de sua trajetória sindical, pavimentando caminhos e abrindo-lhes possibilidades de atuação política neste campo. Enquanto espaços de renovação da distinção e do prestígio, investimentos em trajetórias escolares

e sindicais se entrelaçam e se relacionam profundamente nas trajetórias de reprodução social destes agentes. Relatando sua trajetória de vida, um dos entrevistados, ex-dirigente da Farsul e advogado, relaciona seu ingresso no sindicalismo patronal à trajetória escolar e profissional vivida anteriormente:

Eu saí de uma vida extremamente intelectualizada, eu advogava e lecionava Direito, 9º e 10º semestres, os formandos, bacharelados. Aí saí da [Rua] 24 de outubro, onde eu morava aqui em Porto Alegre e fui pra Estância. Direto. [...] Aí fiquei 5 anos morando na estância. Aí eu comecei a enlouquecer, porque eu só conversava com o pessoal lá [provavelmente se referindo aos peões de estância e demais trabalhadores dali]. Aí eu resolvi entrar na política. Entrei na política de classe e na política partidária. [...] **Eu resolvi, por necessidade intelectual, substituir aquela minha atividade na cidade por uma atividade lá voltada aos interesses da classe e aos interesses da comunidade. [...] E é o que me livrou do tédio. Porque eu não conseguia só plantar arroz, soja e ter gado, porque eu ia morrer de tédio (Entrevistado 5, ex-vice-presidente da Farsul).**

Assim, como os investimentos escolares, a atuação na política classista revela-se como estratégia de distinção e de fuga da vida cotidiana ligada à produção agropecuária – *eu não conseguia só plantar arroz, soja e ter gado, porque eu ia morrer de tédio* – e a determinadas posições sociais, consideradas subalternas em determinado espaço – *fiquei 5 anos morando na estância. Aí eu comecei a enlouquecer, porque eu só conversava com o pessoal lá*. Aqui os investimentos em trajetórias escolares e sindicais são vistos como complementares, na medida em que ambos são geradores de prestígio e distinção e, desta forma, contribuem para reafirmar distâncias objetivas e fortalecer seu pertencimento à determinada elite social e política.

Mas, ao lado do capital simbólico proveniente destes investimentos escolares, o conhecimento técnico adquirido ali também é de vital importância nas estratégias de reprodução social destes representantes classistas. O capital cultural adquirido em trajetórias escolares qualifica sua atuação institucional e coloca-os em redes de relações privilegiadas em termos do convívio com a elite da classe.

Ao falar sobre sua chegada e aproximação ao sindicato rural de seu município, um dos entrevistados recorda que este processo se deu ainda enquanto era estudante de Direito. Neste sentido, o dirigente destaca a importância de seus conhecimentos jurídicos naquele momento, pois, através deles, pôde auxiliar na conversão da Associação Rural para Sindicato Rural, durante o processo de consolidação do sistema sindical legal, e, desta forma, fortalecer a relação pessoal de proximidade com esta entidade. Conforme seu relato:

Na época **eu era estudante de Direito** ali em Porto Alegre e **ajudei na formatação jurídica dessa entidade. Quando eu me formei, naturalmente, eu fiquei vinculado à atividade do sindicato** e num dado momento, lá por volta de 1982 ou 1983, eu virei presidente do sindicato (Entrevistado 1, ex-presidente da Farsul).

Esta declaração demonstra com nitidez como a utilização de conhecimentos escolares especializados pode servir como instrumento de aproximação e legitimação de determinados agentes junto ao sistema sindical da Farsul. Embora ainda não estivesse no comando da propriedade rural de sua família, o agente em questão, na época ainda estudante de direito, se aproxima da associação/sindicato rural de seu município ao assessorar a formatação jurídica da entidade de acordo com os novos ditames da legislação sindical da época. Isso faz com que, ao concluir o ensino superior e retornar ao município, *naturalmente*, tenha ficado *vinculado à atividade do sindicato* e, num dado momento, tenha se tornado presidente da entidade.

Além disso, se o entrevistado destaca a importância dos capitais escolares para efetivar sua aproximação junto ao sindicato rural, não é diferente quando relembra sua chegada à diretoria da Farsul, já que, segundo ele, sua trajetória escolar e conhecimentos jurídicos teriam auxiliado sua legitimação em tal posto:

Não vamos esquecer que lá por volta de 1983 começamos a ter o problema da retomada das ideias da **reforma agrária, Plano Nacional de Reforma Agrária, invasões**, uma série de coisas e isso **exigindo posturas, conhecimento legal. Seguramente isso foi uma coisa que influenciou muito a minha indicação para a diretoria da Farsul, foi o conhecimento de leis.** Leis era um assunto que naquele momento se falava muito (Entrevistado 1, ex-presidente da Farsul).

Além de elementos em torno da trajetória sindical de determinados agentes, este processo demonstra também a centralidade dos debates e da apropriação de conhecimentos de áreas específicas, por parte das instâncias de representação do patronato rural, em diferentes conjunturas. No caso em tela, trata-se da valorização de conhecimentos ligados à área do Direito, já que se tratava de um momento próprio de luta por institucionalização de direitos sociais e de alta judicialização dos conflitos agrários. O cerne daquelas tensões girou em torno do anúncio e promulgação do I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA) pelo governo Sarney, momento entendido pelo entrevistado como de *retomada das ideias da reforma agrária* e de intensificação das *invasões* de terra, o que teria exigido determinadas *posturas* e o domínio de um *conhecimento legal* por parte do patronato rural, no sentido de garantir a manutenção da propriedade e do monopólio da terra.

De toda forma, em alguns casos, os investimentos escolares parecem ter tanta importância na trajetória sindical de determinados dirigentes que, em alguma medida, delineiam suas formas de atuação na representação da classe, construindo determinadas trajetórias específicas internamente à Farsul. No caso de um dos entrevistados, médico veterinário formado pela UFRGS e dirigente da Farsul durante os anos 1990, o papel desempenhado por seus conhecimentos técnicos na área de sanidade animal foi importante no sentido de desenvolver um trabalho específico na Farsul e, assim, alcançar grande reconhecimento enquanto porta-voz da entidade.

A legitimidade interna à Farsul por esse médico veterinário se deu também em relação à pauta do controle da Febre Aftosa no estado, durante os anos 1990, momento em que ele se constituiu como uma das principais referências da entidade neste assunto. Relembrando sua trajetória sindical, o dirigente afirma que:

Começamos essa luta de tentar **erradicar a Febre Aftosa**. Como eu era da **área**, não era virologista, mas era da área, **da minha profissão**, eu **estava praticamente em casa**. Eu **tive que refazer os meus estudos** e me atualizar em virologia para poder trabalhar nisso (Entrevistado 6, ex-vice-presidente da Farsul).

Percebe-se, a partir desta declaração, não só a importância atribuída para a posse de títulos acadêmicos, mas também a necessidade de permanente atualização de seus conhecimentos técnicos para atuação em determinadas pautas. Conforme relato do entrevistado, a realização de um trabalho com a pauta do controle da Febre Aftosa foi possível na medida em que ele *era da área* da Medicina Veterinária e, embora não fosse *virologista, estava praticamente em casa*. No entanto, este processo envolveu ter *que refazer os seus estudos e se atualizar em virologia*, o que demonstra a grande importância atribuída ao domínio dos conhecimentos e informações técnicas para atuar em determinados campos da representação patronal.

No capítulo 3 desta dissertação será visto em mais detalhes a importância atribuída pelos dirigentes da Farsul ao elemento técnico na construção do discurso e das ações de representação de interesses do grupo. Por enquanto, cabe ressaltar que estes dirigentes enxergam seu nível de preparação e qualificação técnica como instrumentos capazes de fortalecer e abrir novos espaços para a ação política da entidade. Segundo o mesmo entrevistado, a partir do referido trabalho, ocupou-se:

um espaço que não tinha dono. Porque com a extinção e o término das atividades do Instituto de Carnes e de outras entidades a sanidade animal ficou acéfala. E aí a Farsul abraçou. [...] Houve um desenvolvimento representativo da Farsul e o reconhecimento internacional de suas atividades (Entrevistado 6, ex-vice-presidente da Farsul).

A partir disso, fica nítida a importância da posse de títulos escolares e da qualificação técnica de parcela destes quadros dirigentes da Farsul, já que, ao fazerem uso de seus conhecimentos especializados nos diversos processos e disputas em que se inserem, os porta-vozes patronais emprestam ao grupo social que representam um capital que pode ser mobilizado em seu favor, reforçando condição de privilégio e de dominação da classe.

Este processo pode ser percebido também a partir da presença de alguns destes atores, representando a Farsul, em reuniões, atividades e agendas públicas promovidas por segmentos do Estado ou por entidades representativas e grupos de determinadas categorias profissionais, as quais exigiriam algum nível de acúmulo de capitais culturais da área, além do pertencimento à determinada rede de sociabilidade que envolve tais grupos. A participação nestas atividades denota a presença e legitimidade dos dirigentes perante estas redes de sociabilidade profissional, permitindo-lhes afirmar posições e mediar relações da própria Farsul nestes meios e, assim, reforçar a legitimidade da entidade perante tais agentes e redes de relações.

A título de ilustração vejamos como este processo se manifesta em torno de uma rede de sociabilidade do campo jurídico. A seguir alguns exemplos: no dia 13 de setembro de 1990, Hugo Paz, formado em Direito e na época 1º Secretário da Farsul, representou a entidade, “como convidado a palestrante, no Encontro de Juízes da Região Norte do RS” (Farsul, 1990, p. 28); já no dia 16 de julho de 1991 o dirigente, que ali já ocupava o cargo de presidente da Farsul, participou de “mesa redonda promovida pela ABRAT [Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas]” na sede da OAB (Farsul, 1991, p. 20); no dia 26 de novembro de 1992 Paz participou de “jantar oferecido aos juízes do TARF [Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais] quando do congresso realizado em Porto Alegre” (Farsul, 1992, p. 29); no dia 21 de junho de 1993 participou, em Brasília, da “posse dos Ministros Classistas e Suplentes do Tribunal Superior do Trabalho” (Farsul, 1993, p. 17); no dia 3 de agosto de 1993 compareceu “ao almoço de lançamento do 1º Fórum de Debates ‘O Judiciário gaúcho e a Sociedade’” e à “posse dos juízes do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais” (Farsul, 1993, p. 18); no dia 01 de fevereiro de 1994 compareceu à “posse do presidente do Tribunal de Justiça do Estado e abertura do Ano Judiciário” (Farsul, 1994, p. 12); no dia 07 de abril de 1995 compareceu à “posse do Procurador Geral da Justiça” (Farsul, 1995, p. 18); no dia 10 de julho de 1995 viajou para “São Paulo para audiência com o jurista Ives Gandra” (Farsul, 1995, p. 24); no dia 04 de março de 1996 compareceu à “posse dos novos Desembargadores do Tribunal de Justiça”

(Farsul, 1996, p. 2); no dia 26 de abril de 1996 compareceu a “posse da 1ª Diretoria e Conselho do INAMA [Instituto Nacional de Mediação e Arbitragem]” (Farsul, 1996, p. 5); no dia 02 de agosto de 1996 compareceu à “posse do Ministro Pedranani no Tribunal Superior do Trabalho” (Farsul, 1996, p. 9).

Percebe-se, a partir destes dados, uma intensa participação de Paz, representando a Farsul, em atividades ligadas ao campo do Direito. Embora, aparentemente, estes dados não representem nenhum fato extraordinário, já que o dirigente se fazia presente em tais atividades na figura de presidente da Farsul, pode-se dizer, no entanto, que a posse de título acadêmico da área e sua trajetória ligada à advocacia, certamente também o legitimaram para estar presente ali.

A presença deste dirigente, representando a Farsul, como debatedor em palestras e mesas redondas promovidas por juízes e advogados, ou mesmo em audiências com juristas, demonstra a importância de seus conhecimentos técnicos ligados à área do Direito, já que a participação em tais espaços requer um mínimo domínio das técnicas e expressões típicas do campo jurídico, bem como o compartilhamento de um *habitus* específico deste campo.

Mas, isso fica evidente mesmo naquelas atividades que não envolvem diretamente a utilização de conhecimentos técnicos da área - como jantares e reuniões oferecidos por grupos de juristas e posse de juízes, procuradores e ministros em instâncias do sistema de justiça brasileiro -, já que também nestes espaços o compartilhamento de um *habitus* jurídico é elemento de legitimação de quem ali se faz presente.

Cabe mencionar que este processo retroalimenta as possibilidades de determinados agentes que compõem a elite da classe reforçarem seus capitais de prestígio e distinção e, assim, manterem posições de direção no âmbito da entidade. Uma das formas pelas quais isto se materializa é através do recebimento de prêmios e honrarias que distinguem estes agentes e reforçam sua legitimidade perante o grupo profissional de que fazem parte, perante a classe dos grandes proprietários de terra e a sociedade em geral. No caso em tela, um dos exemplos deste processo pode ser verificado no dia 11 de agosto de 1993, quando o presidente da Farsul Hugo Paz “viaja à Brasília para receber a medalha do Mérito do Tribunal Superior do Trabalho” (Farsul, 1993, p. 19).

Nesta homenagem, Paz foi “condecorado com o grau ‘Oficial da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho’”, na sede deste Tribunal. A autoria desta homenagem foi do “Conselho da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho”, que, nesta época, era presidido

por “Orlando Teixeira da Costa, ministro presidente do Tribunal Superior do Trabalho e Grão-Mestre da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho” (Sul Rural, 1993d, p. 5).

Portanto, trata-se, neste caso, de distinção recebida por Paz no âmbito de uma rede de sociabilidade e de poder que envolve a sua profissão de advogado, já que de iniciativa de órgão componente do sistema de justiça brasileiro. Neste sentido, ressalta-se ainda a grande relevância de tal homenagem, seja por sua dimensão nacional ou por se tratar de órgão estatal e oficial deste sistema de justiça.

Como comentado, a concessão destes prêmios e homenagens a alguns indivíduos destaca suas posições privilegiadas em determinadas redes de relações sociais, processo que contribui para sua própria reprodução social no âmbito destes grupos de elite. No entanto, embora trate-se de homenagens individuais, dirigida a personalidades em específico, fica nítida a importância do cargo que estes agentes ocupam na Farsul para indicação a tais distinções. Mais do que isso, evidencia-se tentativa de transferência dos capitais advindos de tais prêmios ao grupo social representado por estes porta-vozes. Conforme declaração de Hugo Paz, ao receber a condecoração mencionada acima:

Este prêmio não é para mim, mas sim para a Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, devido a sua crescente participação, seja através dos sindicatos filiados, na composição das Juntas no interior do Estado, com a indicação de vogais; seja através da própria Farsul, com a indicação de juízes para o Tribunal Regional do Trabalho (Sul Rural, 1993c, p. 3).

Na medida em que aponta que este prêmio não seria para ele, mas sim para a Farsul, já que tratava-se de um reconhecimento do Poder Judiciário ao papel desenvolvido pela entidade no âmbito da justiça do trabalho, pode-se perceber a tentativa, por parte do homenageado, de transferir parte do prestígio decorrente de tal honraria para o âmbito da entidade que presidia e, assim, emprestar ao grupo social que representava as vantagens e benefícios decorrentes daí.

De todo modo, a participação deste agente num conjunto de atividades de seu meio profissional e o recebimento de prêmios, honrarias e reconhecimentos reforça sua legitimidade frente a uma rede de sociabilidade e poder da área jurídica, o que fica evidente a partir da verificação de determinados espaços ocupados por ele ao longo do tempo, como o fato de ter se tornado “Sócio Efetivo do Instituto dos Advogados”, no dia 09 de agosto de 1995 (Farsul, 1995, p. 25).

Além disso, destaca-se também a atuação deste dirigente, por intermédio da Farsul, em determinados espaços da estrutura de Estado, onde desenvolveu ação alicerçada em seus capitais escolares e conhecimentos técnicos da área do Direito.

Identificou-se que pelo menos entre os anos de 1991 e 1996, Paz foi Juiz do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais do Estado do Rio Grande do Sul (TARF) (Farsul, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996). O TARF é um “Órgão Colegiado de Segunda Instância Administrativa, com competência para o julgamento dos litígios suscitados entre a Fazenda Pública Estadual e os contribuintes”. Cabe frisar que este órgão “é composto por duas Câmaras e o Tribunal Pleno, sendo que todos os seus integrantes, por força de Lei são Bacharéis em Ciências Jurídicas e Sociais”⁸⁰.

Paz ocupa o referido cargo até junho de 1996, quando assume posto de Juiz Classista no TRT [Tribunal Regional do Trabalho] da 4ª Região (Farsul, 1996, p. 39), no lugar de Nestor Fernando Hein, assessor jurídico da Farsul, que havia ocupado o referido cargo de Juiz Classista, também por indicação da Farsul, desde agosto de 1991 (Farsul, 1991, p. 8). O fato de Paz ter assumido este posto em meados de 1996, a menos de um ano do término de seu mandato como presidente da Farsul, demonstra uma perspectiva de transição e de atualização de suas tarefas na entidade. Quer dizer, na medida em que não ocuparia mais o cargo de presidente da Farsul, Paz passa a aumentar os investimentos em torno de outras formas de atuação política junto à entidade.

Assim, após sua saída da presidência da Farsul, supõe-se que o uso de seus capitais escolares em tarefa estritamente técnica da área do Direito - como Juiz Classista, que tinha por tarefa representar os interesses dos empregadores rurais nos temas trabalhistas do campo gaúcho - tenha contribuído para renovar as possibilidades de atuação política deste dirigente enquanto porta-voz do patronato rural gaúcho.

De todo modo, diante do que foi exposto aqui, percebe-se que a posse de capitais escolares e a participação dos porta-vozes da Farsul em determinadas redes de sociabilidade profissional conferem à entidade um conjunto de possibilidades de atuação no jogo das relações políticas, abrindo-lhe espaço para ocupar determinadas posições e constituir relações com agentes destes campos. Ao mesmo tempo, estes elementos se constituem como capitais mobilizáveis pelos próprios dirigentes patronais no sentido de garantir sua reprodução enquanto porta-vozes da classe.

Pode-se dizer que estes títulos acadêmicos são úteis às lideranças patronais, seja do ponto de vista de seus atributos objetivos - já que proporcionam a seus detentores um conhecimento técnico que lhes abre novas oportunidades de atuação na representação de interesses da classe, se constituindo, muitas vezes, como elementos centrais na definição

⁸⁰ Fonte: <http://www.fazenda.rs.gov.br/conteudo/6321/tarf>.

de suas trajetórias sindicais -, ou mesmo pelo fato de carregarem em si possibilidades de reforço de capitais simbólicos que distinguem estes agentes dominantes, assegurando-lhes posições de destaque e legitimando-os para falarem em nome do grupo e serem porta-vozes da classe.

2.3 Filiação em partidos políticos, disputas de eleições e presença no interior do aparelho de Estado

Pensar as dinâmicas da representação de interesses do patronato rural em suas entidades de representação corporativa, passa por refletir-se também a respeito das conexões destes agentes com a esfera político-partidária, de seu envolvimento em eleições e de sua presença em cargos de gestão na estrutura de Estado. No caso dos representantes analisados aqui percebe-se que há uma intensa participação nestas esferas de atuação, num processo que se configura como importante interface para se pensar a representação corporativa destes grupos na Farsul.

Portanto, neste tópico tem-se como objetivo analisar o perfil dos dirigentes da Farsul em relação a sua filiação partidária, participação em eleições e presença no interior do aparelho de Estado, buscando compreender como estes processos influenciam na representação de interesses do patronato rural gaúcho. Desta forma, busca-se responder às seguintes questões de pesquisa: Em quais partidos são filiados os dirigentes da Farsul? Estes agentes disputam eleições para cargos executivos e legislativos, em âmbito municipal, estadual e federal? Estes agentes ocupam espaços de gestão na estrutura de Estado? Que dinâmicas se expressam na representação de interesses do grupo a partir destes dados?

2.3.1 Filiação em partidos políticos

Para se fazer esta análise em relação à filiação partidária dos dirigentes da Farsul é necessário, em primeiro lugar, ter em mente a importância destes processos no cenário de representação do patronato rural e agroindustrial brasileiro, de modo geral, já que são significativas as conexões estabelecidas entre a representação corporativa do setor e a atuação de alguns de seus membros em partidos políticos. Conforme Bruno, Sevá e Carneiro (2009, p. 147), dentre estes dirigentes patronais, visualiza-se “também uma estratégia de representação em que a política classista se entrelaça com a política

partidária”, sendo que ambos espaços de ação são vistos, em alguns casos, “como ações distintas que se complementam” e, portanto, têm seus espaços garantidos entre os representantes da classe.

No caso analisado aqui, percebe-se que é bastante significativa a conexão dos dirigentes da Farsul com a esfera político-partidária. Em um universo de trinta e dois dirigentes analisados, identificou-se a filiação de vinte deles a partidos políticos, representando número muito expressivo. Os dados referentes a estas filiações estão no gráfico a seguir:

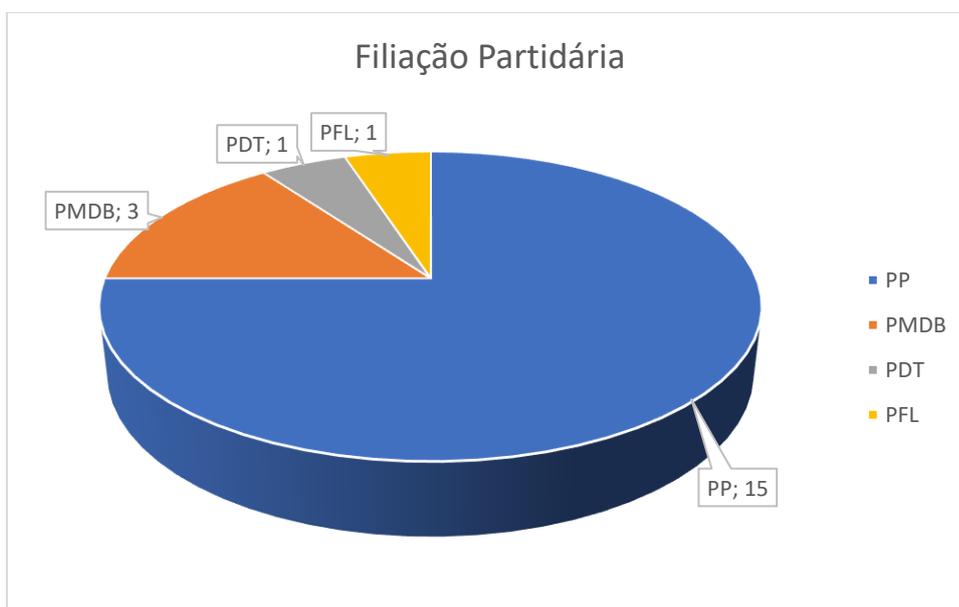


Gráfico 2: Porta-vozes da Farsul segundo filiação partidária. Fonte: www.tse.jus.br/partidos/filiacao-partidaria/relacao-de-filiados; <http://www.tre-rs.jus.br/eleicoes/resultados-das-eleicoes>.

No gráfico 2 é detalhada a opção partidária de cada um destes filiados. Chama atenção que a ampla maioria destas filiações vincula-se ao Partido Progressista (PP), dado que se revela considerando-se os filiados à legenda atualmente e também aqueles que participaram do partido em períodos pretéritos, quando este se apresentava com outras nomenclaturas - ARENA (Aliança Renovadora Nacional), PDS (Partido Democrático Social), PPR (Partido Progressista Reformador) e PPB (Partido Progressista Brasileiro). No total soma-se a participação de quinze dirigentes nesse partido⁸¹, demonstrando a

⁸¹ Armando Carlos Roos, Armando Chaves Garcia de Garcia, Ary Faria Marimon, Carlos Rivaci Sperotto, Cláudio Plácido da Silva Ribeiro, Erny Carlos Heller, Francisco Lineu Schardong, Hugo Eduardo Giudice Paz, João Carlos Fagundes Machado, João Salvador de Souza Jardim, José Alfredo Marques da Rocha, José Roberto Pires Weber, Luiz Moraes Varela, Olavo Brasil Borges e Valmir Antônio Susin.

ampla maioria de sua preferência entre os dirigentes da Farsul durante o período analisado.

Chama a atenção também que os três presidentes da Farsul durante o período de estudo – Ary Faria Marimon, Hugo Giudice Paz e Carlos Rivaci Sperotto – filiaram-se a este partido.

Além disso, identifica-se a filiação partidária de três dirigentes da Farsul ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)⁸². Da mesma forma, nesse caso, considera-se tanto filiados na legenda atualmente, quanto integrantes de seu remanescente MDB (Movimento Democrático Brasileiro). Por fim, identifica-se também a filiação de um dirigente ao Partido Democrático Trabalhista (PDT)⁸³ e de um dirigente ao antigo Partido da Frente Liberal (PFL)⁸⁴, atualmente, Democratas (DEM), também originado a partir da ARENA.

Estes dados referentes às conexões político-partidárias dos dirigentes da Farsul durante os anos 1990 revelam realidade semelhante àquela analisada por Gasparotto (2016), quando investigou as conexões político-partidárias dos presidentes e vice-presidentes da Farsul do período de 1959-1964. Mesmo que não seja possível uma comparação mais detalhada, em termos de siglas partidárias, entre estes dois estudos, já que estão distanciados entre si por um período de tempo onde houve uma reestruturação quase que absoluta dos partidos políticos no Brasil, as reflexões levantadas pela autora são importantes para o que se deseja compreender aqui.

Em sua pesquisa, Gasparotto (2016) também aponta um grande nível de participação dos dirigentes analisados em partidos políticos, já que, entre um universo de vinte e quatro dirigentes analisados, pelo menos onze nomes eram vinculados a estas organizações, sendo sete deles ligados ao Partido Social Democrático (PSD), dois ao Partido Libertador (PL), um ao Partido de Representação Popular (PRP) e um ao Partido Democrata Cristão (PDC), o que permite à autora concluir que a “ligação [destes dirigentes] a partidos do campo conservador” era hegemônica (Gasparotto, 2016, p. 90).

De modo geral, também podemos concluir que, entre os dirigentes da Farsul do período 1988-2000, predominavam, essencialmente, ligações a partidos do chamado campo conservador, principalmente por haver uma predominância absoluta de dirigentes

⁸² Camilo Alberto da Silveira Cottens, Hermes Ribeiro de Souza Filho e Régis Lopes Salles.

⁸³ Ivo Rodrigues Fernandes.

⁸⁴ João Alberto Dutra Silveira.

vinculados à ARENA - e seus derivados -, partido que se constituiu como forte voz de apoio e legitimação à ditadura militar, ocorrido no Brasil entre os anos de 1964 e 1985.

No entanto, cabe refletir especificamente sobre alguns casos que podem apontar realidades um tanto distintas, já que mesmo unidos por laços e interesses fundamentais de classe, que colocam suas ações, grosso modo, dentro de um campo político conservador, deve-se ter em conta algumas particularidades que podem alterar suas posições em dados momentos.

Um dos exemplos neste sentido se refere ao caso de Carlos Alberto da Silveira Cottens, o qual concorreu ao cargo de prefeito de sua cidade, Tupanciretã, no ano de 1976⁸⁵, durante o período ditatorial, pelo MDB, partido que, dentro dos limites da ordem institucional estabelecida, constituía-se como polo de crítica ao regime militar. Cabe frisar que neste período Cottens já fazia parte da diretoria da Farsul, já que havia ingressado nesta estrutura ainda no ano de 1974, na gestão de Almir Vieira Gonçalves, tendo alcançado importante cargo, posteriormente, na segunda gestão de Marimon na presidência da entidade (1988-1991), como 1º Tesoureiro.

Além deste, destaca-se o caso de Regis Lopes Salles, eleito vereador de Júlio de Castilhos em 1968, durante a ditadura militar, também pelo MDB. Neste caso, porém, o dirigente em questão ainda não fazia parte da diretoria da Farsul quando do exercício deste mandato, já que ingressou nesta diretoria somente em 1991, quando passou a ocupar o cargo de 1ª Vice-Presidência. Mesmo assim, considerando-se a conexão político-partidária estabelecida por ele, tratar-se-ia, neste caso, de mais um dirigente da entidade que possivelmente teria compartilhado de posições críticas ao regime militar ao longo de sua trajetória política, o que evidencia, mais uma vez, a necessidade de relativizar a ideia de que estes agentes compartilhariam, integralmente e em todas as situações, de posições conservadoras em suas ações político-partidárias.

Aliás, o caso de Salles é ainda mais curioso se considerarmos outras posições ocupadas por ele ao longo de sua trajetória de vida. Vale lembrar, como foi dito no capítulo 1 deste trabalho, que este dirigente ocupou, além de cargo na direção da Farsul, o posto de vice-presidente da UDR no Rio Grande do Sul, entidade que defendia posições radicalizadas do patronato rural na defesa da propriedade fundiária. Assim, é curioso perceber como se entrecruzam diferentes posições na trajetória de um mesmo agente, não sendo possível um olhar linear sobre este processo. No caso de Salles, se sua conexão

⁸⁵ Cottens também concorreu ao cargo de vice-prefeito de sua cidade em 1963, não constando, neste caso, a informação referente ao partido ao qual era ligado. Nas duas eleições em questão o dirigente não foi eleito.

político-partidária aponta uma trajetória de possíveis críticas a um polo extremamente conservador da política, sua conexão com entidades de representação corporativa da classe dos grandes proprietários de terra do estado, sobretudo no que toca sua presença na UDR, aponta o oposto.

Para que possamos refletir com mais profundidade sobre estes temas, vejamos agora os dados relacionados à participação destes agentes em disputas eleitorais.

2.3.2 Disputas de eleições

Seguindo a reflexão proposta neste tópico, vejamos agora um mapa completo da participação de alguns destes dirigentes da Farsul, filiados a partidos políticos, em eleições ao legislativo e ao executivo, seja em âmbito municipal, estadual ou federal. Neste sentido, detecta-se que, dos vinte dirigentes que possuíam filiação partidária, houve a participação de dezesseis deles em tais pleitos, processos que ocorrem desde o ano de 1963 até o ano de 2016, não se restringindo, portanto, ao período em que estes agentes ocuparam cargos de diretoria na Farsul. O gráfico a seguir traz um retrato geral da participação destes dirigentes em eleições, segundo o cargo disputado:

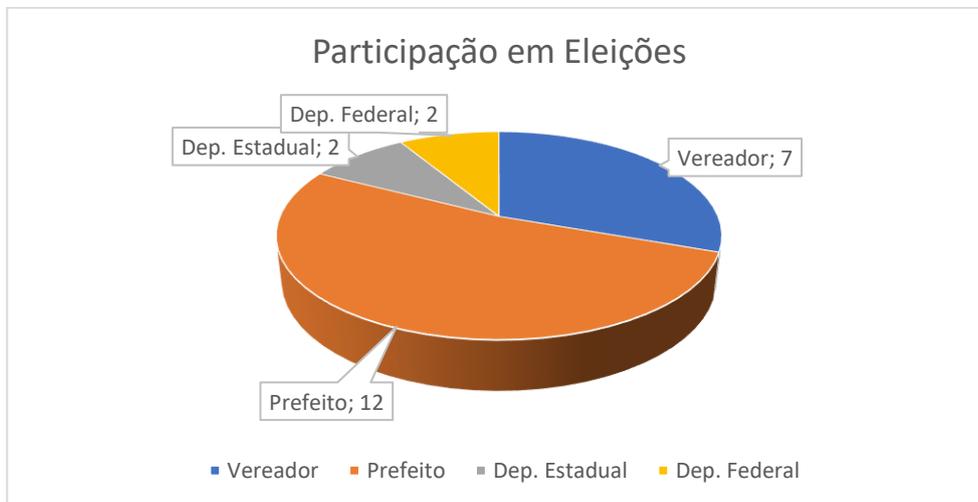


Gráfico 3: Porta-vozes da Farsul segundo participação em eleições. Fonte: <http://www.tre-rs.jus.br/eleicoes/resultados-das-eleicoes>

O gráfico 3 nos dá uma imagem geral dos cargos disputados pelos dirigentes da Farsul nestes pleitos eleitorais. Dentre os dezesseis dirigentes que participaram de eleições, ao longo do tempo, muitos deles disputaram diferentes cargos eletivos entre os Poderes Executivos e Legislativos: em algum momento, doze deles disputaram cargos de prefeito ou vice-prefeito, sete de vereador, dois para a Assembleia Legislativa do estado e dois para a Câmara dos Deputados. Percebe-se um predomínio na participação destes

agentes em disputas eleitorais de âmbito municipal, onde se destaca a disputa do executivo, com a participação de doze dirigentes, em relação ao legislativo, com apenas sete. Conforme destaca Coradini (2001, p. 96), em análise sobre os recursos sociais utilizados no recrutamento de elites políticas no Rio Grande do Sul, “os empresários rurais tendem a ter uma vinculação muito mais forte com a ‘política local’ e com a atuação e ocupação de cargos nesse nível”, se comparado a outras frações e setores de elites.

Cabe frisar que alguns destes agentes disputam mais de um cargo, em diferentes pleitos eleitorais ao longo de sua trajetória política, o que pode ser percebido a partir de uma análise mais detalhada deste processo:

Neste sentido, verifica-se que três destes dirigentes disputaram cargos de vereador e prefeito em diferentes pleitos: Armando Carlos Ross, que ingressou na direção da Farsul no ano de 1991, elegeu-se vereador de Não-Me-Toque, representando a ARENA, nos anos de 1968, 1972 e 1976. Já no ano de 1988 candidatou-se a prefeito daquela cidade pelo PDS, não tendo sido eleito. Por fim, o dirigente elegeu-se prefeito de sua cidade em 2000, representando o PPB, e em 2004 e 2016, representando o PP; Francisco Lineu Schardong, que também ingressou na diretoria da Farsul no ano de 1991, candidatou-se a prefeito de Triunfo pela ARENA em 1976, não tendo sido eleito. Posteriormente, elegeu-se vereador daquela cidade em 1988 e prefeito em 1992, em ambas oportunidades representando o PDS. Em 2000 voltou a candidatar-se prefeito, desta vez pelo PTB, mas não obteve sucesso⁸⁶; Por fim, João Alberto Dutra Silveira, que ingressou na direção da Farsul em 1988, elegeu-se prefeito de Jaguarão neste mesmo ano de 1988 e vereador da cidade em 2004, em ambas oportunidades representando o PFL.

Além disso, um dos dirigentes da Farsul analisados disputou cargos de vereador, prefeito e deputado estadual ao longo de sua trajetória política. Trata-se de Hermes Ribeiro de Souza Filho, agente que passou a integrar a direção da entidade no ano de 1997, tendo sido eleito vereador de Canguçu pelo MDB em 1972 e 1976 e em 1982 pelo PMDB. Além disso, no ano de 1988 candidatou-se a prefeito daquela cidade, não obtendo sucesso, e voltou a eleger-se vereador da cidade pelo PMDB em 1992 e 1996. Por fim, este dirigente candidatou-se a deputado estadual pelo PMDB em 2002, não tendo sido eleito.

⁸⁶ No site do TRE-RS o nome de Francisco Schardong nesta eleição aparece como Chicão. Menciona-se ainda que, para fins de registro da filiação partidária dos dirigentes da Farsul, considerou-se neste estudo como sendo o PP o partido de Shardong, já que a maior parte da trajetória política do dirigente se dá neste partido, ao qual ele é filiado atualmente. Portanto, identifica-se que a passagem de Schardong pelo PTB foi somente momentânea e atualmente seu registro de filiação neste partido encontra-se cancelado (TSE).

Outro dirigente analisado disputou cargos de vereador, prefeito e deputado federal ao longo de sua trajetória política. Trata-se do ex-presidente da Farsul Ary Faria Marimon, o qual passou a integrar a diretoria da entidade no ano de 1976, tendo sido eleito vereador de Alegrete em 1968, candidato derrotado na disputa da prefeitura da cidade em 1972 e novamente eleito vereador em 1976, em todas as oportunidades representando a ARENA. Além disso, Marimon candidata-se a deputado federal, pelo PDS, em 1990, em seu último ano na presidência da Farsul, não tendo sido eleito.

No entanto, se há o registro de dirigentes que disputaram diversos cargos eletivos ao longo de sua trajetória, há também aqueles que disputaram, em uma ou mais oportunidades, somente eleições referentes a um determinado cargo, como pode ser visto na sequência.

Em primeiro lugar registra-se que sete dirigentes da Farsul disputaram somente cargos ao executivo municipal, seja ao cargo de prefeito ou vice-prefeito de suas cidades, sendo eles: Camilo Alberto da Silveira Cottens, que passou a integrar a diretoria da Farsul em 1974, tendo concorrido a vice-prefeito de Tupanciretã em 1963, não se sabe por qual partido, e a prefeito da cidade em 1976 pelo MDB, em ambas oportunidades não obtendo êxito; Erny Carlos Heller, que ingressou na diretoria da Farsul em 1970, tendo sido candidato derrotado à prefeitura de Montenegro em 1976, quando representou a ARENA, e vitorioso concorrendo ao mesmo cargo em 1982, quando representava o PDS; João Carlos Fagundes Machado, que ingressou na diretoria da Farsul em 1991, candidatou-se a prefeito de Camaquã em 1996 pelo PPB, tendo sido derrotado naquela oportunidade, elegeu-se posteriormente para o mesmo cargo em 2000, quando representou o PPB, e em 2004 e 2012, quando representou o PP; João Salvador de Souza Jardim, que ingressou na diretoria da Farsul em 1988, tendo sido eleito prefeito de Guaíba em 1969 e concorrido a vice-prefeito da mesma cidade em 1976, sem obter sucesso, em ambas oportunidades representando a ARENA; José Alfredo Marques da Rocha, que ingressou na diretoria da Farsul em 1985, tendo sido eleito vice-prefeito de Santo Antônio da Patrulha em 1988, representando o PDS; José Roberto Pires Weber, que ingressou na diretoria da Farsul em 1991, tendo concorrido, sem sucesso, ao cargo de prefeito de Dom Pedrito em 1996 pelo PPB e elegendu-se vice-prefeito da cidade em 2000, representando o mesmo partido; e, por fim, Olavo Brasil Borges, que passou a integrar a diretoria da Farsul em 1985, tendo sido candidato derrotado à prefeitura de Palmeira das Missões em 1992, representando o PDS.

A partir destes dados, percebe-se, mais uma vez, o predomínio da participação dos dirigentes da Farsul em eleições aos executivos municipais, já que, dos dezesseis agentes que disputaram eleições, sete deles o fizeram somente em torno dos cargos de prefeito ou vice-prefeito.

Além disso, dois dos dirigentes da Farsul investigados disputaram somente eleições para o cargo de vereador: Regis Lopes Salles, que tornou-se dirigente da Farsul em 1991 e elegeu-se vereador de Júlio de Castilhos pelo MDB em 1968; Ivo Rodrigues Fernandes, que também tornou-se dirigente da Farsul em 1991, tendo se candidatado a vereador de Passo Fundo pelo PDT em 1982, não obtendo sucesso em tal tentativa.

Já Valmir Antônio Susin, dirigente sindical de Caxias do Sul e que passou a integrar a diretoria da Farsul em 1994, disputou somente o cargo de deputado estadual ao longo de sua trajetória política, tendo sido candidato a tal posto em 1978 pela ARENA, sem obter sucesso, elegendose no ano de 1982 pelo PDS, e candidatando-se, novamente sem sucesso, nas eleições de 1990 pelo PDS e em 1994 pelo PPR.

Por fim, registra-se o caso de Hugo Paz, agente que passou a integrar a diretoria da Farsul em 1988, ocupando o cargo de presidência da entidade no período de 1991 a 1997. Paz disputou somente o cargo de deputado federal no ano de 1994, enquanto ainda era presidente da Farsul. Naquela oportunidade concorreu pela legenda do PPR e não foi eleito.

Analisando-se, de um modo geral, o desempenho dos dirigentes da Farsul neste conjunto de disputas eleitorais destacam-se os resultados positivos no caso dos pleitos municipais, sendo que dos sete dirigentes que, em algum momento, disputaram cargos ao legislativo municipal somente um deles não obteve êxito em nenhuma das tentativas e dos doze dirigentes que, em algum momento, disputaram cargos ao executivo municipal somente quatro deles não obtiveram êxito em nenhuma das tentativas.

Contudo, o mesmo não se pode dizer em relação às eleições de nível estadual e federal, já que dos dois dirigentes que disputaram uma vaga na Assembleia Legislativa do estado somente um deles obteve êxito e dos dois dirigentes que disputaram uma vaga na Câmara dos Deputados nenhum obteve êxito.

Além disso, esta análise revela ainda que, em sua maioria, a participação destes dirigentes em pleitos municipais (legislativo e executivo) ocorre anteriormente ao seu acesso à direção da Farsul, já que, dos quatorze dirigentes que, em algum momento, disputaram cargos políticos a nível municipal, nove deles o fizeram pela primeira vez

antes de ocuparem postos de direção na Farsul, enquanto cinco o fizeram após ingressarem em tal diretoria.

Em linhas gerais, esta é a mesma conclusão a que chega Gasparotto (2016), quando analisa a participação de dirigentes da Farsul (1959-1964) em eleições a cargos políticos de Estado. Segundo a autora,

Observando o período em que exerceram seus mandados, é possível perceber que a maioria dos que ocuparam cargos no âmbito do Legislativo ou Executivo (municipais) o fizeram antes de atingirem postos de liderança na Farsul, evidenciando que portavam um capital simbólico e político, construído na sua relação com os eleitores locais, muitos deles, certamente, oriundos do mundo rural e/ou proprietários de terra (GASPAROTTO, 2016, pp. 91-92).

Desta forma, no que se refere à análise empreendida no presente trabalho, percebe-se que há também significativas trajetórias de acúmulo de capitais políticos e simbólicos por parte destes agentes anteriormente ao seu ingresso na diretoria da entidade. Assim, ao incorporar estes agentes em seus quadros de direção, a Farsul faz uso dos capitais acumulados por estes agentes ao longo de suas trajetórias sociais, buscando reverter para si o prestígio e as posições privilegiadas ocupadas por estes atores em seus municípios de atuação.

Além disso, se verifica processo semelhante no caso dos dois dirigentes que disputaram eleições para a Assembleia Legislativa do estado. Num dos casos trata-se de agente que participou de quatro eleições concorrendo a uma vaga ali – tendo sido vitorioso em apenas uma delas -, sendo que todas ocorreram anteriormente ao seu ingresso na diretoria da Farsul. Já noutro caso, embora a candidatura para a Assembleia Legislativa tenha ocorrido após seu ingresso na diretoria da Farsul, este agente já possuía uma longa trajetória em pleitos municipais, tendo sido candidato cinco vezes a vereador e uma vez a prefeito em seu município, todas elas anteriores ao seu ingresso na diretoria da Farsul.

Por outro lado, no que se refere às candidaturas para a Câmara dos Deputados, tem-se um cenário distinto, onde as duas candidaturas são dos presidentes da entidade na época: Ary Faria Marimon em 1990⁸⁷ e Hugo Giudice Paz em 1994⁸⁸. Neste sentido, percebe-se que se tratam de candidaturas fortemente apoiadas e legitimadas a partir do capital político materializado na entidade. Mais do que isso, presume-se a importância da

⁸⁷ Ary Faria Marimon foi candidato pelo PDS, somando um total de 23.876 votos (TRE-RS, 2018).

⁸⁸ Hugo Giudice Paz foi candidato pelo PPR, somando um total de 21.202 votos (TRE-RS, 2018).

entidade na tomada de decisão e na efetivação de tais candidaturas, pois tratava-se da tentativa de eleger representantes diretos no legislativo federal.

De todo modo, a influência da Farsul nestas eleições não se resume às disputas estaduais e nacionais, cabendo refletir mais a fundo a respeito de sua influência também nos pleitos eleitorais de nível municipal, onde a entidade busca projetar determinados nomes e contribuir para o sucesso eleitoral de candidatos ligados ao setor rural e às pautas da entidade. Estes processos podem ser percebidos a partir de algumas ações desenvolvidas pela entidade em períodos de eleições, revelando elementos em torno das formas de ação da entidade no âmbito da política partidária e eleitoral, bem como dos perfis escolhidos por ela para emprestar apoio em tais pleitos.

Uma destas ações foi o lançamento da coluna *Palanque Rural* no *Jornal Sul Rural*, a partir do mês de março de 1992, ano de eleições de nível municipal no estado e no país. Nesta coluna, que teve edição nos meses de março, maio e julho daquele ano e que será analisada aqui de maneira ilustrativa, a entidade abriu espaço para alguns candidatos a prefeituras municipais do estado exporem suas ideias e projetarem suas candidaturas para a base social da entidade.

O texto de lançamento da Coluna é assinado por Décio Rosa Marimon, Secretário-Executivo do Jornal e filho do ex-presidente da Farsul Ary Faria Marimon. Neste texto fica evidenciado o papel atribuído ao Jornal como espaço de promoção de determinada estratégia de ação política da entidade. Conforme consta na matéria:

Queremos que o Sul Rural se transforme em um palanque, onde produtores candidatos e produtores eleitores travem uma ampla discussão a respeito dos problemas não só do nosso setor, mas também da atual crise por que passa a nossa sociedade. Desta forma, **cremos que o Sul Rural cumpre com o seu papel de veículo de informação, trabalhando no sentido de buscar a participação de todos no processo político do País** (Sul Rural, 1992c, p. 8 – grifos meus).

Neste sentido, fica evidente o “papel pedagógico” atribuído ao Jornal Sul Rural, no sentido de propagar determinadas ideias políticas da Farsul e servir como importante elemento de construção de consenso na sua base social. Conforme, Mendonça (2017):

Do ponto de vista gramsciano, a imprensa e o jornalismo, cada um em seu âmbito e formas de atuação, são agentes históricos que moldam a opinião pública, visando dar os contornos da vontade política coletiva. Seu papel pedagógico – logo, cultural e educativo – é um dos pontos-chave no embate pela construção e afirmação de consenso numa formação social (MENDONÇA, 2017, p. 2).

Neste sentido, a construção do papel pedagógico do Jornal para a mobilização do patronato rural em torno deste processo eleitoral envolve, em primeiro lugar, a construção

de um discurso que reafirma a legitimidade do “processo democrático” e da “participação ativa da sociedade na política”. Segundo tal discurso, as eleições seriam “etapas rotineiras nesse processo” e os partidos políticos “o instrumento” legítimo de tal construção. Embora se faça uma leitura crítica da conjuntura política vivida ali, onde haveria um cenário de “grande rejeição à atividade política, em especial aos Partidos Políticos e aos políticos”, afirma-se, por outro lado, a necessidade de se compreender que “a melhor forma de organização social é a democrática” e que, a partir disso, a sociedade teria necessariamente que “conviver com os Partidos Políticos e os políticos”, pois estes seriam “o pressuposto básico da Democracia” (Sul Rural, 1992c, p. 8).

Desta forma, pode-se perceber que a entidade age no sentido de aproximar sua atuação desta esfera da política institucional e partidária. Em que pese, conforme demonstrou Gasparotto (2016), em momentos chave daquele processo, a Farsul tenha atuado no apoio ao golpe e a deflagração da ditadura militar no Brasil, aqui a exaltação ao “processo democrático” é imperiosa para que a entidade possa ter acesso a determinados espaços do campo político, contribuindo para a eleição de representantes diretos da classe, sejam diretores da Farsul ou não, e, desta forma, angariando os benefícios decorrentes da presença destes agentes em tais postos do Estado.

Portanto, o referido discurso da entidade se efetiva através de um chamamento à participação efetiva da classe neste processo eleitoral, já que a participação nesta esfera da política é considerada “dever imperioso da cidadania”, não podendo se permitir que “o comodismo e a preguiça elejam os maus políticos que tanto nos prejudicam” (Sul Rural, 1992c, p. 8).

Além disso, o papel pedagógico desenvolvido na coluna *Palanque Rural* manifesta-se também com um discurso que enfatiza a importância da visão corporativa dos grandes proprietários fundiários na escolha de seus representantes políticos nas eleições. Segundo tal discurso, nota-se “claramente que ocorre uma segmentação cada vez maior, com representações classistas cada vez mais especializadas na defesa de suas categorias” e, diante disso, “os produtores rurais não podem se constituir numa posição que dispensa a participação na política”. Pelo contrário, “é preciso que também eles [os produtores rurais] participem de uma forma mais ativa da vida pública” (Sul Rural, 1992c, p. 8).

Fica nítida, assim, a importância atribuída pela Farsul a tais processos eleitorais e a construção de um discurso corporativo em torno destas disputas. A defesa específica dos interesses ruralistas e a promoção de candidatos considerados representantes diretos

do setor parece ser a tônica central da participação e da influência da entidade nestas eleições:

[É necessário que] **os representantes** da produção primária nas casas legislativas **sejam agricultores de vocação e não de ocasião, que tenham na produção primária sua forma de vida.** [...] É preciso escolhermos os nossos representantes **não só pelas suas qualidades pessoais** como formação, honestidade, capacidade de trabalho, etc..., **mas também por seus compromissos com o setor primário** (Sul Rural, 1992c, p. 8 – grifos meus).

Neste sentido, constrói-se quase que um tipo ideal (Weber, 1999) de representação política, onde estes agentes deveriam ser “agricultores de vocação e não de ocasião”, manifestando, além de “qualidades pessoais”, também “compromissos com o setor primário”.

Cabe frisar que os discursos construídos pelos candidatos que ocupam estes espaços de exposições de ideias na coluna *Palanque Rural* também caminham neste sentido. É o caso do discurso de Francisco Schardong, produtor rural e engenheiro agrônomo, sendo, naquele momento, presidente do Sindicato Rural de Triunfo e diretor suplente da Farsul, além de vereador e candidato a prefeito de sua cidade pelo PDS⁸⁹. Conforme o dirigente sindical e candidato:

Como produtor rural acho muito importante a participação de lideranças do setor no processo político para termos representatividade nos mais diversos cargos administrativos, seja de vereador, prefeito, deputado, etc. Com isso seremos mais ouvidos, respeitados e atendidas nossas reivindicações. No momento em que os municípios forem representados pelos produtores teremos formado uma boa base para lutarmos em prol da agricultura e pecuária brasileiras (Sul Rural, 1992d, p. 8).

No entanto, embora estes agentes que disputam cargos públicos com o apoio manifesto da Farsul, na maioria dos casos, ocupem posições ligadas à produção agropecuária e aos espaços de representação dos grandes proprietários de terra do estado, seus discursos e pautas vão muito além do setor agropecuário. Este processo se forja a partir de posições sociais diversas ocupadas por estes agentes e dos capitais que acumulam ao longo de suas trajetórias de vida.

Vejamos o caso de Fernando Gonçalves Barreiros, candidato a prefeito de Jaguarão pelo PFL nestas eleições de 1992. Além de se constituir enquanto produtor rural, Barreiros possuía um alto nível de escolarização, tendo feito graduação em agronomia em Pelotas e pós-graduação em Toxicologia pela Universidade Autônoma de Madri (Espanha) e em Ciências Políticas na Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Percebe-

⁸⁹ Como já foi mencionado em análise anterior, Schardong elegeu-se prefeito de Triunfo nesta disputa, somando um total de 7.475 votos (TRE-RS).

se que a formação escolar do agente em questão, embora tenha como base a área da agronomia, vai muito além do setor rural *stricto sensu*, já que uma das pós-graduações cursadas por ele tem como base as ciências humanas, contribuindo diretamente em sua capacitação e acúmulo de capitais em torno das atividades políticas (Sul Rural, 1992b, p. 9).

Já em relação a sua trajetória política, Barreiros já havia sido eleito para o cargo de vice-prefeito da cidade no ano de 1985 e neste pleito de 1992 apresentava-se como candidato que daria continuidade ao trabalho desenvolvido pelo prefeito municipal da época, João Alberto Dutra da Silveira, também do PFL e membro da diretoria da Farsul. Percebe-se, assim, que os apoios oferecidos pela Farsul a determinados candidatos, muitas vezes, são mediados por relações indiretas, não sendo necessário que pertençam formalmente a sua diretoria (Sul Rural, 1992b, p. 9).

Ademais, embora Barreiros e seu candidato a vice, Gil Dutra de Faria, se apresentem como produtores rurais, as pautas defendidas pela candidatura, em seu texto de apresentação na coluna do jornal, vão muito além do setor rural em si, já que baseadas na promessa de “fazer ‘uma administração voltada para o social’” e ressaltando os méritos de gestões passadas do partido na cidade, onde “a bandeira de luta” teria sido “a educação” ou onde “a marca” da gestão teria sido a política “de habitação”. Além disso, o candidato expressa sua preocupação com o tema da “geração de mais empregos” e diz que, “com o advento do Mercosul, Jaguarão, devido à sua posição geográfica”, poderia vir a ser “um novo polo regional de desenvolvimento” (Sul Rural, 1992b, p. 9)⁹⁰.

Além destes, destaca-se, por fim, o caso do ex-deputado Estadual Antônio Carlos Alves de Azevedo, candidato a vice-prefeito de Santo Antônio da Patrulha, pelo PFL, na chapa do candidato a prefeito Ferulio Tedesco Netto do PMDB. Nascido no município de São Francisco de Paula, Azevedo graduou-se em Economia pela UFRGS e elegeu-se Deputado Estadual pela ARENA em 1978 e Deputado Estadual Constituinte em 1986 pelo PFL, além de ter sido “funcionário de carreira da Caixa Econômica Estadual, onde chegou ao cargo de diretor administrativo” (Sul Rural, 1992a, p. 9).

Em 1992, quando de sua candidatura a vice-prefeito, Azevedo estava aposentado e dedicava-se “ao setor primário, cuidando de suas terras em Santo Antônio da Patrulha, cidade natal de sua esposa”. Em seu discurso naquele pleito, dizia “que em todas as eleições que concorreu, sempre fez muitos votos em Santo Antônio da Patrulha e por

⁹⁰ À título de curiosidade, Barreiros elegeu-se prefeito nesta disputa, somando um total de 5.930 votos (TRE-RS).

sentir-se identificado com os moradores daquela cidade decidiu concorrer ao cargo de vice-prefeito” (Sul Rural, 1992a, p. 9).

A análise deste caso revela, em primeiro lugar, o estabelecimento de uma relação de apoio da Farsul à determinada candidatura a partir de contato com o candidato a vice da chapa e não com o candidato a prefeito. Ademais, a intensa trajetória de Azevedo no âmbito da política estadual – tendo sido funcionário de carreira da Caixa Econômica Estadual e duas vezes eleito Deputado Estadual -, ao lado de sua fraca ligação com o município em que concorria a vice-prefeito – cabe lembrar que Azevedo era natural de outro município do estado e sua ligação com Santo Antônio da Patrulha se dá, principalmente, a partir dos vínculos de sua esposa com aquela cidade -, são indicativos de que o estabelecimento de relações políticas com a Farsul tenha se dado muito mais a partir de uma rede de relações da política estadual, do que de uma relação de proximidade e pertencimento de Azevedo junto ao sindicato rural de Santo Antônio da Patrulha.

Além disso, embora se apresente também como produtor rural e receba o apoio manifesto da Farsul nesta disputa, a trajetória de Azevedo na política estadual influencia também na definição de seu discurso e linha de atuação nesta eleição, já que, como vice-prefeito da cidade, o candidato pretendia “dar prosseguimento ao trabalho que desenvolveu na Assembleia Legislativa”, trazendo, portanto, para o âmbito desta disputa local, os capitais acumulados no jogo das lutas políticas de que fez parte em âmbito de estado (Sul Rural, 1992a, p. 9).

Do ponto de vista das pautas que defendia ali, destaca-se que, além da atenção ao setor primário, onde pretendia “prestar assistência principalmente ao pequeno produtor e aos orizicultores” do município, o candidato prometia atenção especial à área da educação, buscando “incentivar o ensino de 1º grau, dando oportunidade de estudo às crianças do interior do município”, além de “incrementar o ensino de 2º grau, com a criação de cursos profissionalizantes” e apoiar os “estudantes universitários” da cidade (Sul Rural, 1992a, p. 9).

Portanto, percebe-se um alto grau de complexidade nestas relações de apoio estabelecidas pela Farsul em pleitos políticos municipais. Constrói-se um processo de mobilização e de chamamento à classe dos grandes proprietários fundiários do estado para que participem ativamente destas disputas e defendam seus interesses específicos, voltados às questões agropecuárias.

Ao mesmo tempo, detecta-se o apoio a candidatos que, embora possuam ligações com o cenário rural e as pautas destes setores, possuem trajetórias diversas, construindo

sua identidade também a partir de outras demandas e pautas. Ademais, em alguns casos não se tratam de dirigentes da Farsul, mas possuem ligações com esta entidade em virtude de relações políticas estabelecidas com a entidade ou com alguns de seus dirigentes.

2.3.3 Presença no interior do aparelho de Estado

Feita análise a respeito das filiações partidárias e da disputa de eleições pelos dirigentes da Farsul, cabe agora refletirmos sobre a presença destes agentes no interior do aparelho de Estado. De forma ilustrativa, será analisada sua presença em cargos de secretarias do Poder Executivo Estadual, buscando identificar a presença destes agentes em tais espaços e refletir a respeito de alguns dos significados deste processo para a representação de interesses da classe.

Na presente pesquisa, dentre o universo dos trinta e dois dirigentes analisados, identificou-se a presença de quatro deles ocupando cargos de secretarias junto ao executivo estadual: o produtor rural e advogado João Salvador de Souza Jardim, que além de prefeito de Guaíba (1969-1972) pela ARENA, foi Secretário Estadual de Indústria e Comércio (1980-1982), durante o governo de José Amaral de Souza (ARENA), e de Agricultura (1982-1986)⁹¹, durante o governo de Jair Soares (PDS); o empresário José Alfredo Marques da Rocha, que além de ter sido eleito vice-prefeito de Santo Antônio da Patrulha em 1988 pelo PDS, ocupou cargo de Secretário Estadual de Agricultura (1982-1983)⁹², durante o governo de José Amaral de Souza (ARENA); o Coronel da reserva João Oswaldo Leivas Job, que foi Secretário de Segurança Pública do Rio Grande do Sul (1979-1982)⁹³, também durante o governo de José Amaral de Souza (ARENA); e, por fim, o produtor rural João Carlos Fagundes Machado, que além de ter sido eleito prefeito de Camaquã pelo PPB/PP em 2000, 2004 e 2012, ocupou cargo de Secretário de Agricultura, Pecuária e Irrigação (2007-2010)⁹⁴, durante o governo de Yeda Crusius (PSDB).

Primeiramente, no caso de João Jardim, chama atenção que este dirigente passou a fazer parte da diretoria da Farsul durante o exercício de seu mandato como prefeito

⁹¹ Fonte: <http://www.paginarural.com.br/entrevista/694/joao-salvador-souza-jardim-agropecuarista-politico-e-dirigente-rural>.

⁹² Fonte: <https://estado.rs.gov.br/secretaria-da-agricultura-completa-70-anos>.

⁹³ Fonte: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2014/12/Quem-sao-os-gauchos-responsabilizados-por-crimes-da-ditadura-4660617.html>.

⁹⁴ Fonte: <http://www.onlinecomunicacoes.com.br/camaqua/joao-carlos-machado-homenageado-pela-secretaria-da-agricultura.html>.

municipal de Guaíba, já que foi incorporado na direção da entidade na gestão de 1968-1970, oportunidade em que a Farsul foi presidida por Luiz Fernando Cirne Lima. Além disso, o dirigente em questão integrou a gestão da Farsul de 1974-1976, quando a entidade foi presidida por Almir Vieira Gonçalves. Somente depois disso Jardim assume os referidos postos nas secretarias estaduais, em um período que vai do ano de 1980, inicialmente a frente da Secretaria de Indústria e Comércio, até o ano de 1987, já na secretaria de Agricultura do estado. Posteriormente, Jardim é reincorporado na diretoria da Farsul, integrando a gestão da entidade de 1988-1991, na segunda gestão de Ary Marimon na presidência.

Diante deste cenário, pode-se perceber forte vinculação da trajetória de Jardim na política partidária e ocupando cargos no interior do aparelho de Estado, com sua trajetória sindical na Farsul, já que seu ingresso na diretoria da entidade se dá em concomitância ao período em que exercia o cargo de prefeito de sua cidade, o que nos permite supor que a entidade, ao incorporá-lo em seus quadros de direção, tenha buscado fazer uso dos capitais políticos acumulados por ele em âmbito municipal. Por outro lado, Jardim só assume postos de direção nas referidas secretarias estaduais após ter atuado por duas gestões na diretoria da Farsul, o que nos permite supor que sua trajetória sindical na entidade tenha contribuído para alcançar o destaque e a legitimidade necessários para assumir as referidas tarefas no aparelho de Estado.

Além disso, chama atenção, conforme destacou Heinz (1991, pp. 209-210), que ao reincorporar este dirigente em seus quadros de direção em 1988, após o mesmo ter sido secretário estadual por cerca de sete anos, em duas pastas diferentes, “a entidade está a reconhecer sua dedicação na defesa dos seus interesses em um espaço privilegiado de representação, que é o posto de secretário de Estado”.

Já em relação ao caso de José Alfredo Marques da Rocha, destaca-se que este dirigente ocupou o cargo de Secretário Estadual de Agricultura em período anterior ao seu ingresso na diretoria da Farsul, já que tal fato ocorreu no ano de 1985, dois anos após ter deixado a secretaria. Ao todo, Marques da Rocha permaneceu seis anos na diretoria da Farsul, compondo a gestão de 1985-1988, que teve Ary Marimon na presidência, e a gestão de 1991-1994, que teve Hugo Paz à frente da entidade.

Processo semelhante é verificado no caso do militar João Oswaldo Leivas, que ocupou cargo de Secretário de Segurança Pública do Rio Grande do Sul entre os anos de 1979 a 1982, ingressando, posteriormente, na diretoria da Farsul. O referido dirigente fez

parte das gestões da entidade de 1991-1994 e 1994-1997, quando Hugo Paz era o presidente.

Portanto, nos dois casos mencionados, pode-se supor que os ingressos de tais agentes, nos quadros de direção da entidade, tenham como motivação, além de outros possíveis fatores, tentativa da Farsul incorporar os capitais políticos acumulados por estes agentes ao longo de suas trajetórias na política de Estado. A presença, em seus quadros dirigentes, de atores com privilegiadas relações e capacidades de transitar entre agentes do poder público confere à Farsul condição privilegiada de acesso a estes espaços.

Por fim, o caso de João Carlos Fagundes Machado, semelhante ao que se refletiu sobre Jardim, também demonstra um caso onde o dirigente assume o posto de secretário de estado após ter sido dirigente da Farsul. Cabe frisar que este dirigente ingresso na diretoria da Farsul no ano de 1991, permanecendo ali até o ano de 2003, totalizando quatro gestões na diretoria da entidade, período em que esta foi presidida por Hugo Paz e Carlos Sperotto. Durante este período Machado foi eleito prefeito de Camaquã em 2000 e posteriormente a sua saída da direção da entidade reelegeu-se ao executivo municipal em mais duas oportunidades, 2004 e 2012. Também após sua saída formal da Farsul tornou-se secretário de estado (2007-2010), dado que nos permite supor uma possível influência da Farsul na indicação de seu nome para este posto.

Especificamente em relação à Secretaria de Agricultura do estado, a capacidade da entidade influir nas indicações de secretário pode ser percebida a partir da histórica relação de proximidade da entidade com os secretários da referida pasta. Em seu estudo, Gasparotto (2016) apontou que, entre os presidentes e vice-presidentes da Farsul do período de 1959-1964, um deles havia ocupado tal posto, trata-se de Balbino de Souza Mascarenhas que foi Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio⁹⁵ entre os anos de 1947 e 1951, durante a gestão de Walter Jobim (PSD).

Mas, além dos casos apontados até aqui, considerando-se toda a história de existência da Farsul, detecta-se a presença de outros três dirigentes da entidade ocupando tal posto: Aníbal Di Primio Beck, membro da direção da Farsul na gestão de 1933-1935 e presidente da entidade em duas gestões, entre os anos de 1935 e 1939, ocupou o cargo de secretário da pasta estadual entre os anos de 1936 e 1937, quando era presidente da Farsul; Adolfo Antonio Fetter, que foi dirigente da Farsul na gestão 1972-1974 e ocupou o cargo de Secretário de Agricultura entre os anos de 1963 e 1966; e Balthazar de Bem e

⁹⁵ A referida secretaria teve esta nomenclatura até a década de 1950, quando a pasta agrícola recebeu autonomia.

Canto, que foi presidente da Farsul na gestão de 1982-1985, logo após ter ocupado a cadeira de Secretário da Agricultura do Rio Grande do Sul entre 1979 e 1982⁹⁶.

Estes dados demonstram que há significativa relação estabelecida pela entidade em torno dos nomes que ocuparam o principal posto de gestão desta pasta ao longo da história. Analisou-se aqui somente os casos em que diretores da Farsul ocuparam tais postos, não levando em consideração outras relações de proximidade que possam ter sido estabelecidas entre a entidade e demais agentes que dirigiram a pasta. De todo modo, nas situações analisadas, mesclam-se casos em que os secretários de estado fizeram parte da diretoria da Farsul antes, durante ou depois de terem ocupado os referidos cargos na estrutura de Estado.

Desta forma, percebe-se que a entidade constrói diferentes tipos de relação com estes agentes, seja incorporando-os em suas gestões e fazendo uso dos capitais acumulados por eles – já que possuíam circulação e legitimidade na esfera da política estadual, tendo sido secretários de Estado - ou, ao contrário disso, servindo como porta de entrada de alguns de seus dirigentes aos referidos espaços de poder do Estado, posteriormente à passagem destes pela diretoria da entidade. Em um caso limite, verificou-se que um dos presidentes da Farsul assume a Secretaria de Agricultura do estado em concomitância ao exercício de seu mandato como presidente da entidade, demonstrando claramente o peso desta agremiação em tal indicação.

A partir do que foi exposto ao longo deste tópico, em primeiro lugar, pode-se concluir que é expressiva a participação dos dirigentes da Farsul em partidos políticos, já que dos trinta e dois dirigentes analisados, identificou-se a filiação de vinte deles a estas legendas. Neste processo, destaca-se a ampla predominância dos partidos do chamado campo conservador, em especial daqueles originados da antiga ARENA, que detêm a ampla maioria das filiações destes agentes.

Da mesma forma, é significativa a participação dos dirigentes analisados em disputas de eleições a cargos do executivo e legislativo, já que entre os vinte dirigentes com filiação partidária, pelo menos dezesseis deles participaram de tais pleitos em algum momento de sua trajetória. Percebe-se que tais participações se concentram e têm mais êxito no âmbito das disputas municipais, sobretudo em relação ao poder executivo.

⁹⁶ Fonte: <https://estado.rs.gov.br/secretaria-da-agricultura-completa-70-anos>.

No que se refere às candidaturas de nível local, percebe-se que, em sua maioria, ocorrem anteriormente à chegada destes agentes na diretoria da Farsul, demonstrando que alguns dirigentes possuem importantes capitais políticos construídos em suas trajetórias locais, os quais, inclusive, podem influenciar em ingresso na entidade.

Já no que se refere às candidaturas ao legislativo federal percebe-se realidade oposta, já que as duas candidaturas registradas neste âmbito são de ex-presidentes da Farsul, que se candidatam a tais postos durante o exercício de seus mandatos a frente da entidade, o que indica a centralidade da Federação na definição de tais candidaturas e o peso de seus capitais políticos durante estes processos.

Por fim, identificou-se a presença de quatro dirigentes da Farsul em secretarias do Poder Executivo Estadual, quais sejam, as pastas da Secretaria de Indústria e Comércio, da Secretaria de Segurança Pública e da Secretária de Agricultura. Aliás, a ligação dos dirigentes da Farsul, ao longo da história, com esta última pasta parece ser muito relevante.

Em geral, percebe-se que a passagem dos referidos dirigentes por estes espaços de gestão se dá em governos dirigidos por partidos do chamado campo conservador, ocorrendo em diferentes momentos em relação a sua passagem pela diretoria da Farsul, o que demonstra que, em alguns casos, a entidade busca incorporar em sua gestão atores políticos com profundo trânsito no cenário da política estadual – já tendo passado por tais cargos – e, em outros casos, a Farsul serve como porta de entrada de seus dirigentes para tais cargos na estrutura de Estado – já que passam a ocupa-los depois de terem sido dirigentes da entidade.

Capítulo 3: Visão de representação e formas de ação

Neste capítulo tem-se por objetivo analisar como os dirigentes da Farsul enxergam ou concebem o papel da entidade e de suas lideranças na representação de interesses do patronato rural. Neste sentido, busca-se compreender como estes agentes veem a Farsul em um cenário de multiorganização do patronato rural e agroindustrial brasileiro e o que pensam sobre diferentes formas de atuação política desenvolvidas pela entidade no contexto em estudo. Tendo como pano de fundo questões que marcam a realidade estudada, busco compreender como atuou a Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul naquele contexto.

Diante disso, o capítulo divide-se em cinco tópicos:

O primeiro tópico analisa a visão dos dirigentes da Farsul a respeito do processo de representação do patronato rural, procurando compreender como enxergam a importância da Farsul, suas demandas, desafios e funções, bem como as dinâmicas estabelecidas na relação desta Federação frente a outras entidades representativas do patronato rural e agroindustrial e também em relação aos seus adversários de classe.

O segundo tópico analisa a visão dos entrevistados a respeito do papel e das funções desempenhadas pelos dirigentes da Farsul, procurando compreender quais são, na visão destes agentes, as virtudes, as qualidades, as tarefas e os desafios que devem estar presentes e nortear o trabalho de uma liderança da classe.

A partir disso, busco compreender também como as diferentes formas de atuação política desenvolvidas pelo patronato rural são concebidas por estes agentes.

Neste sentido, o terceiro tópico analisa a visão dos entrevistados a respeito dos processos de mobilização direta do patronato rural; o quarto tópico analisa as formas de ação política do patronato rural frente ao Estado; e o quinto tópico analisa sua visão relacionada à política partidária.

A partir destas análises, buscou-se apresentar elementos que possam auxiliar na compreensão sobre como atuou a Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul no período anterior à virada de século.

3.1 “A FARSUL no Rio Grande do Sul está como a FIESP está para o estado de São Paulo”: Concepção de representação e ação política patronal

Neste tópico tem-se como objetivo analisar como os dirigentes da Farsul enxergam o processo de representação, tendo como referência as ações desenvolvidas na

entidade e suas dinâmicas de funcionamento durante o período de estudo. Neste sentido, procura-se entender como estes agentes veem a importância da Farsul, suas demandas, desafios e funções, bem como as dinâmicas estabelecidas na relação desta Federação frente a outras entidades representativas do patronato rural e agroindustrial e também em relação aos seus adversários de classe. Em síntese, busca-se responder à seguinte questão de pesquisa: como os dirigentes da Farsul concebem a representação patronal em sua diversidade, tendo como referência os processos políticos desenvolvidos na entidade no contexto estudado?

De modo geral, pode-se dizer que estes agentes elaboram uma diversidade de significações e concepções sobre a representação de interesses desenvolvida ali. Estas diferentes concepções não são necessariamente excludentes, mas, ao contrário, complementam-se entre si, constituindo-se como manifestação da representação instituída e das formas de ação possíveis pela entidade. Desta forma, a representação é entendida por eles como diversidade de práticas, como expressão de união e de disputa, como capacidade de articular e negociar, como demonstração de força – capacidade de brigar -, como responsabilidade e apoio aos representados, como desafio de resolução de difíceis demandas, como capacidade de inovar e modernizar e, por fim, como construção de protagonismo e destaque frente a outros grupos, frações e classes sociais.

Desenvolvendo mais a fundo estes elementos, inicialmente cabe destacar que, num cenário de multiorganização do patronato rural e agroindustrial brasileiro e de disputas na e pela representação legítima destes setores no estado e no país, a representação é vista pelos dirigentes da Farsul como capacidade de agregar, organizar e falar em nome de toda a classe. Por isso, a Farsul é identificada por eles como representante legítima e máxima de um setor – *ninguém tem mais permeabilidade e mais representatividade* que esta entidade. A longa história de existência da entidade e sua caracterização como constituinte da estrutura oficial do sindicalismo patronal rural do país são elementos que auxiliam nesta afirmação. Conforme relato de um dos entrevistados:

Eu vejo o seguinte: **ninguém tem mais permeabilidade e mais representatividade que a Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul**, que é a Farsul. É uma entidade que está com 90 anos, ninguém chega a 90 anos se não tem prestado serviço ao longo da sua história, obviamente. Então **nada é maior que a Farsul, como nada é maior que o sistema CNA no Brasil** (Entrevistado 3, vice-presidente da Farsul).

Como comentado, mais do que afirmar a simples legitimidade social da entidade, estes elementos são mobilizados no discurso patronal também como ferramenta de

disputa de hegemonia intraclasse dominante agrária, onde os dirigentes da Farsul buscam projetar determinada imagem da entidade, colocando-a em condição de destaque em relação às demais representações do setor. Ao afirmar que nenhuma outra entidade representativa do setor agropecuário no Rio Grande do Sul teria tanta *permeabilidade e legitimidade* social quanto a Farsul, em outros termos, que nenhuma destas organizações seria *maior que a Farsul*, o dirigente em questão mobiliza os capitais políticos e simbólicos provenientes de uma estrutura de representação oficial do sindicalismo patronal – de que faz parte a Farsul – para medir e expor a força e legitimidade social da entidade que dirige.

Conforme relato do mesmo entrevistado, as demais entidades de representação do setor agropecuário gaúcho “são entidades que existem e que tocam especificamente um único setor”. Ao passo que “só tem uma entidade que abraça todos, que é a Farsul” (Entrevistado 3, vice-presidente da Farsul). Desta forma, percebe-se que o fato da Farsul constituir-se como entidade representativa de todas as cadeias produtivas do setor agropecuário gaúcho também é mobilizado como elemento para sua legitimação frente às demais entidades do setor.

Neste sentido, visando dar respostas a um cenário de crescente segmentação de interesses e diferenciação econômica e política no interior da classe dominante agrária (Mendonça, 2009), aciona-se uma noção de representação entendida como expressão de união entre atores e cadeias do setor agropecuário. A noção de união entre diferentes atores e da indissociabilidade entre os diversos ramos produtivos da agropecuária, que seriam todos abarcados no interior da entidade, é mobilizada por estes dirigentes como argumento que baliza a ideia da legitimidade e da força social da Farsul – “aquí encima está escrito, [como lema da Federação]: ‘A agricultura e a pecuária são irmãs e sócias inseparáveis’. [Então] para o setor é imprescindível a união. Não adianta fragmentar, não adianta parcelar, não adianta que não vai resolver os problemas” (Entrevistado 1, ex-presidente da Farsul).

Como dito, por um lado, esta concepção de representação como expressão de união e de indissociabilidade entre atores e cadeias do setor agropecuário se estrutura a partir do espaço ocupado pela Farsul como entidade de representação legal/oficial do sindicalismo patronal, já que o pertencimento a esta estrutura de representação proporciona à entidade, além do reconhecimento legal, um capital simbólico para se apresentar como porta-voz legítima de um conjunto de atores que compõem as cadeias

agropecuárias no estado, projetando imagem de união e indissociabilidade entre estes agentes.

Mas, por outro lado, percebe-se que este é um discurso e concepção que vai além da estrutura oficial do sindicalismo patronal, sendo recorrente entre um conjunto de atores do patronato rural e agroindustrial brasileiro no período estudado aqui, já que naquele momento se buscava a construção de um novo consenso e a superação de uma crise de representação do patronato agroindustrial. Se a criação da ABAG, em 1993, pode ser entendida como um marco na tentativa de superação desta crise de representação e como momento onde o agronegócio ganha força enquanto bandeira política no Brasil, consagrando-se “como eixo do novo projeto hegemônico entre os grupos agroindustriais” (Mendonça, 2009, p. 99), pode-se perceber que a concepção de representação que estrutura o desenvolvimento inicial desta entidade ocorre em torno de uma dimensão “sistêmica”, já que a noção de agronegócio integraria entre si as diferentes cadeias e atores da agropecuária. Conforme destacou Bruno (1997),

A matriz discursiva do projeto da Abag se assenta prioritariamente na defesa da abordagem sistêmica. A visão sistêmica tem como fundamento a ideia de totalidade, complementariedade, circularidade e interação entre os vários elementos e processos que compõem o *agribusiness*. Com a Abag, o sistêmico sai do espaço técnico e acadêmico para o campo da política e da elaboração simbólica. A abordagem sistêmica é considerada como a expressão da modernidade e se contrapõe à visão tradicional e segmentada da agricultura. Segundo a entidade, somente a visão sistêmica permitiria o desenvolvimento harmônico e sustentado do país (BRUNO, 1997, p. 38).

Na medida em que a noção de agronegócio passa a ser incorporada fortemente no campo da representação patronal e “ao considerar que todas as suas atividades constituem um único sistema produtivo e sistêmico”, a Abag “rompe com a ideia da agricultura como um setor isolado do conjunto da sociedade” e amplia a representação de interesses destes grupos do patronato agroindustrial “para além dos interesses agrários” unicamente. A partir disso, o discurso e a defesa de uma dimensão “sistêmica” na representação de interesses do grupo passam a ser hegemonicamente incorporados pelo patronato rural e agroindustrial brasileiro (Bruno, 1997, p. 39).

Portanto, considerando que a ação política dos diversos atores que representam o patronato rural e agroindustrial brasileiro, suas visões e concepções sobre o processo de representação, devem ser entendidos desde uma perspectiva relacional, sobretudo por se tratar de momento de intensas disputas nesse cenário, percebe-se que esta noção de representação construída pelos dirigentes da Farsul - como expressão de união entre diferentes atores e de indissociabilidade entre os diversos ramos produtivos da

agropecuária – deve ser compreendida também neste contexto de incorporação do conceito de agronegócio no Brasil – ou *agribusiness* naquele momento.

Assim, a partir da década de 1990 – momento de expressiva difusão deste conceito no país – percebe-se a intensificação de uma visão “sistêmica” nos espaços de representação da Farsul, visualizando-se – ao menos como construção de imagem – a busca por maior articulação entre cadeias produtivas e a superação de antigas segmentações no setor:

Antes era agricultura... pecuária... era uma coisa mais conservadora, mais aristocrática, vamos dizer assim. [E depois se] começou **a articular com as cadeias, a questão do agronegócio**, que é o impacto da produção de carne e de grãos na economia como um todo, nos outros estágios da economia, que é na indústria, no comércio, na prestação de serviços (Entrevistado 4, prefeito municipal e ex-diretor da Farsul).

Pode-se supor que o avanço da incorporação desta dimensão “sistêmica”, como concepção de representação, tenha ocorrido na esteira do que se projetava nacionalmente. No entanto, se a construção política do agronegócio não ocorre sem tensões e disputas entre as diferentes instâncias de representação patronal do país, é importante pontuar que, na medida em que a Farsul atua na organização daqueles agentes que atuam “dentro da porteira da fazenda” - não representando diretamente as grandes corporações econômicas multifuncionais do agronegócio, consideradas os elos mais fortes destas cadeias –, seus dirigentes veem-se em tal contexto como vítimas de discriminação frente a outros setores do agronegócio. Muitas vezes este sentimento de discriminação se projeta em relação a entidades representativas que atuam em diversos estágios das cadeias do agronegócio, sendo consideradas representantes dos setores mais modernos, como é o caso da Abag – “A Abag tinha um certo ranço de ‘eu sou quem sabe’, ‘eu sou o moderno’, ‘eu sou o bem bom e vocês são o atraso do atraso’” (Entrevistado 1, ex-presidente da Farsul).

Como retratado em outros momentos deste trabalho, o lugar ocupado na atividade produtiva – se dentro ou fora da porteira da fazenda - constitui-se como um dos elementos definidores de concepções e práticas diferenciadas no interior do agronegócio (Bruno, 2009). Neste sentido,

Um olhar mais cuidadoso nos permite perceber que proprietários e empresários do agronegócio não são tão unidos assim. Se, de um lado, comungam a mesma crença sobre possibilidades econômicas e políticas advindas do agronegócio, de outro, não se sentem fazendo parte, igualmente, de [sic] processo. A fala das lideranças patronais assinala e demarca tensões e divergências e retratam o modo como cada um se sente discriminado pelos demais ou o discrimina (BRUNO, 2009, p. 121).

Como tendência, percebe-se que “os ‘segmentos’ localizados dentro da porteira da fazenda” – como é o caso, fundamentalmente, da base social da Farsul – são, em geral, os que mais “sentem-se discriminados pelos demais setores que formam a cadeia agroindustrial e as redes do agronegócio quer os setores a jusante, quer a montante” (Bruno, 2009, p. 122).

Diante disso, enxerga-se tentativas de produzir diferentes sentidos e significados em torno da incorporação desta bandeira política – do agronegócio - pela Farsul, onde busca-se adaptar tal conceito à realidade de atuação da entidade:

Produtor rural, na minha definição, é só uma coisa: é um cara que tem que trabalhar para ganhar dinheiro. Se isso é *agribusiness* ou não é *agribusiness* eu não sei qual é a definição de *agribusiness*. [...] **Eu acho que *agribusiness* é um conceito que precisa ser trazido para a amplidão.** Quer dizer, *agribusiness* não é só o cara que acessa internet pra ver a cotação da bolsa de Chicago, muitas vezes sem nunca ter ido à Chicago (Entrevistado 1, ex-presidente da Farsul).

Como se vê, um dos princípios de tal construção de significado é o de afastar a noção de que o agronegócio seria constituído somente em torno de grandes e ultramodernos empreendimentos agropecuários - *agribusiness não é só o cara que acessa internet pra ver a cotação da bolsa de Chicago* -, sendo necessário trazer tal definição para próximo da realidade vivida no campo, contemplando diferentes realidades de produtores rurais, que não necessariamente estão no topo das cadeias da moderna produção - *Eu acho que *agribusiness* é um conceito que precisa ser trazido para a amplidão.* Disputar o significado desta palavra política, ampliando sua abrangência e trazendo-a para próximo de sua realidade, significa, para os agentes de “dentro da porteira da fazenda”, fugir das discriminações de que são alvo no interior da classe dominante agroindustrial, integrando-se a um processo político que muito contribui no *fazer-se* classe do patronato rural e agroindustrial brasileiro no período recente.

De toda forma, mesmo sendo conceito em disputa e passível de diferentes significados, percebe-se que a construção do agronegócio, como palavra política, contribui para a projeção de uma concepção “sistêmica” de representação também entre os dirigentes da Farsul, sendo, portanto, uma das expressões da construção de uma noção de representação entendida como união e indissociabilidade entre atores e cadeias do setor agropecuário.

Mas, esta concepção de representação como união da classe deve ser compreendida também em relação à estrutura de posições ocupadas pelos porta-vozes da Farsul internamente à entidade, já que, em geral, partem de um espaço político bem

definido, sendo verbalizadas por dirigentes ou setores que tradicionalmente dirigiram a entidade. Portanto, do ponto de vista da configuração interna à Farsul, esta noção da representação como expressão de união pode ser entendida também como discurso político e construção de imagem, que visa acomodar interesses distintos e manter determinado equilíbrio de forças em seu interior.

Neste sentido, também é comum entre estes agentes que ocupam/ocuparam posições de controle na entidade a realização de críticas a constante fragmentação nos espaços de representação do patronato rural. Fazendo um paralelo com a realidade político-partidária brasileira e afirmando que a criação de muitas entidades representativas do setor responderia à necessidade de determinadas lideranças angariarem espaço de atuação política, já que não possuiriam maioria nas Federações de Agricultura, um dos ex-presidentes da Farsul afirma que:

Houve um momento em que a preocupação do pessoal [...] [era] cada vez criar mais entidades e mais entidades. É como partido político hoje, [são] 35 partidos políticos. Quer dizer, o cara funda um partido porque não teve lugar, não conseguiu liderança, não deixaram, então ele cria um e fica de dono do partido (Entrevistado 2, ex-presidente da Farsul).

Na declaração acima percebe-se uma crítica e tentativa de deslegitimar a criação de novas entidades de representação patronal, já que, na concepção do entrevistado, em muitos casos, o surgimento destas entidades responderia aos interesses particulares de suas lideranças e não a reais demandas políticas do grupo. Tal crítica é constitutiva do discurso que busca projetar imagem de união da classe.

No entanto, coerente com a diversidade de posições e concepções que compõem as classes dominantes rurais e agroindustriais brasileiras e com o ambiente de disputa de hegemonia no interior destas classes no contexto estudado, o discurso patronal analisado aqui estrutura-se também em torno de uma concepção de representação entendida como acirramento de tensões e disputas no interior da classe. Quer dizer, se a concepção da representação e o discurso político da união são percebidos, sobretudo, entre lideranças que ocupam lugar de destaque na estrutura de posições interna à Farsul, em outros casos, esta ideia parece estar longe de representar elemento central na ação política da classe.

A representação, entendida como acirramento de tensões e disputas no interior da classe patronal, é vista a partir de momentos de cisão e de recomposição, de atritos e confrontos, de separações e, sobretudo, a partir da constituição de novos espaços de fala do patronato rural, construídos, muitas vezes, à revelia do oficialismo da Farsul e em função de crises advindas de seu próprio interior:

Há alguns anos atrás a Farsul falava por todo mundo e aí nós das Associações de Raça achamos ruim. **A Farsul não nos representa**, as nossas reivindicações, os nossos objetivos, os nossos anseios são outros. Então nós formamos a Federação Brasileira das Associações de Animais de Raça, a FEBRAC. **Justamente para separar** (Entrevistado 5, ex-vice-presidente da Farsul).

O mesmo dirigente ainda complementa, dizendo que “uma grande prova que a Farsul não representava condignamente toda a produção rural do Rio Grande é que foi criada a Fecotrigo, foi criada a Aprosoja, foi criada a Federarroz, foi criada a Febrac” (Entrevistado 5, ex-vice-presidente da Farsul).

Assim, a criação destas entidades representativas por ramos específicos de produção é vista a partir da necessidade de desenvolver canais específicos de representação, a fim de atender questões não abarcadas pela representação oficial do patronato rural – “a Farsul é uma entidade sindical que representa os produtores, como um todo. Nós queríamos uma representação específica. [...] Aí nós criamos a Febrac” (Entrevistado 5, ex-vice-presidente da Farsul). A criação destes espaços demarca pontos de grande tensionamento e de fortes atritos no interior do patronato rural, colocando em xeque a legitimidade de suas instâncias tradicionais de representação e chamando atenção para esta outra dimensão da representação do grupo: a do conflito e da disputa.

No caso do entrevistado citado acima, cabe destacar que a visão que ressalta o tensionamento e a disputa como constitutivos da representação é coerente com alguns elementos de sua trajetória sindical. Após ocupar espaço de relativo destaque no interior da Farsul – o cargo de vice-presidente da entidade –, este sujeito atuou na criação de uma nova entidade representativa do setor e liderou um bloco de oposição no interior da Farsul – quando foi candidato à presidente da entidade.

No entanto, mesmo possuindo tal trajetória e questionando abertamente a ideia da união como traço geral da ação política do patronato rural, o entrevistado, destaca, por outro lado, que a emergência de um inimigo comum, que ameaça as condições fundamentais de sua dominação de classe, produz as condições para esta união em momentos-chave:

Que união me hablas? Que união? Não tem união. A gente só se une na época da... aqui a gente tem um ditado no Rio Grande do Sul, que diz que **o produtor só se une quando o MST diz que vai invadir** (Entrevistado 5, ex-vice-presidente da Farsul).

Indo ao encontro do que foi comentado na introdução deste trabalho, percebe-se que, embora as classes dominantes agrárias devam ser vistas a partir de sua heterogeneidade interna, já que compostas por diferentes grupos e frações que possuem

diferenciais de poder e divergências sobre diversas questões, a ação política destes grupos se unifica, quase que incondicionalmente, nos momentos em que seus interesses fundamentais de classe são ameaçados. Neste sentido, a defesa da propriedade e do monopólio da terra constitui-se como o principal elemento de construção desta união, já que a terra é vista por eles como fonte direta de poder e de riqueza e, portanto, o debate sobre a questão fundiária configura-se como o momento em que o “espírito de classe” dos setores dominantes do campo se encontra de modo mais nítido. Nestes momentos é a “classe” que polemiza e reage” e não “aquela liderança patronal e muito menos aquele setor particular” (Bruno, 1997, p. 13).

Percebe-se que nestes momentos de ocorrência de conflitos fundiários intensificam-se os laços de solidariedade de classe entre o patronato rural, processo que aproxima estes agentes entre si e influencia em sua forma de atuação na representação do grupo:

Quando eles tiveram dificuldades lá em Bagé, que houve uma fiscalização geral lá por parte da promotoria federal, **eles estavam acuados lá sobre esse negócio de reforma agrária**, estavam liquidados. E aí **eu me prontifiquei em ajudá-los** (Entrevistado 10, ex-diretor e candidato a vice-presidente da Farsul).

Além disso, com a delimitação de um inimigo comum – *quando o PT estava no governo* -, abre-se espaço até mesmo para que se atenuem antigas relações de disputa e de oposição internamente à entidade, havendo o reconhecimento dos méritos de adversários internos na condução de ações frente aos inimigos de classe:

Mas, evidentemente que, a parte algumas diferenças pessoais, a gente tem que admitir que o Sperotto fez um trabalho muito bom, especialmente **quando o PT estava no governo**. A defesa da propriedade, contra as invasões de terra, isso a Farsul andou muito bem (Entrevistado 5, ex-vice-presidente da Farsul).

De modo geral, nestes momentos opera-se quase que uma nova engenharia de relações e alianças políticas entre o patronato rural, num processo que produz novas configurações e, muitas vezes, traz para o centro da arena política da entidade agentes que, em condições naturais, não possuiriam tanto espaço em seu núcleo de poder. Conforme relato de um dos entrevistados:

Logo depois que nós perdemos a eleição [da direção da Farsul] para o Sperotto, lá dentro do parque Getúlio Dorneles Vargas em Bagé, ele me lançou um desafio, não estava nem encima do palco onde estavam fazendo apresentação dele, dos vitoriosos lá, e o Sperotto falando. E os caras perguntaram: “Ah, nós estamos sofrendo aqui uma fiscalização terrível e coisa”. Aí o Sperotto mesmo falou: “Não, quem entende disso aqui é o [fulano – identificação omitida]. Ele está aí”. Pegou e atirou para mim a coisa, se eximiu de resolver a questão. E aí me pediram para falar, eu fui lá e falei. Disse: “Não, eu não tenho medo de enfrentar isso aí e acho que tem meio de resolver, mas nós precisamos estar unidos” (Entrevistado 10, ex-diretor e candidato a vice-presidente da Farsul).

Percebe-se, no relato acima, episódio em que um adversário interno do grupo que dirigia a entidade – havia sido candidato a vice-presidente da Farsul em chapa de oposição – é chamado pelo presidente a ocupar espaço de destaque em processo de mobilização contra a reforma agrária, em virtude de *entender* daquele assunto e, desta forma, manifestar condições de ajudar o grupo. Trata-se da ocorrência de alianças e relações com dirigentes do patronato rural que, embora não ocupem posições de destaque no interior da Farsul e, em alguns casos, manifestem até mesmo relações de oposição aos seus dirigentes, possuem trajetórias sociais e capitais políticos intimamente ligados à defesa do monopólio fundiário, tendo larga experiência de atuação política nestes conflitos e podendo, desta forma, ser acionados nestes momentos de grandes tensões.

Este processo demonstra o quanto o elemento do conflito agrário pode alterar as noções de disputas e alianças no interior do patronato rural.

Mas, dando sequência a esta análise, destaca-se também que a representação é entendida pelos dirigentes da Farsul como responsabilidade para com os representados. Neste sentido, sobressai-se aqui a ideia de um “sistema” capaz de produzir uma ampla estrutura de apoio e de envolvimento junto ao produtor rural. Esta ideia de “sistema” tem por base a existência de uma estrutura de organização que envolve toda cadeia do sindicalismo patronal e que proporcionaria aos produtores rurais um nível de atenção mais detalhado as suas demandas:

Em algumas situações o produtor rural “tem certas dificuldades de chegar no seu sindicato, mas quando lhe pega algum problema que é sério ele lembra da presença do sindicato rural e sai correndo para dentro do sindicato e, por sua vez, o sindicato para dentro da Federação. E se a Federação não consegue resolver o problema, para dentro da CNA. Então **existe um sistema de vasos comunicantes que o produtor se utiliza sempre quando precisa**. Por isso que eu te digo: ele só vai se dar conta que o sistema é evidentemente importante se não existisse. Na ausência do sistema, o que o produtor faria? Começaria a formar milhares de pequenas associações, que, sei lá, chegariam em que?” (Entrevistado 3, vice-presidente da Farsul).

Neste processo, busca-se evidenciar também a representatividade e a importância dos sindicatos rurais, instâncias de base da Farsul, ao mesmo tempo em que se ressalta a capacidade de articulação e comunicação entre as diversas instâncias do sistema sindical que a Farsul faz parte. Diante disso, se sobressaem as ideias de congregar, reunir e representar determinado grupo, como sendo os desafios da Farsul – “em primeiro lugar ela [a Farsul] é uma entidade que congrega os sindicatos, que, por sua vez, são as entidades representativas do setor primário todo. Sindicato reúne, como qualquer outro sindicato de outra categoria, reúne produtores ou associados, pessoas que se dedicam àquela atividade” (Entrevistado 2, ex-presidente da Farsul).

A ideia de um “sistema” também é evocada quando se reflete sobre o potencial de ação da Farsul ao lado das estruturas do Senar e da Casa Rural – “hoje a Farsul é um ‘Sistema Farsul’. É o Senar, que é o braço educacional, a Farsul o braço político e a Casa Rural é o braço comercial” (Entrevistado 7, ex-vice-presidente da Farsul).

Se entendida a partir da noção de um “sistema” – neste caso, constituído pela tríade Farsul, Senar e Casa Rural -, a representação é vista desde suas diferentes esferas e práticas de atuação política, as quais seriam responsáveis por promover o apoio ao produtor organizado na entidade de diferentes maneiras, tanto no que tange à convencional representação setorial desenvolvida nas entidades deste tipo, quanto em termos do oferecimento de outros serviços aos associados, como o treinamento e a qualificação técnica:

A Farsul “apoia o produtor, está junto com o produtor, nessas duas colunas, uma através do Senar, treinando e qualificando o produtor rural, seus familiares e as propriedades em geral, e a outra a representatividade institucional, política e setorial que ela faz através da sua presidência e sua diretoria” (Entrevistado 4, prefeito municipal e ex-diretor da Farsul).

Portanto, a representação é concebida aqui também como diversidade de práticas e como desafio de resolução de difíceis demandas em favor do grupo. Neste sentido, o diferencial da Farsul frente a outras entidades do setor, como nos informa outro entrevistado, é visto também a partir da amplitude de sua capacidade de atuação, já que, segundo ele, “a entidade sindical é uma entidade diferente, é uma entidade que tem a representação política do setor em todo o espectro, desde a questão trabalhista, até a questão negocial” (Entrevistado 1, ex-presidente da Farsul).

Assim, busca-se diferenciar a atuação da Farsul em relação a outras entidades patronais, afirmando sua responsabilidade e capacidade de atuar frente aos temas que não seriam de interesse, por exemplo, das modernas associações por ramos produtivos:

É muito fácil trabalhar no filé mignon e deixar a carne de peixe. Nós trabalhamos a carne de peixe, nós vamos para a mesa de negociação, nós vamos fazer acordo coletivo, tem essa parte também, tem esse negócio também. Então a gente vai trabalhar nas negociações da reforma agrária, da área mínima, a Abag não quer saber, a Abag quer saber de práticas de comércio internacional e não sei o que. [Então] eu acho que cada um no seu buraco (Entrevistado 1, ex-presidente da Farsul).

Aqui, se percebe que a afirmação da importância do trabalho desenvolvido pela Farsul envolve um ato de desqualificação do “outro” da representação patronal, elemento que deve ser entendido como parte da disputa pela legitimidade da representação patronal naquele contexto e pela decorrente necessidade de demarcar espaços de atuação distintos entre as diversas entidades ali existentes – *eu acho que cada um no seu buraco*. Esta

desqualificação do “outro” ocorre a partir do argumento de que determinadas entidades representativas – ele cita a Abag - só estariam interessadas em trabalhar com o *filé mignon* da agricultura brasileira, enquanto a Farsul trabalharia também a *carne de pescoço*, reforçando a ideia de seu amplo espectro de atuação enquanto entidade oficial do sindicalismo patronal rural, além de uma suposta capacidade de resolução de difíceis problemas.

Ademais, a representação entendida como diversidade de práticas e capacidade de resolução de problemas também envolve um suposto compromisso de luta e capacidade de negociação frente ao espinhoso tema da questão fundiária, problema que envolve os interesses fundamentais de classe do patronato rural e é entendido aqui como lugar por excelência de atuação da Farsul - *A gente vai trabalhar nas negociações da reforma agrária, da área mínima, a Abag não quer saber.*

Além disso, na visão de alguns destes dirigentes a importância da Farsul relaciona-se com noções de força, capacidade de brigar e habilidade de articular, elementos que fundamentariam a capacidade de atuação da entidade – “a importância da Farsul, como uma entidade forte, que representa o setor, briga pelo setor e tem a habilidade necessária para fazer as articulações com outros setores e com a classe política” (Entrevistado 4, prefeito municipal e ex-diretor da Farsul).

Alguns episódios retratam a visão destes agentes a respeito do peso e da importância simbólica da demonstração pública de força pela entidade e seus porta-vozes:

Houve um ano em que um jornalista do Jornal *Zero Hora* resolveu fazer um artigo, porque tinha aumentado o preço da carne por aqui, e durante a Expointer ele fez um artigo contra os pecuaristas. Uma coluna dele contra os pecuaristas. Eu digo: “Ah, é?”. Reuni todos os expositores [e disse]: não pode tirar fotografia, não vamos deixar fotógrafo do *Zero Hora*, nem repórter do *Zero Hora* tirar fotografia de animais premiados e nem dar entrevista para ninguém, vamos ver o que vai acontecer. [...] Fizemos isso. No final da tarde tinha um telefonema do diretor do jornal: “Por favor, presidente, escrevo um outro artigo, vamos publicar amanhã na coluna dele. Peço mil desculpas pelo que aconteceu, etc, etc.” (Entrevistado 1, ex-presidente da Farsul).

Mas, além disso, o papel de dar acompanhamento e apoio ao produtor rural, frente a um cenário de constantes mudanças na agropecuária, é destacado mais uma vez por um dos entrevistados como atribuição da Farsul – “o agronegócio é que vem evoluindo, a Farsul vem apenas apoiando e ajudando a que esse agronegócio se desenvolva” (Entrevistado 3, vice-presidente da Farsul).

Assim, a representação é vista como apoio e suporte ao produtor rural, como garantia de estabilidade e segurança para seu desenvolvimento – “o papel da Farsul é

levar segurança ao produtor e recursos para que ele possa se desenvolver” (Entrevistado 3, vice-presidente da Farsul).

Aqui destaca-se o elemento da “segurança jurídica” como palavra de ordem e questão recorrente na construção de noções sobre representação. Esta palavra de ordem articula-se e tem por base a defesa de interesses fundamentais de classe como elemento estruturante da representação patronal. Por isso, o mais das vezes, a ideia de “segurança jurídica” está atrelada à noção de propriedade da terra e às novas configurações da questão agrária no Brasil – a Farsul atua na defesa de maiores “bases de segurança jurídica, porque não tem nenhum povo do mundo que tenha se desenvolvido com insegurança jurídica. O direito de propriedade é o grande ‘Calcanhar de Aquiles’ do produtor rural e a Farsul sabe entender isso” (Entrevistado 3, vice-presidente da Farsul).

Como comentado, se tem por base a ideia de direito de propriedade, o imperativo da “segurança jurídica” articula-se também às novas leituras sobre a questão agrária brasileira em contexto recente, onde o tema ambiental e a relação do agronegócio frente aos povos e comunidades tradicionais ganham destaque.

Conforme relato do mesmo entrevistado:

Então o Sistema [Farsul] é importante e eu acredito que seja fundamental sim. Naquilo que eu te disse, aquilo que o produtor mais preza, **segurança jurídica**, que todo dia nós somos ameaçados, todos os dias, por “N” matizes, “N” plumagens diferentes. **Foi direto na questão agrária, veio a questão quilombola, veio a questão indígena, veio a questão florestal e ambiental, que hoje é o grande, questão de águas**, uso de águas (Entrevistado 3, vice-presidente da Farsul).

Como se vê, as relações e posturas estabelecidas pelo patronato rural diante da emergência destas novas pautas e atores políticos, estão presentes e ajudam a estruturar a concepção de representação construída pelos porta-vozes da Farsul. Assim, a articulação produzida em torno de novos campos de conflito e de luta no espaço rural brasileiro renova antigos elementos conformadores de uma representação entendida como defesa intransigente de interesses fundamentais de classe e perpassada pela noção de garantia de estabilidade e “segurança jurídica”.

Cabe frisar que estes elementos encontram fortes conexões num cenário mais amplo da representação de interesses do patronato rural e agroindustrial no Brasil. Conforme destacou Sevá (2008, p. 6), sobretudo a partir dos anos 1990, o grande enfrentamento desenvolvido por estes grupos “face à tensão que se estabeleceu sobre as políticas ambientais propriamente ditas, representa uma das formas de se perceber suas estratégias de reprodução social”.

Desta forma, deve-se entender este cenário de conflitos em torno do tema ambiental como um “novo campo de luta deste patronato rural”, processo que “se acentua de acordo com o crescimento do agronegócio e seu fortalecimento político na sociedade nacional”. Neste processo, apesar de haver claras oposições do patronato rural a um conjunto de elementos que compõem as agendas ambientais, percebe-se também uma tentativa destes agentes em promover uma “apropriação interessada” destes elementos, a fim de “neutralizar as críticas” relacionadas ao tema e “se tornarem os condutores desta política e de um certo ‘capitalismo ecológico’, ou ‘ambientalismo empresarial’” (Sevá, 2008, pp. 127-128).

Se o tema ambiental pode ser entendido como um “novo campo de luta deste patronato rural”, semelhante reflexão pode ser feita no que se refere à relação estabelecida por estes agentes frente aos povos e comunidades tradicionais. Conforme destacou Bruno (2017, p. 28), a definição dos povos e comunidades tradicionais como principais adversários do projeto hegemônico do agronegócio, pode ser considerado um traço comum entre as elites rurais e agroindustriais brasileiras no período recente.

Segundo a autora, os povos e comunidades tradicionais são considerados como um dos principais “adversários da classe”, pois estes agentes “conseguiram transformar suas identidades e tradições em bandeiras de luta política capazes de mobilizá-los em torno de seus interesses e da luta por direitos”, sendo que suas “suas reivindicações vão de encontro ao projeto do agronegócio” (Bruno, 2017, p. 28). Neste sentido, as ações de oposição dos agentes do agronegócio em relação aos povos e comunidades tradicionais ocorrem

Por meio da produção de uma linguagem de classe orientada por três grandes falas e argumentos, que se complementam e são acionados de acordo com a conjuntura: a desqualificação dos adversários e de seus aliados; o argumento de que as críticas a eles endereçadas são preconceituosas, falsas e equivocadas e o discurso produtivista e apologético do agronegócio (BRUNO, 2017, p. 128).

Mas, se foram alterados e ressignificados estes campos de conflito que conformam a questão agrária brasileira ao longo das últimas décadas, a ação política do patronato rural em tal contexto seguiu, por outro lado, valendo-se do acionamento da noção de “segurança jurídica” como mecanismo de garantia de seus interesses fundamentais de classe. Desta forma, o argumento da “segurança jurídica”, já presente no discurso dos intelectuais orgânicos do agronegócio – representados principalmente no grupo PENSA-

USP⁹⁷ -, na primeira metade da década de 1990, e mobilizado ali pelo patronato rural como mecanismo de garantia de seu monopólio fundiário, passa a ser incorporado ao discurso dos porta-vozes do agronegócio no período mais recente também para fazer frente ao debate ambiental e às disputas em relação aos povos e comunidades tradicionais (Bruno, 2017b).

Como comentado anteriormente, há, assim, a renovação de antigos elementos conformadores de determinado tipo de representação patronal, que são agora ressignificados num contexto político diferente.

Aliás, a ideia da modernidade e da inovação também são constitutivas das noções de representação construídas pelos dirigentes da Farsul. Durante meu contato com os diversos agentes no campo de pesquisa, pode-se perceber o hábito de muitos dirigentes e assessores de se referirem à Farsul como “a empresa”. Embora aparentemente este fato não traga nenhum elemento significativo sobre a entidade, nas entrelinhas demonstra uma determinada visão ou construção de imagem em relação à Federação, ressaltando-se uma perspectiva de modernidade nas dinâmicas de trabalho desenvolvidas ali, onde a lógica de funcionamento da entidade se assemelharia a de uma empresa, com estrutura física, funcionários especializados e alto grau de complexidade na organização interna.

A concepção de uma representação moderna é vista pelos dirigentes da entidade como sinônimo de eficiência e geração de resultados concretos aos seus associados – “A Farsul hoje é uma Federação extremamente moderna, eficaz, dá o resultado para o produtor rural” (Entrevistado 4, prefeito municipal e ex-diretor da Farsul).

Além disso, a representação entendida como sinônimo de modernidade e inovação constrói-se como negação (ou superação) de uma ideia ligada ao “tradicionalismo” na representação de interesses do grupo.

A Farsul está hoje... não é uma entidade cansada, é uma **entidade dinâmica**. Não é tradicional, como era antigamente. **Eu já peguei a Farsul fora do tradicionalismo: Dácio de Assis Brasil, Balbino Mascarenhas, essa coisa toda**. Eu já peguei modificando. E hoje é uma entidade que **impõe tanto respeito quanto a Fiergs e a Federasul** (Entrevistado 6, ex-vice-presidente da Farsul).

Neste sentido, a concepção de uma representação moderna tem como fio condutor a ideia da mudança e passa pela reconstrução de símbolos e identidades que caracterizam

⁹⁷ Atualmente chamado de *Centro de Conhecimentos em Agronegócios*, o grupo Pensa-USP (Programa de Estudos dos Sistemas Agroindustriais) foi criado em junho de 1990 e passou a reunir intelectuais e desenvolver estudos e pesquisas voltadas aos interesses dos grandes grupos econômicos do setor agroindustrial. Ao difundir o conceito de *agribusiness* no Brasil, o PENSA contribuiu e abriu caminho para a criação da Abag em 1993 (Mendonça, 2016).

e referenciam o grupo historicamente - *Eu já peguei a Farsul fora do tradicionalismo: Dácio de Assis Brasil, Balbino Mascarenhas, essa coisa toda*. Ressalta-se, assim, a ideia de uma representação em processo – como uma classe que se faz ao longo do tempo -, constituída pelo elemento da mudança e capaz de responder aos desafios e dinâmicas do mundo contemporâneo.

Ademais, o elemento da modernidade na representação destas classes faz-se também desde sua interrelação com outros agentes e grupos empresariais, afinal, a entidade é vista hoje como moderna e *dinâmica* por seus porta-vozes porque impor *tanto respeito quanto a Fiergs e a Federasul*. Assim, modernidade é vista como sinônimo de força política, capacidade de imposição na representação do grupo.

Mais especificamente, a moderna representação é vista pelos dirigentes da Farsul também como negação e afastamento de uma identidade aristocrática e ligada à imagem do latifúndio. Assim, a imagem projetada para fora seria de extrema importância, já que para ser moderno é necessário não ser estigmatizado – *não existe mais aquele estigma que tinha nessa casa, que era uma casa do latifundiário, que era uma casa dos ‘punhos de renda’*.

Articula-se a isso também a construção de uma retórica de legitimidade que ignora a existência de distâncias objetivas e de interesses conflitantes entre diferentes classes e grupos sociais do campo. Desta forma, percebe-se que o afastamento de uma imagem ligada ao latifúndio passa pela construção da ideia de que diversas categorias sociais de agricultores seriam representadas pela Farsul, independente se pequenos, médios ou grandes produtores e proprietários rurais. Ou seja, segundo tal concepção, mudar, não ser tradicional, construir uma representação moderna passa por representar o grande, o médio e o pequeno produtor – Afinal, *“pra Farsul produtor rural não tem tamanho”*:

A Farsul mudou muito porque... Hoje a gente tem uma frase, que foi cunhada durante a gestão de Carlos Rivacci Sperotto, que a gente usa muito, que **“Pra Farsul produtor rural não tem tamanho”**. Hoje o pequeno, o médio e o grande têm o mesmo atendimento dentro dessa casa. Então **não existe mais aquele estigma que tinha nessa casa, que era uma casa do latifundiário, que era uma casa dos “punhos de renda”**. Hoje não, a Farsul hoje é uma casa do produtor rural do Rio Grande (Entrevistado 7, ex-vice-presidente da Farsul).

Mas, se, por um lado, este tema pode ser visto como construção de uma retórica de legitimidade do patronato rural e agroindustrial, processo que visa projetar determinada concepção de representação do grupo – como modernidade, como não estigmatização -, por outro lado, pode ser entendido também como estratégia de reprodução social via disputa direta de uma base social ligada a determinadas frações da

agricultura familiar e da pequena produção, que representam grande importância econômica e política na realidade do rural gaúcho.

Conforme destacou Bruno (2016),

O pequeno agricultor familiar proprietário de terra produzindo para o mercado interno quase sempre esteve presente na pauta das prioridades econômicas e políticas das elites rurais agroindustriais no país. Embora em nenhum momento tenha sido visto como alguém em pé de igualdade com os grandes proprietários de terra e empresários agroindustriais, apesar do discurso sinalizando o contrário (BRUNO, 2016, p. 142).

Desta forma, o “discurso da solidariedade entre as classes”, que parte do suposto de que não há “interesses conflitantes e projetos em disputa” entre estes agentes, pode servir como instrumento de “obediência” de um grupo em relação ao outro, já que o fundamento de tal movimento por parte das elites rurais e agroindustriais é fazer com que determinadas categorias da agricultura familiar subsidiem os interesses do projeto do agronegócio (Bruno, 2016, p. 146).

Em relação a este tema, no contexto da década de 1990, visualizou-se um avanço do incentivo à empresarialização de frações mais capitalizadas da agricultura familiar – aquelas integradas às grandes cadeias agroindustriais –, processo que foi fruto, sobretudo, da conjuntura política e econômica daquele período, marcada por crises, mudanças e oscilações, e da “discussão sobre necessidade de revitalização do cooperativismo”, liderada pela OCB. Neste cenário, advogavam as elites agroindustriais, uma das saídas para a crise seria a “transformação do agricultor familiar em empresário”, sem que, no entanto, perdessem o traço familiar que os caracteriza e fortalece. Em outras palavras, tratar-se-ia “de uma empresarialização monitorada pelas elites agroindustriais e subordinada às exigências das grandes empresas” (Bruno, 2016, p. 148).

No tempo do agronegócio, estes

empreendedores familiares são alvo de uma intensa pressão política e ideológica por parte das elites agroindustriais que procuram aproximá-los argumentando que agronegócio e empreendedores, juntos, representam o setor mais dinâmico da sociedade brasileira (BRUNO, 2016, p. 152).

É neste contexto que devem ser compreendidas as estratégias de aproximação da Farsul junto a setores e frações – os mais tecnificados e capitalizados – da agricultura familiar.

No caso específico analisado aqui, percebe-se que a construção de uma retórica de legitimidade que esconde “interesses conflitantes e projetos em disputa” (Bruno, 2016, p. 146) entre diferentes grupos e classes sociais do campo se constitui como estratégia de reprodução social do patronato rural em pelo menos dois sentidos: por um lado, auxilia

no distanciamento em relação a velhas marcas e estigmas que caracterizam a identidade social do grupo patronal em questão – notadamente aqueles elementos ligados à ideia do latifúndio -, contribuindo na construção de determinada imagem e concepção de representação entendida como modernidade, democracia e abertura para a participação - No passado *tinham pessoas que tinham até um pouco de receio de entrar na Farsul e hoje não, hoje a casa ficou aberta e democrática* -; e, por outro lado, reforça a possibilidade de subordinação dos agricultores familiares às elites agrárias e agroindustriais através de sua filiação a uma organização patronal, neste caso a Farsul⁹⁸, aumentando, de modo geral, a força política destes agentes dominantes - *A Farsul cresceu em função disso, ela trouxe as pequenas propriedades.*

Neste processo, a tentativa das organizações patronais – novamente, aqui a Farsul - de aproximar e subordinar determinadas frações da agricultura familiar ao seu projeto hegemônico não se dá somente em torno da relação estabelecida por estas organizações patronais com os agricultores familiares propriamente ditos, mas também com as instâncias formais de representação destes agentes. Neste sentido, percebe-se a construção de uma retórica de aproximação e de busca por um maior diálogo em relação a algumas instâncias de representação dos pequenos agricultores e trabalhadores rurais do estado - a Farsul hoje *praticamente faz um papel quase que simultâneo à própria FETAG, que é a Federação do Trabalhadores Rurais. Nós e a FETAG hoje estamos muito afinados, não tem mais aquele problema divisório.* Desta forma, a possibilidade de subordinação dos agricultores familiares às elites agrárias e agroindustriais se dá também por meio da relação estabelecida por suas entidades de classe.

Feitas estas reflexões, vejamos na íntegra a declaração do entrevistado apresentada nos dois últimos parágrafos:

A Farsul hoje “praticamente faz um papel quase que simultâneo à própria FETAG, que é a Federação do Trabalhadores Rurais. Nós e a FETAG hoje estamos muito afinados, não tem mais aquele problema divisório. Os problemas são iguais do pequeno, do grande, do médio. Então a Farsul cresceu em função disso, ela trouxe as pequenas propriedades, hoje tem uma comissão da pequena propriedade, que funciona muito bem, que são vários municípios, vários sindicatos que fazem parte da pequena propriedade. [...] [No passado] tinham pessoas que tinham até um pouco de receio de entrar [na Farsul] e hoje não, hoje a casa ficou aberta e democrática, então isso foi um crescimento importante que nós tivemos” (Entrevistado 7, ex-vice-presidente da Farsul).

⁹⁸ Bruno (2016) também trabalha com esta hipótese em seu estudo, trazendo como referência o caso da OCB.

Avançando-se nesta reflexão, percebe-se também que esta retórica de legitimidade que ignora a existência de distâncias objetivas e de interesses conflitantes entre diferentes classes e grupos sociais do campo, buscando subordinar atores e categorias sociais da pequena produção e da agricultura familiar aos interesses do projeto do agronegócio, constitui-se, fundamentalmente, como elemento discursivo e ferramenta de luta para a manutenção de privilégios e para a garantia de interesses fundamentais de classe do patronato rural, já que se relaciona diretamente com o tema fundiário.

Desta forma, embora resguardada pela roupagem da construção de uma imagem e de uma concepção de representação entendida como modernidade e mudança, tal premissa está intimamente ligada a velhos motes e elementos conformadores da identidade de classe destes agentes, fazendo parte da construção de um discurso arcaico e conservador, que visa manter os privilégios e a dominação de classe do patronato rural.

Conforme declaração de um dos entrevistados:

Tem Sindicatos [Rurais – filiados à Farsul] hoje em que a pequena propriedade é a maioria, então hoje está muito diversificado, **a reforma agrária foi feita na cama**. Hoje não existe grandes propriedades, hoje é mais ou menos tudo misturado. As grandes propriedades hoje são poucas, então, de um modo geral, acabou esses grandes latifúndios, isso aí. Nos sindicatos hoje têm pequeno, grande (Entrevistado 7, ex-vice-presidente da Farsul).

Como pode ser visto em tal declaração, a ideia de que atualmente a composição social dos sindicatos rurais filiados à Farsul estaria bastante diversificada, envolvendo grandes, médios e, até mesmo, pequenos produtores rurais, envolve o apagamento da questão fundiária e da necessidade de realização de uma reforma agrária no país. Conforme destacaram Bruno, Carneiro e Sevá (2008), esta mesma expressão pronunciada pelo dirigente da Farsul entrevistado aqui – “a reforma agrária se faz na cama” ou “foi feita na cama” – constitui-se como mote político do patronato rural brasileiro, revelando, fundamentalmente, uma forte vocação patrimonialista destas classes, além da defesa intransigente de seus interesses. Conforme os autores, tal expressão:

Tem um duplo sentido que se refere à lógica de reprodução social da família e da propriedade rural, bem como se refere a uma imagem da política que se resolve familiarmente, sem a interferência do Estado e sob poder de um patriarcado (BRUNO *et. al.*, 2008, p. 261).

Desta forma, contribui-se para afirmar a ilegitimidade da reforma agrária, considerada por estes agentes patronais como um assunto ultrapassado e uma questão ideológica e sem valor na atualidade (Bruno *et. al.*, 2008, p. 262). No caso analisado aqui percebe-se que tal expressão se constrói em absoluta articulação com o discurso de apagamento dos conflitos e lutas de classes no campo, demonstrando, portanto, o traço

arcaico e conservador embutido em tal discurso - *Tem Sindicatos [Rurais – filiados à Farsul] hoje em que a pequena propriedade é a maioria, então hoje está muito diversificado, a reforma agrária foi feita na cama.*

Para finalizar a reflexão proposta neste tópico e diante da diversidade de elementos que compõem a visão de representação expressa por estes agentes patronais, cabe mencionar também que a representação é entendida por eles como construção de protagonismo e destaque frente a outros grupos, frações e classes sociais. Neste sentido, representação seria estar *na vanguarda das Federações*, angariando destaque e protagonismo a partir da representação de seu segmento específico:

Ela está **na vanguarda das Federações**, eu, me perdoe a minha sinceridade, para mim, **a FARSUL hoje ultrapassou a FIERGS**, no que diz respeito ao protagonismo e as ações que ela desenvolve para o seu setor. Claro que a FIERGS é a federação das indústrias e tal. Eu acho assim, que dentro de uma visão de representatividade, de protagonismo, **a FARSUL no Rio Grande do Sul está como a FIESP⁹⁹ está para o estado de São Paulo** (Entrevistado 4, prefeito municipal e ex-diretor da Farsul).

Desta forma, representação é pensada também como relação e disputa frente a outros segmentos empresariais – *a FARSUL hoje ultrapassou a FIERGS* - e o suposto de um protagonismo da Farsul na cena política do empresariado gaúcho – entendido aqui como construção de discurso e retórica de legitimidade - destaca a aspiração e o desejo do patronato rural em demonstrar força, atestar espírito de liderança e de vanguarda frente aos demais setores empresariais, acumular e demonstrar capital político e simbólico e capacidade de constituir-se como referência no âmbito das classes dominantes e da sociedade em geral - *a FARSUL no Rio Grande do Sul está como a FIESP está para o estado de São Paulo.*

3.2 “O presidente é um cara educado, muito inteligente, mas meio ‘truculentão’”: O papel da liderança da classe e os atributos pessoais de um dirigente

Neste tópico tem-se como objetivo analisar a visão dos entrevistados a respeito do papel desempenhado pelos dirigentes sindicais na Farsul, procurando compreender quais são, na visão destes agentes, as virtudes, as qualidades, as tarefas e os desafios que devem estar presentes e nortear o trabalho de liderança corporativa do setor desempenhado por eles. Em suma, busca-se responder à seguinte questão de pesquisa: analisando-se os

⁹⁹ Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, filiada à CNI (Confederação Nacional da Indústria).

espaços de representação da Farsul, quais são os atributos capazes de legitimar determinado agente, frente a seus pares, no papel de liderança corporativa da classe?

Responder esta questão parece-nos de extrema relevância na medida em que compreender o processo de representação de interesses que se desenvolve na Farsul, passa por analisar os mecanismos de reprodução social de seus porta-vozes nestes espaços, desvendando, centralmente, quais são os atributos reconhecidos entre os pares para que determinado agente se legitime em tais espaços.

Em muitos momentos, a história da Farsul se confunde com o protagonismo social e político angariado por alguns de seus porta-vozes, que ganham destaque pessoal na sociedade e na arena política. Os investimentos pessoais em termos de capitais sociais, políticos e culturais que asseguram a estes agentes sua reprodução nestes espaços de representação de classe são diversos.

Durante a pesquisa de campo, entre os diversos fatos que chamaram minha atenção, figura um episódio ocorrido numa das entrevistas, com um dos vice-presidentes da Farsul, que possuía em sua mesa, no sindicato rural que presidia, um exemplar do livro *O Príncipe* de Nicolau Maquiavel, considerado um clássico da filosofia e da teoria política e visto por muitos como uma espécie de guia na luta pela conquista e manutenção do poder político. Em tom elogioso e buscando “quebrar o gelo” em um início de entrevista, ressaltai a pertinência da leitura daquele texto, ao passo que, concordando comigo, o entrevistado disse ser aquela uma leitura indispensável para quem atua na política e na representação classista, relatando já ter lido o clássico de Maquiavel por diversas vezes ao longo de sua vida.

Relato este fato para demonstrar a existência de uma forte preocupação pessoal destes dirigentes em torno de seus atributos e qualificações pessoais para atuarem neste espaço de representação. Neste caso específico, percebe-se um certo grau de investimento deste dirigente no acúmulo de capitais culturais, com o objetivo de qualificar sua intervenção pessoal nos espaços de representação da Farsul e, desta forma, garantir sua reprodução política enquanto porta-voz da classe.

Presume-se que a busca pelo acúmulo de determinados capitais por parte destes agentes guia-se por certos atributos que são referendados socialmente entre um grupo de elite - quer dizer, entre os agentes que representam a classe -, constituindo-se, na visão destes atores, como elementos próprios a um dirigente do sindicalismo patronal e que legitimam estes indivíduos para estar em tal condição.

De modo geral, os atributos pessoais de uma liderança patronal, reconhecidos pelos dirigentes da Farsul, articulam-se em torno das noções de saber ouvir e verbalizar, ter capacidade de conduzir a classe e pôr em prática determinadas posições, carregar consigo bagagem de experiência e de vivência, ter dedicação e zelo ao posto ocupado, demonstrar capacidade de ações firmes e truculentas quando julgam necessário e possuir equilíbrio e coerência de posições. Além disso, a construção destes agentes enquanto porta-vozes da classe passaria por sua capacidade de legitimarem-se perante os espaços institucionais da entidade e frente à elite política que a dirige, sendo que o debate sobre a alternância de poder - recorrente nas falas destes agentes – se relaciona com a discussão sobre os atributos próprios de um dirigente patronal.

Por fim, há também, como será visto, um movimento de idealização da figura do porta-voz, por parte de algumas lideranças patronais, numa ação que busca projetar nestes agentes elementos de distinção e de prestígio que reforcem seus capitais políticos e simbólicos, alimentando o poder e a condição de dominação do grupo que representam.

Vejamos em mais detalhes tais elementos.

Em primeiro lugar, como foi dito, o papel da liderança é entendido por estes agentes como o de saber ouvir e verbalizar. Conforme destaca um dos entrevistados:

Eu acho que saber ouvir e saber verbalizar são as primeiras duas condições [para ser dirigente da Farsul]. **Saber ouvir e saber verbalizar**. Não pode ser um indivíduo que não ouça e também não pode ser um indivíduo que não fale (Entrevistado 1, ex-presidente da Farsul).

Mas cabe frisar que a importância destes saberes não está relacionada somente à capacidade de comunicação destes agentes. A noção da escuta, do aprendizado com os mais velhos, do condicionamento ao ambiente da representação classista – *Eu fui me acomodando [...], me condicionando ao próprio pensamento das pessoas mais velhas [...], eu fui aprendendo a conviver com a classe* – se constituem como elementos centrais na concepção de liderança construída por estes agentes e expressam, em seu conjunto, a manifestação de um *habitus* conservador que, em alguma medida, condiciona a trajetória sindical destes agentes:

Quando ingressei no sindicalismo patronal e na Farsul “eu fui me acomodando, digamos assim, e me condicionando ao próprio pensamento das pessoas mais velhas, que eram, que vinham da origem ainda na Associação Rural, essa coisa toda. Enfim, **eu fui aprendendo a conviver com a classe**, essa é a verdade. E a ouvir, principalmente, isso é muito importante” (Entrevistado 2, ex-presidente da Farsul).

Como se vê, a manifestação deste *habitus* conservador ocorre também através da condição de saber ouvir, elemento entendido por estes agentes como atributo da liderança

classista. Mas, cabe pontuar que, na visão destes agentes, é importante não só ato de escutar e expressar uma opinião, mas também o de demonstrar e efetivar na prática os resultados de determinada decisão política, atestando capacidade de conduzir a classe nas ações de representação - tem que “dizer e fazer e mostrar como se faz. Uma coisa é tu discursar bonito e sair dali e não fazer nada, outra coisa é tu discursar e fazer a coisa e depois apresentar o resultado” (Entrevistado 4, prefeito municipal e ex-diretor da Farsul).

A capacidade de se comunicar e, na prática, seguir uma linha de atuação coerente com o discurso, expressando uma voz que realmente conduza as ações da classe, é vista como um desafio recorrente entre os representantes do patronato rural no Brasil. Conforme destacaram Bruno, Sevá e Carneiro (2009, p. 149), detecta-se, entre estes agentes, uma visão que afirma “a importância de quem tem o ‘dom da palavra’ e a capacidade de ‘convencimento’” entre seus pares, no entanto, há também um reconhecimento em torno da importância da demonstração, na prática, do que é expresso por estes dirigentes no discurso: “o discurso nem sempre corresponde à realidade e à prática de quem fala, e daí decorre uma das maiores dificuldades da representação política” do grupo.

Se demonstrar na prática o que se prega como discurso é considerado como atributo de uma liderança do patronato rural, a capacidade destes agentes liderarem manifestações e processos de ação coletiva também se constitui como elemento capaz de legitimar determinados agentes a ocuparem postos de direção na entidade, conformando elemento central na trajetória sindical de alguns deles e se constituindo como atributo reconhecido por estes porta-vozes - *Acabei indo para a liderança dessas coisas aí [manifestações] [...]. Naquele tempo eu comandeí isso aí. [...]. Até então eu não participava do sindicato rural [...]. Aí eles me pediram para chefiar eles.*

Isso é assim, pois os processos de mobilização patronal constituem-se como momentos cruciais do *fazer-se* classe do grupo, representando, portanto, tempo propício para se testar capacidades de suas lideranças, para se provar atributos diante do grupo e, desta forma, para renovar o quadro de porta-vozes da classe. Quer dizer, se os momentos de mobilização direta da classe contribuem na construção de identidades, símbolos e sociabilidades que articulam a ação política destes agentes enquanto classe, pode-se dizer também que estes são momentos propícios para a renovação e/ou o fortalecimento de suas lideranças (Bruno *et. al.*, 2009, p. 141).

Conforme relato do entrevistado, mencionado parcialmente acima:

Primeiro houve a crise na cooperativa aqui, depois houve a questão do confisco da soja com o Delfim Neto. Aí deu muito, como vou te dizer? O sangue esquentou, daí **acabei indo para a liderança dessas coisas aí**. Bloqueamos as indústrias que levavam nossa soja e queriam nos botar 25% de confisco. **Bloqueamos as indústrias, bloqueamos as estradas, bloqueamos as ferrovias. Naquele tempo eu comandi isso aí.** [...] **Até então eu não participava do sindicato rural.** Aí depois até houve uma reunião lá dentro do sindicato rural. Diante das dificuldades, do endividamento dos produtores que cresceu. **Aí eles me pediram para chefiar eles**, entende? (Entrevistado 10, ex-diretor e candidato à vice-presidente da Farsul).

Sem esquecer que se trata apenas de uma narrativa individual, que provavelmente esconde outros elementos de sua trajetória sindical, nesta declaração, percebe-se a existência de uma forte relação entre os processos de mobilização da classe e a trajetória sindical deste dirigente, que, segundo seu relato, teria ganhado destaque e legitimidade de atuação junto ao sindicalismo patronal a partir de notória participação em processos de mobilização dos agricultores de sua região em meados da década de 1980. Conforme o entrevistado, mesmo ainda não participando do sindicato rural de seu município naquele momento, teria liderado aqueles processos de mobilização, tendo sido, a partir disso, convidado para *chefiar* a organização dos produtores, tornando-se dirigente do sindicato rural de sua região e da própria Farsul.

Diante disso, pode-se perceber que o atributo do dirigente sindical, legitimado entre os porta-vozes do grupo, se constitui também como capacidade de conduzir a classe em ações que saiam do cotidiano e da previsibilidade de uma ação somente institucional. Quer dizer, para ser dirigente patronal e ser reconhecido frente aos seus pares é necessário também capacidade de condução do grupo no *bloqueio das indústrias*, no *bloqueio das estradas*, no *bloqueio das ferrovias*.

Além disso, os elementos da experiência e da vivência também são entendidos como atributos necessários a uma liderança, sobretudo em relação aos temas do mundo rural e às pautas conduzidas cotidianamente no espaço da representação patronal. Segundo um dos entrevistados, ser dirigente da Farsul envolve também “uma boa experiência, uma boa vivência [...]. É um problema de vivência, de experiência, de estar embebido por aquele assunto, de estar vivenciando aquele assunto, que te dá condição de chegar” (Entrevistado 1, ex-presidente da Farsul).

A dedicação e o zelo ao posto também são vistos por estes agentes como virtudes essenciais de uma liderança – *a dedicação, o cuidado, o carinho, a preocupação que o presidente tem para com a Federação, com a imagem da Federação* –, sendo especialmente destacados e reconhecidos quando conduzidos em paralelo às atividades na produção agropecuária - *embora seja produtor rural, [...] mas ele é dedicado à Farsul*:

E principalmente uma coisa: a dedicação do presidente. O presidente é um homem que **embora seja produtor rural, [...] mas ele é dedicado à Farsul**. A Farsul é um... **ele cuida aquilo ali como se fosse a casa dele**, talvez ele cuide mais da Farsul do que propriamente da família dele, eu estou exagerando um pouco nessa questão, mas **a dedicação, o cuidado, o carinho, a preocupação que o presidente tem para com a Federação, com a imagem da Federação** (Entrevistado 4, prefeito municipal e ex-diretor da Farsul).

No entanto, se dedicação e zelo podem ser entendidos como atributos de uma liderança patronal, classificados e referendados como tal pelos dirigentes da Farsul, por outro lado, tais elementos demonstram também determinados traços de uma visão de representação arcaica e tradicional, pois ajudam a reforçar concepção patrimonialista que confunde esfera pública e privada, trazendo para esta segunda dimensão o espaço da decisão e do controle – Afinal, se *ele cuida aquilo ali como se fosse a casa dele*, cuida como se fosse coisa privada.

De todo modo, há a produção de um discurso e a construção de uma imagem onde a dedicação e o envolvimento destes agentes com a política corporativa aparecem como condição necessária para a reprodução social do sindicalismo patronal, sendo que o bom porta-voz é visto como aquele que abdica de seus interesses particulares em prol do grupo, é o altruísta, o abnegado - *São pessoas abnegadas, porque se não os sindicatos teriam terminado*. Cabe ressaltar que este suposto da abnegação e do altruísmo nas ações de representação da classe constrói-se a partir da ideia de que a presença destes dirigentes ali acarretaria muito mais ônus do que bônus para eles, restando a solidariedade grupal, o gosto e envolvimento com as causas classistas como elementos capazes de sustentar suas ações:

Os dirigentes do sindicalismo patronal **“são pessoas abnegadas, porque se não os sindicatos teriam terminado. E tem que gostar do que faz e se apaixonar, porque se tu não fizer tudo com paixão, com tesão no negócio... quando tu vai pegar um cara que diz: ‘Ah, eu vou pegar [o posto na diretoria do sindicato], já que não tem ninguém, mas eu não tenho tempo’. Eu digo: ‘Oh, se tu não tem tempo, tu não pode se candidatar. Se tu não tem tempo, nem vontade, nem tesão tu tem que cair fora, tchê. Se tu não exercer na plenitude...”** (Entrevistado 8, vice-presidente da Farsul).

No entanto, supondo que se trate de estratégia de construção de imagem e discurso de legitimidade do grupo, cabe-nos questionar este princípio do altruísmo e da abnegação entre os dirigentes patronais: Afinal, embora constituído de tarefas realmente dispendiosas, o espaço ocupado por estes agentes como porta-vozes do sindicalismo patronal não lhes traria nenhum benefício? A exposição pública, o espaço de fala e as relações instituídas não reforçariam seus capitais políticos? A gestão de uma entidade, o

acesso a um conjunto de espaços institucionais e a autorização para decidir em nome de um grupo não seriam fonte de poder?

Mas, dando sequência a reflexão desenvolvida aqui, cabe mencionar que outro entrevistado, informa-nos sobre a importância do dirigente da Farsul atuar “como um bom maestro” e “distribuir as tarefas” entre o conjunto dos representantes (Entrevistado 3, vice-presidente da Farsul), já que, não somente a estrutura formal de organização da entidade, mas também estas posturas de suas lideranças produziriam ações modernas e ágeis.

Mas, evidentemente, na visão destes atores, não basta somente gosto, dedicação e capacidade de gestão para ocupar este posto. Assim, a liderança é vista também como sinônimo de uma postura enérgica e truculenta no trato ao adversário. Como nos informa um dos entrevistados:

O presidente é um cara educado, muito inteligente, mas meio “truculentão” assim, ele briga de vereda, tem o pavio curto e estoura e bota e... Talvez, para enfrentar tudo que nós enfrentamos, [...] [esse] seria um perfil mais adequado, até porque, **essa gente do PT aí**, principalmente o Olívio [Dutra], o Hermeto Hoffman, **essa gente dos sem-terra, eram gente desafortada, gente grosseira**, enfrentando à força e tal, talvez precisasse uma postura mais **enérgica**, mais **truculenta** também para **revidar** e fazer o **contraponto** e **fazer a reação que o setor estava precisando e o setor precisa se sentir representado**. Tem que dizer: “Não, esse aqui é o galo, vamos atracar com ele que ele está certo, está nos defendendo” (Entrevistado 4, prefeito municipal e ex-diretor da Farsul).

Em primeiro lugar, percebe-se que este traço da truculência como atributo da liderança constrói-se a partir da clara identificação e oposição a um inimigo comum de classe – *essa gente do PT aí [...], essa gente dos sem-terra*. Portanto, tais ações são justificadas como *revide*, *contraponto* e *reação* de um setor frente às ações de seus adversários. Ademais, o traço da truculência, entendida por eles como virtude, utiliza-se do preconceito e da desqualificação do adversário para legitimar-se - *essa gente dos sem-terra, eram gente desafortada, gente grosseira*. Por fim, pode-se notar que este traço da ação patronal, atributo de sua liderança, é considerado por eles como definidor do sucesso da representação, constituindo-se, portanto, como elemento imprescindível em determinados momentos - *fazer a reação que o setor estava precisando e o setor precisa se sentir representado*.

Além disso, embora tal perspectiva possa ser vista muito mais como uma idealização da representação almejada do que como manifestação de processo real, já que permeada por discurso de construção de imagem – que busca fazer ver e fazer crer determinado retrato da classe -, percebe-se também que a truculência e a ação energética,

como atributos da liderança, são vistas como condição de construção de um protagonismo político da entidade, sobretudo no que se refere à sua relação frente a outros atores políticos do empresariado no estado – *a Farsul tinha muito mais protagonismo que todos, porque [...] as Federações, Federasul, Fecomércio, Fiergs não quiseram bater de frente com o Governo do Estado, recuaram, se esconderam tudo atrás do Sperotto*. Como visto, as disputas frente ao Estado e relacionadas a determinadas agendas governamentais também são palco de demonstração deste traço da liderança:

Naqueles embates políticos e setoriais que aconteceram no governo Olívio Dutra **a Farsul tinha muito mais protagonismo que todos**, porque, na realidade, **as Federações, Federasul, Fecomércio, Fiergs não quiseram bater de frente com o Governo do Estado, recuaram, se esconderam tudo atrás do Sperotto**. O Sperotto véio dava [sinal de tapa], e eles apoiavam. Tudo que eles queriam dizer, eles não diziam, passavam para o Sperotto dizer. [...] **O Sperotto nunca teve medo. E fazia com inteligência, com maestria que agregava**. E a Fiergs, Fecomércio apoiavam, davam discurso diplomático. **Quem dava o discurso faca na boca e canelada e cotovelada era o Sperotto** (Entrevistado 4, prefeito municipal e ex-diretor da Farsul).

Assim, a força e a capacidade de ação da liderança, seu reconhecimento perante o grupo, se definiria também a partir de sua capacidade de agir com truculência, de enfrentar determinados agentes públicos e suas pautas, de defender os interesses da classe com ousadia - *quem dava o discurso faca na boca e canelada e cotovelada era o Sperotto*. Neste processo, o suposto da coragem entrelaça-se com o elemento da inteligência, vista também como virtude indispensável a estes agentes - *o Sperotto nunca teve medo. E fazia com inteligência, com maestria que agregava*.

Mas, por outro lado, o equilíbrio e a coerência, em termos de manutenção de uma linha de pensamento e de ação, também são apontados como atributos de uma liderança da classe. Conforme o mesmo entrevistado, uma das virtudes de um dirigente do sindicalismo patronal seria a adoção de “uma postura sempre equilibrada” e coerente entre si. Como contraponto a esta condição, o entrevistado cita um exemplo: “diferentemente da nossa presidenta da CNA, Katia Abreu, senadora, que foi um dos maiores algozes do governo Lula, depois passou a ser a maior defensora”. Isso significaria, na visão dele, “uma mudança radical”, que “a sociedade não entende. [...] [Afinal,] tu sair de lá [dizendo]: ‘Eu te odeio’. E daí passa para lá e começa a amar. O que é isso?” (Entrevistado 4, prefeito municipal e ex-diretor da Farsul).

Outro dirigente sindical entrevistado compartilha da mesma visão. Segundo ele, o representante público do setor, o dirigente do sindicalismo patronal, deve manter posições coerentes ao longa de sua trajetória política – “tu vais adquirindo conhecimento e tu tens que manter uma linha, um horizonte, tu não podes te afastar nem para a direita

nem para a esquerda”, aí as pessoas “acreditam em ti” (Entrevistado 9, ex-presidente de sindicato rural e candidato à presidência da Farsul).

Além disso, do ponto de vista do espaço em que estes atributos de liderança devem ser reconhecidos, chama atenção o destaque dado por um dos entrevistados para que aqueles que postulam o cargo de presidência da entidade, tenham suas candidaturas construídas e legitimadas a partir do espaço interno e oficial da Farsul, sendo que a assembleia geral do Conselho de Representantes seria o espaço por excelência de tais consagrações:

Na verdade, as candidaturas [para presidência da Farsul] elas têm que **nascer aqui dentro da casa**, dentro da assembleia geral, é ali que nasce a candidatura, é ali que nasce a liderança que vai arejar o processo, que vai se fazer presente junto com os associados para postular cargos (Entrevistado 1, ex-presidente da Farsul).

Portanto, percebe-se a construção simbólica de determinados caminhos, considerados legítimos entre os dirigentes patronais, como uma espécie de rito de passagem, para que se chegue até determinados espaços de direção da entidade. Sua legitimação frente à classe, necessária para se alcançar determinados postos de direção na Farsul, seria construída e testada no cotidiano de alguns espaços internos da entidade, tendo, portanto, necessidade de *nascer dentro da casa* para ser considerada legítima.

Ademais, esta legitimidade é construída e testada na relação cotidiana frente a seus pares, sendo considerada um processo natural de definição e escolha – “o conjunto dos representantes [da Farsul] vão se olhando e vão se examinando. E vão, naturalmente, escolhendo seus líderes” (Entrevistado 1, ex-presidente da Farsul).

Cabe destacar, no entanto, que tal atributo de legitimidade interna, marcado pela definição de um espaço próprio para a consagração de lideranças e pelo suposto de uma naturalidade na escolha destes agentes entre a própria elite política que dirige a entidade, deve ser visto a partir da existência de uma estrutura de posições interna à Farsul - estrutura esta que define lugares de comando e de não comando, de acesso e de não acesso -, afinal para quem dirige uma entidade patronal – ocupando seus postos de comando e de decisão, como é o caso do entrevistado acima - é extremamente interessante que os porta-vozes patronais nasçam de *dentro da casa* e sejam escolhidos *naturalmente* entre *seus líderes*.

Mas, independentemente de onde se dê este espaço de consagração da liderança – se por dentro ou por fora dos núcleos de poder que comandam a entidade –, o elemento da alternância de poder aparece como importante traço do discurso patronal aqui

analisado, sendo reconhecido, em maior ou menor medida, pelo conjunto destes dirigentes como atributo da liderança classista.

Aliás, entre os entrevistados, muitos foram os que, naturalmente, chamaram atenção para este ponto – sem terem sido questionados pelo pesquisador -, destacando a necessidade de haver renovações constantes entre os dirigentes da Farsul, sobretudo no que se refere ao seu cargo de presidência.

Cabe destacar que há um fato concreto que influencia em tais posicionamentos: quando estas entrevistas foram realizadas o então presidente da Farsul Carlos Rivacci Sperotto acumulava vinte anos ininterruptos na presidência da entidade, configurando fato inédito, já que nunca antes na história da Farsul um presidente havia somado mais do que dois mandatos (total de seis anos) de gestão em sequência. Tal fato, naturalmente, despertava a inquietação e, até mesmo, a ira de opositores, alguns dos quais entrevistados aqui. No entanto, registra-se que tais críticas não ficaram restritas somente aos opositores declarados do referido presidente, já que, mesmo que de modo mais tímido, foram feitas também por dirigentes que apoiavam as gestões de Sperotto e, em alguns casos, até mesmo faziam parte delas.

Diante de tal contexto, pode-se supor que este discurso sobre a importância da renovação nos espaços de representação da classe construa-se sob a influência de disputas desenvolvidas no interior da entidade, sendo usado por alguns destes agentes como argumento que visa fragilizar e pôr em xeque determinados poderes ali instituídos.

De toda forma, opera-se uma construção de imagem e um discurso de representação onde a preocupação destes dirigentes com a renovação de quadros na direção das organizações patronais aparece como algo recorrente. Este tema aparece em seus discursos entendido como uma das condições para a ocorrência de uma boa representação, já que a renovação permitiria aos porta-vozes saírem da acomodação, promoverem inovações e estarem constantemente abertos às mudanças.

Neste sentido, um dos entrevistados destaca a importância da valorização de novos dirigentes:

Valorizando novos dirigentes, tu estás dizendo: “**Não sou eu que sei tudo, tem mais gente que sabe e mais gente que pode sentar na minha cadeira, que não é minha, é da entidade**”. Então eu acho que isso é importante (Entrevistado 1, ex-presidente da Farsul).

Aqui a representação é vista, portanto, como mudança e renovação de perfis e de práticas e os atributos de um dirigente são reconhecidos a partir de sua capacidade de entender a necessidade destas mudanças e, em alguns momentos, até mesmo abrir mão

de seu próprio espaço de direção para que outras pessoas possam ali atuar - *não sou eu que sei tudo, tem mais gente que sabe*. Além disso, este argumento tem por base um discurso de delimitação e separação clara entre as esferas do interesse público e privado, onde busca-se fazer crer que tais dimensões não seriam confundidas - *mais gente que pode sentar na minha cadeira, que não é minha, é da entidade*.

No mesmo sentido, outro dirigente, apesar de relatar ter ficado quinze anos, em períodos alternados, na presidência do sindicato rural de seu município, ao falar sobre sua saída da direção desta entidade, faz questão de relacioná-la com a defesa de um princípio de alternância de poder nestes espaços, intitulando-se, assim, como um bom democrata – “terminou meu tempo e eu sempre fui democrata, achei que não era pra ficar, aí eu me afastei” (Entrevistado 9, ex-presidente de sindicato rural e candidato à presidência da Farsul).

Como dito anteriormente, percebe-se, especificamente, que o atributo da democracia e a percepção da representação como renovação de quadros liga-se a ideia da necessidade de mudanças e modernizações constantes na representação, não deixando este espaço preso ao estilo pessoal de trabalho de um único dirigente:

Eu acho que isso [a longa permanência de um mesmo dirigente] não ajuda o setor a se modernizar, a se arejar. Acho que o setor precisa se arejar, ter gente que pense diferente. **Pode ser até da mesma linha de pensamento político, mas até a assinatura é diferente** (Entrevistado 1, ex-presidente da Farsul).

O mesmo entrevistado diz que “é preciso ter essa mudança, se não tu acabas tendo as mesmas respostas para os mesmos problemas durante 15 anos. Obviamente isso não satisfaz ninguém”. E complementa, pensando o problema da falta de renovação na direção das entidades também em sua relação frente aos governos:

E o governo também já sabe: “Ah, o fulano hoje não está de bom humor, o beltrano hoje não está”. Já sabe tudo: “Ah, lá vem o cara que vai falar nisso e aí eu vou responder aquilo”. Então a mudança de pessoas traz essa oportunidade e eu sou a favor da mudança, eu sou a favor da renovação (Entrevistado 1, ex-presidente da Farsul).

Além disso, o discurso patronal em defesa da renovação de quadros nas entidades de representação articula-se também com o argumento da necessidade de formação de novos dirigentes:

Tem que dar lugar para os outros, até porque tem que preparar, a gente não é eterno. Isso é um processo permanente, contínuo, que, **por um lado, qualifica as pessoas para ocuparem os cargos e, por outro lado, dá uma mexida na própria entidade** (Entrevistado 5, ex-vice-presidente da Farsul).

Segundo tal discurso, com a perspectiva da renovação, a formação de novos dirigentes caminharia *pari passu* à mudança e renovação de práticas da própria entidade,

contribuindo para modernizar seus espaços de representação, gerando inovações necessárias para a reprodução política do grupo - *por um lado, qualifica as pessoas para ocuparem os cargos e, por outro lado, dá uma mexida na própria entidade.*

Pode-se perceber também que, o discurso sobre a necessidade de promover renovações no sindicalismo patronal é utilizado como argumento – não necessariamente verdadeiro – que justifica a construção de oposições internas na Farsul. Conforme relata outro entrevistado:

“Eu fui candidato a presidência da Farsul” em uma oportunidade, pois “eu acho inaceitável que um presidente se perpetue no cargo por vinte anos, acho uma coisa absurda, não há renovação, há um processo que não é bom para ninguém. Evidentemente que eu me insurgi contra isso, me candidatei” (Entrevistado 5, ex-vice-presidente da Farsul).

Sem a pretensão de verificar a veracidade ou não de tal argumento, nota-se, de todo modo, que esta narrativa em torno da necessidade da renovação de quadros na representação patronal constitui-se como discurso e retórica que organiza movimentos políticos reais, de conflitos e disputas, entre os representantes do patronato rural aqui analisados, constituindo-se, portanto, como retórica de legitimidade de determinados porta-vozes da classe e como forma de sua reprodução social neste âmbito.

Para finalizar a discussão proposta neste tópico, além do conjunto de elementos apresentados até aqui, cabe mencionar que esta discussão sobre as qualidades e atributos da liderança, aceitos e referendados como tal por estes agentes, revela também a existência de uma clara idealização desta figura do porta-voz pelos dirigentes patronais. Em alguns momentos, a imagem de um porta-voz é representada no imaginário dos entrevistados como figura de relevância social extremamente elevada, reconhecido quase que como um mito na sociedade:

O Dr. Sperotto é uma marca. Quando tu vai num bar e pede: “Me dá uma Brahma gelada”. Tu não está pedindo uma cerveja, está pedindo uma marca. Tu vai numa farmácia e diz: “Me dá uma Gillette”. Gillette é a marca, não é a... **E o Dr. Sperotto hoje virou uma marca no Rio Grande. Quando se fala hoje em agricultura, pecuária, agronegócio, logo é o Sperotto** (Entrevistado 7, ex-vice-presidente da Farsul).

Como se vê, esta representação ideal do dirigente patronal passa, fundamentalmente, pela forte relação de sua imagem aos temas da agropecuária e do agronegócio, sugerindo que a discussão sobre tais elementos na realidade em que a Farsul atua não se faria sem a referência destes agentes - *Quando se fala hoje em agricultura, pecuária, agronegócio, logo é o Sperotto.*

A partir deste movimento de construção de imagem - *O Dr. Sperotto hoje virou uma marca no Rio Grande* -, busca-se projetar nestes agentes elementos de distinção e de prestígio que reforcem seus capitais políticos e simbólicos, aumentando sua importância na sociedade. Assim, desde uma perspectiva mais ampla, a idealização da liderança patronal é forma de fortalecer o poder e renovar a condição de dominação da classe e do grupo social como um todo.

3.3 “Na fazenda invadida nós fazíamos acampamento na porteira”: O patronato rural e o recurso à mobilização direta da classe

Eu participei durante o meu período na Farsul de muitas mobilizações. Eu **andei muito em acampamento na estrada**, por aí [...] **Eu lutei muito sempre** (Entrevistado 2, ex-presidente da Farsul).

Como se percebe nos trechos acima, noções e representações sociais ligadas à ideia da *luta*, da mobilização da classe, da unidade e do enfrentamento direto ao adversário, da construção e da organização da caminhada, da marcha e do *acampamento na estrada*, elementos constitutivos da ação de rua e da manifestação política de massa, usualmente identificadas com o universo dos movimentos sociais de trabalhadores, também estão presentes nos discursos, nos repertórios de ação e compõem as identidades e as representações construídas e acionadas pelo patronato rural em seu *fazer-se* classe cotidiano.

Assim, neste tópico tem-se como objetivo analisar a visão dos dirigentes da Farsul a respeito dos processos de mobilização direta do patronato rural, já que estes processos ocorrem em diversos momentos ao longo da história recente da Farsul e se constituem como uma das marcas de ação da entidade ao longo do período estudado. Neste sentido, busca-se responder às seguintes questões de pesquisa: como é vista pelos dirigentes e qual o papel da mobilização direta da classe nos processos de representação patronal aqui analisados?

Para que se faça tal reflexão, em primeiro lugar, é preciso ter em conta o papel de extrema relevância destes processos de mobilização direta na representação de interesses do patronato rural no Brasil. Embora não gozem de unanimidade, sendo passíveis de questionamentos entre os representantes patronais, e se constituam como práticas mutáveis ao longo do tempo, estes processos de mobilização do setor devem ser vistos como elementos constitutivos do *fazer-se* classe do grupo, pois auxiliam na garantia de

seus privilégios, ao mesmo tempo em que são um dos elementos conformadores de seu *habitus* enquanto classe. Conforme destaca Carneiro (2008, p. 15), “a manifestação não é algo excepcional” entre as classes e grupos dominantes do campo no Brasil. Segundo o autor:

A manifestação de rua configura um importante elemento constitutivo da representação patronal no campo, na medida em que possui um papel particular para visibilidade da classe, de seus interesses e demandas. Também contribui na construção de uma imagem para a população, para a mídia, para os agentes do Estado e para si mesma, seja na pressão por reivindicações junto ao poder público, seja no fortalecimento ou enfraquecimento político de entidades de representação, e conseqüentemente, nas disputas por hegemonia entre as frações das classes e grupos sociais patronais rurais e agroindustriais no Brasil, e entre estas e as classes e grupos sociais de trabalhadores (CARNEIRO, 2008, p. 137).

Desta forma, embora as mobilizações do patronato rural possam se constituir a partir de diversos interesses e reivindicações, as principais pautas capazes de produzi-las giram em torno do que o autor chama de “agenda fundiária” e “agenda do financiamento”, quer dizer, em torno da defesa da propriedade e do monopólio da terra e da manutenção dos lucros na atividade agropecuária (Carneiro, 2008, p. 145).

No caso específico que se analisa aqui, percebe-se a participação da Farsul em um conjunto de ações de mobilização direta da classe ocorridas no período recente. Não se tem como objetivo aqui analisar cada um destes episódios, buscando traçar sua cronologia e analisar seus condicionantes e características sociológicas, mas tão somente verificar quais são os significados gerais atribuídos aos processos de mobilização de classe por alguns dos agentes que participaram de um ou mais destes eventos que marcaram a história recente da entidade.

Conforme destacaram Bruno, Sevá e Carneiro (2009, p. 141), no cenário das organizações de representação corporativa do patronato rural e agroindustrial brasileiro “a mobilização de rua e a sua relação com a representação se mostraram bastante complexas e heterogêneas”, possuindo significados e sentidos diversos, conforme os diferentes agentes em questão.

No caso da Farsul, tal diversidade de significados também é percebida. Mas, cabe destacar que, embora permeada de ressalvas e cuidados e envolvendo certo nível de tensão e divergência sobre sua eficácia, a mobilização é entendida pelos dirigentes da entidade como parte do processo de representação do grupo. Chama atenção a centralidade deste tema entre os dirigentes da entidade, sendo que muitas vezes episódios ligados a estas formas de ação são trazidos naturalmente para a conversa pelos próprios entrevistados, que destacam suposto mérito e protagonismo da entidade em tais episódios,

transparecendo forte sentimento de orgulho e de distinção em decorrência disso. Desta forma, a mobilização é entendida aqui, em alguma medida, também como traço singular do patronato rural, diferenciador dos demais grupos e elites dominantes, pouco ou nada afeitos ao uso direto destas práticas.

De modo geral, a mobilização é vista pelo patronato rural como sinônimo de grandes feitos e realizações – sendo, portanto, motivo de orgulho –, como demonstração de poder e de protagonismo, como reação a ataques e agressões – sobretudo relacionados ao tema fundiário –, como momento próprio de identificação do adversário, como produção de respostas rápidas e contundentes, como manifestação simbólica e, por fim, como manutenção da lei e da ordem.

Vejamos estes processos em mais detalhes.

Como comentado, em primeiro lugar, a mobilização é vista pelos dirigentes patronais como sinônimo de grandes feitos e realizações da classe. Neste sentido, ao narrarem alguns destes episódios, os porta-vozes patronais destacam os méritos do grupo e expõem forte sentimento de orgulho e de distinção em torno de tais realizações. Nestas narrativas construídas pelos dirigentes patronais, destaca-se o caráter extraordinário de algumas mobilizações – *Foi 56 dias de viagem [...], foi uma viagem que nunca mais a gente consegue fazer coisa igual.*

A declaração mencionada acima refere-se à realização da 1ª Cavalgada de Integração Nacional da Defesa da Produção Rural, ocorrida no ano de 2001. Naquele momento, um grupo de produtores rurais do Rio Grande do Sul se deslocou de cavalo até Brasília, num trajeto de mais de 2.000 km, para realização de atos e entrega de reivindicações junto ao Governo Federal, relacionadas ao tema da renda agrícola e da renegociação das dívidas do setor rural (Sul Rural, 09/2001, p. 1).

Conforme o entrevistado:

Foi a primeira vez que teve a chama crioula em Brasília e nós desfilamos no dia 20 [de setembro], foi o único dia que deixaram. Nós ficamos na Granja do Torto e o único dia que nós pudemos entrar de cavalo foi nesse dia. E é importante também dizer que isso aqui **foi 56 dias de viagem e nós também fomos incorporando [outras pessoas] aos poucos na viagem,** mas estritamente foi gaúchos que foram lá. [...] **Foi uma viagem que nunca mais a gente consegue fazer coisa igual** a essa aqui, não tem mais como fazer (Entrevistado 7, ex-vice-presidente da Farsul).

Se as narrativas patronais sobre a mobilização de rua são, em geral, permeadas de simbologias e elementos de construção de imagens de protagonismo, de liderança e de coragem que reforçam seu poder simbólico frente aos setores sociais subalternos, no caso dos discursos analisados aqui, percebe-se também a forte presença de elementos de um

regionalismo que busca consolidar identidade própria e diferenciar a ação do grupos agrários dominantes do Rio Grande do Sul em relação a outras frações e setores patronais rurais do país - *Foi a primeira vez que teve a chama crioula em Brasília e nós desfilamos [de cavalo] no dia 20 [de setembro]*¹⁰⁰.

Conforme destacou Gasparotto (2016, p. 134), os momentos de mobilização do patronato rural gaúcho envolvem, em geral, a construção destes símbolos, os quais remetem, em alguns casos, à evocação “da bravura e da virilidade dos gaúchos”, indicando sua “disposição para a briga”, ao mesmo tempo em que se fala em “paz e concórdia”. A ideia do “amor a terra”, o qual justificaria “a defesa intransigente da propriedade”, também é destacada em alguns destes momentos, sobretudo quando envolvem os conflitos fundiários.

Além do que foi comentado, a declaração deste entrevistado traz à tona o sentido da caminhada – ou da cavalgada, neste caso -, como estratégia de mobilização política e social. Utilizada por um conjunto amplo de atores políticos e classes sociais, a caminhada é tão importante, porque vai agregando outros atores - *Nós também fomos incorporando [outras pessoas] aos poucos na viagem* -, ela dá visibilidade à pauta, constrói identidade de grupo, fortalece o ânimo para a conquista de vitórias. Se tática de ação fortemente identificada com os movimentos sociais de trabalhadores, percebe-se que ela também é apropriada e ressignificada, ao seu estilo, pelas elites agrárias e agroindustriais, que cavalgam, marcham e acampam na beira da estrada, fazendo disso tática de ação e de enfrentamento ao adversário, de demonstração de força política, de renovação de poder simbólico e de construção de liderança, de identidade e de união do grupo.

Como construção de símbolos que unem e identificam a classe, articulando e dando força às suas ações enquanto grupo, destaca-se aqui a utilização do cavalo neste trajeto. No contexto em análise – tal como no caso do trator, que batizou o *Tratoração*, analisado por Carneiro (2008) -, esta figura sintetiza a ocorrência de uma estratégia de reprodução social destes agentes enquanto classe dominante. Trata-se de “um momento de representação de classe sintetizado” nesta figura, “símbolo escolhido para (e por) representar o seu capital econômico, político e social”. Novamente, tal como no caso do trator, “os produtores rurais reconhecem” no cavalo – refere-se aqui, especificamente aos gaúchos - “o poder que atribuem a si próprios, uma força objetiva objetivada” no animal (Carneiro, 2008, p. 148).

¹⁰⁰ Data comemorativa da Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul, o 20 de setembro é conhecido popularmente como “dia do gaúcho”.

Se envolve toda esta construção simbólica, a mobilização é vista por este patronato rural também como demonstração de poder e de protagonismo. Conforme destacou Gasparotto (2016, p. 132), em alguns casos, as mobilizações do patronato rural gaúcho – e, especificamente, da Farsul – “podem ser interpretadas como exibições de poder frente ao governo do estado, à sociedade e aos próprios membros da entidade”. Nestes momentos, o patronato rural deseja e precisa ser visto, aspira “demonstrar sua habilidade de arregimentação, seu alcance, sua unidade”.

Internamente à classe, a manifestação, como demonstração de poder e de protagonismo, busca projetar determinada imagem que ressalte o espírito de vanguarda e de liderança do patronato rural gaúcho – e de sua entidade máxima de representação, a Farsul – em alguns dos processos de mobilização em que se insere. Conforme destaca um dos entrevistados:

No tratoração a entidade que mais se destacou lá, que levou o maior número, pela distância que nós viemos, sair aqui do sul... [...] foi a Federação da Agricultura daqui. O Sperotto pela liderança, pelo jeito de tratar lá. **Quem mais se destacou lá foi a Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul**, no tratoração. E no caminhonaço também, inclusive **quem lançou os dois movimentos, a gênese foi feita aqui no sul, por isso que tomou conta lá nacionalmente** (Entrevistado 8, vice-presidente da Farsul).

Como comentado no início deste tópico, sem o objetivo de verificar a veracidade de tais fatos, já que não se pretende analisar as características concretas de cada uma destas mobilizações, percebe-se aqui a construção de um discurso que interpreta estes processos também como ferramenta de disputas intraclasses dominante agrária. Quer dizer, se entendido como momento de união e de solidariedade da classe, os processos de mobilização patronal também evidenciam diferenciações em seu interior e fortes processos de disputas pela liderança do grupo e pela legitimidade na representação patronal. Ao se disputarem narrativas em torno de quem teria protagonizado determinados movimentos de mobilização patronal, estes agentes estão utilizando destes momentos para medir força frente a outros setores, frações e grupos patronais agrários do país, buscando trazer para si os capitais políticos provenientes destas ações.

No entanto, fundamentalmente, a mobilização é vista por estes dirigentes como momento de identificação de um adversário e de um inimigo comum de classe e como reação aos ataques de outrem. Se a identificação deste inimigo comum é traço constitutivo da representação do patronato rural em diversos momentos de sua atuação, no tempo da mobilização a identificação deste adversário transparece de modo mais evidente, ligando-se, em geral, como em outros momentos, ao imperativo da garantia e da defesa de seus

interesses fundamentais de classe, notadamente na defesa do monopólio fundiário. Assim, para estes agentes, mobilização é *contraponto da reforma agrária*, especialmente daquela reforma *nos moldes de como o PT pensava e idealizava*. Para eles, mobilização é atacar *os sem-terra na estrada*. É fazer *acampamento na porteira da fazenda invadida*. Mobilização, enfim, aparece aqui desde uma ligação estruturante entre identificação de adversário e defesa da propriedade privada:

A questão das invasões, do **contraponto da reforma agrária, nos moldes de como o PT pensava e idealizava**, quem fez foi o Rio Grande do Sul. Porque nós, **a Farsul atacou os sem-terras na estrada, na fazenda invadida nós fazíamos acampamento na porteira**, enfim, **criava o contraponto daquela agressão que nós estávamos sofrendo** na época (Entrevistado 4, prefeito municipal e ex-diretor da Farsul).

Ademais, como se vê, a mobilização é justificada por eles como reação aos ataques, como revide do grupo – *criava um contraponto daquela **agressão** que nós estávamos sofrendo*.

A noção de *agressão* é recorrente nestes discursos que justificam a mobilização, tendo sido identificada pelo menos três vezes nas entrevistas realizadas aqui. Segundo a concepção dos atores patronais, a suposta *agressão* pode ter origem tanto de seus adversários de classe – os movimentos de trabalhadores rurais, organizações de esquerda: frequentemente idealizados por eles nas figuras do MST e do PT -, quanto de alguns agentes do Estado. Mas, se possuiria diversificação de origem, do ponto de vista do conteúdo, a noção de *agressão* identificada aqui está sempre relacionada à questão da propriedade da terra, já que, para eles, o Estado que agride é o Estado que faz (ou projeta fazer) reforma agrária – *as últimas grandes **agressões** que o INCRA fez ao produtor rural, os produtores reagiram aqui no estado [...]. Se estabeleceu uma guerra muito forte entre o setor privado e o Governo Federal, via INCRA*.

Conforme relato deste entrevistado:

A questão fundiária, embora até hoje não tenha sido resolvida, o impacto dela no Rio Grande do Sul foi absolutamente minimizado, porque **as últimas grandes agressões que o INCRA fez ao produtor rural, os produtores reagiram aqui no estado**, criaram o movimento Vitoria Zero, não permitindo que o INCRA chegasse nas propriedades rurais para fazer vistoria e **se estabeleceu uma guerra muito forte entre o setor privado e o Governo Federal, via INCRA**. E que também saímos vitoriosos, porque no fim o INCRA, aquela metodologia que ele pretendia fazer de varredura nos municípios para desapropriar o que fosse possível para reforma agrária, **o INCRA arrefeceu nas suas medidas e a reforma agrária nunca mais teve corpo aqui no Rio Grande do Sul**, ela seguiu sendo feita pontualmente, alguns assentamentos, enfim. Mas esses sérios problemas que poderiam ter acarretado naquela época em grandes desapropriações desapareceram (Entrevistado 3, vice-presidente da Farsul).

Como se vê, a *guerra* que se estabelece com o Estado e suas supostas *agressões* ao patronato rural têm uma delimitação de espaço muito clara neste caso, ocorrendo por meio do INCRA, espaço próprio de resolução de questões ligadas ao tema fundiário. Como comentado acima, na visão do patronato rural, o Estado que supostamente *agride*, é o Estado que faz reforma agrária e, neste sentido, semelhante ao que foi identificado por Heinz (1991), quando analisou as ações da Farsul no cenário de discussão sobre reforma agrária da Nova República, percebe-se que um dos esforços da entidade, na sua relação com o Estado nestes momentos de intensificação de conflitos agrários, centra-se nas táticas de pressão e de desgaste aos órgãos governamentais diretamente ligados à formulação de propostas de reforma, neste caso o INCRA, os quais, em geral são alvo de intensas críticas e pressões do patronato rural.

Em geral a *guerra* não se dá contra o governo como um todo, já que, quando se trata da defesa de seus interesses de classe, o patronato rural enxerga o Estado como “um Estado tutelar, protetor e provedor” de benesses, sendo que a “defesa da primazia do mercado ou do Estado dependerá, fundamentalmente, do que melhor convier aos seus propósitos e do que melhor se ajustar aos seus objetivos” em cada momento (Bruno, 2009, p. 198).

Diante disso, no que toca ao discurso sobre mobilização patronal aqui analisado, pode-se dizer que uma das manifestações do “outro” da Farsul - aquele que é entendido como adversário, aquele de quem supostamente se sofrem *agressões*, aquele com quem se faz *guerra* – tem como referência, de um lado, as figuras do MST e do PT, como símbolos que retratam os inimigos de classe e, de outro, a figura do INCRA, como espaço de Estado identificado com a reforma agrária e, portanto, com a ameaça aos seus interesses fundamentais. O INCRA, neste caso, seria o Estado a ser combatido pelas elites agrárias, aquele Estado entendido por estes agentes como “responsável pelas mazelas da sociedade e pelos impasses da agricultura e da agroindústria” (Bruno, 2009, p. 201).

De todo modo, em relação à questão fundiária, como pode ser percebido pela declaração do entrevistado registrada acima, na visão do patronato rural, este segue sendo um assunto não resolvido, embora, seu impacto teria sido minimizado graças à reação da classe patronal - *A questão fundiária, embora até hoje não tenha sido resolvida, o impacto dela no Rio Grande do Sul foi absolutamente minimizado*. Portanto, visualiza-se que frente à possibilidade histórica da reforma agrária há um incentivo destes grupos patronais à reação, há um incentivo à mobilização, há um incentivo à intolerância na defesa da propriedade privada da terra, fato que só pode ser compreendido ao considerarmos, como

atesta Mendonça (2009), que a propriedade da terra, para estes agentes, não representa somente um meio de produção, mas constitui-se como fonte direta de reprodução de poder.

Assim, dando sequência a esta análise, percebe-se que, se a mobilização é entendida pelo patronato rural como momento de identificação de um adversário e reação a supostas *agressões* sofridas, ela também aparece como produção de respostas rápidas e contundentes em relação às demandas ou ameaças aos seus interesses de classe, o que envolve contrapor-se direta e rapidamente às ações organizadas por seus adversários - *O MST lançou o Abril Vermelho, então a Farsul lançou o Maio Verde*. Como se vê aqui, a mobilização é pensada pelo patronato rural também como contraposição simbólica ao adversário, sendo que a demonstração de força envolve a projeção de símbolos que neguem as demandas do oponente, ao mesmo tempo em que afirmem a identidade dos grupos dominantes – neste caso, o verde do ruralismo se contrapondo ao vermelho dos movimentos sociais de trabalhadores, um mês após o outro, como tentativa de abafamento das pautas daquele grupo.

Conforme declaração do entrevistado, demonstrada acima:

Depois também teve o Maio Verde, que iniciou em São Gabriel e foi em 2004, em função da questão fundiária e agrária, que era um problema muito sério aí. **O MST lançou o Abril Vermelho, então a Farsul criou o Maio Verde**, [...] o presidente Sperotto lançou aqui, porque **tinha a questão com a Fazenda Southall aqui, que estava sendo invadida e era reivindicada pelo MST. Aquele Frei Sergio [Görgen] fez um livro, Rumo ao Coração do Latifúndio** [na verdade, *Marcha ao Coração do Latifúndio*]. Então foi feito aqui na praça um grande movimento, aí pegamos todos os grandes movimentos do estado, saímos aqui pela região sul, depois fomos pra fronteira oeste, missões, região noroeste, fizemos toda a volta e terminou em Esteio, **com uma grande mobilização**, foi **um grande movimento** (Entrevistado 8, vice-presidente da Farsul).

A partir desta declaração percebe-se também que, como espaço próprio de identificação de adversários, os momentos marcados por mobilizações são também o espaço para observa-los e acompanhá-los mais de perto - *Tinha a questão com a fazenda Southall aqui, que estava sendo invadida e era reivindicada pelo MST [...]. Aquele Frei Sergio [Görgen] fez um livro, Rumo ao Coração do Latifúndio [na verdade, Marcha ao Coração do Latifúndio]*.

Além disso, a declaração também demonstra a magnitude destas mobilizações patronais, em termos de sua abrangência e da forma de deslocamento em caravanas - algo que lembra as formas de ação de organizações e movimentos sociais de trabalhadores -, as quais teriam rodado boa parte do estado, construindo mobilizações locais do patronato

rural em cada um destes pontos. No mesmo sentido destaca-se também a simbologia de seu desfecho, já que tudo terminou *com uma grande mobilização* no parque de Exposições em Esteio – lugar símbolo de manifestações destes grupos -, sendo aquele considerado *um grande movimento* da classe.

Aliás, esta breve reflexão sobre mobilização do patronato rural já nos apresentou elementos como a cavalgada, a caravana, a marcha (ou a contra-marcha aos sem-terra) e o acampamento na porteira da fazenda, elementos fortemente ligados às identidades e formas de ação tipicamente reputadas aos movimentos sociais de trabalhadores. Embora este tema merecesse mais reflexão e amadurecimento, reforça-se percepção de que, guardadas particularidades e significados específicos, estas são práticas e identidades frequentemente acionadas também pelo patronato rural, processo que produz algum nível de diferenciação destes agentes em relação aos demais setores e classes dominantes do país, já que mais afeitos ao uso direto e sem intermediação dos repertórios de ação vinculados à mobilização de rua.

Mas, como dito anteriormente, as mobilizações patronais são entendidas por estes agentes também como momentos de demonstração de força, por isso podem expressar ações fortes e enérgicas por parte do grupo. Nestes momentos, mesmo que como forma de negar tais ações, o tema da violência como prática de classe aparece naturalmente na fala dos entrevistados - *E, veja bem: sem dar um tiro, sem dar um tiro. É uma ação enérgica, forte e não dei um tiro.*

Como se vê, há certo investimento destes agentes no sentido de tentar se desvincular desta imagem. Um dos argumentos utilizados é a tentativa de atribuir o traço da violência ao adversário - *Não degolamos um policial militar, como fizeram os sem-terra numa manifestação em Porto Alegre.*

Conforme relato do entrevistado:

E, veja bem: sem dar um tiro, sem dar um tiro. É uma ação enérgica, forte e não dei um tiro. Não degolamos um policial militar, como fizeram os sem-terra numa manifestação em Porto Alegre. Poderia ter acontecido, enfim. Mas muito enérgica e de muita tensão e de uma belicosidade até, em alguns momentos, de um fio de linha. Uma tensão assim que estava atada num fio de linha, a qualquer momento poderia dar um... mas não deu (Entrevistado 4, prefeito municipal e ex-diretor da Farsul).

Ao analisar a violência como recurso histórico das classes sociais dominantes do campo brasileiro, Bruno, Carneiro e Sevá (2008, pp. 267-269) dizem que, embora, em geral, estes agentes procurem desvincular “suas práticas políticas de ações violentas ou que não estejam dentro da legalidade”, existe entre eles uma “necessidade de justificar o

recurso à violência como forma legítima de defender ‘o que é seu’”. Neste sentido, a violência como prática de classe destes grupos aparece atrelada principalmente às “relações de trabalho” e, o que mais importa perceber aqui, às “relações entre as classes e grupos sociais em conflito”, sobretudo quando se trata da “defesa incondicional do direito de propriedade”. Quer dizer, quando se trata do tema da terra “o uso da violência como recurso e prática de classe se torna patente”.

É por isso que se diz, remetendo-nos novamente à declaração do entrevistado acima, que quando a propriedade da terra foi ameaçada *poderia ter acontecido* algum conflito violento, havia uma tensão que *estava atada num fio de linha, ou a qualquer momento poderia dar um...* Conforme pontuado por Bruno, Carneiro e Sevá (2008, p. 267), quando se trata de seus interesses fundamentais de classe, o patronato rural reivindica “uma espécie de legítima defesa”.

Por fim, cabe mencionar também que a mobilização é vista pelos representantes patronais como elemento de conservação do *status quo*, como ação de manutenção da lei e da ordem. Conforme destaca Gasparotto (2016, p. 140), em alguns momentos de mobilização patronal e de intensificação dos conflitos agrários no campo, o patronato rural gaúcho constrói como pautas ideias ligadas à defesa da “segurança” e do “equilíbrio”, à manutenção da ordem, buscando apresentar noções de contraposição à “agitação”, aos conflitos agrários e ao que é entendido por eles como “perigosas lutas de classe” no campo.

Portanto, na reflexão mencionada pela autora, há uma clara ligação destes elementos de manutenção da lei e da ordem com uma perspectiva de controle e abafamento da ação dos movimentos sociais de trabalhadores do campo, constituindo-se como retórica de legitimidade acionada pelos agentes patronais sobretudo nos momentos de conflitos agrários que envolvem a defesa da propriedade e do monopólio fundiário.

No entanto, no caso analisado aqui, este discurso de manutenção da lei e da ordem identifica-se também com uma clara dimensão do processo produtivo na agricultura. Conforme declaração do entrevistado, a importância da mobilização do patronato rural:

É nós **mantermos a lei e a ordem e o produtor rural fazer o que ele sabe fazer de melhor, que é produzir com baixo custo**, gerando **divisas**, gerando produção, gerando **riqueza** para fazer com que o Brasil seja **pujante** como é (Entrevistado 4, prefeito municipal e ex-diretor da Farsul).

Diante disso, percebe-se que há aqui um processo onde os aspectos ligados à produção e à dimensão econômica são utilizados pelo grupo como elementos de construção da representação, via projeção de autoimagem. Mais especificamente,

percebe-se que a construção desta autoimagem, por parte do patronato rural, como grupo social mantenedor, por excelência, de uma *lei* e de uma *ordem*, tem por base o suposto de sua aptidão em saber *produzir com baixo custo*, de ter capacidade de gerar *divisas e riqueza*, de fazer o Brasil ser *pujante*.

Feita a análise sobre a importância e os significados gerais atribuídos pelos dirigentes da Farsul aos processos de mobilização do patronato rural, cabe agora refletir sobre alguns dos riscos e ressalvas identificadas por estes agentes em relação ao uso destas táticas de ação.

3.3.1 “Uma manifestação pode precipitar coisas que nós não desejamos”: riscos e ressalvas das mobilizações patronais

Neste subtópico tem-se como objetivo analisar a visão dos dirigentes da Farsul a respeito das ressalvas e dos riscos do processo de mobilização direta do patronato rural, já que apesar da importância visualizada por estes agentes em relação ao uso destas táticas de ação ao longo do tempo, identifica-se também um conjunto de preocupações e um certo nível de cuidado na sua avaliação.

Como comentado no início do tópico anterior, embora a mobilização seja entendida pelos dirigentes da Farsul como parte do processo de representação do patronato rural, estes agentes enxergam o recurso a esta forma de organização a partir de uma série de ressalvas e cuidados. Aliás, ao longo das entrevistas realizadas para esta pesquisa, se havia por parte de alguns dirigentes um imenso orgulho e disposição para falar destas ações, havia, por outro lado, também aqueles entrevistados que, embora tenham participado e protagonizado muitos destes momentos, evitavam ao máximo falar a respeito, demonstrando claramente que em sua visão esta não é a face do patronato rural a ser demonstrada publicamente. Como destacaram Bruno *et. al.* (2009, p. 141), é recorrente entre o patronato rural e agroindustrial brasileiro a existência de uma “preocupação com os efeitos da manifestação na imagem do ‘setor’ perante a mídia e opinião pública”.

Em relação ao conteúdo, cabe ressaltar que muitos dos argumentos levantados por estes agentes, ressaltando os riscos e ressalvas da mobilização, fazem parte de preocupações típicas de qualquer grupo ou classe social que recorra a esta forma de ação, sejam movimentos sociais de trabalhadores, movimentos de luta pela terra, movimentos estudantis ou, como dito, as próprias organizações patronais. Neste sentido, inicialmente

destaca-se que o olhar destes dirigentes patronais a respeito das manifestações e mobilizações da classe envolve o medo da banalização destas práticas, o receio em relação à sua ineficácia, a ameaça de perder o controle político destes movimentos – trazer resultados indesejáveis - e o desafio geral de como transformar seu efeito político imediato em conquistas e saldos de médio e de longo prazo.

Além disso, cabe destacar que, se é vista pelos dirigentes do patronato rural também a partir de seus riscos e ressalvas, a mobilização se encaixa na representação e nas estratégias de reprodução social destes grupos como recurso usado somente em situações limite, sendo vista por eles como recurso contornável, substituível. Neste sentido, o discurso patronal aponta a necessidade de motivações contundentes para que se justifique estas práticas. Uma avaliação à luz da razão e a tentativa precedente de resolução de questões importantes para a classe pela via do diálogo ou de outras formas de convencimento aparece no discurso patronal como elemento que deve preceder à mobilização:

Olha, as mobilizações, na verdade, **quando existe um motivo forte elas são importantes**. Não se pode criticar. **Mas movimento por qualquer coisa... acho que deve prevalecer o diálogo e a justificativa, quer dizer, existe razão para um pleito ou não existe?** (Entrevistado 2, ex-presidente da Farsul).

Para que se compreenda o fundamento deste discurso patronal que atesta a necessidade de prudência e a existência de justificativas contundentes para que se desenvolvam mobilizações destas classes, deve-se ter em conta que as manifestações e mobilizações do patronato rural e agroindustrial brasileiro constituem-se como “um particular espaço de tensões e conflitos na e para a representação de classe. Tensões entre segmentos de classe, [...] entre líderes e ‘bases’” e “entre representantes [patronais] e agentes do Estado, no presente e no futuro”. Portanto, ao passo que a mobilização pode trazer conquistas e ganhos ao grupo, também pode acarretar em enfraquecimento e perdas para a classe ou para frações, grupos e atores localizados em seu interior (Bruno *et. al.*, 2009, p. 141). Daí a necessidade de prudência, *diálogo* e *justificativa* relevante para que se recorra a tal estratégia de ação. Daí sua caracterização no discurso patronal como estratégia de ação contornável, prescindível na maioria dos momentos.

Além disso, como comentado, o medo da banalização e o receio em relação à ineficácia das mobilizações se destacam no discurso que analisa esta prática de classe do patronato rural. Conforme mencionado por Carneiro (2008, p. 141), para alguns porta-vozes patronais do setor rural e agroindustrial brasileiro, a legitimidade das ações de mobilização direta da classe condiciona-se diretamente a eficácia de tais ações.

No caso do discurso patronal analisado aqui, a demasiada frequência na realização dos processos de mobilização é associada à ideia de sua possível banalização e consequente perda de eficácia:

Nós começamos com a manifestação contra o Plano Nacional de Reforma Agrária. Acho que foi a primeira grande manifestação. A primeira grande manifestação, que todo mundo foi para Brasília. **Lotamos o Mané Garrincha para protestar contra o Plano Nacional de Reforma Agrária.** Depois tivemos a questão do endividamento. Durante a Constituinte, várias vezes, na época de votações de coisas que importavam a nós, houve várias concentrações. Eu diria que foram anos em que eu não destacaria uma, duas ou três, foi muito frequente. **Talvez até um pouco frequente demais, que de certa forma, se banalizaram as manifestações.** Vamos dizer que **já não estavam muito ligando para o que faziam e o que acontecia** (Entrevistado 1, ex-presidente da Farsul).

Em primeiro lugar, como se percebe na declaração citada acima, mesmo ressaltando uma perspectiva de receio em relação a viabilidade e efetividade da mobilização patronal como estratégia de representação de classe, o dirigente informa ter participado de uma série destas ações durante o período que compunha a diretoria e presidia a Farsul. Este é o caso de outros dirigentes do patronato rural que, mesmo expressando postura crítica em relação a estas práticas informam participar delas. Com isso, quero alertar que as diferenças de visões, os desacordos, as divergências e, até mesmo, as oposições à utilização da mobilização como estratégia de reprodução social do patronato rural se fazem e se refazem durante a própria ocorrência destas ações, ao longo de seu processo, antes e depois, mas também durante as próprias mobilizações, já que apresentar posturas críticas ou mesmo “dizer-se ou se colocar contrário às manifestações não implica em não organizar, participar ou apoiar às mesmas” (Carneiro, 2008, p. 143).

Ademais, por se tratar, no caso da declaração acima, de um importante dirigente da Farsul que atuou a frente da entidade em período marcado por intensas mobilizações do patronato rural e agroindustrial brasileiro – como atestado por ele na declaração – e, desta forma, foi parte da organização, participação e apoio a estas agendas, cabe questionar se suas posturas críticas em relação a estes atos não teriam relação com as disputas intraclasses dominante agrária que se operaram neste processo e com o espaço ocupado pela Farsul em tal configuração. Afinal, quem *lotou o Mané Garrincha para protestar contra o Plano Nacional de Reforma Agrária*? As instâncias de representação oficial do sindicalismo patronal rural brasileiro ou as novas expressões da representação patronal emergentes no contexto da Nova República, representadas principalmente na UDR?

Quer dizer, a crítica, a ponderação, o receio da mobilização, elementos presentes no discurso patronal destes agentes, podem ser indicativos de que estas ações representem para eles momentos de ameaça à manutenção de sua posição interna à classe e a sua reprodução social – e de sua entidade - como porta-voz legítimo do grupo.

Neste sentido, a visão destes dirigentes patronais a respeito das manifestações e mobilizações da classe envolve um olhar para as disputas que se operam no interior do patronato rural e agroindustrial, sobretudo em torno da legitimidade da representação destes setores. A ameaça de perda do controle político das mobilizações está no horizonte de preocupações do patronato rural em relação às mobilizações, inspirando sua atenção – “uma manifestação pode precipitar coisas que nós não desejamos. É preciso avaliar muito bem o que se pode e o que não se pode fazer” (Entrevistado 1, ex-presidente da Farsul).

Segundo o mesmo dirigente, esta avaliação sobre o que se pode ou não fazer envolveria, fundamentalmente, uma avaliação sobre o momento político vivido, evitando-se ações mais radicais naqueles momentos onde “todo mundo, mais ou menos, têm alguma consciência de que não tem de onde tirar muita coisa” (Entrevistado 1, ex-presidente da Farsul).

Além disso, a capacidade dos dirigentes patronais e de suas entidades manterem a vitalidade e a mobilização de determinadas manifestações também é vista por eles como um desafio e uma limitação recorrente nestes processos, já que, segundo tal discurso, “o problema da mobilização é que ela é uma mobilização tópica. Tem aquele ponto e, superado aquele ponto, terminava. Não conseguíamos sustentar isso” por um período maior de tempo (Entrevistado 1, ex-presidente da Farsul).

Neste sentido, as ponderações e ressalvas em relação a esta forma de ação política também dizem respeito à visão de que as mobilizações diretas da classe, apesar de serem um processo *extremamente válido* e angariarem resultados momentâneos em favor do grupo, não têm capacidade de produzir efeitos de longo prazo:

Eu acho que isso é **extremamente válido**, mas **isso é mais ou menos como eu enfiar os dedos numa corda e tentar, com isso, impedir que o laço me aperte o pescoço**. Pode aliviar momentaneamente o processo, mas nós não conseguimos manter esta força pra conseguir a institucionalização de medidas que, no médio e no longo prazo, produzam efeitos capazes de impedir a repetição desses processos. Então todas as nossas manifestações, ou o mais das vezes, elas têm um **ponto tópico**. Elas não conseguem se focar numa medida que tenha uma **continuidade**. Até porque, **nós estamos falando da dívida que está vencida, nós estamos falando da linha de crédito que não veio, nós estamos falando do preço mínimo que não foi suficiente, nós estamos falando topicamente, nós não estamos falando de política agrícola** (Entrevistado 1, ex-presidente da Farsul).

Portanto, segundo esta visão, o problema das manifestações seria que estas possuiriam *um ponto tópico*, mas, a partir disso, na maioria das vezes, não se conseguiria avançar para medidas que tivessem *continuidade*, já que as mobilizações seriam compostas, em geral, por pautas emergenciais do setor - *nós estamos falando da dívida que está vencida, nós estamos falando da linha de crédito que não veio, nós estamos falando do preço mínimo que não foi suficiente, nós estamos falando topicamente, nós não estamos falando de política agrícola.*

A partir do que foi exposto neste tópico, pode-se identificar alguns dos significados atribuídos pelos dirigentes da Farsul em relação aos riscos e ressalvas que envolvem o processo de mobilização direta da classe, sobretudo, em termos dos riscos políticos destas ações e dos elementos necessários para sua eficácia.

Mas, para finalizar esta reflexão, gostaria de voltar a um tema comentado no início deste subtópico, quando se disse que muitos dos dirigentes entrevistados, embora tenham participado e protagonizado muitos processos de mobilização da classe, evitavam ao máximo falar a respeito de tais episódios. A partir das declarações mencionadas aqui, percebe-se que os dirigentes que mais evitam falar abertamente sobre estes temas são aqueles que ocuparam posições nos mais altos postos de direção da entidade, notadamente os ex-presidentes da Farsul que foram entrevistados aqui. Quando questionados a respeito destas mobilizações patronais, em geral, pronunciavam respostas curtas, mencionando uma suposta importância destas ações, e, logo em seguida, discorriam mais longamente sobre as limitações e riscos da adoção destas táticas.

Além disso, em geral, estes agentes demonstravam maior preferência e natural interesse por falar a respeito de suas ações e relações frente a importantes espaços institucionais de poder, destacando os méritos pessoais no acesso privilegiado aos gabinetes, aos Ministérios e às antessalas dos mais altos postos de poder da política de Estado no Brasil (este tema especificamente será retratado em mais detalhes no tópico 3.4 desta dissertação).

Portanto, cabe deixarmos alguns questionamentos em relação a isso: em primeiro lugar, se os dirigentes que ocuparam os mais altos cargos de direção na Farsul demonstram certo bloqueio para falar abertamente sobre os processos de mobilização do patronato rural, as mobilizações seriam vistas por estes agentes como ameaças ao seu poder interno à classe? Quer dizer, por serem momentos de renovação na representação do patronato rural, estas mobilizações são vistas por eles como elementos de risco à sua reprodução social enquanto porta-vozes do grupo? Além disso, se ressaltam com mais

frequência, intensidade e prazer a sua condição de suposto privilégio no acesso aos gabinetes e antessalas do poder institucional, o acesso a estes espaços representaria traço de maior distinção e prestígio para eles do que o elemento da mobilização e da manifestação direta do grupo?

3.3.2 “Os interesses do produtor a gente não leva mais no grito”: o discurso da qualificação técnica como contraponto à mobilização direta da classe

Além da existência deste conjunto de problematizações e ressalvas em relação às táticas de mobilização direta da classe, percebe-se que a construção de significações mais críticas em relação a estes métodos articula-se também com a afirmação da importância de formas de ação pautadas pelo discurso da cientificidade e da qualificação técnica na representação patronal.

Cabe ressaltar, no entanto, que tais visões são detectadas entre alguns dirigentes, mas aparecem como maior força no espaço das assessorias técnicas da entidade, os quais são, por excelência, espaços mais voltados à atuação política com base em estudos, números e reflexões teóricas e técnicas de maior envergadura.

De modo geral, conforme destaca Carneiro (2008), o debate de contraposição entre uma lógica de ação política direta *versus* ação travestida de discurso de cientificidade e baseado em elementos técnicos se constitui como um tema recorrente entre os representantes do patronato rural no Brasil. Segundo o autor, para parcelas deste patronato

Existe uma racionalidade e uma lógica nas reivindicações dos produtores, ou seja, uma razão, que se constitui como elemento capaz de convencer os representantes das instâncias do Estado da justiça dos pleitos patronais. Nessa situação, a ciência e a técnica substituem ou podem excluir a luta política e as disputas por interesses. Ou seja, opera um deslocamento do lugar da luta política, a disputa de interesses é travestida de cientificidade, por meio da construção de um discurso técnico e qualificado (CARNEIRO, 2008, p. 138).

No mesmo sentido, como apontam Bruno *et. al.* (2009, p. 139), sobretudo quando se refere a temas polêmicos, detecta-se uma tendência e um esforço entre o patronato rural e agroindustrial brasileiro de “trazer debates políticos para um campo de disputa delimitado por um discurso técnico-científico, como forma de ‘despolitizar’ os conflitos e os processos decisórios”. Ainda segundo os autores, “a ideia de uma cientificização do discurso complexifica a luta de classes e a desloca do terreno da produção e do monopólio da propriedade privada para o campo das ideias e ideologias”.

Especificamente, estas formas de ação política do patronato rural, mediadas pelo elemento do discurso técnico-científico, constituem-se como tentativas de aumentar a eficácia de reivindicações e se desvincular de imagens negativas comumente atribuídas ao setor. Isso é assim, pois, para alguns setores do patronato rural brasileiro, as manifestações de rua são entendidas atualmente como práticas que não mais conduzem a resultados efetivos, além de produzirem imagens negativas da classe patronal junto à sociedade, já que muitas vezes “a manifestação é entendida como uma *agressão*, um meio para reivindicar pouco civilizado, sugerindo, talvez, uma associação entre manifestação e violência”. Além disso, para alguns deste porta-vozes patronais, as manifestações são vistas como um “movimento antigo”, que estaria em oposição a “uma organização moderna” da classe (Carneiro, 2008, p. 140).

Assim, a imagem da moderna organização patronal e a priorização do discurso técnico-científico na representação de interesses do grupo constroem-se, para estes agentes, desde a ideia da mudança de práticas e da contraposição a formas antigas de representação - no passado “as prioridades da Farsul eram outras. A gente queria o grito, gente que gritasse e batesse forte, não gente que argumentasse e trouxesse números” (Entrevistado 11, assessor econômico da Farsul).

O elemento técnico-científico representa, assim, o discurso do novo, do moderno e do eficaz na representação patronal. Se o suposto de modernidade contido nesta noção de representação tem como base a ideia de sua eficácia, esta é testada na contraposição à excessiva exposição, aos riscos e às tensões sociais causadas pela mobilização de rua:

Como que a Farsul vencia as quedas de braço? Botando 2 mil, 5 mil pessoas em torno de uma praça. A questão do endividamento, que culminou com a securitização, tudo isso a gente foi ganhando no grito. Tudo isso a gente foi ganhando no... Enfim, empurrando e levando. [...] [Mas] toda ação forte ela tem uma implicação proporcional em sentido contrário. Quando você se expõe politicamente com muita força, você vai receber um contragolpe da mesma magnitude (Entrevistado 11, assessor econômico da Farsul).

Assim, o reforço do discurso técnico-científico, como construção de retórica de legitimidade e como tática de ação política do grupo, facilita forma de pressão e de negociação discreta do patronato rural junto ao poder político de Estado, possibilitando-os abdicar muitas vezes do espaço público da pressão e da mobilização da classe e garantindo a conquista de resultados mais efetivos e duradouros em favor do grupo. Aqui, ao invés de mobilizar e se expor publicamente, a representação se faz como formulação técnica e como contato discreto com os órgãos de Estado:

Ele [o presidente da Farsul] estabeleceu aqui, não um programa, mas uma maneira de resolver os problemas que ele chama de “política de resultados”. O

que é a política de resultados? É que nós montamos os projetos e entregamos para o governo anunciar. **O Dr. Sperotto não usa, como outros líderes, toda hora no jornal, em capa de jornal, não. Nós montamos o projeto as quietas e damos para o governo anunciar: “Política de resultado”, é o que a gente chama isso** (Entrevistado 7, ex-vice-presidente da Farsul).

Como será visto em mais detalhes no tópico posterior, tais ações discretas ou silenciosas, se altamente eficazes e ligadas ao argumento técnico-científico na representação política do grupo, dependem fortemente também das redes de relações e de contatos privilegiados estabelecidas pelos dirigentes patronais junto ao Estado.

De todo modo, dando sequência na análise desenvolvida aqui, percebe-se também que, se entendida como contraponto à ação política direta e à mobilização de rua do setor, a legitimidade e importância do discurso técnico-científico na representação de interesses patronais afirmam-se também como tentativa de fuga de estigmas e imagens negativas do patronato rural junto à sociedade, como meio de legitimar-se e garantir apoio social ao setor e às suas demandas:

Aquela pessoa que ficava presa no trânsito, quando a gente trancava uma rua, começou a se sentir prejudicada e ao invés de ouvir a pauta e apoiar o movimento, começou a ficar contra o movimento. Independente se tem razão ou se não tem razão, pelo simples fato de ter trancado a rua (Entrevistado 11, assessor econômico da Farsul).

Assim, a modernidade e eficiência destas práticas e formas de representação afirma-se também como maneira de melhorar os canais de diálogo e a imagem ligada ao agronegócio e ao patronato rural no Brasil. Se entendida como prática moderna de representação, o discurso técnico-científico dos porta-vozes do patronato rural se constrói como negação ao velho, ao arcaico e ao primitivo, sendo situado por eles como parte de uma evolução geral da sociedade – “então a sociedade começou a ver isso [a mobilização de rua e o conflito político aberto] como uma coisa primitiva. A sociedade evoluiu” (Entrevistado 11, assessor econômico da Farsul).

Em suma, a afirmação da importância do discurso técnico-científico na representação política do patronato rural – novamente, discurso verificado aqui principalmente no espaço das assessorias -, passa centralmente por sua concepção de que as conquistas não se dão mais, prioritariamente, através da pressão pública e da mobilização direta da classe – “os interesses do produtor, como eu disse, a gente não leva mais no grito” (Entrevistado 11, assessor econômico da Farsul).

Além disso, registra-se que a eficiência do discurso técnico-científico como forma de representação política do patronato rural é vista por estes agentes também desde a possibilidade de simplificar as práticas políticas do grupo e reduzir custos que envolvem

grandes processos de mobilização coletiva - atualmente a Farsul “não enche mais uma Explanada dos Ministérios com gente de trator”, mas, ao invés disso, “vai [um representante] lá cheio de números”, dialogar com o governo e os agentes de Estado. “Até o presidente [da Farsul] brinca com isso, ele diz: ‘olha, antigamente eu levava 10 mil, 20 mil pessoas com um monte de ferro para Brasília, agora eu mando o [assessor – nome omitido]. É muito mais barato” (Entrevistado 11, assessor econômico da Farsul).

Neste sentido, se expressa também aquela que é uma tendência defendida por muitos setores do patronato rural brasileiro, a saber, que suas pautas e demandas passem, cada vez mais, a serem definidas, não no âmbito das mobilizações políticas e disputas públicas da sociedade, mas em espaços institucionais de diálogo junto ao poder público. Conforme Carneiro (2008, p. 140), para muitos destes dirigentes “os conflitos devem ser resolvidos, prioritariamente, nos espaços de conciliação, como por exemplo, as ‘câmaras de arbitragens’, e não através do enfrentamento direto, onde a manifestação é considerada uma de suas expressões”.

Por fim, é curioso perceber que aqui – como em outros momentos desta análise – a afirmação de uma prática moderna de representação e a tentativa de fugir de estigmatizações e imagens negativas constrói-se, pelo patronato rural, na oposição e na diferenciação em relação a um adversário de classe. Segundo tal discurso, a mudança de práticas do patronato rural em relação ao tema aqui discutido – entendido somente como retórica de legitimidade e não necessariamente como expressão de processo real - ocorreria *pari passu* à manutenção das mesmas formas de ação e de mobilização por parte dos seus adversários – “O outro lado continua com as mesmas práticas. Onde está o MST hoje? Acabou. Todo mundo viu que aquilo é uma fraude, que aquilo é uma farsa, que aquilo é para enriquecer muita gente, os seus líderes principalmente” (Entrevistado 11, assessor econômico da Farsul).

Portanto, segundo tal discurso, enquanto o patronato rural teria mudado as suas práticas - pois se entendeu que, quando se reivindica determinada pauta, tem-se o dever de “convencer as pessoas que decidem” sobre sua justeza, o que não ocorreria “com a força” ou “com o número de gente”, mas “com argumento e com número” [dado técnico] -, o MST manteria as mesmas formas de ação e de mobilização, fazendo com que perdesse importância e apoio junto à população (Entrevistado 11, assessor econômico da Farsul).

De um modo geral, portanto, o discurso da cientificidade e do respeito ao elemento técnico-científico é posto, na representação do patronato rural, como elemento de afirmação da legitimidade de sua ação política e da defesa de seus interesses. A

preocupação com a realização de um “trabalho sério e tecnicamente embasado” é colocada, neste discurso, como contraposição ao que é entendido como “populismo” e “demagogia” de muitos atores políticos, sendo classificado como elemento diferencial para a afirmação da força política de uma entidade de representação patronal – “isso faz a diferença de uma entidade de 90 anos”, como a Farsul (Entrevistado 11, assessor econômico da Farsul).

3.4 “Eu entrava pela porta dos fundos”: a ação política patronal frente ao Estado

As reuniões de trabalho do Governo do Estado, do Ministério da Agricultura, a Farsul passou a ter uma participação, porque ele [o presidente da Farsul] acolhia, ele dava a estrutura, **ele dava o auditório [da Farsul] para o Ministro vir ali e despachar, tratar, discutir.** Ele abria as portas e trazia para dentro. **O Ministro sentava numa cadeira e o Sperotto sentava na cadeira do lado** (Entrevistado 4, prefeito municipal e ex-diretor da Farsul).

A partir das declarações citadas acima, percebe-se a importância do debate sobre as formas de ação política do patronato rural frente ao Estado, já que tal relação pode ser considerada emblemática em termos da não existência ou da existência fluida de limites claros sobre o que é público e o que é privado. Os retratos pintados pelos entrevistados – entendidos aqui somente enquanto retóricas de legitimidade e construção de autoimagem – destacam relação de extrema proximidade e de forte vinculação entre determinados agentes que atuam na estrutura de Estado e os representantes do patronato rural no Rio Grande do Sul. Os elementos contidos nas representações evocadas por eles, ressaltam o mérito, o prestígio e o poder simbólico creditado a uma entidade que, segundo seu discurso, teria trânsito livre em importantes espaços de poder do Estado, ao mesmo tempo em que receberia em sua sede importantes autoridades deste poder público para discutir temas relevantes da agenda política e influenciar em suas tomadas de decisão sobre a política pública. Chama atenção como este capital de relações sociais e este suposto trânsito privilegiado pelo interior do aparelho de Estado são ressaltados no discurso patronal como instrumento de legitimidade e de poder do grupo.

Diante disso, neste tópico tem-se como objetivo analisar a visão dos dirigentes da Farsul a respeito de suas ações frente ao Estado, buscando compreender, fundamentalmente, quais repertórios e práticas são valorizados e mobilizados por estes agentes quando atuam frente às instâncias públicas. Em síntese, busca-se responder à seguinte questão de pesquisa: como o patronato rural gaúcho atua politicamente e defende seus interesses diante do Estado?

Para que se desenvolvam estas análises, primeiramente, cabe destacar que o pertencimento dos dirigentes da Farsul a determinadas redes de sociabilidade e de poder, onde conhecem, convivem e constroem relações de intimidade com agentes e grupos de elites, contribui para abrir e reforçar possibilidades de atuação da entidade na arena política de modo geral e, especificamente, frente ao Estado.

Conforme destacou Offerlé (2009), existem alguns elementos que distinguem o processo de representação política constituído entre as organizações de trabalhadores e as organizações patronais. Segundo ele, fundamentalmente, estas últimas teriam um perímetro de ação mais amplo e privilegiado em relação às organizações de trabalhadores, processo que ocorreria em função da posição social ocupada e da posse de distintos capitais pelos agentes que compõem os grupos dominantes.

Ainda conforme o autor, diferentemente dos setores sociais subordinados, os agentes dominantes poderiam fazer uso, dentre outras formas de ação, do que chama de “mobilização silenciosa”. Segundo esta perspectiva, os dirigentes das organizações patronais e os agentes de elite, de modo geral, teriam melhores oportunidades de acesso e de influência junto aos núcleos de poder e de decisão da sociedade, processo que ocorreria em função de seu pertencimento a redes de relações sociais que unem entre si agentes e grupos dominantes. Este processo ocorreria a partir de interações entre eles na esfera pública, mas também a partir de formas de interação discretas na esfera da vida privada. O acesso facilitado destes agentes a centros de poder e de decisão da sociedade resultaria de diversas relações, sendo construído, sobretudo, a partir de seus círculos de convívio social e de seu pertencimento a redes institucionais ou de sociabilidade comuns entre setores dominantes (Offerlé, 2009).

Desta forma, pode-se presumir que o recurso ao que o autor chama de “mobilização silenciosa” pode ser utilizado tanto como fonte de poder à organização patronal como um todo, quanto a determinados atores individuais, do ponto de vista da configuração de poder interna à classe.

No caso dos dirigentes do patronato rural brasileiro, percebe-se fortemente a utilização deste recurso, que Offerlé chamou de “mobilização silenciosa”, no sentido de ter seu acesso facilitado aos centros de poder e de decisão e reivindicar temas de interesse destas classes junto ao poder público.

Conforme destaca Bruno (2009, pp. 203-204), a partir da ocorrência de “práticas oficiosas” na relação entre agentes do Estado e representantes do patronato agroindustrial no Brasil, percebe-se que estes últimos se beneficiam de uma “troca de favores nem

sempre visíveis” no espaço oficial e institucional da política. Neste processo, muitas vezes, a prática do *lobby* acaba por dividir “o mesmo espaço com a barganha extraoficial e a ‘reciprocidade financeira’”, alimentando relações entre elites econômicas e políticas e reforçando sua condição de dominação. Ainda segundo a autora:

A despeito da existência de inúmeros canais institucionais de interlocução, existem, lado a lado à representação formal e nos espaços onde essas organizações operam, determinados mecanismos que funcionam paralelamente e que se inter cruzam, como, por exemplo, o acesso direto ao executivo e aos ministros de Estado. [...] Entretanto, apesar da proximidade com o poder público, há uma seletividade, mesmo entre os empresários agroindustriais. Se, de um lado, o espaço institucional é aberto a todos, de outro, apenas alguns têm esse acesso direto ao executivo (BRUNO, 2009, p. 204).

Em diálogo com Leonilde Medeiros, a mesma autora ainda conclui, dizendo que estas “são práticas que passam por uma hierarquia que não é dada exclusivamente nem diretamente pela riqueza” econômica, mas dependem também “da conjuntura, dos laços de amizade e de parentesco existentes, etc.” entre estes membros de elite. De todo modo, “enunciar e se vangloriar de tais contatos não deixa de ser uma forma de reforçar a sua importância política” e de reafirmar a legitimidade de sua atuação frente aos seus pares (Bruno, 2009, p. 204).

Analisando-se a ocorrência deste processo em relação aos dirigentes da Farsul, em alguns casos, percebe-se nitidamente a influência de relações pessoais de amizade e do compartilhamento de trajetórias sociais e políticas em comum, na efetivação de aproximações e contatos destes dirigentes com determinados agentes políticos:

O [Ministro] **Brossard foi meu companheiro, meu conterrâneo. Companheiro de partido político, [...] [no] Partido Libertador, e amigo, quer dizer, era uma pessoa com quem eu tinha uma liberdade muito grande e que me deu uma mão lá encima muito grande, no Governo Federal** (Entrevistado 2, ex-presidente da Farsul).

Percebe-se, assim, que as redes de sociabilidade de que fazem parte os dirigentes da Farsul alimentam relações e vínculos que podem auxiliar na sua atuação junto aos espaços de tomada de decisão do Estado. Estas relações têm como base lembranças de amizade, identidades de companheirismo, de origem comum - *Brossard foi meu companheiro, meu conterrâneo [...] era meu amigo* - e também de trajetórias políticas semelhantes – era meu *companheiro de partido político*. Em seu conjunto, tais relações produzem um sentimento de liberdade e de intimidade muito grande com estes agentes - *era uma pessoa com quem eu tinha uma liberdade muito grande* -, o que lhes possibilita acesso privilegiado a determinados centro de poder e de decisão, permitindo-lhes almejar

vantagens objetivas em favor do grupo que representam - *me deu uma mão lá encima muito grande, no Governo Federal.*

Mas, se estas relações e canais privilegiados de acesso aos centros de poder político são entendidos pelos dirigentes patronais como possibilidade de angariar vantagens ao grupo, por outro lado, fazem parte também de suas estratégias de reprodução social enquanto porta-vozes patronais, pois colocam estes agentes em condição de privilégio e distinção frente ao espaço de representação da classe - Quando o presidente da Farsul *queria ir a Brasília para tratar de assuntos ligados à Farsul, ele pedia para eu acompanha-lo [...]* Eles sabiam *que eu era relacionado com muita gente lá.*

Desta forma, percebe-se que o feixe de relações sociais constituído frente a determinados agentes de Estado converte-se em capitais políticos que melhoram a posição interna à classe de determinados agentes.

Conforme declaração de um dos entrevistados, citada parcialmente acima:

“Eu fui várias vezes à Brasília, com o presidente” da Farsul. [...] Quando ele **“queria ir a Brasília para tratar de assuntos ligados à Farsul, ele pedia para eu acompanha-lo**, porque eu me dava com um cidadão, que faleceu depois, foi Ministro da Educação, Paulo Renato Souza, e através dele nós conseguíamos audiências com a Zélia Cardoso de Mello, que foi Ministra da Fazenda”. Eles sabiam **“que eu era relacionado com muita gente lá”** (Entrevistado 9, presidente de sindicato rural e candidato à presidência da Farsul).

É bem verdade que existem outras relações e posições que reforçam a condição de prestígio de determinados dirigentes patronais frente à representação da classe - fazendo com que sejam convidados, por exemplo, a acompanhar o presidente da Farsul em agendas na capital federal, mesmo não ocupando cargos importantes na direção da entidade. O dirigente citado acima é figura notória do sindicalismo patronal no Rio Grande do Sul, tendo sido presidente de sindicato rural por mais de uma década, candidato a presidente da Farsul em uma oportunidade e ocupado cargo de diretor do Conselho da Agroindústria da FIERGS por muitos anos. No entanto, mesmo entendendo que tais posições e relações reforcem – e muito – seus capitais políticos, presume-se que sua *relação com muita gente lá* de Brasília também se constitua como elemento de melhora de sua posição interna à classe, auxiliando em suas estratégias de reprodução social como porta-voz do grupo.

De todo modo, percebe-se que o acesso dos dirigentes patronais a figuras bem posicionadas nas estruturas de poder do Estado abre caminho para a construção de uma representação de classe que prescinde da relação formal e oficial, da burocracia e da

espera para se chegar até aqueles que decidem - *eu entrava pela porta dos fundos do Ministério.*

Trata-se das práticas oficiosas, mencionadas por Regina Bruno (2009), onde agentes do poder público tratam de maneira desigual diferentes atores, grupos e classes sociais que recorrem ao Estado, apresentando suas demandas e reivindicando soluções para seus problemas. Estas trocas de favores, que beneficiam a perpetuação do poder de grupos e elites dominantes, ocorrem a partir de redes de contato nem sempre visíveis - afinal, quem pode entrar *pela porta dos fundos* não precisa encaminhar ofício – e trazem às elites dominantes o privilégio do contato cotidiano com quem detém o poder da tomada de decisões - *O Brossard me dizia daquelas pendengas que havia e qualquer coisa eu ligava pra ele.*

Conforme declaração de um dos entrevistados, citada parcialmente acima:

O Brossard me dizia daquelas pendengas que havia e qualquer coisa eu ligava pra ele. Eu me comunicava muito com ele em Brasília. Quando eu ia à Brasília **eu entrava pela porta dos fundos do Ministério** lá, por ordem dele, né. Então ele me disse: “Toda vez que tu vieres aqui, na chegada ou na saída, passa aqui” (Entrevistado 2, ex-presidente da Farsul).

No entanto, este acesso privilegiado aos centros de poder, entendido aqui como forma de representação e como estratégia de reprodução de classe do patronato rural e agroindustrial brasileiro, deve ser visto também a partir de seu caráter de seletividade, já que nem todos os espaços estão natural e permanentemente abertos às lideranças patronais. Se através do feixe de relações sociais que possuem facilita-se, em geral, o acesso a algumas dimensões do espaço institucional, por outro lado, apenas alguns deles têm acesso ao topo desta estrutura de poder, o executivo federal (Bruno, 2009).

Desta forma, o contato com os *amigos* também é importante para alcançar melhores posições de acesso aos altos postos desta hierarquia de poder:

O Brossard “era uma ligação que eu tinha em Brasília e que me ajudou muito. Dependendo do assunto, ele dizia: **‘manda em duas vias para cá’.** **Uma ele mostrava para o Sarney, que era o Presidente da República. Então eu também acabei me relacionando muito bem com o Presidente”** (Entrevistado 2, ex-presidente da Farsul).

Quer dizer, o *companheirismo* – de alguém que é amigo, conterrâneo e colega de partido – serve para abrir as portas do Ministério, dispensando os rituais e ofícios, serve para estar à disposição cotidianamente, atendendo telefonemas diretos sempre que necessário, e, como visto agora, serve também para abrir outras portas, auxiliando no acesso ao topo da hierarquia do poder de Estado.

Ademais, como característica da “mobilização silenciosa”, descrita por Offerlé (2009), o acesso privilegiado do patronato rural aos agentes políticos em questão envolve interações entre estes agentes na esfera pública da sociedade, mas ocorre também como contato discreto, que se desenvolve em âmbito privado:

O Sarney, numa ocasião, numa reunião em Buenos Aires, **nós ficamos no mesmo hotel** [...] [e] ali estava sempre o grupo todo nosso brasileiro, das entidades, a CNA junto, né. E **assuntos relacionados com agricultura a gente sempre estava perto**, conversando com o Presidente (Entrevistado 2, ex-presidente da Farsul).

Neste sentido, percebe-se que, para a representação do patronato rural, a importância de se ter acesso direto aos gabinetes, aos ministérios e às estruturas formais de tomada de decisão do Estado, complementa-se à pertinência da conversa ao pé do ouvido, do diálogo nos corredores, do encontro no hall do hotel para falar sobre *assuntos relacionados com agricultura*. Quando se tem acesso a estes espaços de contato discreto com quem toma decisões, procura-se *sempre estar perto*, esperando oportunidade para se fazer ouvir e reclamar os interesses da classe desde um espaço político absolutamente privilegiado.

Como pano de fundo deste processo, percebe-se certa vaidade, fascínio e orgulho dos dirigentes patronais por fazer parte destas relações e adquirir relativa proximidade ao centro do poder político de Estado e aos agentes que ali atuam – *Me dava bem com o Sarney [...]. Ele me chamava de ‘bronquinha’*. Neste sentido, embora evidenciem o teor conflitivo de tais relações em alguns momentos, estas lideranças fazem questão de demonstrar serem conhecidos e lembrados por importantes agentes políticos do país – Afinal, ser chamado de “bronquinha” pelo Presidente da República denota intimidade com ele.

Conforme declaração do entrevistado, parcialmente citada acima:

Eu “**me dava bem com o Sarney**, só que eu era... **Ele me chamava de ‘bronquinha’** e isso e aquilo, porque **eu batia, botava a boca no governo, esculhambava, criticava abertamente** [...]. Tanto que um dia, numa ida à Brasília, a gente se encontrou numa solenidade lá e ele [o Presidente da República] me pegou com as duas mãos e disse assim: – ‘Mais calminho agora?’ – ‘Que isso, Presidente? Eu sou calmo, [mas] **eu tenho que falar em nome da minha classe. O que está errado, está errado**’” (Entrevistado 2, ex-presidente da Farsul).

Por outro, tal alcunha revela também outra dimensão das estratégias de reprodução social do patronato rural frente ao Estado, já que traz consigo concepção de representação entendida como conflito e demonstração de força frente a governos e agentes estatais – *Eu batia, botava a boca no governo, esculhambava, criticava abertamente*. Quer dizer, a

diversidade das formas de representação do patronato rural frente ao Estado se faz, de um lado, pelo recurso à “mobilização silenciosa”, onde se prioriza atuação discreta e, muitas vezes, não visível em relação a estas instâncias governamentais, mas, de outro lado, se faz também pelo chamamento à classe, pela construção da pressão pública e pelo embate direto e, **aparentemente**, incontornável com os agentes de Estado. Um dos símbolos de tal ação é a premissa da defesa incondicional e intransigente dos interesses da classe, elemento que, no discurso patronal, estaria acima de qualquer relação de reciprocidade estabelecida com agentes políticos de Estado – *Eu tenho que falar em nome da minha classe. O que está errado, está errado.*

Mas, se a dimensão do conflito, da pressão pública e do embate direto se constitui como uma das expressões da representação do patronato rural frente ao Estado, cabe mencionar que existem espaços próprios e característicos para o desenvolvimento de tais ações. Enquanto os corredores e gabinetes do poder de Estado são espaços de atuação discreta e de reforço de vínculos que unem agentes de elite, garantindo o exercício de práticas oficiosas entre eles, o espaço da rua e o momento do encontro da classe projetam de maneira mais clara o conflito, a pressão e o embate do patronato rural com os agentes de Estado:

A abertura de Esteio¹⁰¹, o discurso inaugural de Esteio, era um “tamborzão”, é um “tamborzão”, até hoje, [...] tanto que os presidentes [da República] começaram a não querer vir (Entrevistado 1, ex-presidente da Farsul).

Isso é assim, pois estes espaços carregam em si o simbolismo do encontro da classe, da reunião, do fortalecimento de seus laços de identidade e solidariedade, da definição de pautas e prioridades do grupo. Em suma, são espaços onde a *ocorrência* da classe se percebe de modo mais nítido e intenso, pois terreno privilegiado de sua organização interna, e, ao mesmo tempo, palco extremamente importante de sua apresentação pública, espaço de vitrine da classe, e de demonstração de sua força – *A abertura de esteio [...] era um “tamborzão”.*

Neste sentido, a expressão do conflito frente ao Estado e da suposta defesa intransigente e inegociável dos interesses da classe ocorrem, nestes espaços, como mecanismo de prestação de contas e de legitimação da liderança frente ao grupo. O efeito da teatralidade política e da demonstração de recursos pessoais para condução política do grupo é próprio destes espaços:

¹⁰¹ Refere-se à abertura da Expointer.

Teve um caso, por exemplo, que o Ministro da Agricultura era presidente do Bamerindus e nós estávamos encalacrados, como sempre estamos, o endividamento agrícola do tamanho de um elefante. **E eu disse na tribuna, ele estava ali sentado: “pois é, ministro, enquanto nós estamos aqui devendo uma vela para cada santo e mais uma igreja toda, o seu banco continua numa boa”. Tu podes imaginar a cara que ele fez.** Que era a propaganda dele: “O Bamerindus continua numa boa”. [Isso] foi dito para ele aqui [no Parque de Exposições de Esteio]. [...] Eu, presidente da Farsul, fazendo um discurso. **Todo mundo riu** (Entrevistado 1, ex-presidente da Farsul).

Neste sentido, o ato de colocar o agente político em situação de desconforto diante de todos, de gerar seu espanto e de provocar risos e aclamações de seus representados se constitui como parte da construção de sua legitimidade interna à classe, pois denota sinal de qualificação para representar e falar em nome do grupo. Trata-se da construção de uma autoimagem que ressalta a adoção de postura crítica frente aos governos, quando a defesa da classe assim o exija, constituindo elemento de diferenciação interna e de afirmação de sua própria legitimidade na representação do grupo.

Assim, há um elemento de distinção mesmo entre os porta-vozes da classe, já que a afirmação de um espaço como representante do grupo envolve desqualificar o “outro” – neste caso, o outro representante patronal –, como recurso da disputa intraclasse dominante agrária na e pela representação legítima do setor – *Ele* [o presidente da CNA] *era um puxa saco de governo*. Sua eficiência e legitimidade enquanto porta voz do grupo afirma-se na oposição a outras lideranças patronais que, supostamente, construiriam posturas e ocupariam espaços demasiado próximos aos governos, confundindo os papéis atribuídos ao governo e à representação classista e enfraquecendo o poder desta última.

Conforme declaração de entrevistado, citada parcialmente acima:

Chegou um ponto, quando eu era da diretoria da Farsul, que a gente brigou [com o presidente da CNA], porque **ele era um puxa-saco de governo. Então teve um grupo de Federações** [que se organizou], mais aqui para baixo, do centro para baixo... Mas nós não tínhamos a maioria das Federações **contra ele**, então ele ficou mandando, tanto que nós entramos no Supremo [Tribunal Federal] e ele foi destituído (Entrevistado 2, ex-presidente da Farsul).

Percebe-se, a partir desta declaração, que a desqualificação do “outro” da representação patronal, serve como instrumento de construção de autoimagem, visando melhor colocação na estrutura de posições interna à classe, mas se constitui também como elemento justificador de movimentos concretos de disputa no interior destes grupos, sustentando o argumento político da disputa de poder intraclasse dominante e provocando alterações na relação estabelecida entre setores e frações destas classes - *Então teve um grupo de Federações* que se organizou [...], *contra ele*.

No entanto, postas tais reflexões, cabe mencionar que, se a dimensão do conflito, da pressão pública e do embate direto se constitui como uma das expressões da representação do patronato rural frente ao Estado, fazendo parte das estratégias de reprodução social da classe e de seus porta-vozes, e se esta forma de ação tem como espaço genuíno de ocorrência a esfera pública, o encontro na rua, encima dos palanques, diante das multidões e das bases sindicais, por outro lado, o encontro nos corredores e gabinetes do poder de Estado, no hall do hotel, nos jantares e nas solenidades – em suma, naqueles espaços onde se desenvolvem as interações discretas e a “mobilização silenciosa” da classe, abordados no início deste tópico – propicia aos dirigentes do patronato rural oportunidade de reconciliação com quem se criticou e se enfrentou em público, propicia, em outros termos, possibilidade de manutenção de laços sociais que unem agentes e grupos dominantes entre si, sendo a base para práticas oficiosas na relação entre agentes de Estado e dirigentes do patronato rural e reforçando as possibilidades de ganhos e vantagens destes últimos - – *“Ministro, diz que está furioso comigo”*. – *“Não, não sei o que”*. – *“Ministro, se não sou eu a falar, com a liberdade que eu tenho, com a amizade nossa, os caras iam te atirar por janela abaixo lá, tchê. Iam te botar pra rua”*.

Nestes encontros do espaço privado, após conflito e tensões ocorridas na esfera pública, evoca-se a *amizade* e os laços sociais de união entre estes agentes como elementos de superação de desentendimentos. Mais do que isso, utiliza-se de tais elementos para justificar a agressão, já que supostamente as críticas seriam menos danosas quando partem de *amigos*.

Conforme declaração do entrevistado, citada parcialmente acima:

Eu me lembro de um episódio que houve até em Curitiba. O motivo eu não lembro direito, mas estava um ambiente pesadíssimo entre os produtores, as entidades e então o Íris Resende tinha feito um discurso, levou lá e não leu o discurso, pelo choque que ele levou, falou de improviso, um calorão brutal, tirou o casaco, suava que era um horror. E aí eles chegaram para mim, o Roberto [Rodrigues] e o Flavio [Telles de Menezes], pedindo para eu falar em nome da classe toda. Para amenizar a coisa né, porque eu falava e procurava, de certa forma, sabe como é, uma paulada e uma amaciada. E eu falei, contando toda a verdade. E depois nós tínhamos, em São Paulo [...] uma janta, uma solenidade, uma coisa grandiosa lá, não sei quantas mil pessoas. E quando nós chegamos [...] chegou inclusive o Roberto Rodrigues e disse: – ‘O Íris está puto da cara contigo’. – ‘Não tem que ficar, porra. Eu disse o que vocês queriam que dissesse’. Aí fiquei esperando o Íris, quando ele chegou [eu disse]: – **“Ministro, diz que está furioso comigo”**. – **“Não, não sei o que”**. – **“Ministro, se não sou eu a falar, com a liberdade que eu tenho, com a amizade nossa, os caras iam te atirar por janela abaixo lá, tchê. Iam te botar pra rua”**. - “Não, pois é e tal”. – “O que eu vou fazer? Tem problemas que são simples, que você pode resolver” (Entrevistado 2, ex-presidente da Farsul).

De alguma forma, estes episódios parecem retratar o enredo de um teatro político, onde o ato de performance que envolve críticas, tensionamentos e pressões no espaço de manifestação pública é seguido por aperto de mão, conversa e reconciliação nos corredores de grandiosos jantares e solenidades que reúnem membros de elites.

Esta é a intimidade do poder entre as elites dominantes no Brasil: se encontram e reencontram nos corredores e bastidores da política nacional, se conhecem e se reconhecem em interesses que, mesmo dentro de determinados limites, são comuns entre si e articulam as suas ações de modo convergente e – o que é mais importante perceber aqui – mesmo diante de possíveis embates e críticas públicas, o mais das vezes, acertam contas e se reconciliam nas mesmas redes de sociabilidade e nos mesmos termos que os uniram anteriormente – ou alguém pode imaginar um Presidente da República chamando uma liderança sem-terra, por exemplo, de “bronquinha”, após ser criticado publicamente por ela?

Mas, dando sequência a esta análise, percebe-se que a dimensão da representação do patronato rural frente ao Estado, como expressão de conflito e embate direto, estrutura-se também por meio de um olhar que naturaliza o espaço privilegiado ocupado pelas classes e grupos dominantes no interior deste aparelho político, fazendo com que sua presença nestes espaços institucionais seja vista como mera obrigação por parte dos representantes de governo:

Nós ficamos numa reunião, numa audiência com o Ministro da Reforma Agrária, Nelson [Ribeiro] [...] e quando nós chegamos no Ministério tinha gente conversando com o Ministro. Na saída era o pessoal exatamente dos sem-terra. Foi um... Aí nós entramos e tal e então o presidente [da CNA], chegou agradecendo: “Não, senhor Ministro, muito obrigado por nos receber e não sei o que”. **Pô, rasgando, agradecendo por estar sendo recebido por um Ministro, o que é isso, pô? Uma entidade da classe rural brasileira agradecer por [estar sendo recebido por um Ministro?]**. Aí, quando eu o cumprimentei na saída, cumprimentei o Ministro [e disse]: - “Ministro, o senhor não sentiu uma mão de seda nessa gente que saiu daqui antes?” [se referindo às lideranças sem-terra] - “Como mão de seda?” - “De gente que nunca pegou num cabo de pá, no rabo de um arado”. O presidente da CNA se apavorou com aquilo. (Entrevistado 2, ex-presidente da Farsul).

Conforme se percebe em tal declaração, segundo a visão do entrevistado, *uma entidade da classe rural brasileira* não deveria agradecer por estar sendo recebida, em audiência, por um Ministro do Governo Federal, já que tal gesto é visto como algo natural e como uma espécie de obrigação dos agentes políticos.

Novamente, este fato é utilizado pelo entrevistado como elemento de desqualificação de um de seus pares na representação classista, o então presidente da CNA. Mais do que isso, na medida em que narra uma espécie de tensionamento que teria

gerado com o Ministro na saída da reunião – quando sugere para o Ministro da Reforma Agrária que as lideranças sem-terra seriam pouco afeitas ao trabalho no campo -, o entrevistado busca evidenciar uma postura diferente, de sua parte, no trato com estes agentes públicos, onde a marca da imposição e do confronto estariam mais evidentes, em contraposição à excessiva cordialidade e ao exagerado agradecimento.

No entanto, cabe questionarmos: se de um lado, estas relações diferenciadas com o governo são elementos de confronto e de diferenciação entre as diversas lideranças patronais agrárias do país, de outro lado, não fariam parte de uma divisão de papéis estabelecida por eles, onde caberia às Federações estaduais e entidades locais uma crítica mais contundente aos governos, enquanto a CNA, instância oficial de representação do patronato rural a nível nacional, constituiria relação mais amistosa com estes órgãos e agentes políticos? Além disso, mesmo as Federações e entidades locais, teceriam as mesmas críticas ao conjunto das pastas e órgãos do Governo Federal ou este processo seria mais contundente no caso do Ministério ligado ao tema da reforma agrária? Se naturalizam e enxergam como uma obrigação serem recebidos pelo Ministro da Reforma Agrária, não se sentiriam agradecidos por serem recebidos pelo Ministro da Fazenda, por exemplo?

Buscando-se avançar nesta reflexão, percebe-se também que a representação do patronato rural frente ao Estado e, portanto, suas estratégias de reprodução social neste âmbito, são concebidas de forma diferente por estes dirigentes conforme o perfil de quem ocupa os cargos de gestão nas diversas instâncias do poder público. Conforme declaração de entrevistado, as críticas e proposições dirigidas pelas organizações do patronato rural às instâncias de poder do Estado eram mais ou menos úteis e eficazes “dependendo do governo ou da autoridade, porque tinha uns que aceitavam, né. O Íris Resende, por exemplo, o Íris era um produtor rural também” (Entrevistado 2, ex-presidente da Farsul).

Como se vê, aqui a ideia da eficácia e da vantagem na relação do patronato rural frente ao Estado tem como um dos supostos para seu êxito a condição do representante estatal ser ou não um “autêntico produtor rural” e, portanto, demonstrar mais ou menos conhecimento e sensibilidade às demandas do setor em suas ações. Assim, a ideia do “autêntico produtor rural” é posta em cena aqui como elemento que justifica apoio a determinados agentes políticos de Estado, constituindo-se como expressão pública de alinhamentos e preferências políticas do patronato rural que, na verdade, envolvem uma série de outros elementos para se efetivarem, indo muito além da simples identidade pessoal destes agentes com o universo da produção agropecuária. A noção de “autêntico

produtor rural” é utilizada, portanto, como argumento político justificador de apoio e como construção de retórica de legitimidade que busca fortalecer os capitais políticos daqueles gestores públicos mais afinados com as organizações patronais e que defendem os seus interesses de maneira mais fiel.

Neste sentido, percebe-se que há uma exaltação aos momentos em que “autênticos produtores rurais” ocupam espaços de gestão no Estado brasileiro, uma vez que isso facilitaria as relações estabelecidas entre patronato rural e governo, inclusive do ponto de vista da compreensão e da aceitação, por parte deste último, das críticas realizadas pelo setor.

Aliás, esta identidade social ligada a ideia do “autêntico produtor rural” parece se constituir como importante marca do discurso patronal aqui analisado, sendo mobilizada em várias situações e constituindo-se como base de legitimidade política destes agentes, seja nas relações frente aos agentes do Estado – que teriam mais legitimidade para propor ações relacionadas à atividade agrícola se fosse *um produtor rural também* -, aos seus adversários de classe – que são desqualificados porque nunca teriam pegado *num cabo de pá* ou *no rabo de um arado*, não sendo, portanto, verdadeiros agricultores - e, por fim, também em relação aos seus pares na representação do patronato rural do país, já que se aciona tal identidade também na disputa pela legitimidade da representação patronal, desqualificando representantes que não são entendidos como autênticos produtores rurais – “o presidente da CNA, Dr. Flavio Brito... O Flavio nunca foi produtor de nada” (Entrevistado 2, Ex-presidente da Farsul).

Mas, voltando a reflexão central desenvolvida neste tópico, destaca-se, por fim, que, se há, de modo geral, uma busca do patronato rural por estabelecer contatos com os agentes de Estado, por aproximar-se dos gabinetes, por influenciar os espaços de decisão do poder público, por outro lado, a representação destas classes frente ao Estado, expressa-se também como tentativa de construir uma autoimagem de distanciamento e autonomia frente a estes espaços - *o governador nos convidou para nós darmos assessoria: – “Com uma condição: eu dou assessoria de graça, eu não quero ser peão do Estado.*

É bem verdade que para setores de elite ocupar espaço político formal na estrutura de Estado a partir de cargo, considerado por eles, de baixa relevância – por exemplo, como assessor de uma Secretaria do Executivo Estadual – pode sinalizar falta de prestígio social, já que acostumados a manter relações de paternalismo com seus subordinados, a comandar a política local, a acessar espaços centrais de poder em dimensão estadual e

nacional e, em alguns casos, até mesmo, a ocupar cargos políticos considerados de grande relevância nestas dimensões. Ademais, para estes setores sociais que têm a terra como fonte de riqueza econômica e de distinção social, assumir o Estado como fonte de rendimentos e ganhos econômicos pode significar decadência social.

Portanto, a construção de uma autoimagem de distanciamento e autonomia frente a determinados espaços do Estado, representa tentativa de fuga de estigmas e de perda de capitais políticos e simbólicos, tão importantes para a reprodução de sua força e poder de dominação:

Aí no governo [Antônio] Britto, **o governador nos convidou para nós darmos assessoria.** [Eu disse:] – **“Com uma condição: eu dou [assessoria] de graça, eu não quero ser peão do Estado.** [Mas,] eu dou assessoria no que o senhor precisar nos assuntos de produtividade”. [...] Aí eu dei assessoria para o Britto e para o Secretário de Agricultura, que era o Cesar Schirmer (Entrevistado 9, presidente de sindicato rural e candidato à presidência da Farsul).

No entanto, se guarda o significado mencionado acima, tal posicionamento também é definidor de determinada forma de representação do patronato rural, entendida como ação autônoma frente aos governos e ao Estado. Portanto, a recusa para ingressar formalmente em determinada instância de poder de Estado deve ser vista também como estratégia de ação política e de reprodução de classe dos setores dominantes do campo.

No caso específico mencionado na citação acima, embora o entrevistado tenha prestado tal assessoria ao governo e, desta forma, influenciado no conteúdo das políticas setoriais produzidas, fez questão de fazê-lo sem estar vinculado oficialmente à estrutura de governo, provavelmente para que pudesse manter sua autonomia de classe frente ao governo e seguir atuando na esfera da representação corporativa do setor, espaço que caracterizou, prioritariamente, sua trajetória política.

Logo, percebe-se que a proximidade destes dirigentes patronais em relação aos espaços de poder e decisão do Estado – seja a partir de atuação silenciosa ou do embate e do enfrentamento público – não, necessariamente, se confunde com o papel e a identidade social que constroem enquanto representantes de entidades corporativas do setor. De resto, há um conjunto diverso de significados que forjam as identidades sociais destes agentes desde sua relação com entidades corporativas do patronato rural, com Estado, com partidos políticos e com outras instâncias de ação e organização coletiva. Vejamos agora como se desenha o caso do partido.

3.5 “A minha política primeira é a da classe”: patronato rural e política partidária

Neste tópico tem-se como objetivo analisar a visão dos dirigentes da Farsul a respeito da política partidária, buscando compreender como estes agentes enxergam sua importância, potencialidades e limites para a representação de interesses da classe. Em síntese, busca-se responder às seguintes questões de pesquisa: quais os significados atribuídos pelos dirigentes do patronato rural à política partidária? Como se utilizam desta esfera de atuação para representar e defender os interesses do grupo?

Embora a presença dos dirigentes da Farsul em determinadas redes de relações que envolvem a política partidária seja significativa – como demonstrado no capítulo 2 deste trabalho – e se constitua como importante elemento da ação política destes agentes, conferindo-lhes condições privilegiadas de acesso a alguns espaços de poder e de decisão do Estado, deve-se compreender quais discursos estes agentes mobilizam para legitimar sua atuação nestes espaços, ou seja, a partir de que retóricas de legitimidade se constrói a ação destes grupos via política partidária.

Neste sentido, percebe-se que a representação do patronato rural no âmbito da política partidária não se constrói sem tensões e conflitos internos, manifestando-se a partir de uma diversidade de significados e concepções e de discursos complexos e heterogêneos. Ainda que muitas vezes a partir de discursos críticos e de tentativas de diferenciar a representação classista do universo da política partidária, este âmbito de atuação é visto pelos dirigentes patronais como forma legítima de representação e como importante estratégia de reprodução de classe do patronato rural. Quer dizer, afeitos ao estabelecimento de relações ou à participação direta em partidos políticos, as lideranças patronais constroem discursos e retóricas de legitimidade que buscam, fundamentalmente, organizar e qualificar a intervenção da classe neste âmbito de atuação política, mesmo que muitas vezes isso envolva criticar os partidos e construir imagem de diferenciação em relação a eles.

Assim, destaca-se, em primeiro lugar, que a atuação e as relações estabelecidas pelo patronato rural neste âmbito da política partidária são fortemente mediadas a partir do acionamento de uma noção e do reforço de uma identidade de classe, suposto fundamental e noção legitimadora, que atribui significado e sentido à ação destes agentes no partido político. Quer dizer, para o patronato rural, a atuação no partido é prática de reprodução de classe e, neste sentido, legitima-se a partir de discurso em defesa do corporativismo, dos interesses específicos do grupo e, sobretudo, daquilo que aparece em

seu discurso – em diversos momentos da análise aqui realizada - como suposta defesa intransigente e inegociável dos interesses desta classe – *a minha política primeira é a da classe*.

Neste sentido, para alguns representantes patronais, a coerência de sua trajetória partidária, percebida e assumida como importante elemento de prática política do grupo, se inscreve na perfeita articulação e subordinação ao espaço tido como legítimo de sua representação coletiva:

Essa atividade política [em partidos] eu nunca abandonei e nas entidades [de classe], inclusive, todo mundo sabia, só que **eu não permitia nem discussão política na diretoria** [da Farsul], absolutamente não. Tem nada a ver a minha posição política, **a minha política primeira é a da classe**.

Eu tinha companheiros, por exemplo, [que] eram brizolistas e eu [era] anti-brizolista. Eu era político e tinha gente que não gostava de mim por ser político. [Mas] **nós nunca falamos de política, nós nunca brigamos**. [...] [Em alguns casos] politicamente nós não afinávamos, mas não tinha nada a ver (Entrevistado 2, ex-presidente da Farsul).

Percebe-se que este discurso de legitimidade fundamenta-se em imagem de unidade e de ação conjunta do patronato rural e, desta forma, além de afirmar a importância e centralidade de sua entidade máxima de representação no estado, cumpre papel na tentativa de neutralizar conflitos e manter determinada estrutura de posições interna à classe, garantindo a reprodução política do grupo e de seus porta-vozes.

Quer dizer, a ideia da unidade, da ação conjunta e da subordinação aos interesses fundamentais da classe, vista como expressão da representação do patronato rural e de sua ação no âmbito da política partidária, é mobilizada por seus porta-vozes também como argumento justificador de suas próprias estratégias e ações de reprodução política neste âmbito, se convertendo, portanto, como instrumento de reforço de seus capitais políticos enquanto representantes do grupo.

Assim, se a participação de alguns destes agentes na esfera da política institucional – quando se filiam a partidos e disputam eleições - parece ser mediada, em muitos momentos, por uma espécie de *habitus* desinteressado, já que se fundamenta na construção de imagem de distanciamento e de desinteresse pessoal frente a tais instâncias de poder, a ideia da abnegação ao grupo e da defesa incondicional dos interesses da classe justificaria sua inserção e atuação ali – “eu não queria ser candidato, eu não queria ser deputado. [...] Era o tipo da coisa que eu não tinha a mínima intenção”. [...] A candidatura foi resultado da “pressão dos companheiros” (Entrevistado 2, ex-presidente da Farsul).

O fato do discurso destes agentes expressar que sua *política primeira é a da classe* ou que estes não possuiriam *a mínima intenção* pessoal de atuar no âmbito da política

partidária, não significa em absoluto que estejam preterindo esta forma de atuação. Aqui, a mobilização de uma noção de classe, o reforço de seus laços de identidade e de pertencimento e a ideia da absoluta subordinação aos interesses fundamentais deste grupo – quando respondem aos anseios e imposições *dos companheiros* -, constitui-se como discurso de legitimidade e estratégia de reprodução política do patronato rural. A classe é percebida e mobilizada, neste caso, como elemento de reforço dos capitais políticos do grupo e de seus porta-vozes, surgindo, fundamentalmente, como elemento organizador de sua ação no âmbito da política partidária.

Assim, se é a noção da classe e da defesa de seus interesses que fundamenta, legitima e organiza a ação dos representantes do patronato rural no âmbito da política partidária, como estratégia de reprodução social neste âmbito, prioriza-se o estabelecimento de relações do sindicalismo patronal com um amplo espectro de siglas e instituições partidárias. Ainda que os dados analisados no capítulo 2 desta dissertação demonstrem um alto grau de filiações partidárias dos dirigentes da Farsul e profunda concentração destas filiações em determinado partido político – de 32 dirigentes analisados, registrou-se filiação partidária de 20 deles, dos quais 15 faziam parte de um mesmo partido, o Partido Progressista –, o discurso de legitimidade mobilizado por sua representação estrutura-se como retórica de autonomia e de pluralidade de diálogo em relação às instâncias partidárias, o que se inscreve neste discurso patronal como condição necessária para a reprodução de sua força e capacidade de atuação política – “toda eleição municipal eles dizem: ‘ah, o sindicato tem que tomar lado’. Não tem que ter lado, numa diretoria de 30 pessoas tem gente de todos os partidos e todos são produtores rurais” (Entrevistado 8, vice-presidente da Farsul).

Neste sentido, aqui, como em outros momentos desta análise, percebe-se também que estes agentes pensam os atributos da representação do patronato rural e, portanto, constroem o discurso de sua legitimidade desde a identificação e contraposição a um inimigo comum de classe, ator coletivo claramente percebido por seu antagonismo de posições e por representar ameaça aos seus interesses fundamentais – a autonomia em relação a partidos “é o que nos diferencia, por exemplo, do CPERS, que o PT tomou conta ali e se terminou, fica um sindicato nanico, termina” (Entrevistado 8, vice-presidente da Farsul).

Desta forma, também quando se pensa as estratégias de reprodução social do patronato rural no âmbito da política partidária, percebe-se seu *fazer-se* classe desde uma forte perspectiva de relações - de oposição e de conflitos - com movimentos sociais,

representações de trabalhadores e organizações e partidos de esquerda. Esta perspectiva de relação e de conflito com tais grupos constitui elemento fundante da ação política do patronato rural, influenciando seus modos de representação, seus discursos de legitimidade e suas práticas políticas de classe.

Não é diferente, portanto, quando se trata da participação das entidades de representação do patronato rural em eleições, emprestando seu apoio e constituindo alianças com determinados candidatos a cargos do legislativo e executivo. Estes momentos de mobilização patronal em torno das eleições, são também momentos de aguçamento de conflitos e de defesa de interesses fundamentais de classe e, neste sentido, permitem à representação do patronato rural definir seu inimigo de maneira muito clara e específica e, mais do que isso, constituir tal definição como discurso e retórica de legitimidade do grupo, como prática de reprodução de classe do patronato rural:

Sempre quando é para a política a gente dá uma mão, nós tínhamos aqui na Farsul, criado pelo Dr. Sperotto, o Palanque Eleitoral da Farsul e **nós corríamos o Rio Grande dando espaço [para os candidatos], independente do partido**, nós tínhamos um espaço para aquele cidadão... [mostra a foto de uma caminhonete]. Olha o que está escrito aqui: **“se você é contra o PT, meu partido é você”** (Entrevistado 7, ex-vice-presidente da Farsul).

Acionada como um dos elementos que baliza o estabelecimento de relações de apoio a diversas candidaturas concomitantemente, a identificação e a contraposição a um inimigo comum constitui-se, neste sentido, como estratégia específica de ação política do patronato rural, permitindo a ampliação de redes de relações e de possíveis vínculos políticos com candidatos eleitos posteriormente, *independente do partido* de que fazem parte, desde que alinhados contra supostos adversários – *“se você é contra o PT, meu partido é você”*. Assim, se guarda sentido real e objetivo de contraposição a setores sociais com interesses antagônicos aos seus, tal postura se constitui também como tática de ação política do grupo, já que se converte em retórica justificadora de alianças e apoios a um amplo rol de atores políticos, permitindo à representação do patronato rural ampliar seu capital de relações sociais e sua proximidade com diversos parlamentares e políticos eleitos.

Juntamente com a identificação deste inimigo comum, o acionamento de uma identidade ligada a ideia de pertencimento ao setor agropecuário aparece novamente aqui como elemento justificador para o estabelecimento de amplas redes de apoios e alianças com candidatos e representantes da política partidária:

Aqui nós trabalhávamos para o Bernardi, para o Britto e para o Rigotto [candidatos a governador concomitantemente] [...] e todos os deputados estaduais e federais **que eram do setor**, nós montávamos um circo com

palanque, com show, com tudo para darmos o espaço para eles falarem (Entrevistado 7, ex-vice-presidente da Farsul).

Como exposto em outro momento deste trabalho, o uso de uma identidade social que liga alguns agentes ao universo da produção rural e ao setor do agronegócio de modo geral, se constitui como importante marca do discurso patronal analisado aqui, já que mobilizado em várias situações a fim de legitimar ou tornar coerente o estabelecimento de relações políticas do patronato rural com determinados atores. Assim, uma suposta identidade social de ligação – ou de não ligação - ao setor agropecuário e, em última análise, à imagem de um autêntico produtor rural, constitui-se como retórica de legitimidade e instrumento de afirmação política de representantes corporativistas e classistas, como meio de desqualificação dos adversários de classe e, como se vê novamente aqui, também como meio de justificar ou não o apoio a determinados candidatos e agentes políticos e de Estado.

A partir disso, percebe-se também que o estabelecimento destas redes de relações e de apoios a determinados candidatos, que não necessariamente possuem vinculação direta com as entidades de representação do patronato rural, constitui-se como elemento central de sua estratégia de ação no âmbito da política partidária:

A gente ajuda muito os parlamentares, eles vêm muito na casa, tanto que nunca se cogitou de alguém nosso concorrer, porque no momento em que qualquer um de nós concorrer tem muita chance de ganhar. Mas nunca se quis, porque daí perderíamos essa ligação com [estes parlamentares], eles nos teriam como inimigos. Como nós não concorremos, eles têm [boa relação conosco], eles são os porta-vozes [...]. A turma toda que é do rural, da Frente Parlamentar [da Agropecuária]. Então a casa ajuda muito eles, a casa apoia eles e eles levam as nossas reivindicações, por que nós damos espaço para eles (Entrevistado 7, ex-vice-presidente da Farsul).

Como se vê aqui, a discussão sobre o estabelecimento de redes de relações e apoios a determinados candidatos que representariam os interesses patronais rurais e agroindustriais é perpassada por debate constitutivo na representação política destes grupos: o debate sobre participar diretamente ou não da política partidária. Conforme destacam Bruno *et. al.* (2009, p. 133), no cenário de representação do patronato rural em nível nacional, tal discussão adquire grande centralidade, sendo que este “é um dos aspectos controversos e, seguramente, um dos divisores de águas na reflexão sobre prática política e representação” entre estes agentes.

Neste sentido, como foi visto aqui, de um lado, a representação do patronato rural no âmbito da política partidária é entendida como *ajuda* a determinados parlamentares, vistos como *os porta-vozes* legítimos do setor na política institucional, já que levariam

suas *reivindicações* a estes espaços de poder e de decisão, defendendo ali os interesses do grupo. Assim, a ação do patronato rural no âmbito da política partidária é pensada por algumas lideranças a partir do estabelecimento de relações e da definição de porta-vozes políticos externos ou não diretamente vinculados às instâncias oficiais de sua representação, é vista como manutenção de uma *ligação* e de uma boa relação com estes agentes – *eles vêm muito na casa* -, como ajuda mútua entre parlamentares e entidades classistas - *a casa ajuda muito eles*. [...] *e eles levam nossas reivindicações* - e, em última instância, como cuidado para não ter estes agentes políticos *como inimigos* – *nunca se cogitou de alguém nosso concorrer*¹⁰². [...] *Porque daí perderíamos essa ligação*.

Manter boa relação e melhorar a posição relativa frente a estes parlamentares implica valorizar o espaço de articulação e de projeção política proporcionado pela entidade. Implica, desta forma, construção de narrativa apontando a importância e suposta centralidade da Farsul para o fortalecimento e eleição de determinados parlamentares, considerados, neste discurso, espécie de herdeiros de capital político oferecido pela entidade – “Luiz Carlos Heinze, Nelson Marchezan, isso **tudo é cria do nosso Palanque Eleitoral**, muitos passaram pelo nosso palanque eleitoral” (Entrevistado 7, ex-vice-presidente da Farsul).

Ainda segundo tal discurso, do ponto de vista prático, o apoio oferecido a estes candidatos envolveria tanto suporte estrutural para campanhas e realização de comícios, quanto o auxílio na mobilização e contato com determinada base social e eleitoral, notadamente aquela ligada aos sindicatos rurais e entidades de base desta Federação:

Nós íamos correndo o Rio Grande, cada noite num lugar, meio dia num lugar, de noite noutro. Eles [os candidatos] não gastavam nada, nós dávamos o microfone e juntávamos o povo e o cara só ia com o corpo (Entrevistado 7, ex-vice-presidente da Farsul).

Desta forma, se envolve esforços, gastos financeiros e mobilização da entidade, este processo evidencia a importância do estabelecimento de relações da Farsul com parlamentares e bancadas ligadas ao setor agropecuário. Mais do que isso, evidencia a importância do próprio processo eleitoral nas dinâmicas de representação de interesses do patronato rural, já que, ao mesmo tempo em que a entidade utiliza seus capitais para fortalecer o nome de determinadas candidaturas que defenderão seus interesses junto ao Estado, este esforço de mobilização se caracteriza também como tentativa de seu próprio

¹⁰² Como demonstrado no capítulo 2 desta dissertação, há um alto grau de participação de dirigentes e ex-dirigentes da Farsul em eleições de nível municipal, estadual e nacional. Desta forma, entende-se tal declaração, segundo a qual a Farsul nunca teria cogitado lançar candidatos a eleições, apenas como discurso ideológico, que busca construir determinada projeção da realidade, como discurso e retórica de poder.

fortalecimento junto à base social, onde se busca demonstrar postura ativa e reforçar uma identidade de classe junto a estes agentes, algo tão necessário em períodos eleitorais, onde as pessoas estão, em geral, mais abertas ao debate político e onde, ademais, abre-se espaço para disputas de grandes proporções, exigindo da representação patronal a defesa de seus interesses fundamentais de classe.

Além disso, este esforço de mobilização e de apoio para a eleição de determinadas candidaturas ligadas ao setor rural é visto por eles como elemento central de sua representação, já que se constitui como forma de afirmação política da classe e de aumento de sua expressão simbólica na política nacional e junto ao Estado brasileiro. Neste sentido, estes agentes percebem o fortalecimento de bancadas parlamentares ligadas aos seus interesses como possibilidade de fuga de velhos estigmas, de reconstrução de imagens e, de modo geral, de reforço de seus capitais políticos e simbólicos:

Hoje na Câmara [dos Deputados] **eles têm** a Bancada Ruralista. Eu acho importante. Acontece o seguinte, isso durante muitos anos, um deputado, proprietário de terra não falava em Brasília, não tinha expressão. Na condição de produtor rural ele não tinha. Porque eles tinham vergonha de ser produtor, acontecia isso. Porque eram os latifundiários e isso e aquilo e aquilo outro. Até que a coisa veio... O Luiz Carlos [Heinze] é um cara, por exemplo, que ajudou nisso aí, ele ajudou. E hoje **eles estão** organizados... Mas é muito importante essa ligação (Entrevistado 2, ex-presidente da Farsul).

De todo modo, como comentado anteriormente, esta representação parlamentar deve ser vista também como expressão de distanciamento e diferenciações em relação às entidades de representação coletiva do patronato rural, já que concebidas como instâncias relacionadas entre si, mas exteriores umas as outras – *Eles têm a Bancada Ruralista*. [...] *Hoje eles estão organizados* no Parlamento.

Na medida em que não se tratam de relações orgânicas – já que a maioria destes parlamentares têm relações de proximidade, mas não ligação direta com a Farsul – o equilíbrio de poder entre estes agentes pode ser extremamente instável, podendo existir tensões e disputas de interesses nas relações dos referidos parlamentares com a entidade. Em suas análises sobre representação de interesses do agronegócio brasileiro, Bruno *et. al.* (2009) abordam este tema. Segundo os autores, ao analisarem um conjunto de entrevistas com dirigentes do patronato agroindustrial brasileiro,

Do ponto de vista da representatividade político-partidária, ao falarem das redes institucionais de representação da classe, é curioso que a Bancada Ruralista não goze de tanto prestígio e unanimidade como a imagem construída pela mídia. Há o reconhecimento de seu peso político, no entanto, alguns entrevistados declararam que ela é mais afeita a interesses próprios e não necessariamente a interesses do “setor” (BRUNO *et. al.*, 2009, p. 136).

Ainda sobre este tema, Bruno (2009, p. 204) diz que muitas vezes estas relações são mediadas por uma “reciprocidade financeira”, onde determinados parlamentares defendem os interesses destes grupos agroindustriais mediante contrapartida de apoio financeiro em suas campanhas eleitorais. Neste sentido, haveria um consenso entre os representantes patronais “de que os deputados e senadores ‘cobram muito alto’ devido à ‘marca negativa da agricultura e da Bancada Ruralista’” na sociedade brasileira e, além disso, registra-se que nem todas as lideranças patronais “aceitam esse tipo de intermediação”, seja por avaliarem que “o custo-benefício não compensa” ou “por condenarem tal postura e avaliarem que tal prática é desagregadora e dificulta a ação coletiva em torno de interesses comuns”.

Desta forma, se a relação entre entidades de representação patronal e bancadas parlamentares ligadas ao agronegócio não ocorre sem conflitos, tensões e disputas, percebe-se mesmo a construção de um discurso, entre algumas lideranças do patronato rural, de clara diferenciação entre sua ação política e a dos parlamentares e representantes partidários. Há, assim, distinção de concepção e de funções atribuídas a estas duas esferas de atuação e, novamente, o capital político do sindicalismo patronal é testado ou legitimado desde discurso de autonomia e protagonismo na representação da classe – “os sindicatos rurais não têm que fazer adesão nem oposição à partido político, nem a políticos. [...] A nossa função é uma política classista e não uma política partidária” (Entrevistado 8, vice-presidente da Farsul).

Um dos pilares desta diferenciação entre grupos fundamenta-se em construção de autoimagem que ressalta coerência e firmeza de ideias e posições dos representantes corporativistas e classistas, em contraposição ao político comum, alvo aqui de estigma e preconceito em função de suposta falta de coerência em suas posições – “político chega trocar 3 ou 4 vezes de partido em um ano e nós não vamos trocar de lado” (Entrevistado 8, vice-presidente da Farsul).

Aliás, este não *trocar de lado*, esta suposta coerência de posições, de ideias e de trajetórias, parece ser estruturante como elemento de visão de mundo e de construção da representação política entre algumas lideranças do patronato rural aqui entrevistadas. Conforme visto em tópico anterior, o atributo da liderança patronal, construído e percebido entre os representantes classistas como elemento de sua legitimação frente aos pares, estrutura-se também em imagem de coerência, de manutenção de *uma linha*, de *um horizonte* de atuação, o qual, por supostamente não se afastar *nem para a direita nem*

para a esquerda e, poderíamos adicionar, por ter como referência central a defesa intransigente dos interesses da classe, adquiriria credibilidade e confiança das pessoas, afirmando-se socialmente.

De todo modo, voltando à análise central deste tópico, percebe-se que, se a relação entre entidades de representação do patronato rural e bancadas parlamentares ligadas ao agronegócio não ocorre sem conflitos e sem tensões e se estas instâncias, embora articuladas entre si, são vistas como exteriores umas as outras – *Eles têm a Bancada Ruralista* -, a representação patronal aqui analisada constrói-se também por meio de discurso que afirma a necessidade de uma *representação política própria* da entidade no parlamento, fruto de candidaturas com *ligação direta* e/ou nascidas em seu próprio interior. Assim, voltando a debate constitutivo da representação do patronato rural no Brasil, mencionado anteriormente, percebe-se que algumas lideranças defendem a participação direta das entidades representativas neste âmbito da política partidária. Segundo discurso de dirigentes da Farsul, a *força política* da *casa* seria diretamente condicionada por ter ou não uma representação parlamentar direta, por ter ou não *o seu deputado*:

A Farsul é um órgão que **tem muita força**, muita expressão, **mas não tem representação política própria** [...]. Então nós não temos uma representação política forte. Ela é, por demais, **pulverizada** e não é uma coisa que tu possas dizer: “Ah, tem **ligação direta**”. **Temos muita ligação com vários políticos, vários partidos, mas não podemos dizer que a casa tem o seu deputado**, que a casa tem a sua força política (Entrevistado 1, ex-presidente da Farsul).

Tal cenário é demonstrativo da diversidade de concepções e práticas que caracterizam a ação política e a representação de interesses do patronato rural no âmbito da política partidária, evidenciando, ademais, a importância desta dimensão da ação política do grupo, ainda que muitas vezes não assumida no discurso como elemento central de sua prática política. Perpassada por debates constitutivos sobre como construir tal representação, que prioridades assumir, quais táticas e discursos mobilizar, sua ação frente à política partidária se faz como prática de reprodução de classe, já que auxilia na garantia de vantagens e interesses e se constitui como instrumento de ação e mobilização do grupo.

Neste sentido, como já foi dito, mesmo as ressalvas, diferenciações e tentativas de distanciamento dos representantes patronais em relação à política partidária não podem ser vistos como negação e como renúncia a este espaço de atuação. Antes se traduzem como discursos de legitimidade, como tentativas de reforço do capital político do grupo, como meios de mobilizar e de organizar a ação dos grandes proprietários de terra no

âmbito do partido político. Afinal, é também através destas ações e discursos críticos que a classe aparece, é percebida e reconhecida, se fortalece neste âmbito de disputa, passa a *ocorrer* ali como processo histórico.

Assim, quando se trata de sua representação no âmbito da política partidária, o patronato rural se faz enquanto classe por meio de uma dinâmica de ação que supera as barreiras de divisão entre partidos políticos, priorizando a mobilização do grupo em torno de um voto corporativista e classista e, muitas vezes, através da escolha de representantes diretos do setor, agentes entendidos como porta-vozes autênticos da produção rural e que expressam e utilizam tal identidade para unir o patronato rural, organizar e produzir sua ação conjunta neste âmbito:

O [Luiz Carlos] Heinze é um Deputado Federal que é do Partido Progressista, foi prefeito de São Borja e foi o Deputado Federal mais votado numa das eleições, **pelos produtores rurais, pelos produtores, independentemente de partido. Eu sou o Heinze e pronto**, encerrou o assunto. – “Mas tu és do PDT, do PMDB”. – “Não interessa, eu voto no Heinze. **O deputado do meu partido é outro, mas eu voto no Heinze**” (Entrevistado 4, prefeito municipal e ex-diretor da Farsul).

O voto fiel à classe, realizado *independentemente de partido* e em nome de agentes reconhecidos como porta-vozes legítimos do setor – *o deputado do meu partido é outro, mas eu voto no Heinze* – fortalece os capitais políticos do patronato rural e de sua entidade de representação no estado, aumentando a força política da classe e as possibilidades de eleição de seus representantes diretos ao parlamento. Ademais, a construção desta identidade política, produtora de uma ação articulada e de um voto fiel à classe, envolve, em alguns casos, trajetórias sociais e discursos de legitimidade que ligam carreiras políticas e ações partidárias ao espaço da representação corporativa do setor. A Farsul aparece, assim, como espaço de produção e de articulação da atuação da classe no âmbito da política partidária, aparece como espaço de projeção pública e de fortalecimento dos capitais políticos de suas lideranças, como caminho para sua atuação no partido político – “talvez, um pouco do prefeito que sou hoje tenha passado por dentro da Farsul. [...] Eu sou uma liderança política formada dentro dos quadros da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, assim eu me reconheço” (Entrevistado 4, prefeito municipal e ex-diretor da Farsul).

Considerações finais

Diante do que foi visto aqui, percebe-se que a ação política do patronato rural, a partir do espaço de organização da Farsul e no contexto em questão, ocorre desde uma diversidade de práticas, significados e concepções de representação expressos por seus dirigentes. Esta diversidade de significados e representações não é excludente entre si, mas, ao contrário, complementa-se e, em seu conjunto, compõem as formas de ação e as estratégias de reprodução social construídas pelo patronato rural e por seus porta-vozes naquele contexto.

No entanto, se entendida como diversidade de práticas, significados e concepções, a representação do patronato rural aqui analisada ocorre tendo como fios condutores ou eixos transversais um conjunto de elementos que são constitutivos de seu discurso, aparecendo, em maior ou menor medida e de diferentes formas, nos diversos contextos e questões analisadas. Estes são, portanto, traços e características fundamentais da representação expressa e analisada aqui, constituindo, por isso, o *fazer-se* classe do patronato rural de modo estruturante e evidenciando, neste sentido, a ambivalência entre o moderno e o arcaico, entre o novo e o velho, como característica fundamental de sua ação e representação política.

Neste sentido, em primeiro lugar, a representação de interesses do patronato rural pode ser entendida como momento de união do grupo. Esta união tem como uma de suas bases a noção de indissociabilidade entre cadeias e setores econômicos da agropecuária, sendo forjada no âmbito da construção política da bandeira do agronegócio e de sua concepção de representação “sistêmica” no Brasil.

Além disso, a representação como união do grupo é construção de imagem política que visa manter estrutura de posições interna à classe, em alguma medida acomodando interesses divergentes e promovendo equilíbrio de forças, a partir da projeção de imagem que auxilia na reprodução social do grupo e de seus porta-vozes. Neste sentido, o chamamento à classe, a constante evocação desta noção, o reforço desta identidade política e o suposto fundamental da defesa intransigente e inegociável de seus interesses constitui-se, para o patronato rural, como discurso e retórica de legitimidade do grupo e de seus representantes e, o que é importante notar aqui, como elemento organizador de sua ação coletiva.

Assim, de um lado, união é discurso, é chamamento à classe, é reforço de uma identidade “nós”, que aproxima e vincula o patronato rural entre si. De outro lado, união é também expressão de movimento político real destes grupos, processo que ocorre na

defesa de seus interesses fundamentais de classe, sobretudo quando se trata da propriedade e do monopólio fundiário. Ainda que grupo heterogêneo e com grande diversidade interna, ainda que com diferenciais de poder e divergências sobre várias questões, nestes momentos de ameaça aos seus interesses fundamentais o patronato rural se unifica quase que incondicionalmente, definindo de maneira muito clara um inimigo comum, contra quem atuar, e buscando articular fortemente suas ações entre si, renovando laços de união e de identidade e aumentando sua força política real. Como diz Regina Bruno, ali o “espírito da classe” aparece de maneira mais nítida e intensa e quem atua, quem polemiza, quem reage e defende seus interesses não é determinada liderança ou setor patronal, mas a classe como um todo.

De todo modo, se nos momentos de conflitos e de defesa de interesses fundamentais o patronato rural define com mais nitidez a existência de um adversário e de um inimigo de classe, a representação patronal analisada aqui expressa-se também como qualificação de si e desqualificação do “outro”. Assim, o adversário ou inimigo de classe é visto como *essa gente do PT aí*, ou como aquela *gente dos sem-terra*, aquela *gente desafortada*, aquela *gente grosseira*, como aqueles que têm *mão de seda* porque não efeitos ao trabalho no campo, etc.

Como se vê, este princípio da qualificação de si e da desqualificação do “outro”, retórica de legitimidade e estratégia de reprodução social do patronato rural e de seus porta-vozes, muitas vezes, constrói-se tendo como eixo articulador a ideia da ligação ou não ao setor agropecuário, à produção no campo e, conseqüentemente, à identidade de um “autêntico produtor rural”. Mobilizada frente aos adversários de classe, aos agentes governamentais e, até mesmo, aos pares da representação classista, tal noção legitima ou desqualifica: trata-se do agente de Estado que teria mais ou menos legitimidade para atuar e propor ações relacionadas à atividade agrícola se fosse *um produtor rural também*; trata-se da liderança patronal que possuiria ou não legitimidade para atuar como porta-voz da classe em função de sua ligação ou não a uma identidade de produtor rural - *o presidente da CNA [...] nunca foi produtor de nada*; trata-se, como demonstrado acima, da liderança sem-terra vista como ilegítima, já que nunca teria pego *num cabo de pá, no rabo de um arado*.

Desta forma, como traço de sua ambivalência, a representação expressa-se também como conflito e demonstração de força, o que envolve a ocorrência de disputas intraclasse dominante agrária, mas, fundamentalmente, a efetivação de ações contundentes, rápidas e enérgicas frente aos adversários e inimigos de classe. A busca

pelo efeito da teatralidade política, da imagem de comando e do poder simbólico de negação das demandas dos “de baixo” e de afirmação de sua identidade enquanto classe dominante constituem-se como expressões recorrentes destas práticas.

Frente aos governos e ao poder público, esta expressão da representação como conflito e demonstração de força ocorre como construção de autoimagem e retórica de legitimidade dos porta-vozes patronais perante sua base social, pois ato que corresponde à afirmação da defesa incondicional dos interesses da classe frente a estas instâncias e, por isso mesmo, capaz de reforçar seus capitais políticos e afirmar sua legitimidade na representação do grupo. Desta forma, o conflito e a demonstração de força do patronato rural frente ao Estado envolvem *bater, botar a boca no governo, esculhambar, criticar abertamente*, embora no espaço privado prevaleça a busca do favorecimento pelas relações de amizade, de *companheirismo* e de acesso privilegiado – *pela porta dos fundos* – aos gabinetes e espaços de tomada de decisão.

Ambivalente, porque mediada, de um lado, pelo embate e pelo conflito no espaço público e, de outro lado, pelo encontro e reconciliação nos bastidores da política, pela troca de favores e pelo estabelecimento de relações oficiosas na intimidade e nos corredores do poder, a relação entre patronato rural e agentes do Estado tem como base fundamental o compartilhamento de determinadas redes de sociabilidade entre estes agentes, onde se conhecem, convivem entre si, compartilham trajetórias sociais e reforçam identidades e interesses comuns. Próximos entre si e ligados por estas redes de relações, agentes e grupos dominantes melhoram ainda mais sua posição social, aumentando possibilidade de acesso aos centros de poder e de decisão da sociedade e reforçando seus capitais políticos consideravelmente.

No caso dos dirigentes patronais aqui analisados, como foi demonstrado no capítulo 2 desta dissertação, tais redes de sociabilidade e de poder são diversas, tendo por base fundamental suas trajetórias pessoais e seu pertencimento a grupos de elite, bem como sua presença em diversos canais e espaços de atuação na sociedade, como, por exemplo, os partidos políticos - quando concorrem a cargos eletivos de nível municipal, estadual e federal, quando ocupam cargos e postos de gestão na estrutura de Estado - e outras entidades de representação do setor agropecuário – quando reforçam seus capitais políticos enquanto dirigentes patronais e também melhoram a posição relativa da Farsul, ampliando as redes de relação pelas quais atua.

Ademais, as redes de sociabilidade e de poder de que fazem parte estes dirigentes patronais têm como elemento de constituição também os seus capitais e trajetórias

escolares, sua atuação como profissionais liberais, como produtores rurais e empresários do agronegócio ou de outros setores, sendo que suas possibilidades de acesso a estes espaços são reforçadas quando alcançam distinções advindas de prêmios e honrarias, quando são reconhecidos e se destacam em sociedade.

De todo modo, para finalizar, percebe-se também que um dos traços constitutivos da representação do patronato rural analisada aqui expressa-se como discurso de inovação e de modernidade do grupo. Neste sentido, a concepção de uma representação moderna se faz pela construção de imagem de negação ou de superação daquilo que é entendido por eles como expressão de “tradicionalismo” na representação política patronal, sendo conduzido, portanto, desde a ideia da mudança e da reconstrução de símbolos e identidades que os referenciam historicamente. Concretamente, esta fuga e superação de imagem ligada ao “tradicionalismo”, é frequentemente construída via autoimagem de afastamento do grupo e de sua prática política das noções de “latifúndio” e “latifundiários”.

Ademais, a concepção de uma representação moderna e inovadora também é vista por eles como sinônimo de eficiência e de geração de resultados concretos aos seus associados, à sua base social. Assim, ressalta-se a ideia de uma representação em processo, como um vir a ser no tempo, representação constituída pelo elemento da mudança e capaz de responder aos desafios e dinâmicas do mundo contemporâneo, mantendo-se, desta forma, como algo necessário e atual.

No mesmo sentido, a imagem da modernidade e da inovação na representação política do grupo se faz também pela interrelação com outros agentes empresariais, quando se busca demonstrar suposto protagonismo político do patronato rural frente a outros setores, grupos e classes dominantes, quando se constrói discurso que ressalta a eficiência, a qualificação e a força de seus canais de representação. Além disso, esta imagem de modernidade e inovação na representação política do grupo se expressa na tentativa de apagamento de conflitos e de interesses antagônicos entre diferentes classes e grupos sociais do campo, quando o discurso de legitimidade do patronato rural tem como elemento central, novamente, a tentativa de fuga de estigmatizações ligadas à noção de “latifúndio” e quando se busca subordinar trabalhadores rurais e setores da agricultura familiar ao projeto hegemônico do agronegócio.

Se presente transversalmente no discurso de representação do patronato rural aqui analisado, o elemento da modernidade também pode ser identificado a partir de análises sobre a estrutura e as formas de organização da Farsul, conforme demonstrado no capítulo

1 deste trabalho. Identificou-se ali que o período estudado foi marcado pela permanência e ressignificação de discursos e ações voltados à necessidade de modernizar a estrutura e os espaços de representação da entidade. Estes processos ocorreram, de um lado, pela construção de um discurso em defesa de modernas formas de gestão e de organização da entidade, bem como da maior profissionalização de seus dirigentes, e, de outro lado, através de mudanças concretas desenvolvidas na estrutura de organização da entidade naquele período, as quais ampliaram e tornaram mais eficiente o espaço de representação oficial do patronato rural no Rio Grande do Sul.

No entanto, embora estes processos de construção de linguagem e de mudanças objetivas na forma de organização da entidade tenham como base a construção de uma imagem, de uma retórica de legitimidade e de uma concepção de representação entendida como inovação e modernidade, suas premissas estão intimamente ligadas a velhos e tradicionais elementos conformadores da identidade de classe destes agentes, fazendo parte da construção de uma prática política conservadora, que visa manter privilégios e condição de dominação de classe do patronato rural. Desta forma, evidencia-se, mais uma vez, o traço da ambivalência entre modernidade e atraso, como elemento constitutivo do processo de representação do patronato rural aqui analisado.

Percebe-se, assim, que antigos elementos conformadores de determinado tipo de representação política do patronato rural são renovados e ressignificados em diferentes contextos políticos, expressando, como disse Francisco de Oliveira, a introdução de relações novas no arcaico e a reprodução de relações arcaicas no novo, como característica típica do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e, poderíamos dizer aqui, também das formas de ação política das classes sociais dominantes ligadas à grande propriedade fundiária e ao agronegócio.

Referências bibliográficas

- BALTAR, P. **Os empresários e a reforma agrária no governo de transição (1985-1988)**. Campinas: Unicamp-IFCH (Dissertação de mestrado), 1990.
- BENETTI, M. D. **O agronegócio gaúcho entre os anos 1980 e 2008**. O movimento da produção. (Três décadas de economia gaúcha, v. 2). 2010.
- BENETTI, M. D. **Perspectivas de transformações estruturais na economia da Metade Sul do Estado**. Indic. Econ. FEE, Porto Alegre, v. 34, n. 4, p. 129-142, mar. 2007.
- BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil S.A., 1989.
- BRUM, A. **Modernização da Agricultura – trigo e soja**. Ijuí: Fidene, 1985.
- BRUNO, R. A. L. **A besta-fera da modernidade**. Tempo e Presença. São Paulo, v. 11, n. 239, mar. 1989.
- _____. **Agricultura Empresarial: povos e comunidades tradicionais: lutas simbólicas e negação dos direitos**. Raízes, v.37, n. 2, jul-dez/2017.
- _____. Bancada Ruralista e representação de interesses no Brasil Contemporâneo. In: Renato Sergio Maluf e George Flexor (orgs). **Questões agrárias, agrícolas e Rurais: Conjunturas e políticas públicas**. Rio de Janeiro, e-papers , 2017b.
- _____. **Desigualdade, agronegócio, agricultura familiar no Brasil**. Estudos Sociedade e Agricultura, abril de 2016, vol. 24, n. 1, p. 142160, ISSN 1413-0580.
- _____. **Movimento Sou Agro: marketing, habitus e estratégias de poder do agronegócio**. 36º Encontro Anual da Anpocs, <http://anpocs.com/index.php/encontros/papers/36-encontro-anual-da-anpocs/gt-2/gt16-2/8027-movimento-sou-agro-marketing-habitus-e-estrategias-de-poder-do-agronegocio/file>. 2012a.
- _____. **Nova República: a violência patronal rural como prática de classe**. Sociologia, Porto Alegre, ano 5, n 10, jul/dez 2003, p. 284-310.
- BRUNO, R. A. L. **O ovo da serpente: Monopólio da terra e violência na Nova República**. Unicamp (tese de doutorado), 2002.
- _____. **Revisitando a UDR: ação política, ideologia e representação**. Rev. Inst. Est. Bras., São Paulo: 40, 69-89, 1996.
- BRUNO, R. A. L. **Senhores da terra, senhores da guerra: a nova face política das elites agroindustriais**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- _____. **UDR: Os sem-terra dos patrões**. In: Encontro dos Grupos Temáticos do Projeto de Intercâmbio e Pesquisa Social em Agricultura. 1987, Botucatu: UNESP, 1987. 4 v. p. 1611.

BRUNO, R. A. L. **Um Brasil Ambivalente. Agronegócio, Ruralismo e Relações de Poder**. MAUAD X ed. /Edu-UFRRJ, 2009.

_____. “Com a boca torta pelo uso do cachimbo”. Estado e empresários agroindustriais no Brasil. In: BRUNO, R. A. L. **Um Brasil Ambivalente. Agronegócio, Ruralismo e Relações de Poder**. MAUAD X ed. /Edu-UFRRJ, 2009.

BRUNO, R., CARNEIRO, O., SEVÁ, J. **Relatório Final Projeto de Pesquisa: Grupos de Solidariedade, Frentes Parlamentares e Pactos de Unidade e Ação**. Em pauta o fortalecimento e a disputa pela representação patronal no campo. Redes, IICA, Rio de Janeiro, 2008.

BRUNO, R., LACERDA, E., CARNEIRO, O. B. Organizações da Classe Dominante no Campo. In: CALDART, R. S., PEREIRA, I. B., ALENTEJANO, P., FRIGOTTO, G. (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

BRUNO, R. A. L., SEVÁ, J. T., CARNEIRO, O. B. Agronegócio e Representação de Interesses. In: BRUNO, R. A. L. **Um Brasil Ambivalente. Agronegócio, Ruralismo e Relações de Poder**. MAUAD X ed. /Edu-UFRRJ, 2009.

BRUNO, R., LACERDA, E., CARNEIRO, O. B. Organizações da Classe Dominante no Campo. In: CALDART, R. S., PEREIRA, I. B., ALENTEJANO, P., FRIGOTTO, G. (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CAMARGO, O. J. R. **Elite política brasileira e a renegociação das dívidas do crédito rural – o caso da bancada ruralista**. Dissertação, Unicamp, 2009.

CARNEIRO, O. B.. **Tratoração – o alerta do campo: um estudo sobre ações coletivas e patronato rural no Brasil**. Dissertação de Mestrado, CPDA/UFRRJ. 2008.

CYRINO, T. M. **A cadeia produtiva da carne e a política neodesenvolvimentista dos governos Lula (2003-2010)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2017.

CONCEIÇÃO, O. A. C. **A Expansão da Soja no Rio Grande do Sul – 1950-75**. Porto Alegre: Ed. FEE, 1986.

CORADINI, O. L. **Em Nome de Quem? – Recursos Sociais no Recrutamento de Elites Políticas**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, Núcleo de Antropologia da Política, 2001.

COSTA, S. H. G. **A questão agrária no Brasil e a bancada ruralista no Congresso Nacional**. Dissertação, São Paulo, PPGH/FFLCH/USP, 2012.

CRUZ, R. G. **A quem respondem os ruralistas? Base eleitoral e proposições legislativas dos deputados federais da 54ª Legislatura.** Dissertação, Brasília, IPOL/UnB, 2015.

DA ROS, C. A. **As Políticas Agrárias Durante o Governo Olívio Dutra e os Embates Sociais em Torno da Questão Agrária Gaúcha (1999-2002).** Rio de Janeiro, 2006. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade) – CPDA/UFRRJ, 2006.

DA ROS, C. A. **O movimento “vistoria zero” e a resistência do patronato rural às políticas de assentamentos no Rio Grande do Sul.** Revista Sociologias, Porto Alegre, ano 11, nº 22, jul/dez. 2009, p. 232-278.

DELGADO, G. C. **Do Capital Financeiro na Agricultura à Economia do Agronegócio – Mudanças cíclicas em meio século (1965-2012).** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

ELIAS, N. **A Sociedade dos Indivíduos.** Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ELIAS, N. **Introdução à Sociologia.** Lisboa: Edições 70, 2017.

ELIAS, N. e SCOTSON, J. L. **Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.** Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

GASPAROTTO, A. **“Companheiros Ruralistas!” – Mobilização patronal e atuação política da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (1959-1964).** Tese (doutorado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Para entender o Plano Nacional de Reforma Agrária.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

HEINZ, F. M. **Representação Política e Formação de Classe: As organizações da burguesia agrária gaúcha na oposição à reforma agrária, 1985-1988.** Porto Alegre, 1991 - Dissertação de Mestrado.

LACERDA, E. V. **Brasil integrado: a ideologia sistêmica do agronegócio na Associação Brasileira de Agribusiness.** Dissertação, CPDA/UFRRJ, 2009.

LAMOSA, R. A. C. **Estado, Classe Social e Educação no Brasil: uma análise crítica da hegemonia da Associação Brasileira do Agronegócio.** Tese, Faculdade de Educação/UFRRJ, 2014.

- MENDONÇA, S. R. **A classe dominante agrária: natureza e comportamento (1964-1990)**. In: STEDILE, J. P. (org.). *A Questão Agrária no Brasil – Vol. 5*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- MENDONÇA, S. R. **O Patronato Rural no Brasil Recente (1964-1993)**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.
- _____. **O PENSA e os Intelectuais Orgânicos do Agronegócio (1990 - 2013)**. In: IX Simpósio Nacional Estado e Poder, 2016, Niterói. *Anais do IX Simpósio Nacional Estado e Poder*. Niterói: Núcleo de Pesquisas sobre Estado e Poder no Brasil, 2016. v. 1. p. 165-178.
- _____. **O Ruralismo Brasileiro (1888-1931)**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1997.
- _____. **Panorama Rural e a Consolidação Hegemônica da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag): 1999-2009**. *Anais do XXIX Simpósio Nacional de História*, 2017.
- MOREIRA, C. F. W. **O Projeto Político da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil: adversários, disputas e formas de atuação**. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Ciências Sociais, Florianópolis, 2018.
- NARDY, F. C. **A FARSUL e a Luta por Reforma Agrária: Violência de classe e marginalização dos movimentos sociais do campo no RS (1962)**. Dissertação de Mestrado. Santa Maria: UFSM, 2014.
- OFFERLÉ, M. **Sociologie des Organisations Patronales**. Paris: La Découverte, 2009.
- PICCIN, M. B. **Acesso a posições de poder pela elite estancieira gaúcha – trajetórias sociais e investimentos escolares**. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 27, n. 2, 2015.
- PICCIN, M. B. **Os Senhores da Terra e da Guerra do Rio Grande do Sul: um estudo sobre as estratégias de reprodução social do patronato rural estancieiro**. 2012. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas, SP
- PICCIN, M. B. **Recomposições do Espaço Social em Terras Estancieiras: estilos de vida e cálculos econômicos**. *Revista de Ciências Sociais*, v.4, no 1, p. 11-48, jan./jun. 2014.
- PINTO, R. G. **O novo empresariado rural no Brasil: uma análise das origens, projetos e atuação da Associação Brasileira de Agribusiness (1990-2002)**. Dissertação PPH/UFF. 2010.

PRADO JR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RAMOS, C. **Sindicato patronal rural e reforma agrária no Brasil: uma análise da atuação da CNA frente às políticas governamentais voltadas para a questão fundiária**. Niteroi, Dissertação, Faculdade de História/UFF, 2006.

RAMOS, M. P. **O “Novo” e o “Velho” Ruralismo no Rio Grande do Sul: Um Estudo sobre os Integrantes da UDR**. Santa Cruz do Sul: Editora da Unisc, 1995.

RÜCKERT, A. A. **Metamorfoses do Território – A agricultura de trigo/soja no planalto médio rio-grandense 1930-1990**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

SEVÁ, J. T. **Classes patronais rurais e conflitos sociais. Um estudo sobre as ações das organizações patronais rurais frente à questão ambiental**. Dissertação CPDA/UFRRJ, 2008.

SEVERINO, C. F. Repensando o Mito dos “Dois Brasis”. In: BRUNO, R. A. L. **Um Brasil Ambivalente. Agronegócio, Ruralismo e Relações de Poder**. MAUAD X ed. /Edu-UFRRJ, 2009.

STEDILE, J. P. **A Questão Agrária no Brasil: Programas de Reforma Agrária 1946-2003**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

TAVARES, A. C. D. **A Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e as questões agrária, ambiental e trabalhista: disputas sobre o direito a partir da Constituição Brasileira de 1988**. Rio de Janeiro: Tese Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade – CPDA/UFRRJ, 2012.

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa – Vol. 1. A Árvore da Liberdade**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2004.

THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria, ou um planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Org.: NEGRO, A. L. & SILVA, S. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

TRENNEPOHL, D.; PAIVA, C. A. N. **A importância da sojicultura para o desenvolvimento da região noroeste do Rio Grande do Sul**. Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 31, Número Especial, p. 741-778, jun. 2011.

XAVIER, G. L. **“Senhores da Lei, Donos da Terra”: o arauto da bancada ruralista na Câmara dos Deputados (2009-2014)**. Estud. Soc. e Agric., Rio de Janeiro, vol. 23, n. 1, 2015: 131-165.

VIGNA, E. **Bancada Ruralista: o maior grupo de interesse no Congresso Nacional**. Argumento nº 12. Brasília, INESC, 2007.

Livros:

BARBOSA, F. D. **Nova História de Lagoa Vermelha**. Passo Fundo: Projeto Passo Fundo, 2014. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=EP35AgAAQBAJ&pg=PA68&lpg=PA68&dq=Ivo+Rodrigues+Fernandes+sindicato+rural&source=bl&ots=VGD2m_HTj-&sig=HmzJXACjUCeBceVt2keBhCZA3Tk&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjXj_7hq6bZAhVIUJAKHfR3C_QQ6AEIKDAA#v=onepage&q=Ivo%20Rodrigues%20Fernandes%20sindicato%20rural&f=false. Acesso em: 5 de junho de 2018.

PAZ, H. G. **Fio de Bigode**. Porto Alegre: Palloti, 1994.

Jornais:

Correio do Povo. **Farsul homologa chapas à sucessão**, 9 de janeiro de 1997a.

Correio do Povo. **Farsul vai escolher nova diretoria**, 2 de fevereiro de 1997b.

Correio do Povo. **Sperotto vence a eleição da Farsul**, 4 de fevereiro de 1997c.

Sul Rural. **Azevedo: preocupação com o ensino**, julho de 1992a.

Sul Rural. **Barreiros: continuidade em Jaguarão**, julho de 1992b.

Sul Rural. **Comissão de Assuntos Fundiários da Farsul**, maio de 1997a.

Sul Rural. **Comissão de Ovinocultura da Farsul quer diminuir mortalidade de cordeiros**, julho de 1997b.

Sul Rural. **Comissão Especial do Mercosul da Farsul**, abril de 1997c.

Sul Rural. **Definidas as Comissões Temáticas**, março de 1997d.

Sul Rural. **Discurso de posse do presidente da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul**, março de 1997e.

Sul Rural. **Eleições na Farsul: as regras do jogo**, outubro de 1996a.

Sul Rural. **Farsul Implanta Regionais**, julho de 1993a.

Sul Rural. **Farsul Instala Novas Coordenadorias Regionais**, agosto de 1993b.

Sul Rural. **Hugo Paz é condecorado em Brasília**, agosto de 1993c.

Sul Rural. **Hugo Paz é homenageado**, julho de 1993d.

Sul Rural. **Farsul pede esforço nacional para estimular a agricultura**, setembro de 1994.

Sul Rural. **Farsul: 90 anos construindo a história gaúcha**, junho de 2017.

Sul Rural. **Novas Comissões da Farsul serão instaladas durante a Feira**, agosto de 1997f.

Sul Rural. **Palanque Rural**, março de 1992c.

Sul Rural. **Posse de Sperotto será dia 21/03 em Esteio**, fevereiro de 1997f.

Sul Rural. **Pronunciamento de Carlos Sperotto na inauguração da expointer – 97**, setembro de 1997g.

Sul Rural. **Pronunciamento do presidente Carlos Sperotto na inauguração da expointer/99**, setembro de 1999a.

Sul Rural. **Pronunciamento do presidente da Farsul na inauguração da Expointer 96**, setembro de 1996b.

Sul Rural. **Reunião Setorial do Leite em Pelotas**, maio de 1997h.

Sul Rural. **Ruralista de Triunfo candidato a prefeito**, março de 1992d.

Sul Rural. **Sobradinho possui um dos Sindicatos mais antigos do estado**, maio de 1999b.

Sul Rural. **Sperotto apresenta suas propostas à imprensa**, novembro de 1996c.

Zero Hora. **Briga pelo poder é definida hoje na Farsul**, 3 de fevereiro de 1997a.

Zero Hora. **Chapa de situação vence na Farsul**, 4 de fevereiro de 1997b.

Documentos:

FARSUL – Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul. **Relatório e Balanço Exercício 1990**, 1990.

FARSUL – Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul. **Relatório e Balanço Exercício 1991**, 1991.

FARSUL – Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul. **Relatório e Balanço Exercício 1992**, 1992.

FARSUL – Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul. **Relatório e Balanço Exercício 1993**, 1993.

FARSUL – Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul. **Relatório e Balanço Exercício 1994**, 1994.

FARSUL – Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul. **Relatório e Balanço Exercício 1995**, 1995.

FARSUL – Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul. **Relatório e Balanço Exercício 1996**, 1996.

FARSUL – Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul. **Relatório e Balanço Exercício 1997**, 1997a.

FARSUL – Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul. **Relatório e Balanço Exercício 1998**, 1998.

FARSUL – Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul. **Relatório e Balanço Exercício 1999**, 1999.

FARSUL – Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul. **Farsul 70 anos, 1927-1997**, 1997b.

FEDERACITE - Federação dos Clubes de Integração e Troca de Experiências. **Relatórios Anuais da Presidência – 1986/2009**, s.d.

Fontes digitais:

Associação Brasileira de Angus. Disponível em: <https://angus.org.br/diretoria>. Acesso em: 7 de junho de 2018.

ABC – Associação Brasileira de Criadores de Corriedale. Disponível em: http://www.abccorriedale.com.br/galeria_expresidentes.php. Acesso em: 7 de junho de 2018.

ABCCC – Associação Brasileira de Criadores de Cavalos Crioulos. Disponível em: <http://www.cavalocrioulo.org.br/pesquisas/pesquisas.php?sbb=B175890>. Acesso em: 5 de junho de 2018.

ABCCC – Associação Brasileira de Criadores de Cavalos Crioulos. Disponível em: <http://www.cavalocrioulo.org.br/pesquisas/pesquisas.php?sbb=B084359>. Acesso em: 5 de junho de 2018.

ABCCC – Associação Brasileira de Criadores de Cavalos Crioulos. Disponível em: http://www.cavalocrioulo.org.br/studbook/catalogo_marcas_completo/J/40/6. Acesso em: 7 de junho de 2018.

Associação dos Criadores de Gado Holandês do RS. Disponível em: <http://www.gadolando.com.br/ex-presidentes>. Acesso em: 5 de junho de 2018.

ANC – Associação Nacional de Criadores “Herd-Book Collares”. Disponível em: <http://www.herdbook.org.br/institucional/index.asp?pag=noticiascentenario.asp>. Acesso em: 7 de junho de 2018.

BeefPoint. Disponível em: <https://www.beefpoint.com.br/jose-roberto-pires-weber-e-o-novo-diretor-presidente-da-associacao-brasileira-de-angus/>. Acesso em: 7 de junho de 2018.

Cabana São Bibiano. Disponível em: <https://www.saobibiano.com/historia>. Acesso em: 6 de junho de 2018.

Câmara de Vereadores de Alegrete. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=qwcdsBUZFUw>. Acesso em 5 de junho de 2018.

CL News. Disponível em: <http://cl.clmais.com.br/informacao/63503/carne-certificada-da-ra%C3%A7a-angus-chega-a-santa-catarina>. Acesso em: 6 de junho de 2018.

CNPJ Consultas. Disponível em: <https://www.cnpjconsultas.com/cnpj/camilo-alberto-da-silveira-cottens/88406871000150>. Acesso em 5 de junho de 2018.

Consulta Sócio. Disponível em: <https://www.consultasocio.com/q/sa/armando-chaves-garcia-de-garcia>. Acesso em 6 de junho de 2018.

Consulta Sócio. Disponível em: <https://www.consultasocio.com/q/sa/francisco-ribeiro-tellechea>. Acesso em 6 de junho de 2018.

Consulta Sócio. Disponível em: <https://www.consultasocio.com/q/sa/hermes-ribeiro-de-souza-filho>. Acesso em 5 de junho de 2018.

Correio do Povo. Disponível em:

<http://www.correiodopovo.com.br/Impresso/?Ano=117&Numero=211&Caderno=0&Noticia=416997>. Acesso em 5 de junho de 2018.

CRMVRS – Conselho Regional de Medicina Veterinária do Rio Grande do Sul.

Disponível em: <http://www.crmvrs.gov.br/Info204.htm>. Acesso em 5 de junho de 2018.

Eleições & Política. disponível em:

<https://www.eleicoespolitica.net/prefeito2012/prefeito/RS/85693/11>. Acesso em: 7 de junho de 2018.

FARSUL – Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em:

http://www.farsul.org.br/pg_informes.php?id_noticia=2088. Acesso em: 5 de junho de 2018.

FEBRAC – Federação Brasileira das Associações de Criadores de Animais de Raça.

Disponível em: <http://www.febrac.com>. Acesso em: 7 de junho de 2018.

FEDERACITE - Federação dos Clubes de Integração e Troca de Experiências.

Disponível em: http://www.federacite.com.br/cites_int.php?id=4. Acesso em: 5 de junho de 2018.

Gaúcha ZH. Disponível em:

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2014/12/Quem-sao-os-gauchos-responsabilizados-por-crimes-da-ditadura-4660617.html>. Acesso em: 22 de maio de 2018.

Globo. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/politico/armando-carlos-roos.html>.

Acesso em: 6 de junho de 2018.

Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em:

<https://estado.rs.gov.br/secretaria-da-agricultura-completa-70-anos>. Acesso em: 21 de maio de 2018.

Governo do Estado do Rio Grande do Sul – Secretaria da Fazenda. Disponível em:

<http://www.fazenda.rs.gov.br/conteudo/6321/tarf>. Acesso em: 7 de junho de 2018.

IMAP. Disponível em: <http://imap.com.br/quem-somos>. Acesso em: 6 de junho de 2018.

IRGA – Instituto Rio Grandense do Arroz. Disponível em:

<http://www.irga.rs.gov.br/conteudo/6518/assinado-protocolo-de-intencoes-para-criacao-do-memorial-alberto-bins>. Acesso em: 6 de junho de 2018.

Memorial do Arroz. Disponível em:

<http://www.arrozeirosdealegrete.com.br/arroz/memorialdoarroz/familiasarrozeiras/dorneles/index.html>. Acesso em: 6 de junho de 2018.

Online Comunicações. Disponível em:

<http://www.onlinecomunicacoes.com.br/camaqua/joao-carlos-machado-homenageado-pela-secretaria-da-agricultura.html>. Acesso em: 21 de maio de 2018.

Página Rural. Disponível em: <http://www.paginarural.com.br/noticia/18563/nucleo-devon-dos-cdos-de-cima-da-serra-sob-nova-direcao>. Acesso em: 5 de junho de 2018.

Página Rural. Disponível em: <http://www.paginarural.com.br/entrevista/694/joao-salvador-souza-jardim-agropecuarista-politico-e-dirigente-rural>. Acesso em: 6 de junho de 2018.

Página Rural. Disponível em:

<http://www.paginarural.com.br/noticia/23798/associacao-nacional-de-criadores-herd-book-collares-anc-rumo-ao-centenario>. Acesso em: 7 de junho de 2018.

Página Rural. Disponível em: <http://www.paginarural.com.br/entrevista/698/carlos-rivaci-sperotto-presidente-da-federacao-da-agricultura-do-rio-grande-do-sul-farsul>.

Acesso em: 5 de junho de 2018.

Planeta Arroz. Disponível em:

https://www.planetaarroz.com.br/noticias/9057/O_homem_da_agua_. Acesso em: 7 de junho de 2018.

Prefeitura Municipal de Não-Me-Toque. Disponível em:

<http://naometoquers.com.br/governo/administracao/>. Acesso em: 5 de junho de 2018.

RS Virtual. Disponível em:

http://www.riogrande.com.br/rio_grande_do_sul_altemo_gomes_de_oliveira-o85176.html. Acesso em: 6 de junho de 2018.

Senado Federal. Disponível em:

<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/187276>. Acesso em: 6 de junho de 2018.

Terra Economia. Disponível em:

<https://www.dinheirorural.com.br/secao/entrevista/jose-roberto-pires-weber>. Acesso em: 7 de junho de 2018.

TRE-RS – Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul. Disponível em:

<http://www.tre-rs.jus.br/eleicoes/resultados-das-eleicoes>. Acesso em: 20 de maio de 2018.

TSE – Tribunal Superior eleitoral. Disponível em: www.tse.jus.br/partidos/filiacao-partidaria/relacao-de-filiados. Acesso em: 20 de maio de 2018.

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em:

<https://www.ufrgs.br/agronomia/joomla/index.php/diplomados-agronomia>. Acesso em: 7 de junho de 2018.

Gestão 1988/1991	Cargo/espaco ocupado	Município	Perfil socioeconômico/e xtração social	Formação e/ou atuação profissional
Ary Faria Marimon	presidente	Bagé/Alegrete	Arrozeiro/pecuari sta	Engenheiro Agrônomo
João Salvador de Souza Jardim	1º vice-presidente	Guaíba	Arrozeiro	Advogado
Cláudio Plácido da Silva Ribeiro	2º vice-presidente	Camaquã	Pecuarista/Arroze iro	Sem nível superior
Hugo Eduardo Giudice Paz	1º Secretário	Porto Alegre/Quaraí	Pecuarista/Arroze iro	Advogado
João Alberto Dutra Silveira	2º Secretário	Jaguarão	Arrozeiro	Veterinário
Camilo Alberto da Silveira Cottens	1º Tesoureiro	Tupanciretã	Pecuarista (Tupan Remates)	
Carlos Alberto Faccin	2º Tesoureiro	Cruz Alta		
Carlos Rodolfo Moglia Thompson Flores	Suplente	Bagé		Advogado
Jair Menezes	Suplente	Santana do Livramento	Pecuarista (ovinocultor) Presidente da ABCC	
Ricardo Pereira Duarte	Suplente	Uruguaiana	Pecuarista	Produtor rural, poeta e escritor
João Horário Barreto da Costa	Suplente	Lagoa Vermelha		
Nairo Kaipper Bittencourt	Suplente	Santo Ângelo		
Mauro Flores	Suplente	Candelária		
Nelson Luiz da Silveira	Suplente			
Gilberto Ernesto Ludwig Bülau	Conselho Fiscal	Viamão		
Carlos Rivaci Sperotto	Conselho Fiscal	Palmeira das Missões/Santo Augusto	Agricultor/Pecuar ista	Veterinário
José Valdir Kist	Conselho Fiscal	Venâncio Aires		

Edmundo Barbará Ferreira	Suplência Conselho Fiscal	São Borja	Pecuarista	
Jose Ernani Oliveira Almeida	Suplência Conselho Fiscal	Cachoeira do Sul		
Norberto Amândio Wentz	Suplência Conselho Fiscal	Passo Fundo		

ANEXO II – Tabela dos dirigentes da Farsul gestão 1991-1994

Gestão 1991/1994	Cargo/espaco ocupado	Município	Perfil socioeconômico / extração social	Formação e/ou atuação profissional
Hugo Eduardo Giudice Paz ¹⁰³	Presidente	-----	-----	-----
Régis Lopes Salles	1º vice-presidente	Júlio de Castilhos	Pecuarista e sojicultor	Veterinário
João Alberto Dutra Silveira	Vice-presidente	-----	-----	-----
José Alfredo Marques da Rocha	Vice-presidente	Santo Antônio da Patrulha	Empresário	
Armando Carlos Roos	Vice-presidente	Não-Me-Toque		Não possui ensino superior
Antonio Martins Bastos Filho	Vice-presidente	Uruguiana	Pecuarista e Arrozeiro	
Darcy Becker	Vice-presidente	Bom Jesus		
Ilson José Pretto	Vice-presidente			
Ivo Rodrigues Fernandes	Vice-presidente	Passo Fundo	Pecuarista	Advogado
José Roberto Pires Weber	Vice-presidente	Dom Pedrito	Pecuarista, Arrozeiro e Sojicultor	Advogado
João Oswaldo Leivas Job	Vice-presidente	Encruzilhada do Sul		Militar
Cláudio Dario Lopes de Almeida	1º Diretor- secretário	Rio Pardo		Veterinário

¹⁰³ Dados constam na tabela anterior.

João Carmine Laitano	2º Diretor-secretário			
Carlos Rivaci Sperotto	1º Diretor-financeiro	-----	-----	-----
Gilberto Ernesto Ludwig Bülau	2º diretor financeiro	-----	-----	-----
Antônio Chaves Barcelos	Suplente			
João Carlos Fagundes Machado	Suplente	Camaquã	Agricultor e pecuarista	
Francisco Lineu Schardong	Suplente	Triunfo	Silvicultor e pecuarista	Engenheiro Agrônomo
José Ernani de Oliveira	Suplente			
Carlos Maia do Nascimento	Suplente	Pelotas	Arrozeiro	Médico
Huberto Otto Duvelius	Suplente	Capão do Leão		
Nairo Kaipper Bittencourt	Suplente	-----	-----	-----
Waldir Pedro Sudatti	Suplente			
Érico da Silva Ribeiro	Suplente	Camaquã/Pelotas/Santa Vitória do Palmar	Arrozeiro	Engenheiro civil
Walter José Picolli	Suplente	Giruí		
Júlio Elch Saldanha Silveira	Conselho Fiscal	Herval		
Luiz Ernesto Buss	Conselho Fiscal	São Lourenço		
Henrique Orlandi Junior	Conselho Fiscal	Guaíba/Cruz Alta		
Lorizon Cavada Pedra	Suplência Conselho Fiscal	Pedro Osório		
Armando Chaves Garcia de Garcia	Suplência Conselho Fiscal	Tupanciretã	Arrozeiro/pecuarista	
Rafael Antonio Saadi	Suplência Conselho Fiscal	Mostardas		

ANEXO III – Tabela dos dirigentes da Farsul gestão 1994-1997

Gestão 1994-1997	Cargo/espaco ocupado	Município	Perfil socioeconômico /extração social	Formação e/ou atuação profissional
Hugo Eduardo Giudice Paz	Presidente	-----	-----	-----
Régis Lopes Salles	1º vice-presidente	-----	-----	-----
João Alberto Dutra Silveira	Vice-presidente	-----	-----	-----
Armando Carlos Roos	Vice-presidente	-----	-----	-----
Cláudio Dario Lopes de Almeida	Vice-presidente	-----	-----	-----
Eurico Faria Dorneles	Vice-presidente	Alegrete	Arrozeiro, sojicultor, pecuarista e empresário	Técnico em Inseminação artificial pela UFRRJ
Valmir Antônio Susin	Vice-presidente	Caxias do Sul		
Olavo Brasil Borges	Vice-presidente	Palmeira das Missões		
Erny Carlos Heller	Vice-presidente	Montenegro	Agropecuaria	
Francisco Ribeiro Tellechea	Vice-presidente	Uruguaiana	Pecuarista e empresário	
João Carlos Fagundes Machado	Vice-presidente	-----	-----	-----
Luiz Fernando de Oliveira Nunes	1º Diretor-Secretário	Viamão		
Antônio Chaves Barcellos	2º Diretor-Secretário	Carazinho		
Carlos Rivaci Sperotto	1º Diretor-Financeiro	-----	-----	-----
Huberto Otto Düvelius	2º Diretor-Financeiro	-----	-----	-----
Waldemar Lopes Thiesen	Suplente	Bagé		

Amilton José Pacheco do Amaral	Suplente	Rosário do Sul		
Orlando Heemann	Suplente	São Lourenço		
Edison Messias Ramos Berthier	Suplente	Soledade		
Nairo Kaipper Bittencourt	Suplente	-----	-----	-----
Darcy Becker	Suplente	-----	-----	-----
Antônio Boeira de Almeida	Suplente	Vacaria	Pecuarista (criador de cavalo crioulo e de bovino Devon, membro da associação de raça)	Médico Veterinário
Altemo Gomes de Oliveira	Suplente	Santo Antônio da Patrulha	Pecuarista (criador de cavalo crioulo e membro de associação de gado holandês)	Advogado
Ipenor Zanella	Suplente	Paim Filho		
Francisco Lineu Schardong	Suplente	-----	-----	-----
Luiz Ernesto Buss	Conselho Fiscal	-----	-----	-----
Henrique Orlandi Júnior	Conselho Fiscal	-----	-----	-----
Ivo Rodrigues Fernandes	Conselho Fiscal	-----	-----	-----
Rafael Antônio Saadi	Suplência Conselho Fiscal	-----	-----	-----
Júlio Elch Saldanha Silveira	Suplência Conselho Fiscal	-----	-----	-----
João Oswaldo Leivas Job	Suplência Conselho Fiscal	-----	-----	-----

ANEXO IV – Tabela dos dirigentes da Farsul gestão 1997-2000

Gestão 1997-2000	Cargo/espaco ocupado	Município	Perfil socioeconômico /extração social	Formação e/ou atuação profissional
Carlos Rivaci Sperotto	Presidente	-----	-----	-----
Armando Carlos Roos	1º Vice-presidente	-----	-----	-----
João Carlos Fagundes Machado	Vice-presidente	-----	-----	-----
Francisco Lineu Schardong	Vice-presidente	-----	-----	-----
Valmir Antônio Susin	Vice-presidente	-----	-----	-----
Antônio Chaves Barcellos	Vice-presidente	-----	-----	-----
Antônio Boeira de Almeida	Vice-presidente	-----	-----	-----
Edison Messias Ramos Berthier	Vice-presidente	-----	-----	-----
Altemo Gomes de Oliveira	Vice-presidente	-----	-----	-----
Armando Chaves Garcia de Garcia	Vice-presidente	-----	-----	-----
Luiz Moraes Varella	Vice-presidente	Bom Jesus	Pecuarista e produtor de maçã e batata	Advogado
Hermes Ribeiro de Souza Filho	1º Diretor-Secretário	Canguçu	Empresário (sócio da Rádio Cultura Comunicação, Rádio Liberdade e Loteamento Ribeiro)	
Carlos Nunes Rodrigues	2º Diretor-Secretário	Candelária		Advogado
Luiz Fernando de Oliveira Nunes	1º Diretor-Financeiro	-----	-----	-----

Sérvulo Luiz Zardin	2º Diretor-Financeiro	Jóia		Economista
Fernando Aduino Loureiro de Souza	Suplente	Lavras do Sul	Pecuarista	Engenheiro Agrônomo
Edgard Piccoli	Suplente	Santo Ângelo		
Paulo Vargas Marinho	Suplente	Passo Fundo		
João Picoli	Suplente	Erechim		
Amilton Fernando Cunha Soares	Suplente	São Lourenço do Sul		
Clairton Emerin Marques	Suplente	Osório		
Jorge Luiz Machado Rodrigues	Suplente	Santo Augusto	Pecuária de leite	Advogado
Egon Eickhoff	Suplente	Ijuí		
David Fontoura Martins	Suplente	Santana do Livramento		
Elmar Konrad	Suplente	Ibirubá	Produtor soja, trigo e milho e pecuarista de corte. Sócio proprietário da Empresa de Planejamento Agropecuári Ibirubá e Empresa Planejar Soluções Agrícolas	Engenheiro Agrônomo
Rafael Antônio Saadi	Conselho Fiscal	-----	-----	-----
Henrique Orlandi Júnior	Conselho Fiscal	-----	-----	-----
Eurico Faria Dorneles	Conselho Fiscal	-----	-----	-----
Escobar da Silva Nunes Marques	Conselho Fiscal	São Francisco de Paula		
Ipenor Zanella	Conselho Fiscal	-----	-----	-----
Antônio Carlos Gloeckner de Meira	Conselho Fiscal	Carazinho		

ANEXO V – Lista de atividades da Farsul juntamente com instâncias militares

Em primeiro lugar, destaca-se que boa parte destas atividades envolvia a realização de palestras e encontros com alunos, estagiários ou diplomados de escolas militares, onde parecia haver um significativo interesse destes representantes de forças militares, ligados à tais espaços de formação, em ouvir a opinião dos dirigentes da Farsul sobre temas como conjuntura rural, situação comercial e econômica e potencial agrícola do estado: no dia 1 de agosto de 1990 o “Diretor Secretário, Dr. Hugo G. Paz,” proferiu “palestra aos estagiários da Escola Superior de Guerra [ESG], em visita anual à Farsul, sobre ‘Conjuntura Rural do Estado’” (Farsul, 1990, p. 26); no dia 12 de agosto de 1993 o “Dr. Jerry Alegretti faz palestra para o ECEME [Escola de Comando e Estado Maior do Exército], em Curitiba” (Farsul, 1993, p. 19); no dia 25 de setembro de 1995 o “Vice-Presidente João Alberto Dutra Silveira recebe os alunos da ESG e profere palestra sobre ‘A Abertura comercial e seus Reflexos para a Economia da Região Sul’, na FARSUL” (Farsul, 1995, p. 28); no dia 16 de outubro o “Presidente Hugo Eduardo Giudice Paz profere palestra na ADESG [Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra]” e no dia seguinte “profere palestra ‘O Potencial Agrícola do estado do Rio Grande do Sul’ para alunos do ECEME” (Farsul, 1995, p. 29); no dia 23 de agosto de 1996 o “Presidente Hugo Eduardo Giudice Paz profere palestra aos alunos da Escola Superior de Guerra, na FARSUL” (Farsul, 1996, p. 9).

No entanto, a realização de palestras pelos dirigentes da Farsul no meio militar não se resume somente ao público ligado às referidas escolas militares, mas, em alguns casos, têm como público alvo também os próprios batalhões e comandantes militares, como pode ser visto a partir dos seguintes exemplos: no dia 27 de setembro de 1990 o “diretor Hugo palestra em Reunião promovida pelo Estado Maior das Forças Armadas, em Curitiba/PR” (Farsul, 1990, p. 28); no dia 23 de outubro de 1990 o “Diretor Secretário, Dr. Hugo, profere palestra a 37 Coronéis da Escola de Comando e Estado Maior do Exército, sobre política agrícola no RS” (Farsul, 1990, p. 29); no dia 25 de setembro de 1991 o “Assessor Agrônomo Jerry Alegretti profere palestra no 20º Batalhão de Infantaria Blindado [BIB], em Curitiba” (Farsul, 1991, p. 23); no dia 16 de setembro de 1992 o “Dr. Jerry Alegretti profere palestra no 20º BIB durante exercício da Escola de Comando e Estado Maior do Exército, em Curitiba” (Farsul, 1992, p. 25).

Destaca-se que uma série destas atividades públicas se realiza em articulação com outras entidades representativas de classes produtivas ou setores econômicos, como é o caso da Fiergs, da Federasul e da própria Fetag, como pode ser visto na sequência: no dia

17 de setembro de 1991 ocorre “visita dos estagiários da Escola Superior de Guerra para apresentação de Painel com o Secretário da Agricultura e Presidente da FETAG, no auditório da Farsul” (Farsul, 1991, p. 23); no dia 14 de outubro de 1992 o “Presidente Hugo Giudice Paz participa de painel ‘O Rio Grande do Sul e a Atual Conjuntura Nacional’ para Oficiais da Escola de Comando e Estado Maior do Exército (EMECE), na FIERGS” (Farsul, 1992, p. 26); no dia 4 de outubro de 1993 o “Presidente Eduardo Hugo Giudice Paz participa de Painel, sobre MERCOSUL para oficiais do ECEME, na FIERGS” (Farsul, 1993, p. 22); no dia 18 de outubro de 1994 o “Presidente Hugo Eduardo Giudice Paz participa de Painel com a FIERGS e FEDERASUL para o curso de Política Estratégica do Estado Maior do Exército” (Farsul, 1994, p. 22).

Ademais, as conexões da Farsul com estas forças militares podem ser percebidas também por sua participação em atividades públicas de caráter comemorativo ou solene que envolvem diversas instâncias das forças militares brasileiras, como é demonstrado a seguir: no dia 23 de maio de 1991 o “Diretor-Secretário Claudio Dario Lopes de Almeida comparece a cerimônia de abertura do XXIX Ciclo de Estudos de Política e Estratégia, da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra” (Farsul, 1991, p. 17) e no dia 13 de agosto daquele ano o presidente Hugo Paz participa da cerimônia de encerramento do mesmo evento (Farsul, 1991, p. 21); no dia 1 de novembro de 1991 “a diretoria da FARSUL compareceu a comemoração do 100º Aniversário de nascimento do Ten. Cel. Luiz Araújo de Correa Lins, no CPOR/POA [Centro de Preparação de Oficiais da Reserva]” (Farsul, 1991, p. 26); no dia 21 de fevereiro de 1991 o “Diretor Claudio Dario Lopes de Almeida comparece ao 18º BIMtz [Batalhão de Infantaria Motorizado] para a solenidade comemorativa ao 47º aniversário das vitórias da Força Expedicionária Brasileira, durante a 2ª Guerra Mundial” (Farsul, 1992, p. 13); no dia 23 de outubro de 1992 o “Presidente Hugo Giudice Paz comparece a solenidade alusiva ao Dia do Aviador, no Vº COMAR” (Farsul, 1992, p. 27); no dia 29 de janeiro de 1993 o “Diretor Claudio Dario Lopes de Almeida Comparece a passagem do comando do 3º Regimento de Cavalaria de Guarda” (Farsul, 1993, p. 11); no dia 9 de maio de 1993 o “Presidente Hugo Giudice Paz comparece as solenidades de Passagem de Comando do 18º BIMTZ” (Farsul, 1993, p. 14); no dia 29 de março de 1994 o “Presidente Hugo Eduardo Giudice Paz comparece a passagem de Comando do Chefe do Estado Maior do Exército” (Farsul, 1994, p. 15); no dia 25 de agosto de 1994 o “Vice-Presidente Claudio Dario Lopes de Almeida comparece a Cerimônia Cívico Militar do ‘Dia do Soldado’” (Farsul, 1994, p. 19); no dia 18 de abril de 1995 o “Presidente Hugo Eduardo Giudice Paz comparece a

passagem de Comando da 3ª Região Militar” e no dia seguinte a “cerimônia Cívico Militar alusiva ao Dia do Exército” (Farsul, 1995, p. 18); no dia 26 de abril de 1996 o “Presidente Hugo Eduardo Giudice Paz comparece a passagem de comando ‘Comando Militar Sul’” (Farsul, 1996, p. 5).

Além disso, as referidas conexões da Farsul com as forças militares envolvem também a realização de reuniões, audiências e confraternizações com alguns comandantes destas forças, como pode ser visto a partir dos exemplos a seguir: no dia 17 de março de 1991 o “Presidente Hugo Giudice Paz recebe em audiência o Cel. Fernando Sérgio Galvão, comandante do Regimento Osório” (Farsul, 1992, p. 14); no dia 12 de maio de 1992 o “Presidente Hugo Giudice Paz recebe em audiência o Cel. Victor Eduardo de Souza Alves e o Cel. João Beraldo da Escola de Comando e Estado Maior do Exército, que veio tratar da visita dos estagiários à Farsul” (Farsul, 1992, p. 17); no dia 7 de julho de 1992 o “Presidente Hugo Giudice Paz recebe a visita do Precursor do Centro de Altos Estudos do Exército Cel. Niltom, acompanhado do Cel. Miraci, do Comando Militar Sul” (Farsul, 1992, p. 21); no dia 1 de junho de 1993 o “Presidente Hugo Giudice Paz e o Diretor Claudio Dario Lopes de Almeida são recebidos em audiência no Comando Militar Sul” (Farsul, 1993, p. 15); no dia 6 de junho de 1995 o “Presidente Hugo Eduardo Giudice Paz recebe visita de Oficiais da ECEME” (Farsul, 1995, p. 22); no dia 20 de julho de 1995 o “Presidente Hugo Eduardo Giudice Paz recebe em audiência oficiais da ECEME” (Farsul, 1995, p. 24); no dia 12 de setembro de 1996 o “Presidente Hugo Eduardo Giudice Paz comparece a jantar de confraternização da ADESG” (Farsul, 1996, p. 10).

Por fim, registra-se que estas conexões com forças militares contemplam também atividades realizadas pela Farsul juntamente com a Brigada Militar do Rio Grande do Sul. Como pode ser visto a seguir, estas atividades envolvem audiências e palestras com comandantes, atos solenes de passagem de comando da Brigada Militar ou discussões sobre segurança rural e prevenção ao abigeato: no dia 17 de abril de 1990 o “Diretor Hugo G. Paz profere palestra na abertura do 1º Seminário de Combate ao Abigeato e Roubo de Agrotóxicos, no RS, promido pela Brigada Militar” (Farsul, 1990, p. 23); no dia 11 de abril de 1992 o “Diretor Secretário Claudio Dario Lopes de Almeida participa da Aula inaugural do Curso de Segurança de Empresas, promovido pelo Comando da Brigada Militar” (Farsul, 1992, p. 17); no dia 28 de julho de 1992 o “Presidente Hugo Giudice Paz proferiu palestra para os Oficiais da Academia de Polícia Militar” (Farsul, 1992, p. 23); no dia 12 de abril de 1993 o “Presidente Hugo Giudice Paz recebe em audiência o Comissão de Oficiais da Brigada Militar” (Farsul, 1993, p. 13); no dia 6 de outubro de

1993 o “Presidente Hugo Eduardo Giudice Paz comparece a passagem de Comando da Brigada Militar” (Farsul, 1993, p. 22); no dia 3 de janeiro de 1995 o “Presidente Hugo Eduardo Giudice Paz comparece a posse do Comando da Brigada Militar” (Farsul, 1995, p. 14).

No entanto, se o registro destas atividades evidencia a existência de conexões cotidianas da entidade com estas forças militares, este processo fica ainda mais evidente quando se percebe que, ao longo de seu período como presidente da entidade, Hugo Paz foi agraciado, ao menos em três oportunidades, com prêmios e honrarias provenientes de forças militares, como pode ser visualizado a seguir: no dia 25 de agosto de 1992 o “Presidente Hugo Giudice Paz recebe o ‘Diploma de Colaborador Emérito do Exército’, em solenidade no 18º BIMtz” (Farsul, 1992, p. 24); no dia 14 de novembro de 1993 o “Presidente Hugo Eduardo Giudice Paz é agraciado com a Medalha do Mérito da Brigada Militar” (Farsul, 1993, p. 26); e no dia 25 de agosto de 1996 o “Presidente Hugo Eduardo Giudice Paz recebe a Medalha do Pacificador durante Cerimônia comemorativa ao Dia do Soldado” (Farsul, 1996, p. 10)¹⁰⁴.

¹⁰⁴ Infelizmente não há registros que tragam mais detalhes de tais distinções e honrarias recebidas pelo dirigente no jornal da entidade (*Sul Rural*), restando-nos somente o registro de tais acontecimento, sem maiores detalhes, nos relatórios de diretoria da Farsul.